

**Tânia Mara Cruz**

**O OLHAR DO ESPELHO**  
**Práticas Feministas em São Bernardo do Campo**

Dissertação de Mestrado  
apresentada ao Departa-  
mento de História do  
Instituto de Filosofia e  
Ciências Humanas da  
Universidade Estadual de  
Campinas, sob a orientação  
da Profª Drª Luzia  
Margareth Rago.

Este exemplar corresponde à  
redação final da dissertação  
defendida e aprovada pela  
Comissão Julgadora em

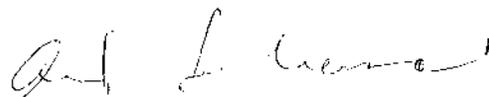
13 / 06 / 96

Banca:

Profª Drª Eleonora Menicucci de Oliveira ( USP )  
Profº Dr Pedro Paulo Funari  
Profª Drª Luzia Margareth Rago  
Profº Dr Alcir Lenharo



junho de 1996



UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	TUNICAMP
	C889e
V.	Ex.
T. M30 BC/	28404
PROC.	667196
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	03.09/96
N.º CPD	0.00091722-0

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

C889e

**Cruz, Tânia Mara**

**O olhar do espelho: práticas feministas em São Bernardo do Campo / Tânia Mara Cruz. -- Campinas, SP : [s.n.], 1996.**

**Orientador: Luzia Margareth Rago.**

**Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Feminismo - São Bernardo do Campo (SP) - História - 1983 a 1989. 2. Mulheres. 3. Movimentos sociais - São Bernardo do Campo (SP). 4. Memória. 5. História oral. I. Rago, Luzia Margareth. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.**

## **Agradecimentos**

Às mulheres entrevistadas, pelo carinho e a disponibilidade.

À amiga Helena, pelo acolhimento constante.

A todos da Secretaria do IFCH, em particular à Marli, Esmeralda e Betanho.

Ao professor Alcir Lenharo, pelo estímulo e confiança na realização deste trabalho.

Aos professores Paulo Micelli e Ricardo Antunes pelas sugestões.

À Margareth Rago que tornou concreto um sonho antigo, com sua orientação atenta e criteriosa.

Ao apoio do CAPES, imprescindível a esta pesquisa.

Às militantes do Comitê de Mulheres de São Bernardo do Campo

“Trago em mim um retrato  
que me carrega com ele  
bem antes de o ter perdido.

Toda felicidade é memória e projeto.”

Cacaso

## INTRODUÇÃO

*“Depois, o cego virou-se para onde sabia que estava o espelho... estendeu as mãos até tocar o vidro, sabia que sua imagem estava ali a olhá-lo, a imagem via-o ele não via a imagem...”*

*José Saramago<sup>1</sup>*

As mudanças ocorridas nas relações de gênero, nas últimas décadas no Brasil, apontam para transformações consideradas como a grande “revolução cultural” de nossa época. E não é comum às ativistas dos movimentos de mulheres e movimentos feministas verem-se como sujeitos imprescindíveis e determinantes desta transformação histórica. Estes aspectos são hoje reforçados pela mídia, que apresentam o novo contexto como resultado lógico do desenvolvimento da sociedade. O objeto de estudo desta pesquisa -a história de uma entidade de mulheres e o cotidiano destas durante e após o trabalho exercido nesta entidade-, tem como objetivo contribuir para que a análise historiográfica atue como um espelho, devolvendo a imagem produzida pela ação originária que a criou. Aqui cessa a analogia: a trajetória entre o objeto e a imagem não é pura, nem isenta de distorções e muitas vezes a imagem olha um objeto que não a vê.

A trajetória do Comitê trabalhada neste estudo mostra algo não necessariamente percebido pelos principais agentes deste processo e menos ainda pelo conjunto mais amplo de homens e mulheres que vivenciaram as mudanças decorrentes destas ações. A busca do conhecimento pode proporcionar a possibilidade de compreensão, em um nível de maior complexidade, dos mecanismos contraditórios pelos quais se deu esta mudança, na busca de apreender as novas relações construídas no agir humano e devolvê-las a todos, mas principalmente, àqueles que as criaram. Este conhecimento construído é uma possibilidade explicativa que procura captar o real em sua multiplicidade e riqueza.

---

<sup>1</sup> SARAMAGO, José *Ensaio sobre a cegueira* São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

Nas décadas de 70 e 80, as mudanças no mundo do trabalho geraram um aumento da população feminina economicamente ativa e garantiram sua entrada em áreas tradicionalmente masculinas.<sup>2</sup> Os meios de comunicação incluíram em suas programações temas que tratavam de diferentes maneiras "a questão da mulher". Entretanto, a entrada no mercado de trabalho não significou necessariamente, em termos pessoais, um reordenamento global da divisão sexual de trabalho, porque, às vezes, simplesmente acrescentou aos tradicionais papéis femininos o trabalho extraluar, reforçando a dupla jornada de trabalho ou outros mecanismos de hierarquização entre os sexos. A mídia televisiva, por exemplo, desencadeou no movimento feminista grandes polêmicas, ao divulgar estereótipos da "super-mulher", capaz de sobrepor papéis novos aos antigos, sem perder a "feminilidade".<sup>3</sup> Abriu espaço, ao mesmo tempo, para uma reflexão sobre o corpo e a sexualidade, entrando em embates com a censura, às vezes, com o apoio decisivo do próprio movimento feminista.

As transformações culturais vêm ocorrendo, mas, a meu ver, são impulsionadas fundamentalmente por esse mesmo movimento feminista que, associado ao "movimento de mulheres", em suas práticas de contestação permanente, tem acirrado a temática da subordinação do sexo feminino e oferece ao conjunto das mulheres uma outra possibilidade de expressão, vivida com mais intensidade para as que dele participam.

Alguns autores sugerem a conceituação de *movimento social de mulheres* para designar todos os grupos de atuação feminina e que podem ou não incluir posições feministas, propondo uma sub-divisão de categorias internas a ele em

---

<sup>2</sup> A população economicamente ativa subiu de 18,5% em 70 para 26,9% em 80, com repercussões na estrutura ocupacional. As operárias aumentam sua participação em indústrias metalúrgicas e químicas e as mulheres dos setores médios conseguem uma inserção significativa em posições tidas como masculinas, como na área de engenharia, odontologia, economia, entre outras, que passaram de 19.000 em 70 para 95.800 em 80. Ver **SOUZA-LOBO**, Elizabeth in *A classe operária tem dois sexos*, São Paulo, Brasiliense, 1991 e **ALVAREZ**, Sônia "Politizando as relações de gênero, engendrando a democracia" in *Democratizando o Brasil*, **Stepan**, Alfred (org) Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

<sup>3</sup> A TV Tupi desenvolvia o Programa de Mulheres; a TV Record tinha uma seção de consultas; a Globo, o TV Mulher e o seriado Malu Mulher; a TV Manchete com o Mulher-80. Ver **BASTOS**, Mara B. *Outras palavras, outras imagens- movimentos feministas na cidade de São Paulo nos anos 70/80*, PUC/SP 1992.

função do conteúdo de suas reivindicações, como movimento por creches, por moradia, movimento feminista, etc. Há uma outra linha de trabalhos, entre os quais me incluo, que realizam uma diferenciação entre movimento feminista e movimento social de mulheres. Os movimentos feministas, múltiplos em suas linhas, têm em comum a temática em torno da subordinação da mulher e a luta pelo fim da hierarquização entre os sexos em todos os planos da vida humana. Movimentos sociais de mulheres refere-se a todas as formas de movimentos com presença feminina, mas que não necessariamente apresentem objetivos e reivindicações ligados à temática da subordinação da mulher e sim por melhorias sociais de interesse coletivo. Esta caracterização permite, ainda, analisar que determinados movimentos sociais de mulheres poderiam desenvolver práticas feministas, sem converterem-se em movimentos feministas propriamente ditos, na medida em que mantêm como tônica principal a luta por melhores condições de vida ou outras reivindicações afins.<sup>4</sup>

O movimento social de mulheres trouxe aspectos novos para a história do feminismo brasileiro. De acordo com o catálogo publicado em 1984 pelo Centro de Informação Mulher- CIM, havia naquele momento cerca de 150 núcleos espalhados por todo o país, dos quais 100 eram movimentos sociais de mulheres (ligados a movimentos populares e sindicais), e os demais, feministas.<sup>5</sup> Os movimentos sociais de mulheres, além de possibilitarem um campo fértil para a emergência dos interesses feministas, aliaram-se aos movimentos feministas e contribuíram para que os organismos estatais incorporassem algumas de suas demandas, como, por exemplo, a criação dos Conselhos da Condição Feminina, uma maior preocupação com a saúde da mulher, a atenção à violência sexista e a incorporação de direitos à constituição de 1988.<sup>6</sup>

---

<sup>4</sup> Ver SINGER, Paul "O feminino e o feminismo" in SINGER, P. e BRANT, V. *São Paulo: o povo em movimento*, Petrópolis, Vozes/Cebrap, 2a. ed. 1981 p.109-41 e SOUZA-LOBO, Elizabeth *A classe operária tem dois sexos- Trabalho, dominação e resistência*, São Paulo, Brasiliense, 1991.

<sup>5</sup> Boletim CIM -Centro de Informação Mulher no.3/dez. 1984.

<sup>6</sup> Houve outros interesses por parte do Estado, as voltas como a questão do controle demográfico ou dos partidos políticos e o eleitorado feminino. Ver ALVAREZ, Sônia op. cit.

A característica mais marcante do feminismo deste período decorre do fato de que alguns grupos de mulheres dos setores populares incorporaram às lutas por melhorias sociais a perspectiva feminista. As práticas feministas destes grupos contribuíram para a alteração das relações de gênero, não só através de uma crítica geral à subordinação da mulher em nossa sociedade, como também provocando rupturas qualitativas na vida de muitas militantes.

Hoje é possível voltarmos nosso olhar historiográfico a esses movimentos e procurarmos compreender de que maneira estas alterações aconteceram. Existiram práticas diferenciadas que questionaram significativamente os papéis tradicionais de homens e mulheres e produziram importantes redimensionamentos na concepção de mundo de suas participantes. É também muito importante refletir sobre o papel que os grupos de referência feminista tiveram na mudança qualitativa das entidades do movimento de mulheres, na década de 80.<sup>7</sup>

**Para contribuir à compreensão deste fenômeno, este trabalho se propõe a estudar as práticas realizadas por uma entidade específica, o Comitê de Mulheres de São Bernardo do Campo (1983-1989), ouvindo algumas participantes para compreender quais as mudanças efetuadas nas relações de gênero, de que forma elas se deram e o papel ocupado pelo Comitê nestas alterações.**

O Comitê de Mulheres, um movimento social de mulheres, foi resultado do encontro entre mulheres operárias e dos setores médios, que juntas construíram uma trajetória de trabalho que incluía reflexões e lutas por interesses feministas e interesses por melhores condições de vida, sob um referencial de uma sociedade socialista. A meu ver, o fato desta entidade desenvolver práticas feministas com regularidade, fazia com que ela transitasse em uma intersecção política mais complexa entre os dois movimentos, feminista e o movimento social de mulheres, apesar de caracterizar-se como este último, como veremos no estudo de sua trajetória.

---

<sup>7</sup> BASTOS, Mara B. op. cit.

O Comitê chegou a ser uma entidade de grande alcance político dentre as existentes no movimento social de mulheres e congregava cerca de 300 sócias. Estabelecia em suas práticas trabalhos com pequenos grupos ou encontros de mulheres, além de manifestações que chegavam a ter 800 participantes. Exerceu um papel de destaque no período, não só por ser uma entidade de massa como por sua relação próxima e constante com outros movimentos semelhantes no período em que atuou. O Comitê estruturava-se a partir de um trabalho de co-gestão com a Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, na comercialização direta entre produtores e consumidores de leite e, em torno deste trabalho, aglutinava mulheres e realizava atividades políticas diversas: campanhas pelos Direitos da Mulher; debates sobre a Reforma Agrária; apoio a movimentos políticos locais como da moradia ou mais amplos, como a Luta pelas Diretas; organizava cursos, debates e oficinas sobre a saúde da mulher, sexualidade, educação de filhos, saúde mental feminina; participava de encontros feministas nacionais e internacionais; etc.

Outro motivo que me levou a estudá-lo relaciona-se com minha atuação dentro dele. Em 1983, já residindo em São Bernardo, dedicava a militância política a trabalhos na área de educação popular e por minha experiência feminista anterior no movimento estudantil universitário, rapidamente me identifiquei e me integrei às suas atividades, em novembro do mesmo ano. Estudar sua história é, para mim, um momento de reavaliação de toda uma prática individual e coletiva, de seus erros e acertos. Em algumas passagens, meus relatos mesclam-se à lembrança das mulheres pesquisadas, como uma espécie de *registro secundário*, um complemento às narrativas por tê-las também vivenciado.<sup>8</sup>

A pesquisa proporcionou captar as particularidades com que as matrizes discursivas do feminismo foram incorporadas ou negadas pelas militantes, no período em que viveram as experiências coletivas de construção da entidade. Ao captar o movimento desta construção, alguns aspectos chamaram a minha atenção: ao mesmo tempo em que se elaborava uma concepção extremamente genérica do

---

<sup>8</sup> PRINS, Guy "História Oral" in *A escrita da história*, São Paulo, Unesp, 1991.

feminismo socialista, assimilado por apenas algumas militantes da direção e exteriorizada através de jornais, palestras, cursos, não havia um entendimento comum do significado do feminismo socialista.

Além do conjunto de suas lideranças realizarem uma separação entre os conceitos, feminismo e socialismo, o sentido atribuído a cada um também era, por sua vez, multifacetado: determinadas práticas feministas eram incorporadas sem que se "soubessem" feministas e às vezes (ainda que fragmentadamente), construindo concepções mais próximas do que seria o feminismo liberal; o anti-capitalismo convertia-se em capitalismo justo ou em um vago socialismo incompreensível. E por fim, apesar da realização de mudanças de fundo no cotidiano de suas vidas, havia uma diferenciação, para elas, entre o que se queria mudar e as possibilidades concretas de mudança, a partir dos limites sócio-econômicos de sua inserção de classe ou das relações conjugais assumidas anteriormente às mudanças.

Dois aspectos norteiam esta pesquisa na busca de um conceito mais amplo de política, que dê conta da realidade humana de forma integrada: a política do cotidiano, das relações pessoais e da subjetividade e a política das relações grupais e coletivas, desde os aspectos internos ao grupo de atuação como do contato deste com outras instituições como partidos, sindicatos e Estado.

Se é verdade que as concepções de feminilidade foram abaladas, resta saber o que ficou em seu lugar: de que forma as mulheres recriaram em suas relações, os novos atributos do feminino e do masculino ou até, rearticularam a hierarquia de poder entre os sexos; quais as mudanças no espaço público e privado e as dificuldades em ambos para objetivar essas mudanças; de que modo outros fatores, como idade, classe, raça, religião, influenciaram qualitativamente as alterações produzidas<sup>9</sup>; e por fim, por considerar que a categoria **gênero** é relacional, pois a construção cultural do que é feminino corresponde também uma construção cultural

---

<sup>9</sup> PAOLI, Maria Célia "As ciências Sociais, os movimentos sociais e a questão de gênero" in *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, no.31 out/91.

do masculino, cabendo analisar até que ponto mudaram ambos, homens e mulheres, no conflito da insubordinação feminina.<sup>10</sup>

O trabalho de pesquisa foi realizado a partir de jornais, boletins e demais documentos da entidade, analisados à luz da bibliografia disponível sobre o tema, trabalho que foi articulado tendo como centro as histórias de vida, colhidas em doze entrevistas individuais.<sup>11</sup> A pesquisa me remeteu às concepções de feminilidade e masculinidade do período da infância e adolescência das mulheres, o que enriqueceu as minhas descobertas sobre o modo de vida mais recente. As trajetórias de atuação política, comuns a metade delas, fizeram-me descortinar a diversidade das formas de atuação política de década de 70 e dos movimentos sociais do período. Permitiu-me ainda, localizar o meu trabalho dentro de um conjunto de pesquisas que vêm quebrando a neutralidade do sujeito político, via de regra masculino e destacando a importância da participação feminina na transição política.

A história oral, ao reconstruir o passado, não faz dele uma reprodução tal qual "o acontecido", todavia não o inventa ou o converte em ficção científica, apenas o reconstrói a partir da subjetividade, no momento em que o indivíduo se põe a lembrar. Este processo de criação e interpretação está cheio de silêncios, contradições, inconsistências e repetições e atua de modo a trazer ao indivíduo que lembra um reelaborar de seu passado, permitindo ao historiador construir suas interpretações históricas.<sup>12</sup>

<sup>10</sup> A afirmação de que a categoria "gênero" é relacional baseia-se na compreensão de que não há um locus feminino atuando em separado ao masculino, pois qualquer alteração realizada pelas mulheres, quer seja no fazer político, redimensionando a relação política entre público e privado ou mesmo das novas atribuições materiais e simbólicas do que cabe às mulheres, supõem necessariamente, um reordenamento global da realidade social, na família, nos partidos, etc. São estruturadas assim, novas configurações nas relações entre homens e mulheres nas relações sociais e políticas.

<sup>11</sup> Ao tentar captar a fala masculina, através de entrevistas aos companheiros das ativistas, tal objetivo viu-se inviabilizado. Além da resistência masculina à simples realização das entrevistas, havia ainda o temor das ativistas que evitavam as entrevistas masculinas, afirmando de antemão que os mesmos sempre foram hostis ao Comitê e portanto, não aceitariam ser entrevistados. Por outro lado, as poucas entrevistas que conseguiram ser realizadas, caracterizavam-se por uma dificuldade de expressão verbal, assemelhando-se quase sempre a discursos prontos, mais tensionados ainda pela presença feminina que recusava-se a permitir uma entrevista a sós.

<sup>12</sup> Ver THOMPSON, Paul *A voz do passado- história oral* São Paulo, Paz e Terra e VVAA *Textos y Pre-textos: once estudios sobre la mujer*. México. El Colégio de Mexico, 1987.

As inter-relações entre história do cotidiano e outras abordagens historiográficas constituem a riqueza do fazer historiográfico, o que me faz partilhar, com Peter Gay, da concepção de que "a controvérsia histórica não compromete em absoluto a integridade ontológica de tais objetos"<sup>13</sup>, apenas enriquece a compreensão da história, sempre inacabada, mutável e revisitada a partir de novos problemas.

\*\*\*\*\*

Cabe agora apresentar quem serão as mulheres entrevistadas, os critérios utilizados para a sua seleção e os procedimentos de coleta das entrevistas.

O Comitê contava em seu quadro de associadas com cerca de 300 mulheres, na maioria de donas de casa, antigas trabalhadoras rurais ou operárias e em menor número, costureiras, professoras, assistentes sociais, funcionárias públicas, jornalistas e enfermeiras.

Na direção dos trabalhos do Comitê<sup>14</sup>, havia cerca de 35 mulheres, entre as quais predominava uma relativa divisão política, independentemente dos cargos assumidos: combinava-se uma direção geral para o conjunto do município e de atividades fora dele, composto predominantemente pelas mulheres das classes médias, com uma direção de ativistas que exercia ação mais centrada em seu bairro de moradia, ainda que algumas participassem conjuntamente da direção do

<sup>13</sup> GAY, Peter *O Estilo na história- Gibbon, Ranke, Macaulay, Burchardt*, São Paulo, Cia das Letras, 1992.

<sup>14</sup> Na diretoria havia 8 cargos: uma presidenta, uma vice-presidenta, uma secretária geral, 1a. e 2a. secretárias, tesoureira geral, 1a. e 2a. tesoureira. No conselho fiscal havia tres efetivas e tres suplentes e havia ainda um conselho de representantes, composto por duas representantes de cada bairro e revogável a qualquer momento pelo bairro que as elegeu. Segundo o estatuto da entidade "compete à diretoria acatar as decisões deliberadas nas reuniões com o conselho de representantes" e "reunir-se periodicamente para elaborar propostas gerais e específicas para melhor encaminhamento das reuniões com o Conselho de representantes" e compete ao conselho de representantes "dirigir o Comitê" e "realizar periodicamente reuniões a nível municipal" e "decidir junto à diretoria executiva os encaminhamentos políticos e práticos do Comitê". Compete ao conselho fiscal "examinar balancetes relativos à situação econômica e financeira do Comitê". *Estatuto do Comitê de Mulheres de São Bernardo do Campo 1984* Arquivo do C.M.S.B.C

município. Este segundo grupo era composto pelas donas de casa de famílias operárias, costureiras e outras. No primeiro grupo se alocavam em média 7 mulheres e no segundo cerca de 28.<sup>15</sup> Como esta não se propunha a realizar um levantamento estatístico mas garantir que o grupo escolhido fosse representativo do grupo mais amplo, observando-se alguns critérios.

Primeiro, que fosse garantido um maior número de ativistas da base majoritária do Comitê, ou seja, donas de casa, ex-trabalhadoras, casadas com operários e que vivenciaram de maneira mais profunda, portanto, contradições entre a sua vivência cotidiana, profundamente conservadora nos meios operários e a proposta feminista. Um critério para a escolha das ativistas deste universo operário é de que não haveria uma seleção qualitativa em relação às que tivessem um perfil mais definido de liderança, bastava participar de forma frequente nas atividades do Comitê por um período de 2 anos e ser uma das 28 que atuavam nos bairros.<sup>16</sup>

Foram entrevistadas doze mulheres: Deta, Maria, Mariana, Isabel, Minervina, Juraci, Elza, Mara, Teresinha, Cida, Naná e Fátima, sendo que estas duas últimas apesar de ativistas, não participaram do Conselho de Representantes nem da diretoria.<sup>17</sup> Destas, apenas Mara e Maria pertencem aos setores médios.

O roteiro utilizado foi direcionado para que as histórias de vida contemplassem as experiências herdadas dos papéis sexuais e descrevessem exemplos de organização do cotidiano dos diferentes momentos da relação entre os gêneros, antes e depois da década de 80. A história do Comitê foi tecida na medida em que seus aspectos se misturavam às lembranças pessoais, quando o objeto de memória passava a ser as experiências coletivas, para mais tarde voltar-se a aspectos particulares de sua história de vida.

<sup>15</sup> A preocupação inicial da pesquisa foi efetuar uma seleção dentre a totalidade das 35 ativistas, devido à impossibilidade de entrevistar a todas, não só por disponibilidade geográfica (residirem em São Bernardo) como pela disponibilidade de tempo para a realização da pesquisa.

<sup>16</sup> Um outro critério é de que haveria uma parcela menor de entrevistadas dos setores médios e da direção geral e deles excluídos, propositadamente, duas de suas lideranças que expressavam uma posição feminista anterior à entrada no Comitê, pois comprometeriam o objetivo central do estudo, ou seja, compreender as mudanças nas relações de gênero após a militância no Comitê e não antes.

<sup>17</sup> Alguns nomes foram trocados, por solicitação das entrevistadas.

O método de abordagem para com as pesquisadas baseou-se em uma única entrevista extensa, complementada por breves contatos. Sendo afetivamente próxima das entrevistadas, a realização de uma única entrevista foi suficiente para a garantia de uma maior objetividade, visto a rapidez com que a entrevista ao seu final resvalava para segredos jamais contados, lágrimas e um certo quê de terapia, em muitos casos, solicitando uma nova visita às suas casas, para a continuidade da relação restabelecida após tantos anos de ausência.<sup>18</sup>

\*\*\*\*\*

**No primeiro capítulo** será realizada uma contextualização dos movimentos sociais de mulheres na década de 80, suas principais polêmicas e serão problematizados alguns estudos recentes sobre ele.

**No segundo capítulo** são apresentados e analisados os referenciais de masculino e feminino das mulheres entrevistadas. Os temas trabalhados afloraram no decorrer das entrevistas a partir dos modelos oferecidos a elas na infância e na adolescência e de sua relação com eles. Em seguida é feita uma abordagem da problemática do gênero feminino, sob o enfoque das suas relações com mundo do trabalho e das reorganizações de vida impostas pelo casamento.

**No terceiro capítulo**, será construído um perfil político destas ativistas, resgatando suas trajetórias políticas anteriores ao movimento social de mulheres, e os elementos que proporcionaram o encontro entre elas na construção do Comitê de Mulheres. Há neste capítulo uma reflexão sobre a constituição dos movimentos sociais na década de 70 e 80 e a participação feminina na transição política brasileira.

**O quarto capítulo** trata do processo de transformação do Comitê em uma entidade feminista. São analisados os fatores que influíram para o aprofundamento das mudanças, através do encontro de personagens e lutas diversas.

---

<sup>18</sup> O retorno para as entrevistadas deu-se através da entrega das transcrições de suas histórias pessoais para cada uma. A transcrição das fitas foi realizada pela pesquisadora, que procurou manter-se fiel à construção linguística das mulheres.

**O quinto capítulo** trata das práticas realizadas pelo Comitê, através de uma sociabilidade construída no cotidiano do trabalho popular baseado no Projeto do Leite e nas práticas feministas como os encontros feministas, as oficinas sobre o conhecimento do corpo e da sexualidade e traz à tona o cotidiano destas mulheres. Analisa sua concepção de mundo sobre o trabalho remunerado e doméstico, a educação dos filhos e a família, e das novas contradições criadas a partir da incorporação de diferentes valores.

**Na conclusão**, são trabalhadas suas concepções de feminismo e o socialismo. Apresento as novas necessidades destas mulheres, seus sonhos de uma outra sociedade e como interpretaram a paralisação dos trabalhos do Comitê. Resgato a temática do movimento social de mulheres e suas dificuldades de continuidade, em função do campo de alianças do movimento político brasileiro e do horizonte que se abre para o feminismo no final do século XX.

## **CAPÍTULO I**

### **O Comitê de Mulheres e o movimento de mulheres na década de 80**

O Comitê de Mulheres de São Bernardo do Campo fez parte de um momento histórico do feminismo brasileiro marcado basicamente por quatro eixos: a ênfase no direito ao corpo; uma preocupação com as mudanças nas relações de gênero nos âmbitos do público e do privado, vistos de forma interligada; o debate sobre a estratégia a adotar na sua relação com outros movimentos sociais, suas lutas e alianças; e por fim, ao considerar o Estado um dos seus interlocutores, enfrentar a difícil tarefa de articular reivindicações, ações conjuntas e autonomias na sua relação com ele.

É neste marco que será possível compreender as lutas pela saúde da mulher, por creches, a questão dos Conselhos da Condição feminina, a participação na luta por melhores condições de vida, pelas Diretas ou por uma Constituinte que defendesse os direitos das mulheres. Será possível localizar, ainda, de que maneira o Comitê, como uma das muitas entidades de mulheres deste período, propunha em seus objetivos a síntese entre a questão de gênero e a questão de classe.

#### **O Comitê não está sózinho**

A década de 80 esteve marcada pela criação de centenas de grupos feministas ou do movimento social de mulheres, espalhados por todo o Brasil, muito semelhantes entre si.

Comparando dois catálogos sobre o movimento de mulheres, é possível perceber a quantidade e a diversidade de conteúdo entre os grupos existentes. O catálogo do Centro de Informação à Mulher- CIM, de 1984, registra cerca de 146 entidades e o catálogo do ISER, de 1988, registra 167 e ambos registram vários tipos de agrupamentos: comissões de mulheres de partido, principalmente do PT e PMDB;

grupos autônomos de mulheres, como os do Movimento Negro Unificado- MNU na Bahia, por saúde da mulher como o Coletivo Feminista de Sexualidade e Saúde, de São Paulo, o SOS-Violência no Maranhão, o GALF, das homossexuais de São Paulo; sindicais, como o Departamento Feminino do Sindicato dos Bancários de São Paulo ou a Associação de Empregadas domésticas do Distrito Federal; por fim, os catálogos registram uma infinidade de grupos regionais, como o Grupo Feminista Germinal, no Rio Grande do Sul ou a Associação de Mulheres, na Paraíba, entre outras.<sup>19</sup>

Dentro desta multiplicidade, algumas entidades assemelhavam-se ao Comitê de Mulheres.

O Comitê de Mulheres de São Bernardo do Campo, fundado em agosto de 1984, atuava em diferentes frentes, como oficinas de sexualidade e saúde, grupos sobre educação de filhos, campanhas políticas como as Diretas em 84/85 e a Constituinte, campanha que durou de 85 a 88. Construiu, junto a outras organizações de mulheres, um projeto em parceria com a Secretaria Estadual de Abastecimento, que visava oferecer leite a granel 20% mais barato do que o leite C. O jornal Sempre Viva, boletim que além de informar servia de texto-base em muitas reuniões da entidade, em seu primeiro número de set/out de 85 faz um pequeno balanço do trabalho do primeiro ano da entidade:

*"Ampliamos nosso espaço, debatemos assuntos antes proibidos, falando de nossos corpos e desejos. Vencemos muitas barreiras e conquistamos vitórias: nos organizamos em bairros, discutimos saúde e política; conquistamos leite mais barato e também participamos de encontros nacionais e internacionais. E continuamos na batalha. Desde já precisamos organizar o nosso próximo 8 de*

---

<sup>19</sup> Os catálogos encontrados guardam problemas, como repetição de alguns nomes, não especificação dos objetivos dos grupos, considerando como grupos de mulheres desde jornais feministas, cooperativa de artesanato organizada por mulheres ou setores dos órgãos públicos, como conselhos e grupos setoriais de mulheres, mas não chega a prejudicar a informação básica sobre a multiplicidade numérica e de conteúdo dos grupos de mulheres. Seria necessário um levantamento mais preciso sobre os grupos desta época. *Boletim Cim* no.3 dez-84 São Paulo e *Catálogo do Iser*, no.20 org. Leilah Landim, 1988.

*março, através de um encontro bem bonito, revivendo a luta das mulheres de todo o mundo.*"<sup>20</sup>

Cabe ressaltar o discurso positivo e militante do texto e o modo como pretende afirmar e instituir a representação da atuação política do Comitê mostrando a importância do que foi feito e o que deve ser feito futuramente, a partir da expressão "*continuamos na batalha*". O balanço faz mais do que passar uma informação, ele participa da construção de uma identidade coletiva, através do resgate da memória e ao propô-la como um elo de continuidade para ações futuras, ou seja, é uma prática instituinte e produz uma imagem do Comitê para suas associadas e demais movimentos sociais.

Vejamos uma outra entidade, a Associação de Mulheres do Grajaú, na Zona Sul de São Paulo. Em um boletim de 83, elas afirmam que a Associação:

*"Pretende reunir as mulheres...em defesa de seus direitos...e junto com os moradores do bairro e outras organizações existentes trabalhar para melhorar as condições de vida...como escolas, as creches, transportes, postos de saúde."*<sup>21</sup>

No mesmo ano, as mulheres do Grajaú inauguram a Casa da Mulher do Grajaú, que proporcionará atendimento ginecológico, participação em grupos de reflexão e cursos profissionalizantes. O Comitê de Mulheres, que realizava suas atividades centrais em uma pequena sala alugada, buscará durante anos financiamento para a implantação de uma casa da mulher, inaugurada em 88 sob o nome de Casa da Mulher Nora Astorga.<sup>22</sup>

<sup>20</sup> **Jornal Sempre Viva** no.1 set/out de 1985 Arquivo do Comitê de Mulheres de São Bernardo do Campo

<sup>21</sup> **Boletim Associação das Mulheres do Grajaú**, São Paulo, abril de 1983.

<sup>22</sup> Para implantar a Casa da Mulher, o Comitê redimensionou as solicitações: ao invés de projetos caros e multidisciplinares, redistribuiu a proposta em pequenos projetos de saúde da mulher, profissionalização (lanofix), creche, atividades de formação política, cada um custeado por diferentes entidades internacionais e o aluguel passou a ser custeado pela prefeitura de São Bernardo do Campo. O nome da casa foi em homenagem à Nora Astorga, comandante nicaraguense morta em fevereiro de 1988.

A proposta de Casas da Mulher se espalhou por vários grupos feministas na década de 80 e tinha por objetivo oferecer um espaço alternativo, para que as mulheres repensassem seus padrões de feminilidade.<sup>23</sup>

Diversos fatores limitaram os objetivos pré-estabelecidos pelo Comitê, como a prestação de serviços de à população, ao mesmo tempo em que favoreceram uma maior atenção ao campo educacional e político ao lado de outros movimentos sociais.

Em outras regiões de São Paulo, trabalhos semelhantes a estes eram desenvolvidos. A OAM- Organização Autônoma de Mulheres<sup>24</sup>, reunia mulheres dos setores populares, com forte presença religiosa e dos Clubes de Mães, para discutir menopausa, trabalho doméstico, as leis em defesa da mulher e para tudo "*que diz respeito às mulheres e aos setores oprimidos*". Em Santos, a ARMA- Associação Regional Margarida Alves<sup>25</sup>, em um boletim de 81 chama as mulheres a lutarem junto com os trabalhadores e em 86 critica o capitalismo e defende bandeiras feministas de legalização do aborto e contra a violência sexual.

Dois exemplos ilustram esta forma de trabalho, que vinculava as questões de gênero às de classe, que era uma característica comum a alguns grupos dentro do movimento de mulheres da década de 80 e se estendia a outros estados do Brasil. O Centro da Mulher Sergipana<sup>26</sup>, que se apresenta como feminista, relata em seu boletim de 84 trabalhos com grupos sobre o planejamento familiar, de apoio à luta das lavadeiras perseguidas pela prefeitura de Aracaju e da luta das Diretas. O grupo Mulheres em Luta<sup>27</sup>, também do Nordeste, se declara feminista e socialista e expõe seus objetivos na defesa do movimento das Diretas e contra a violência sofrida pelas mulheres.

<sup>23</sup> Outras casas já existiam: a Casa da Mulher da Bela Vista, existente desde 81 e outras casas, segundo registro de 1984, como em Araçatuba, Salvador, Rio de Janeiro e Recife. **Boletim Cim** São Paulo, no.3 dez.84.

<sup>24</sup> **Boletim Mulher em Vida**, OAM, São Paulo, julho de 1985.

<sup>25</sup> **Boletim ARMA**, jan/fev de 1984 e texto mimeo da ARMA. "A luta das mulheres não é a luta contra os homens", Santos, julho de 1986.

<sup>26</sup> **Boletim Centro da Mulher Sergipana**, Aracaju, março de 1985.

<sup>27</sup> **Boletim Mulheres em Luta**, Natal, no.3 set/ 1984.

O movimento de mulheres designava estas formas diferenciadas de luta com um jargão próprio: chamava-se "luta geral" as lutas por melhorias urbanas, por liberdade partidária ou eleições livres e diretas e "luta específica", quando a reivindicação incidia sobre a legalização do aborto, o salário igual por trabalho igual ou um programa de saúde adequado à especificidade feminina, ou seja, as propostas feministas.

A forma ou necessidade de se articular diferentes lutas enfrentava a existência de concepções de trabalho distintas no movimento. Alguns grupos manifestavam formas simplistas de integrar o particular e o universal<sup>28</sup>, de modo que ora se concebia o universal como algo que em si mesmo superaria o particular, e dele prescindiria, ora se atribuía ao particular uma existência autônoma, concebendo o geral com uma resultante linear do desenvolvimento das ações e juízos particulares.

A primeira posição, originada das concepções mecanicistas do marxismo, imaginava a libertação da mulher como consequência natural da superação da sociedade capitalista.<sup>29</sup> Estes grupos se auto-denominavam "feministas socialistas". Na segunda posição via-se a defesa de uma autonomização das diferentes esferas particulares (mulheres, negros, ecológicos, etc), como forma de viabilizar um tipo de "revolução molecular".<sup>30</sup> Subdividiam-se em duas frentes de atuação: construir um movimento autônomo que englobasse bandeiras exclusivamente feministas ou, ao extremo, manter esta reflexão em pequenos grupos, negando a formação de um amplo e organizado movimento feminista.

Na intersecção destas concepções, ainda que dentro do campo do "feminismo socialista", havia a proposta de uma articulação entre as diferentes lutas e de que estas deveriam acontecer concomitantemente na sociedade capitalista, em um processo contínuo que seguiria em uma sociedade socialista. Embora não formassem

<sup>28</sup> Ver LUKÁCS, Georg *Introdução a uma estética marxista*, São Paulo, Civilização Brasileira, 1978 e Lênin, *Cadenos Filosóficas*, edit. Ayuso, Espanha, 1974, p.347

<sup>29</sup> Sobre esta concepção ver DUMOULIN, John e LARGUIA, Isabel, *Para uma ciência da libertação da mulher*, São Paulo, Global, 1982. Para um balanço crítico sobre o tema ver HARTMANN, Heidi, "El infeliz matrimônio entre o marxismo e o feminismo: hacia una unión más progresista" in *Marxismo y Feminismo*, Instituto Internacional de Investigación y Formación, mayo/junio de 1991.

<sup>30</sup> GUATTARI, Felix *Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo*, São Paulo, Brasiliense, 1981.

um bloco coeso com relação às formas de organização, lutas a desenvolver, grupos com os quais se aliar, e mesmo quanto à concepção de socialismo a ser defendido, diferentes defensoras desta concepção atuavam no movimento social de mulheres e no movimento feminista.

Na multiplicidade de trabalhos exercidos pelos grupos de mulheres, como o Comitê ou os demais exemplificados, é possível perceber que havia um corte claro em uma ação centrada nos interesses das classes trabalhadoras, expressos no termo "oprimidas", comum nos boletins ou no sujeito com os quais procuravam dialogar como moradores dos bairros sem infra-estrutura, lavadeiras perseguidas, etc. O caráter anti-capitalista nem sempre está claramente manifesto nos documentos, tendo sido mais comum na época a utilização de um difuso interesse por "direitos". Nos casos aqui citados, o Comitê, o grupo Mulheres em Luta e a A.R.M.A. deixavam claros em seus boletins a auto-denominação de feministas e socialistas, como vemos em um de seus documentos:

*"Não somos contra o socialismo. Aliás, acreditamos que a liberdade da mulher está intimamente relacionada com o fim do capitalismo. Mas não acreditamos que se construa o socialismo sem debate, sem discussão, sem organização, sem ruptura, sem conscientização. Para construir o socialismo, precisamos por o dedo nas feridas do capitalismo. A sexualidade feminina, a situação específica de opressão da mulher, é uma dessas feridas. Não queremos repetir os erros de muitas outras sociedades, que fizeram uma revolução e não extirparam os preconceitos raciais e sexuais... Estamos caminhando, errando e procurando, mas jamais negando: SOMOS FEMINISTAS!"<sup>31</sup>*

A dificuldade dos movimentos explicitarem suas posições com relação ao feminismo socialista é uma questão a ser estudada e pode demonstrar uma diversidade de significados: uma crítica não declarada à situação da mulher nos países socialistas; uma estratégia de priorizar a conquista dos direitos civis e adiar

---

<sup>31</sup> Boletim Mulheres em Luta, op. cit.

para o futuro outras elaborações; ou simplesmente, uma despreocupação com precisões teóricas.<sup>32</sup>

Nas relações entre classe e gênero, um outro aspecto a observar é a tensão permanente entre ambos, ora um se sobrepondo ao outro. Esta tensão é uma característica do movimento social de mulheres, que tem uma lógica construída de fora do movimento feminista pautadas principalmente pelo ritmo do movimento partidário e sindical. Um resultado visível desta tônica era o apoio que os movimentos sociais de mulheres prestavam, ao acompanhar a agenda política de outros movimentos, enfrentando desta forma uma dificuldade prática de interligação com as lutas que promovia dentro de uma ação feminista.

Além destas preocupações, a relação entre movimento e Estado era outro fator que tensionava o movimento de mulheres. O Comitê de Mulheres participava desta discussão, não só por estar envolvido em reivindicações feministas dirigidas ao Estado como por desenvolver um projeto de alimentação junto a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo.

### **O movimento de mulheres e o Estado**

As diferentes concepções de Estado formuladas pelo feminismo geraram um forte divisor de águas no movimento feminista na década de 80, que em São Paulo se manifestou especialmente na construção de conselhos nos órgãos estatais e na polêmica sobre a implantação do PAISM- Plano de Saúde Integral da Mulher.<sup>33</sup>

<sup>32</sup> Ver *Mulherio*, "8 de março: estamos menos longe", LEON, Ethel e outras, ano II, no.6 mar/abr de 1982; LOBO- E. e PAOLI- M. "Notas sobre o feminismo" in *Desvios*, ano I, no.1, nov.1982; *Mulherio*, "Feminismo é uma cachaça", de SOUZA-LOBO, Elizabeth, ano IV, no.17, jul/ago de 1984; ALEMBERT, Zuleika *Feminismo- o ponto de vista marxista*, São Paulo, Nobel, 1986; SAFFIOTI, Heleieth "Feminismo e seus frutos no Brasil" in *Movimentos Sociais na Transição Democrática*, São Paulo, Cortez, 1987.

<sup>33</sup> Programa elaborado em 1983 pelo governo federal e seguido por governos estaduais "que encampava muitas das elaborações feministas sobre direitos reprodutivos produzidos até então...este programa propunha ações de saúde dirigidas para o atendimento global das necessidades prioritárias das mulheres e de assistência à saúde em todas as fases da vida, incluindo atividades clínico-ginecológicas e educativas, aprimoramento do controle pré-natal, parto, puerpério, abordagem de problemas da adolescência e terceira idade, controle das doenças sexualmente transmissíveis, câncer do colo uterino e de mama e assistência à concepção e anticoncepção" in CITELLI, Teresa *Mulheres e Direitos Reprodutivos na periferia: releitura feminista de um movimento de saúde*, FFLCH USP/1994 p.36-7

Ao exigir do Estado uma atuação contra as diferentes formas de discriminação sofridas pelas mulheres, o movimento deparou-se com a possibilidade aberta de inserir militantes feministas nos órgãos estatais. A divergência se dava no como seria esta inserção e no seu significado para o conjunto do movimento autônomo de mulheres. Em 1982, com a vitória do PMDB, é expressa a proposta de criação de um Conselho da Condição Feminina.

Em São Paulo, no mês de abril de 1983, foi criado o Conselho Estadual da Condição Feminina, por decreto assinado pelo governador do PMDB, Franco Montoro e que tinha entre suas integrantes as feministas Maria Malta Campos, Iara Prado, Eva Blay e Heleieth Saffioti. O programa deste Conselho, segundo a reportagem de Inês Castilho à época de sua criação, era realizar *"uma política de profissionalização, emprego e saúde da mulher"*, contra a *"violência específica a qual as mulheres estão sujeitas"*, assim como elaborar *"uma política cultural que provocasse uma modificação na imagem da mulher difundida pelos meios de comunicação, livros didáticos e outros."*<sup>34</sup>

Alvarez, em um estudo aprofundado sobre a relação Estado e movimento de mulheres neste período, afirma que, inicialmente, esta participação foi vista por *"muitas participantes de movimentos de mulheres não peemedebistas como uma outra instância de cooptação estatal e 'institucionalização' do movimento autônomo de mulheres paulistas"*.<sup>35</sup> Esta autora avalia que o Conselho era uma armadilha e um risco permanente com o qual o movimento teria de lidar, mas que ao mesmo tempo, era um fator que imprimia uma nova qualidade aos patamares anteriores da luta feminista, quando o interlocutor era apenas a sociedade de maneira geral.

A crítica não estava centrada só no risco da cooptação ou da institucionalização do movimento via Conselho, que tenderia a atuar como intermediário entre o movimento e o Estado, mas na forma como foi politicamente estruturado. A reivindicação de políticas públicas, que terminou por desembocar

---

<sup>34</sup> **Mulherio**, ver *"Conselho da Condição Feminina, nossa parcela no poder"* ano III, no. 13 mai/jun de 1983.

<sup>35</sup> **ALVAREZ**, Sônia op. cit.

naquele momento na forma de Conselhos, havia sido uma reivindicação comum do movimento, independentemente da filiação partidária. Entretanto, no momento pós-eleição de 1982, a composição do conselho foi majoritariamente constituída por mulheres próximas ao PMDB. Neste contexto, surgiram as críticas de setores da esquerda feminista, principalmente do PT, sobre a não democratização de um espaço que em tese deveria ter representantes de vários grupos e setores dos movimentos.

Apesar da composição final do Conselho, através da incorporação de conselheiras enquanto mulheres feministas e não movimento político, os riscos da cooptação eram reais. Exemplo claro deu-se quando o Conselho acompanhou o movimento de creches em São Paulo: a prática política do Conselho intermediar a relação movimento/Estado tendia a propiciar uma ambiguidade de sujeitos políticos e de direção do movimento, fazendo com que o movimento agisse como uma extensão do poder público (Conselho), visto ser este quem dialogava com outro setor público (Secretaria Estadual) responsável pela distribuição dos recursos públicos.

A meu ver, a cooptação se daria de forma estrutural, a partir das relações políticas assumidas, independentemente das intenções dos sujeitos envolvidos. Esta análise não significa inviabilizar estas formas de atuação política, mas tornar claras quais são as dificuldades enfrentadas pelo conjunto dos movimentos sociais ao atuarem ao lado dos Conselhos, em quaisquer áreas, principalmente se os movimentos não conseguirem definir ações paralelas em outros âmbitos, escapando da relação Estado/Movimento.<sup>36</sup>

---

<sup>36</sup> A meu ver, este aspecto não depende do caráter partidário daquele que governa, e ocorre mesmo em administrações ditas populares. Se teóricamente é possível manter-se a autonomia do movimento e ao mesmo tempo estabelecer com ele parcerias limitadas, o resultado prático da ação conjunta com o estímulo à participação popular tende a ser a quebra da autonomia do movimento pela própria dinâmica instituída pela parceria e co-responsabilidade definida pela gestão dos recursos públicos, dificultando o deslocamento do problema para a forma de organização econômico-social geradora da desigualdade de classe. Uma visão otimista sobre a participação popular/Estado pode ser encontrada em **Baierle, Sérgio G.** *A emergência de um novo princípio ético-político nos MPUS em Porto Alegre* LASA XVIII International Congress/ Atlanta, March 10-12, 1994, mimeo.

A polêmica de participação nos Conselhos perdurou durante anos após a sua constituição<sup>37</sup>, mas no que se refere ao Comitê de Mulheres de São Bernardo do Campo, não foi um processo considerado importante no debate mais amplo com suas associadas. A ausência deste tema nos documentos e jornais do Comitê, permite inferir que o debate se dava muito mais a nível partidário, pelo fato das militantes da direção pertencerem ao Partido dos Trabalhadores e por envolver a política estadual e nacional.

Apesar de todas as divergências, o Conselho implementou um trabalho nas áreas de creches e saúde da mulher. Obteve um saldo razoável de vitórias na construção de creches e enfrentou dificuldades maiores na implementação do PAISM, quando conseguiu vitórias parciais, como em Sorocaba ou outras regiões da capital e Grande São Paulo. No período da adequação do PAISM redigido pelo governo federal, e depois pela Secretaria de Saúde estadual, este programa sofreu críticas dos setores autônomos do movimento de mulheres e do PT, que argumentavam sobre os poucos recursos destinados ao Projeto, suficientes apenas para uma farta distribuição de pílulas e nada mais. Estes grupos, acrescidos de representantes do Conselho da Condição Feminina de São Paulo, escreveram um documento alternativo que se diferenciava deles na exigência do aborto livre, custeado pelo governo e pela inclusão de grupos de reflexão sobre a sexualidade, aberto a homens e mulheres.<sup>38</sup>

O histórico anterior de cada uma das lutas, por creches ou saúde, influenciava na forma de atuação do Conselho para com o movimento. A problemática das creches vinha de uma longa trajetória de um movimento de mulheres por creches<sup>39</sup>, iniciado pelos Clubes de Mães e que estava em seu auge no período 83-84, o que

---

<sup>37</sup> Sobre estas questões e adentrando pelos anos 90 com a questão do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, ver SCHUMAHER, Maria Aparecida e VARGAS, Elizabeth "Lugar no governo: álbi ou conquista?" in Estudos Feministas, vol. 1, no2/93.

<sup>38</sup> *Contribuição para o planejamento de um programa de saúde da mulher no Estado de São Paulo, Conselho da Condição Feminina, Fac. de Saúde Pública da USP, Secretaria do Estado da Saúde de São Paulo e outros, junho de 1983.*

<sup>39</sup> Ver ALVAREZ, Sônia op. cit ; OLIVEIRA, Zilma "A creche no Brasil, Mapeamento de uma trajetória", São Paulo, 1987, mimeo e SAFFIOTI, Heleieth "Movimentos Sociais: a face feminina" in *A Condição Feminina*, São Paulo, Vertice, 1988.

deu ao Conselho um forte respaldo popular. Por outro lado, o movimento feminista apresentava uma certa dificuldade em construir fortes movimentos de massa ligados à questão da saúde feminina, tendo sobre este tema uma experiência através de oficinas e atendimentos alternativos, mas com pouca influência sobre a população.

O Comitê de Mulheres de São Bernardo acompanhava esta discussão: desde o seu primeiro encontro, em março de 1984, deliberou por atuar em duas áreas, alimentação mais barata e saúde da mulher, e por isso, no mesmo ano, participou do Encontro Nacional Mulher e Saúde, em Itapeccerica da Serra. Em seus boletins havia uma constante referência à este tema, no entanto sem explicitar qualquer relação com a existência dos Conselhos ou ainda propor-se a organizar alguma forma de movimento mais estruturado em função desta bandeira. É interessante e merece ser estudada a dificuldade do movimento feminista de inserir-se no movimento de saúde ou até construir, de maneira autônoma, um forte movimento de massas que tivesse por preocupação central a saúde da mulher.

Passado algum tempo, as avaliações sobre o papel do Estado na incorporação de bandeiras feministas mostraram que os embates entre os diferentes níveis do setor público (municipal, estadual e federal) tiveram um caráter oscilatório, de acordo com as correlações das forças sociais neles representadas. As brechas e contradições dentro das classes dominantes, exploradas sempre que possível pelo movimento social de mulheres e pelo movimento feminista, passaram a segundo plano na medida em que o Estado foi paulatinamente sendo ocupado por representantes de uma visão ligada aos interesses internacionais e o sistema de saúde entrou em profundo colapso. Com raras exceções, a municipalização da saúde, sem a contrapartida financeira do governo estadual e federal, não contribuiu para dar amplitude ao programa sintetizado no PAISM. Nos anos 90 a problemática permanece, pois, de acordo com uma pesquisa aplicada em 1992, sobre os dados fornecidos por 16 secretarias municipais e 14 secretarias estaduais de saúde, a

*"conclusão foi de que a assistência integral à saúde da mulher não passa de umas poucas experiências isoladas e descontínuas".<sup>40</sup>*

O que tem ocorrido é a incorporação parcial de algumas de suas propostas. Em São Bernardo do Campo, por exemplo, a ênfase de Centro de Atendimento à Saúde da Mulher concentra-se na prevenção do câncer de útero e de mama e na realização de grupos de planejamento familiar. Além de ser um programa mínimo, é realizado de forma centralizada em um único local para todas as mulheres do município, não se estendendo à vasta rede de Unidades Básicas de Saúde (UBS) sediada nos bairros e que ofereceriam um melhor acesso ao conjunto das mulheres.

A problemática mais ampla sobre o risco da cooptação do movimento de mulheres pelos Conselhos no estado de São Paulo foi posta de lado pela própria dinâmica dos conselhos, que se distanciaram dos movimentos e transformaram-se em mais um organismo estatal, ainda que consultivo, limitado por não ter recursos financeiros ou status político em níveis comparados ao de secretarias do governo estadual. Em termos municipais, com a entrada em cena das administrações petistas, surgiu a preocupação com um organismo que atendesse à necessidade de uma política pública voltada às questões de gênero, organizada através de coordenadorias. A polêmica, a partir de 89, se direcionará a um debate sobre o poder deliberativo e a autonomia financeira destes organismos, já baseados na leitura da experiência anterior com os Conselhos, deixando-se de lado em termos municipais a preocupação com a cooptação na medida em que agora parcela considerável dos militantes do movimento passaram a ser, ao mesmo tempo, cargos de confiança das administrações petistas. O que não significou que a cooptação deixou de existir em termos municipais ou que em termos de política nacional/estadual as restrições aos Conselhos fossem abandonadas.<sup>41</sup>

---

<sup>40</sup> **Boletim Mulher e Saúde** "Para entender o PAISM" p.10-1 SOF São Paulo, junho de 1994.

<sup>41</sup> A reflexão sobre as novas formas de construir as políticas públicas a partir de 89, como as coordenadorias municipais, não será aprofundada porque foge aos objetivos deste trabalho. Apenas um exemplo sobre a continuidade da polêmica sobre os conselhos pode ser observado na posição explicitada pela Secretaria Nacional de Mulheres do Partido dos Trabalhadores: *"Não concordamos com a idéia de um Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que tem atuado basicamente como organismo de propaganda e com*

A questão do Estado e da autonomia, assim como a definição do conteúdo de suas lutas tem sido uma preocupação dos estudos sobre mulheres e o feminismo no Brasil. Os estudos de Alvarez, assim como outros que surgiram em meados da década de 80 e início de 90, registram a preocupação de compreender a diversidade do movimento feminista e do movimento que se uniu a ele ao incorporar seu projeto feminista. No início de 90, uma nova vertente de estudos surgiu, procurando desvendar até que ponto os movimentos de mulheres, que em análises mais genéricas e entusiasmadas da década de 80 recebiam atributos de luta feminista, na verdade se encontravam mais próximos de um movimento popular urbano, ao passarem por uma análise mais acurada. Ambas as vertentes têm contribuído para o entendimento do movimento de mulheres e/ou feminista e sobre elas vamos refletir a seguir, pois neste esforço de compreensão é que inserimos o trabalho sobre o Comitê de Mulheres.

### **Movimentos Sociais e Gênero: anotações bibliográficas**

A inclusão das mulheres na historiografia proporcionou um alargamento do discurso historiográfico.<sup>42</sup> Como observa Rago<sup>43</sup>, esta crítica ao sujeito universal "homem" se manifestou inicialmente na vertente marxista, que na década de 70 enfatizava a opressão capitalista e patriarcal sobre as mulheres, principalmente no mundo do trabalho.<sup>44</sup> Passou depois por estudos produzidos no campo da História

---

*pouco poder para efetivamente propor políticas*". **Boletim Mulheres**. Secretaria Nacional de Mulheres do PT, no.4- mar/abr/95.

<sup>42</sup> Um balanço detalhado da produção historiográfica sobre mulheres pode ser encontrado em **RODRIGUES**, Jane de F. Silva "As ciências sociais e a construção dos estudos sobre mulheres: apontamentos para uma abordagem historiográfica" in *Espaço Feminino*, Publicação do Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisa sobre a mulher da Universidade Federal de Uberlândia, no. 1, 1994.

<sup>43</sup> **RAGO**, Luzia Margareth "As mulheres na historiografia brasileira" in **SILVA**, Zélia Lopes (org.) *Cultura Histórica em debate*, São Paulo, Unesp, 1995 e **RAGO**, Luzia Margareth "Relação de gênero e classe operária no Brasil- 1890-1930" in *Caderno Espaço Feminino*, Uberlândia, Publicação do Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisa sobre a Mulher, UFU, no.1, 1994.

<sup>44</sup> Destacam-se **SAFFIOTI**, Heleieth *A mulher na sociedade de classes*, 1969; **HÄHNER**, June *A mulher brasileira e as lutas sociais e políticas, 1850-1937*, São Paulo, Brasiliense, 1981; **PENA**, Maria Valéria *Mulheres Trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

Social ou no campo da Nova História, que, na década de 80, valorizavam as mulheres como sujeito histórico, com capacidade de luta e transformação das condições sociais.<sup>45</sup> Ainda na década de 80, destacaram-se outras abordagens teóricas, baseadas na proposta foucaultiana de desconstrução da identidade, para revelar uma multiplicidade de sujeitos. Estes estudos enfatizavam a análise das práticas discursivas e das tecnologias de poder que codificam e constroem o corpo, a sexualidade feminina, o desejo e o próprio sujeito.<sup>46</sup>

Uma outra problemática perpassa os estudos preocupados com a presença feminina na história: avaliar até que ponto é possível se construir uma história das mulheres ou se a questão passa a estar no deslocamento que a inserção do personagem feminino provoca na história construída sob o prisma do ser humano universal "homem", alterando o enfoque global da história escrita até os tempos atuais, através de um olhar de gênero.

A "história das mulheres", que segundo Scott<sup>47</sup> tem sua origem a partir dos estudos feministas e do resgate da mulher enquanto sujeito histórico, apresenta vantagens políticas, por deixar clara a opção por uma sociedade sem discriminação baseada no sexo. Entretanto, pode apresentar riscos epistemológicos por dificultar a compreensão relacional que o gênero, enquanto uma categoria que expressa a construção social dos aspectos de masculinidade e feminilidade, possibilita para um re-olhar historiográfico mais abrangente, com novas problematizações sobre temas antigos.

---

<sup>45</sup> Ver DIAS, Maria Odila *Quotidiano e poder em São Paulo no séc. XIX*, São Paulo, Brasiliense, 1984; RAGO, Margareth *Do cabaré ao lar- a utopia da cidade disciplinar, 1890-1930*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985; LEITE, Miriam M. *Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura*, São Paulo, Ática, 1984; SAMARA, Eni M. *As mulheres, o poder e a família, São Paulo séc. XIX*, São Paulo, Marco Zero/ Sec. Est. de Cultura de SP, 1988; entre outros.

<sup>46</sup> ESTEVES, Martha de A. *Meninas Perdidas. Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro, paz e Terra, 1989; ENGEL, Magali *Meretrizes e doutores. Saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840/1890)* São Paulo, Brasiliense, 1989; RAGO, Margareth *Os prazeres da noite. Prostituição e códigos de sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

<sup>47</sup> SCOTT, Joan "História das Mulheres" in BURKE, Peter (org.) *A escrita da história*, Novas perspectivas, São Paulo, Unesp, 1992. Ver também RODRIGUES, Jane de F. Silva, op. cit. , que realiza uma defesa da história das mulheres.

A autora tece sobre esta questão uma série de problematizações, mas o que nos interessa aqui é que, a partir desta preocupação mais global, ao voltarmos os olhos para os trabalhos até o momento realizados no Brasil, observamos uma tendência ainda forte de privilegiar a "história de mulheres" mais do que as relações de gênero, embora em muitos momentos apareça mesclada a uma preocupação com o gênero e o aspecto relacional que ele traz em si.

O trabalho aqui apresentado situa-se ainda dentro destes marcos da história das mulheres, ao constituir-se como uma história do movimento social de mulheres e situar as mulheres como sujeito central de sua análise. Procura estabelecer algumas pontes com a historiografia dos movimentos sociais e com a história do cotidiano, ao traçar as mudanças para ambos os sexos. Por tratar-se de história recente e em elaboração, a produção historiográfica sobre o período é bem escassa, o que dificultou uma perspectiva de integração entre o gênero e outras facetas da história social.

Nos marcos gerais desta problemática, situaremos o que se tem feito em termos de produção teórica sobre *o recorte de gênero e os movimentos sociais da década de 80*.

Na década de 80, além dos estudos sobre as relações entre mulher e trabalho entra em vigor a temática da posição da mulher na família.<sup>48</sup> A ênfase sobre o *trabalho* vinculava-se aos estudos marxistas, que na época relacionavam classe e gênero através do estudo da divisão sexual do trabalho. Foram estudos que deram visibilidade ao que Elizabeth Lobo sintetizou na afirmação de que "a classe operária tem dois sexos". Para os autores ligados a temática da mulher e o mundo do trabalho, ao se fazer a história do movimento sindical não se podia deixar de lado a participação das mulheres, suas reivindicações e principalmente, a compreensão dos

---

<sup>48</sup> Ver *O sexo do trabalho* VVAA, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986; *Rebelião e submissão*, VVAA, São Paulo, FCC/Vértice, 1989; *Trabalhadoras do Brasil* VVAA, São Paulo, Brasiliense, 1982; *A classe operária tem dois sexos- dominação e resistência*, SOUZA-LOBO, Elizabeth, op. cit.; *A condição feminina, a condição operária*, NEVES, Magda, UFMG, 1983; *Trabalho e família, um estudo das relações*, BILAC, Elizabeth D., FFLCH/USP 1977 E FFLCH/USP 1983; *Mulher, casa e família*, BRUSCHINI, Cristina, São Paulo, 2a. ed. Vértice/FCC, 1990; entre outros.

mecanismos pelos quais eram construídas as relações de gênero dentro deste movimento. O feminismo aparecia nestes estudos através da relação que estabelecia com o movimento sindical. As análises sobre a dinâmica familiar tinham como eixo a compreensão das mudanças econômicas e culturais nas relações de gênero em famílias de diferentes classes sociais. Apesar de permitirem compreender o contexto familiar das últimas décadas, os estudos sobre família não procuraram, entretanto, construir uma correspondência entre estas alterações e a atuação direta do movimento feminista.

Ainda nos anos 80, podemos registrar alguns estudos pioneiros sobre a história do feminismo enquanto um movimento com características próprias. Tendo por objeto de reflexão a família e o feminismo, a partir de uma preocupação central com as publicações femininas e feministas, Moraes<sup>49</sup> localiza a relação indissociável entre história da imprensa feminista e história do feminismo no Rio de Janeiro e São Paulo, inclusive para o encontro entre o movimento popular de mulheres e o movimento feminista.

O trabalho de Pontes sobre o SOS-Mulher de São Paulo, que implementava um trabalho alternativo de assistência a mulheres vítimas de violência<sup>50</sup>, foi posteriormente complementado com o estudo de Gregori analisando o ponto de vista das mulheres atendidas pelo SOS e a dificuldade de compreensão da proposta feminista por quem era atendido por ele.<sup>51</sup> Entretanto, para a finalidade de nossa pesquisa, destacaremos do conjunto a preocupação com a interseção entre movimentos sociais, participação de mulheres e movimentos feministas, pois analisar as formas desta interseção faz parte da problemática sobre a história do Comitê de Mulheres de São Bernardo do Campo.

---

<sup>49</sup> MORAES, Maria Lygia Quartim de *Família e feminismo: reflexões sobre papéis femininos na imprensa para mulheres*, FFCLH/USP 1981.

<sup>50</sup> PONTES, Heloisa A. *Do palco aos bastidores-SOS Mulher e Práticas feministas Contemporâneas*, IFCH/Unicamp, 1986.

<sup>51</sup> GREGORI, Maria Filomena *Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*, Rio de Janeiro, Paz e Terra e São Paulo, Anpocs, 1993.

O trabalho historiográfico de Goldberg<sup>52</sup> procura traçar as origens do feminismo brasileiro da década de 70, não exatamente em 1975, Ano Internacional da Mulher, como é apontado por uma variedade de artigos, mas nas alterações produzidas pelas mudanças econômicas, políticas e culturais da década de 60. A autora oferece como indicadores, por exemplo, a inserção no mercado de trabalho, principalmente para as mulheres das classes médias, a alteração no novo estatuto da mulher casada, que possibilitava a realização do trabalho assalariado sem a autorização do marido e a publicação da revista *Cláudia*, que oferecia um contraponto para a expressão das angústias e necessidades destas “novas mulheres”.<sup>53</sup> O “feminismo bom para o Brasil” foi forjado, segundo ela, através da aproximação com as lutas políticas da esquerda na década de 60, com intensa participação de militantes das camadas médias que vivenciaram os questionamentos sobre a condição feminina naquele período. Estes aspectos possibilitaram a criação do movimento feminista autônomo e das vertentes marxistas que se dividiram entre considerar a questão de gênero paralela à luta de classes e aquelas que subordinavam o gênero a uma mudança estrutural, colocando-o em segundo plano.

A análise desta autora ilumina muitas das indagações de minha pesquisa. Ao construir uma análise inicial sobre o Comitê de Mulheres, observei que desde o seu início a entidade unificava em seus objetivos a luta por melhores condições de vida e uma alteração nas relações de gênero no sentido do igualitarismo. Na medida em que a pesquisa caminhava, se tornou clara a existência dos elementos apontados por Goldberg, quer fossem eles da transição cultural marcada pelas décadas de 60 e 70, quer da atuação política de 60 a início de 80.

---

<sup>52</sup> GOLDBERG, Anette, *Tudo começou antes de 1975: idéias inspiradas pelo estudo da gestação de um feminismo bom para o Brasil*, mimeo, 1993.

<sup>53</sup> Segundo GOLDBERG, “o projeto inicial de autoria da jurista Romi Medeiros da Fonseca, que propunha plena igualdade entre os cônjuges, tramitou durante dez anos nos poderes legislativos, sendo afinal transformado num texto que finalmente distinguia a mulher casada dos indígenas, dos incapacitados e dos menores e lhe possibilitava o exercício de atividades assalariadas sem necessitar autorização do marido; este, entretanto, permanecia sendo o chefe da sociedade conjugal”. in op. cit. p.25

Alvarez<sup>54</sup>, em seus estudos sobre o gênero e a questão da democracia no Brasil dos anos 70 e 80, tece uma interessante abordagem sobre as alterações políticas nos partidos e na estruturação do Estado brasileiro na década de 80:

*"A liberalização política ou abertura no Brasil parece ter criado um espaço político maior para a participação política da mulher e para a articulação de reivindicações específicas de gênero. O processo gradual de 'redemocratização' tanto reforçou quanto foi fortalecido por um processo igualmente gradual que eu chamo de politização do gênero - um processo pelo qual as questões anteriormente consideradas partidos políticos e pelo Estado."*<sup>55</sup>

Segundo ela, a nova qualidade apresentada não deixa, entretanto, de implicar em riscos da cooptação dos movimentos, que pode se dar através da crença de que o conselho o representa "no Estado" e de uma institucionalização do movimento social. Em seu estudo vemos também a preocupação com a constituição do movimento de mulheres por melhores condições de vida e do movimento feminista, e apresenta como a principal ponte entre ambos, a forte presença de mulheres militantes de esquerda que incorporaram a proposta feminista e passaram a implementar uma articulação prática no movimento social.<sup>56</sup>

No intuito de tentar compreender a relação entre o movimento de mulheres e o movimento feminista, Singer<sup>57</sup> em 83 descrevia o encontro entre feministas e movimentos populares compostos por mulheres, na organização do 1o. Congresso da Mulher Paulista em 1979, e embora não aprofundasse a análise, sugeria a importância que teria para o feminismo brasileiro estas aproximações. Com exceção dos poucos estudos feministas propriamente ditos, o foco de análise sobre os movimentos sociais urbanos compostos majoritariamente por mulheres raramente era

<sup>54</sup> ALVAREZ, Sônia op. cit.

<sup>55</sup> ALVAREZ, Sônia op. cit. p.316

<sup>56</sup> Um estudo de caso de Maria Bueno Bastos traz à tona entrevistas de militantes do movimento feminista autônomo. Mostra o intercâmbio de experiências no conjunto do movimento social e revela ainda, a tensão existente entre as mulheres do movimento autônomo e as militantes partidárias das vertentes marxistas no final da década de 70 e meados de 80. Ver BASTOS, M.B. *Outras palavras, outras imagens- movimento feminista na cidade de São Paulo nos anos 70/80*, PUC/SP1991.

<sup>57</sup> SINGER, Paul "O feminino e o feminismo" in SINGER, P. e BRANT, V. op. cit.

acompanhado de uma preocupação mais rigorosa com relação à questão de gênero.<sup>58</sup>

Duas eram as consequências desta pequena preocupação: ou se considerava de total irrelevância a participação massiva de mulheres, ou se inferia uma conclusão extremada de que esta participação era capaz, por si só, de provocar mudanças significativas nas relações homem-mulher devido à participação pública das mulheres.<sup>59</sup> O horizonte desta mudança qualitativa restringia-se ao aspecto da mulher se tornar um sujeito político participante. Neste último caso, partia-se para uma questão central em que a ênfase continuava centrada nas relações de classe: a partir dela se procurava compreender o caráter das suas reivindicações; a quem se dirigia; sua relação com outros movimentos; níveis de eficácia na transformação global da sociedade; etc. Nesta linha foram produzidos muitos estudos tratando do movimento por saneamento básico, saúde, moradia, entre outros.<sup>60</sup>

No Brasil dos anos 90, estudiosos feministas de diferentes vertentes teóricas confluem em uma maior ênfase na abordagem de gênero sobre os diferentes movimentos sociais existentes.<sup>61</sup> Dirigem seu olhar para os movimentos que têm uma participação marcante de mulheres, buscando compreender as influências ou ausências do movimento feminista sobre ele e constroem uma problematização que vai além da preocupação com a inserção de classe social. Longe da afirmação

<sup>58</sup> O estudo dos movimentos populares por creches na cidade de São Paulo caminharam em consonância maior com a preocupação de gênero, talvez influenciados pelo encontro entre o movimento feminista e movimento por creches no final da década de 70 e início de 80. Ver OLIVEIRA, Zilma, op. cit.; ROSEMBERG, Fúlvia "O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil: o caso da creche", in *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, FCC, 1984; HADDAD, Lenira "Creche: reflexões sobre uma trajetória", in *Rebelião e Submissão*, op. cit., entre outros.

<sup>59</sup> Ver afirmação de SADER, Eder *Quando novos personagens entraram em cena*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

<sup>60</sup> Aqui nos referimos aos estudos sobre movimentos populares e não aos estudos feministas sobre o movimento de mulheres. Ver JOAQUIM, Maria Salete *Militantes de Clubes de Mães: os efeitos da experiência em organização popular*, PUC/SP, 1984; REBORETO, Lucília *A transformação de um bairro operário numa comunidade*, PUC/SP, 1983; entre outros.

<sup>61</sup> SALVADOR, Zulman *Mulheres, vida e obra: a participação feminina em um mutirão em SP*, USP/1993; SILVA, Zélia M. P. *O fio da rendeira: a ação política das mulheres na redefinição das relações de gênero*, PUC/SP, 1992; CARLOTO, Cássia *Uma análise psico-social do processo de participação das mulheres no movimento reivindicatório urbano: necessidades, limites, dificuldades*, PUC/SP 1992; CITELLI, M. Teresa *Mulheres e direitos reprodutivos na periferia: releitura feminista de um movimento de saúde*, São Paulo, FFLCH/USP, 1994; entre outras.

otimista de que basta haver mulheres para que o feminismo emergja espontaneamente, estes estudos vêm apresentar os limites destes movimentos e possíveis brechas descobertas para uma atuação mais eficaz na construção de propostas que questionem a subordinação da mulher em nossa sociedade.

O estudo de Citelli<sup>62</sup>, sobre o movimento de saúde da Zona Leste de São Paulo, dirigido pelos setores progressistas da Igreja Católica, apresenta as limitações deste movimento na incorporação da luta pela saúde da mulher, ou mais especificamente, pelos direitos reprodutivos.<sup>63</sup> Sua hipótese central é que a participação feminina em um movimento de saúde *para todos* não significa necessariamente aproximações com o feminismo no embate com os órgãos públicos. Ao falar da assessoria que este movimento recebia de uma organização não governamental feminista, o Sempre Viva Organização e Formação-SOF<sup>64</sup>, questiona o alcance de sua influência, dizendo que algumas mulheres incorporam parcialmente elementos de crítica feminista em termos pessoais, mas que este fato não significa nada em termos de uma proposta de política pública baseada na reivindicação feminista dos direitos reprodutivos. A autora, ao tentar buscar o porquê destas limitações em relação ao feminismo, constrói uma argumentação baseada nas seguintes afirmações: o movimento é dirigido pela Igreja; há um distanciamento geográfico entre a moradia das assessoras feministas e das ativistas do bairro; e por fim, que as feministas são de classe média e possuem uma visão de mundo diferenciada em termos culturais, sexuais, não conseguindo influenciar as ativistas de outras classes sociais.

Dos elementos limitantes apresentados por Citelli para a dificuldade de práticas feministas por aquele movimento, podemos observar que o Comitê de

<sup>62</sup> CITELLI, Maria Teresa, op. cit.

<sup>63</sup> Segundo CITELLI "A noção de direitos reprodutivos tem como pressuposto básico o direito de as mulheres (e também os homens) direcionarem de modo autodeterminado suas vidas sexuais, livres do medo da gravidez...à defesa do direito ao aborto, seguro, legal e acessível a todas as mulheres...além da anticoncepção, os direitos reprodutivos incorporam o direito à assistência à gravidez, parto e puerpério, bem como de tratamento para a infertilidade" in op. cit. p.35

<sup>64</sup> Sempre Viva Organização e Formação- SOF (antigo Serviço de Orientação à Família) é uma entidade feminista, não governamental, que atua na cidade de São Paulo e oferece assessoria política e atividades de formação na área de saúde da mulher através de cursos, oficinas, etc.

Mulheres de São Bernardo não se encontrava sob as barreiras apresentadas por ela, o que pode ter facilitado a intensidade das práticas feministas desenvolvidas por ele e sua influência sobre as mulheres, como será visto mais adiante. O Comitê não era um movimento dirigido pela Igreja, apesar de ter entre suas militantes muitas mulheres participantes de pastorais e Cebs; além de não haver uma assessoria externa, não havia distanciamento geográfico entre elas, sendo que se dividiam pelos bairros da cidade como moradoras e lideranças de bairros; o feminismo não era atributo do conjunto das mulheres de classe média, (apenas de duas) mesmo porque muitas delas tornaram-se feministas no decorrer de sua participação na entidade em um processo simultâneo de descoberta do feminismo por outras mulheres oriundas dos setores rurais, operários ou trabalhadoras autônomas como costureiras, domésticas, etc.

Os fatores que ajudaram para que o Comitê desenvolvesse práticas feministas com os grupos de mulheres foram ao mesmo tempo limitantes para a implantação de um movimento de massas com caráter feminista: as armadilhas do movimento popular com seu ativismo e seu atrelamento às questões partidárias e sindicais dificultavam uma avaliação permanente sobre a adequação entre práticas e objetivos da dupla luta do movimento social de mulheres (classe e gênero); a característica pessoal das lideranças, que por sua formação de esquerda priorizavam as lutas políticas globais mesmo sem tecer sobre elas uma relação dinâmica com a questão do gênero; além disso, os outros movimentos sociais não “devolviam” em forma de ações conjuntas de interesse feminista o apoio que recebiam destas mulheres para as lutas como greves, eleições diretas, habitação, etc.

Se na política pública o alcance do movimento de mulheres era relativo e sem preocupação feminista, havendo uma correspondência entre o que Citelli observou para o Movimento de Saúde da Zona Leste com o Movimento de Mulheres pela Alimentação mais Barata, com o qual o Comitê articulava um movimento de massa, **em termos de mudanças pessoais as diferenças entre ambos tornava-se mais clara.**

Apesar de Citelli não se preocupar com as mudanças pessoais das militantes do movimento de saúde, citou alguns raros exemplos de incorporação do feminismo por suas participantes: a compreensão da especificidade do corpo feminino e de suas necessidades biológicas e sociais. Observou, entretanto, que isto acontecia apenas com algumas e que estas mulheres viam este tema de forma fragmentada sem perceber que por trás dele havia toda uma política e uma proposta global do feminismo.

Foi em outro estudo, feito anteriormente por Carloto<sup>65</sup>, ainda sobre o mesmo movimento de saúde da Zona Leste, que esta preocupação se expressou como objeto central de pesquisa. As conclusões foram muito semelhantes, pois Carloto demonstrou que a participação pública das mulheres, em um movimento social por saúde, alterou as relações de gênero em muitos aspectos: as mulheres construíram uma identidade forte o bastante para se auto-afirmarem enquanto sujeitos portadores de valores positivos considerados até então privilégios do mundo masculino, como coragem, conhecimento, poder da fala e respeito político no bairro. Entretanto, continuaram com dificuldades em romper com a naturalidade com que viam outras diferenças, como os aspectos da sexualidade, trabalho doméstico, responsabilidade com os filhos e de passar a reivindicar mudanças nestes aspectos para si e seu grupo de mulheres, de forma coerente e coletiva.

Através de instrumentais diferentes, as autoras apresentaram descobertas muito parecidas no que se refere à concepção de mundo das mulheres que pesquisaram. O auto-fortalecimento, a busca da individualidade e a maior facilidade de alterações no mundo público foram comuns e não estabeleceram uma crítica consistente ao sistema de gênero imperante em nossa sociedade, nem em termos privados nem em termos públicos. Ao comparar estes estudos com a história do Comitê, ainda que persistisse uma visão fragmentada do feminismo (e ligada fundamentalmente ao feminismo liberal), qualitativamente as diferenças foram mais visíveis e profundas na abordagem sobre o cotidiano: a família, o mundo doméstico,

---

<sup>65</sup> CARLOTO, Cássia M. op. cit.

a relação com o corpo, a divisão sexual do trabalho, passaram a ser vistos para muitas mulheres de forma crítica, ainda que não fosse possível mudá-lo em muitos sentidos, devido às dificuldades pessoais e fatores estruturais da sociedade. Certamente, o resultado diferenciado relacionou-se à qualidade das práticas feministas desenvolvidas, apesar de ter apresentado dificuldades em converter-se em um movimento feminista.

As reflexões iniciadas por estas autoras sobre gênero, movimento social e as mudanças individuais ou coletivas deverão ganhar continuidade no estudo sobre o Comitê de Mulheres de São Bernardo, que ao ser pesquisado, acrescentará um aspecto de novidade, pois fala de uma entidade que congregava dentro de si práticas de atuação oriundas de dois movimentos, o movimento feminista e o movimento popular-urbano.

Enfim, a conceituação de “movimento social de mulheres” e de “movimento feminista” são necessárias para se compreender a dinâmica do movimento. Como já foi dito, acredita-se que haja uma diferenciação entre ambos, passível de ser mensurada em função não só dos objetivos e práticas desenvolvidas, como pela análise dos níveis de compreensão consciente de quem é o sujeito-alvo da ação. A título de ilustração, poderíamos dizer que um movimento que luta por moradia, apesar de ser composto por mulheres, não é um movimento feminista e sim movimento social de mulheres. Por outro lado, um movimento que tem como objetivo central lutar contra a violência à mulher e desenvolve práticas exclusivamente neste sentido, é feminista, não importando aqui o matiz político ao qual ele se vincula. Um movimento que, por sua vez, tivesse como decorrência práticas feministas, eventuais ou permanentes, mas tivesse como centro de seu trabalho, outras reivindicações sociais, seria então um **movimento social de mulheres com práticas feministas, perfil no qual situo o Comitê de Mulheres de São Bernardo do Campo.**

A proposição inicial da qual partimos para esta pesquisa baseava-se em procurar descobrir a partir de que elementos as militantes, que vieram a tornar-se

ativistas do Comitê de Mulheres, construíram uma percepção comum de gênero, e se havia entre elas experiências semelhantes. Como observa Goldberg, estas percepções:

*"que [as mulheres] adquirem, quanto ao fato de que os sexos feminino e masculino constituem categorias que ultrapassam sua dimensão biológica, e de que elas compartilham com outras mulheres uma série de experiências, problemas e dificuldades específicas, sendo colocadas em situações sociais semelhantes- pode desembocar em distintas orientações".<sup>66</sup>*

A partir daí buscaremos então compreender até que ponto esta percepção de gênero se expressou em um processo individual de rupturas e mudanças nos aspectos de sua vida como trabalho, sexualidade, relações conjugais. E mais: se estas rupturas foram vistas como decorrentes das práticas feministas desenvolvidas em suas experiências no Comitê de Mulheres.

---

<sup>66</sup> GOLDBERG, Anette op. cit. p.10

## **CAPÍTULO II**

### **A construção do gênero: as referências sexuais das militantes**

#### **As personagens e o trabalho da memória**

Entre 83 e 89, o Comitê desenvolveu um intenso trabalho, que foi lentamente se desestruturando e fazendo com que suas ativistas mudassem de grupos políticos ou desistissem da militância. Aproveitando o clima de avaliações e balanços que se seguiu ao ativismo desenfreado dos anos 80, decidi sair a campo em busca destas personagens. Por onde andaria e o que estaria fazendo o grupo dirigente, que reunia cerca de 35 mulheres responsáveis pelo trabalho no dia a dia da entidade? Uma década depois, outras indagações juntaram-se a esta: como seriam as experiências de vida das mulheres militantes *antes* da construção do Comitê e que informações buscar, no intuito de comparar se houve um saldo pessoal e político *depois* da atuação neste?

Em uma primeira procura, observei que algumas haviam mudado de São Bernardo. Houve quem fosse em busca de uma nova militância, como Márcia, que passou a atuar no movimento feminista de Recife. Outras estruturavam-se em novos empregos e de outras não obtivemos notícias. Ainda assim, subsistia um grande número de mulheres para uma pesquisa que pretendia entender a dinâmica do movimento liderado pelo Comitê. Ao final, estabeleci um grupo de 12 entrevistadas. Ouvir estas mulheres tornou possível conhecer um pouco do que era o Comitê e quem eram algumas das mulheres que, na década de 80, contribuíram para que seu movimento fosse tão intenso.

Pretendo seguir por trilhas que suas memórias apontaram no ato de rememorar o passado. Algumas narrativas emergiram com força e foram experiências comuns, outras, em sua singularidade, expressaram dramáticos exemplos da vida de homens e mulheres no conflito entre os sexos.

A preocupação com a forma narrativa expressa neste trabalho nos remete à reflexão da relação entre a narrativa e história. Ao falar da relação entre ambas, Walter Benjamin estabeleceu uma diferenciação: afirmou que a narrativa comporta uma experiência, não se preocupando em transmitir o puro em si como informações, pois ela mergulha na vida de quem a relata, *"a fim de extrai-la outra vez dela. É assim que adere à narrativa a marca de quem narra, como à tigela de barro a marca das mãos do oleiro"*.<sup>67</sup> E para ele, ouve melhor *"quanto mais esquecido de si mesmo está quem as escuta, tanto mais fundo se grava nele a história escutada"*<sup>68</sup> e só então, ao seu final, é que extrairá sobre ela conclusões singulares. Diferentemente, a historiografia registra a lembrança, já em busca de formas explicativas e demonstráveis, sendo assim um ponto de indiferença criadora das várias formas épicas.

Com o retorno da reflexão sobre a narrativa e a história, hoje se tem que toda a forma explicativa não deixa de ser uma narrativa, pois o historiador, apesar de sugerir ao leitor "uma determinada explicação real" para os acontecimentos humanos, insere neles o seu "recontar", a sua marca. Mais delicado ainda torna-se o trabalho de artífice de uma história oral, em si mesma uma narrativa densa de alguém que conta um "causo" em que este é a própria vida de quem narra, reatualizada no momento que a descreve e organiza. Houve momentos em que, esquecida de mim, ouvi histórias que de tão surpreendentes, me vi contando e recontando como o narrador-artesão que Benjamin descreve. Outros houve em que, mergulhando na memória de cada uma, ouvi criticamente, e busquei enquanto ouvia as minhas "formas explicativas próprias" para os casos relatados, pois afinal, fizemos parte de uma mesma história. Ao apresentar as personagens, optei por seguir os aspectos de suas vidas que tiveram significado especial para elas, e sobre a teia destas vidas é que construí Algumas possibilidades explicativas. O fazer

---

<sup>67</sup> MAX, Walter Benjamin "O narrador", in *Os Pensadores* São Paulo, Abril Cultural, 1980 p.63

<sup>68</sup> idem, op. cit. p.62.

historiográfico é como um olhar do espelho, que devolve a quem olha uma possibilidade explicativa, próxima daquele que olha, mas nem sempre vista por ele.

### **A migração**

Mulheres migrantes, a maioria provenientes de áreas rurais do Paraná, Minas Gerais ou mesmo dos estados do norte e nordeste ou de origem urbana, de pequenas cidades de outras regiões do Brasil. Os motivos da migração do campo para a cidade dão mostras mais de uma expulsão em função das precárias condições de sobrevivência do que a crença em uma melhoria substancial de vida. Apenas para as quatro mulheres que nasceram na cidade, quase todas filhas de operários, com escolarização de 2o. grau, é que a vinda para São Bernardo acompanhava um sonho de melhoria mais articulado a um conhecimento objetivo da realidade que encontrariam.

As experiências rurais foram um registro importante destacado pelas memórias e traçaram um quadro poucas vezes favorável. Minervina, apesar do tom alegre com que falou sobre sua infância, demonstra a falta de projeto futuro:

*"Eu fiz até a quarta série, só que tem que a minha quarta série era paga, era particular porque não tinha professora, não tinha escola, então era arrumado assim: chegava uma pessoa que nem você, pagava prá ela ficar ali com vinte menino, cada pai pagando, era muito difícil, não é que nem hoje não...então, ninguém se formava. Só tinha uma coisa, aprendia a ler, escrever e contar, não tinha formação, então eu como era uma neguinha muito cheia de ....filha única...então a gente tinha tudo pra assim parecer que era uma pessoa de futuro mas não era uma pessoa de futuro, só tinha boa instrução..."*

Interessante como a escolaridade mínima é entendida como status, provavelmente em função da realidade escolar funcionar como um mundo desligado da vida do dia a dia já que não significava nada em termos de melhoria social. A saída do campo, em geral acompanhada de uma baixa escolaridade, apresentava

dificuldades para estas mulheres.<sup>69</sup> Meninas ou jovens, chegaram em São Bernardo nas décadas de 60 e 70, momento em que esta cidade passava por um intenso movimento de industrialização. Filhas de trabalhadores rurais, meeiros ou bóias-frias, logo se transformaram na cidade em lavadeiras, costureiras ou empregadas domésticas. Delas, apenas Fátima se tornou operária.

Aos migrantes homens, apesar da mesma sorte enquanto super-exploração, estava reservado prioritariamente o mundo das fábricas. No período pós-55, e aprofundadas após o golpe militar de 64, as políticas implementadas visavam integrar o Brasil na reorganização do capitalismo a nível mundial, para isso completando a reestruturação econômica através da produção de bens de consumo capitalistas, como os automóveis e eletrodomésticos produzidos para um mercado interno restrito e seletivo. Ao mesmo tempo, se estimulava a exportação no intuito de competir com o mercado externo.<sup>70</sup> A Via Anchieta, construída em 1942 para ser uma ligação entre a capital e o porto de Santos, acabou servindo como estímulo e instrumento de barganha para a implantação do polo industrial de São Bernardo do Campo.

Fatos pitorescos fazem parte do registro desta época, pois informam que o prefeito de São Bernardo, Lauro Gomes, no final da década de 50, buscava atrair as multinacionais para sua cidade não só através de isenção de impostos e doação de terras, mas com estratégias curiosas: durante as visitas dos franceses e alemães ele dispensava os funcionários que tinham carro para irem todos à rua principal da cidade, a Marechal Deodoro, no intuito de aparentar um grande movimento à vista dos estrangeiros que ali passavam e que terminada a visita oficial, retornavam ao trabalho na prefeitura.<sup>71</sup>

---

<sup>69</sup> Das sete de origem rural apenas duas tiveram o 2o. grau completo, as demais mal chegaram a completar o primário.

<sup>70</sup> ANTUNES, Ricardo, apresentação do tema "As lutas sindicais e as greves: os trabalhadores do ABC como protagonistas da história política do país", in *Anais do I Congresso de História da Região do ABC*, publicação Prefeitura Municipal de Santo André, Museu de Santo André, 1990.

<sup>71</sup> MARQUES, João Bosco Valim, depoimento na mesa redonda "O populismo no subúrbio: a história da política no ABC" in *Anais do I Congresso de História da Região do ABC*, op. cit. p.179

O estímulo à migração foi outro ponto da política de atrativos, criando inclusive uma legislação própria após a implantação das indústrias automobilísticas em São Bernardo. A GM, a Volks, a Ford, a Scania, no final de 50, possibilitaram nesta região a formação de uma classe operária qualificada e concentrada nas grandes empresas, ao par de um grande contingente de força de trabalho sem qualificação. Boa parte destes trabalhadores passou a residir nas primeiras favelas, estimuladas pela própria prefeitura que, na época, criou toda uma legislação atraindo migrantes e fornecendo material de construção originário de demolições ou desapropriações, de acordo com o Subsídio Estatístico no.2.<sup>72</sup>

A cidade em construção e as instalações precárias não eram tão fortes a ponto de obscurecer o espanto pelas diferenças culturais com a área rural, de onde vinham a maioria dos migrantes. Cida via o espaço urbano como o paraíso do consumo e da liberdade feminina e comparou com admiração o que para ela eram dois universos distintos:

*"Eu descobri que as mulheres aqui eram diferente, as mulheres fazia compra, as mulheres lutava, mas eu continuei sendo a submissa, porque lá na roça a gente não faz compra nem nada, é o marido que vai e aqui eu descobri...mas eu não ia não".*

A circulação das mulheres pela cidade e pelo mundo do consumo doméstico eram traduzidos como emancipação e faziam aflorar o sonho de uma liberdade aparentemente impossível para quem vinha da roça. Entretanto, o simples fato de se comparar criticamente a diferença já era um sinal de insubmissão e de que algo não ia bem. Em sua pesquisa sobre homens e mulheres, trabalhadores de fábricas da Grande São Paulo, Rodrigues observa que a origem rural não cristaliza o desenvolvimento do sujeito, pois há um remapeamento das estruturas cognitivas e

---

<sup>72</sup> PINHATA, Viviane, apresentação em mesa redonda "Morar e viver: favelas e conjuntos habitacionais" in *Anais do I Congresso de História do ABC* op. cit. p.148

emocionais anteriores, que na interação com o novo ambiente podem confirmar ou enfraquecer as fantasias inconscientes.<sup>73</sup>

A comparação crítica dos dois universos inquietava. Longe de casa, saindo do campo porque o marido bóia-fria não conseguia emprego, Cida transformou-se numa prisioneira assim que se casou e mudou para a cidade, o que acentuou a reclusão que ela já havia vivenciado em sua experiência rural:

*"Ele trancava o portão...me deixava trancada durante o dia...ele tinha um molho de chaves...dizia que tinha esquecido, que tinha jogado prá cá...eu não sabia muito de chaves mas de repente eu experimentava todas no portão e nenhuma abria...eu concordava, nunca questionava isso, nunca dei show mas dentro de mim eu sabia que era coisa dele...como é que uma pessoa vai fazer isso várias vezes? Um dia ele tinha que deixar...só que ele não deixava...eu achava que tava certo, que eu não tinha necessidade de ir prá rua, ele comprava tudo...quando ele chegava trazia o pão, o leite..."*

Estas formas de controle mostram permanências históricas da constituição das relações de gênero no Brasil e têm origens diversas. De acordo com Hahner<sup>74</sup> e Santana<sup>75</sup>, a característica da reclusão feminina, elemento característico da cultura portuguesa, foi mais comum no Brasil até meados do século XIX e se dava fundamentalmente entre as mulheres das classes dominantes, não importando se elas fossem de origem rural ou urbana. As mulheres libertas e livres que viviam nas cidades, em função da própria necessidade econômica, exerciam um maior controle sobre suas vidas e muitas eram as únicas responsáveis por sua sobrevivência e a de seus filhos.<sup>76</sup>

O trabalho da mãe fora dos muros domésticos, narrado apenas por tres das entrevistadas, não significava necessariamente uma maior autonomia em relação à

<sup>73</sup> RODRIGUES, Arackcy Martins *Operário, operária: estudo exploratório sobre o operariado industrial da Grande São Paulo*, São Paulo, Símbolo, 1978.

<sup>74</sup> HAHNER, June "A mulher e a vida no lar na metade do século XIX" in *A mulher Brasileira*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978 p.54-61

<sup>75</sup> SANTANA, Marilda *As mulheres no século XVIII*, apresentado na Anpuh, mimeo, 1994.

<sup>76</sup> DIAS, Maria Odila da S. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*, op. cit.

família. A narrativa de Maria, enfermeira como a mãe, oferece um exemplo urbano do controle familiar sobre a mulher trabalhadora. Maria se lembra de que sua mãe nunca teve a garantia de sua individualidade, sendo impedida pelo pai até de decidir a compra de absorventes, recém-lançados em 60. Ele dizia: *"Se você até agora, com 45 anos, sempre usou pano, porque agora, que chegou esse modess...[deseja mudar?]"*

O status de dependente, nivelada às crianças, é um outro aspecto dos valores dominantes sobre as diferenças sociais entre homens e mulheres. Os estudos de Pena e Rago<sup>77</sup> sobre o final do século XIX demonstram que o trabalho feminino por si só não constituía um fator de liberação da mulher, principalmente se ela fosse casada. Ao descrever a forma de relação econômica nas famílias imigrantes do final do século XIX, adotadas no sistema de parceria rural ou nas fábricas, afirmam que era comum o acerto salarial ser feito com o homem, considerado o chefe da família.

Em plena década de 60, esta realidade ainda presente na área urbana, adquiria uma intensidade maior na área rural. Os pais de Juraci trabalhavam na roça por empreitada e a história da relação desigual entre os dois ficou clara em seu relato:

*"Meu pai não parava em serviço nenhum e a vida inteira a minha mãe foi responsável por toda a despesa da casa...além do mais eles trabalhavam sempre junto, ela trabalhava mais do que ele e ele ia prá cidade e gastava o dinheiro dela tudo, porque era o homem que recebia o dinheiro da mulher, da família."*

O controle que a mulher casada tinha sobre o seu salário ou até sobre o do marido, não foi uma realidade encontrada nos depoimentos das mulheres pesquisadas ao falarem sobre as suas mães. Caso oposto foi descrito por Perrot, ao descrever as famílias operárias na França do séc. XIX, no qual mostra que, mesmo a mulher não trabalhando fora e permanecendo dentro dos valores tradicionais na

---

<sup>77</sup> PENA, Maria Valéria J. *Mulheres e Trabalhadoras. Presença feminina na constituição do sistema fabril*, op. cit. e RAGO, Margareth *Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar 1890-1930*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

função de dona de casa-esposa-mãe, era ela quem administrava o salário do marido.<sup>78</sup>

O orçamento escasso era conseguido através da empreitada ou mesmo do trabalho como meeiro e baseava-se numa divisão em que as mães eram donas de casa, só trabalhando na roça em momentos decisivos. O trabalho familiar nem sempre conseguia atender à necessidade coletiva, o que levava a que a família lentamente fosse se desagregando e migrando. Caso a mãe fosse embora junto com alguns filhos, a filha mais velha é que assumia o seu posto. Com a voz sofrida, Isabel fala de sua vida:

*"Meu pai precisava demais de mim em casa...eu era cozinheira, eu era lavadeira...eu fazia uma parte do horário em casa, de manhã cedo e depois saía prá roça prá ajudar ele. Voltava à noitinha e trabalhava...porque eu tinha quatorze anos, meu pai ajudava a cozinhar, porque era fogão a lenha".*

Como muitas moças migrantes, Isabel virá mais tarde para São Bernardo, com a finalidade de cuidar dos filhos da irmã, que ali se tornara operária têxtil. Segundo Beth Lobo<sup>79</sup>, esta era uma prática comum nas famílias migrantes: o cuidado com as crianças passa da mãe trabalhadora para a irmã mais jovem desta, até que seguindo o ciclo vital esta também case e tenha seus filhos, chamando assim outra irmã. Quando isto se torna impossível, a trabalhadora quase sempre tem que deixar o trabalho remunerado, devido à inexistência de creches públicas ou pagamento de terceiros para o cuidado com as crianças.

A dura realidade do mundo do trabalho fazia parte da vida de quase todas estas mulheres. Tinham em comum o fato de serem filhas de operários, funcionários públicos ou trabalhadores rurais (meeiros e bóias-frias), e apenas tres conseguiram se profissionalizar: professora primária, professora de educação física (formação superior) e enfermeira. O trabalho antes dos dezoito anos atingia a quase totalidade

---

<sup>78</sup> PERROT, Michelle "A dona de casa no espaço parisiense no século XIX" in *Os excluídos da história*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992, p.213-231

<sup>79</sup> SOUZA-LOBO, Elizabeth "Experiências de mulheres, destinos de gênero" in *op. cit.* p.81

das mulheres e se impunha pela necessidade econômica e um número considerável de irmãos, caracterizando uma juventude de muito trabalho.

### **Experiências profissionais: "eu nasci costureira"**

Lavadeiras, faxineiras, costureiras, comerciárias, professoras, donas de casa, enfermeiras, às vezes operárias. Em 1960, ter uma profissão diferente destas não era comum para quem nascia filha de pais operários, como foi o caso de quase todas as mulheres entrevistadas. Apesar do pai ser funcionário público, como o de Deta, sua saída foi o magistério infantil. Em suas parcas lembranças sobre as mães, retratam mulheres raramente ocupadas com o trabalho fora de casa. A invisibilidade do trabalho materno nas narrativas espontâneas fala mais alto do que os poucos comentários a respeito dele, que vinham à tona após muita insistência. Os trabalhos dos pais normalmente tinham nomes, representavam profissões, mas o que a mãe fazia era ausente dos relatos.

A meu ver, a lacuna tanto pode implicar numa desvalorização quanto numa introjeção acrítica, em função da aparente naturalidade com que é realizado o trabalho no mundo privado. A mesma naturalidade pode também acompanhar o modo de explicação de cada história de vida das militantes, apesar de toda uma crítica social de caráter retroativo, feita depois do ativismo político no movimento social de mulheres.

O ideal de mulher das décadas de 40 e 50 incorporava ares de modernidade: simbolicamente, a mulher se retirava do patamar do silêncio submisso e "subia" à função de consultora do marido. A base da divisão entre masculino e feminino continuava, a modernização dos bens de consumo era confundida com uma nova liberdade feminina: além dos novos eletrodomésticos, em 1953 surgiam os supermercados em São Paulo e com eles, os enlatados. Apesar da valorização da figura da dona de casa, o trabalho externo era valorizado de forma diferenciada dependendo das classes sociais das mulheres: para os setores médios, era a

filantropia ou o magistério com ares de trabalho social e para as classes trabalhadoras, menos dignificante, justificava-se quando a renda era necessária para a manutenção do núcleo familiar.<sup>80</sup> A profissionalização da maternidade e das tarefas domésticas cuidadosamente realizadas passa a ser o assunto das revistas femininas: receitas, comemorações, decoração, aniversários e formatura dos filhos, etc.<sup>81</sup> A revista *Cláudia*, lançada em 1961, visando as mulheres das camadas médias e altas, difundia a visão da dona de casa feliz de um lar burguês, que incluía ser também uma grande consumidora.<sup>82</sup> O casamento era a consagração da feminilidade, fosse ela uma mulher moderna ou não.<sup>83</sup>

A maioria das entrevistadas que, no ano de 1995, estavam na faixa dos 40 aos 60 anos, vivenciaram a década de sessenta entre a juventude e a maturidade (15-35 anos). Apesar da pouca leitura, participavam deste universo de feminilidade e masculinidade, veiculado pelas revistas como *Capricho*, *Carinho*, *Contigo*, *Grande Hotel* e outras.

Como estes referenciais de feminilidade e masculinidade interferiram nas opções de trabalho destas mulheres?

Entre a necessidade econômica e o desejo de ter uma profissão<sup>84</sup>, um caminho cheio de nuances, no qual a naturalidade, o horizonte de possíveis

<sup>80</sup> PENA, Maria Valéria J. op. cit.

<sup>81</sup> SILVA, Alice I. Oliveira *Rendas, babados, bilros e crochê: a construção social das mulheres de prendas domésticas*, IFCH/UNICAMP, 1985; "Abelhinhas numa diligente colméia: domesticidade e imaginário feminino na década de 50" in *Rebelião e Submissão*, op. cit.

<sup>82</sup> SARTI, Cynthia e MORAES, Maria Lígia Quartim "Ai a porca torce o rabo" in *Vivências*, São Paulo, Brasiliense, 1980.

<sup>83</sup> Goldberg alerta que havia um padrão de masculino herói-público-profissional-dominador e um padrão feminino heroína-doméstica-maternidade-subordinadas mas que ao mesmo tempo uma proposta de superação deste padrão, retirando dela aspectos como coragem, auto-determinação e "personalidade" que embasarão uma postura crítica em relação a itens isolados como a não-profissionalização, a virgindade ou ao seu conjunto. Foi protagonizado pelas jovens universitárias na década de 60. Ver GOLDBERG, Anette *Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante*, IFCS/UFRJ, 1987, p.21-4

<sup>84</sup> Marina Massi em sua pesquisa com mulheres de classe média, quase todas de formação superior, observou que o fato de "ter" uma profissão não significa necessariamente lidar com ela como um projeto de vida, que se aprimora e produz prazer. Por isso fez uma distinção entre *trabalho* e *profissão*, o primeiro sendo uma forma de se conseguir uma renda ou "sair momentaneamente" para arejar o trabalho de dona de casa e o segundo envolver um projeto de vida e valorização do trabalho pelas suas próprias características. MASSI, Marina *Reflexões sobre algumas vivências e representações no cotidiano de mulheres dos estratos médios da cidade de São Paulo*, IP/USP, 1990.

oferecido pela realidade do mercado de trabalho e o sonho do lar feliz misturavam-se e compunham a singularidade de cada uma. Se quase todas começaram a trabalhar desde adolescentes, ajudando a sustentação de uma família extensa, apenas Mara, Cida e Isabel puderam escolher uma profissão. De acordo com o imaginário dos anos 70, o desejo do casamento não significava necessariamente uma ruptura com trabalho extra-lar, mas a vida de casada passava a ser o contrapeso a partir do qual todo o restante se organizava. O ato de continuar a trabalhar fora, para estas mulheres, demonstrava que o incorporavam como parte de si mesmas e o explicavam como uma necessidade de estar em contato com o mundo, ter o seu dinheiro, etc. Diferentemente, no sonho de Naná e Minervina a aspiração máxima de realização era o casamento e o trabalho fora de casa só apareceu como necessidade após o desemprego ou morte do marido. Naná riu muito ao lembrar de si mesma na época do casamento e em sua história, descreveu uma trajetória interessante da migração operária:

*"Quando casei e vim para São Paulo, era uma dondoca. Aquela que esbanja mas não ganha! Meu marido trabalhava na Mercedes e depois na Volks. (...) A gente comprou casa aqui e em Minas, dois carros, telefone e até uma pessoa que cuidava da casa para mim. Aí em 1980, naquela greve de 40 dias ele perdeu o emprego...e olha que ele nem fez greve! Tivemos que voltar para o interior, criar porco, galinha...e eu cobrando tudo que a gente tinha em São Bernardo e um dia meu marido disse 'então vai trabalhar para conseguir ou vai se embora daqui!'. Levei o maior susto, isto nunca tinha passado pela minha cabeça. Não era isso que eu queria! Então comecei a ajudar mais no trabalho, mas era ajuda, ele que comprava e dirigia o negócio."*

O susto de Naná devia-se não só à nova situação apresentada mas principalmente por quem a re-definiu: o marido. Bosi<sup>85</sup> comenta que faz parte da cultura operária masculina o não-trabalho fora de casa das esposas, e que o trabalho extra-doméstico é aceito apenas como provisório em função das necessidades da

---

<sup>85</sup> BOSI, Ecléa *Cultura de massa e cultura popular-leituras de operárias*, Petrópolis, Vozes, 1977p.88-9

família. São aceitas as exceções apenas quando o trabalho se tratar de uma atividade não-manual como contadora, professora, o que implica, na verdade, em uma negação da própria situação operária. A evidência da repressão masculina ao trabalho das esposas, foi percebida nas histórias aqui narradas pelas mulheres, pois nove casaram-se com operários e quase todas contaram episódios de proibições e reclamações sobre o trabalho feminino remunerado.

Trabalhando escondido, chegando em casa no final do mês com o salário através da política do fato consumado, ou se submetendo provisoriamente até conseguir uma estratégia de convencimento, as mulheres reagiam às pressões masculinas.

Após alguns anos de casada e reclusa, Cida precisou de uma estratégia original. Por suportar tudo menos deixar de costurar, ela resolveu o problema de uma forma peculiar: propôs à sua vizinha, que possuía uma casa interligada à dela, o uso comum da máquina de costura. Cida costurava peças para fora e em troca "pagava" a dona da máquina com serviços de costura para a família desta. No início, apesar de praticamente não precisar sair de casa, ela costurava sem que o marido soubesse e escondia o dinheiro. Guardar um segredo por tanto tempo não foi possível e mais tarde, o marido passou a saber e a decidir para quem ela poderia costurar. Mais corajosa, oito anos depois, ela novamente fez a política do fato consumado: após trabalhar escondido por tres meses em um emprego de costureira de ajuste nas lojas Ducal, comunicou o fato ao marido, que a buscou todos os dias à saída do emprego por quase dez anos.

Os estratagemas de tentar conciliar desejos às vezes tão opostos podem ser facilitados pela definição de trabalhos que possibilitam a conciliação entre trabalho doméstico e familiar com o trabalho fora de casa. O exemplo de Mara, única entrevistada de formação superior, é contundente: se inicialmente escapa às pré-determinações da feminilidade e decide participar em esportes, jogos e campeonatos paralelamente ao estudo de educação física na USP, ao se formar opta por ser professora. O argumento utilizado para deixar de ser esportista e se encaminhar para

o magistério é o de não concordar com as pressões dos "cartolas" do esporte, o que a levou novamente a optar pelas "tradicionais profissões femininas".

Como esta, as demais explicações destas "escolhas" são interessantes. Isabel, ao explicar o por quê de ser costureira, respondeu com orgulho que isso era um sonho de infância: *"quando eu era menina eu já dizia que eu devia ser costureira ou professora...sempre dizia isso"*. Para ela, que no dia a dia cuidava dos pesados encargos do trabalho doméstico para toda a família e ainda ajudava o pai a roçar o mato, foi esse sonho que a fez estudar corte e costura na cidadezinha próxima e depois em São Bernardo, mesmo tendo a tarefa de cuidar dos filhos da irmã operária. Elza, que ao chegar em São Bernardo transformou-se em lavadeira e empregada doméstica para ajudar nas despesas, logo descobre que *"costurar é a vida dela"*. É interessante observar como as estreitas possibilidades de realização<sup>86</sup> oferecidas para as mulheres podem se transformar, em suas fantasias, em um sonho tão profundo e pessoal, que às vezes são naturalizados, como fez Cida. Sobre a pergunta do por quê ser costureira, respondeu, com ares saudosos e sonhadores: *"ah!...eu nasci costureira...eu não lembro quando comecei a costurar...eu aprendi com a minha mãe"*. A ênfase não é no aprendizado com a mãe mas na "disposição natural" que ela supõe possuir.

Houve quem não possuísse qualquer explicação coerente e organizada sobre a sua escolha. A dificuldade financeira da família fazia com que o trabalho fosse um mal necessário para seis delas, que com o passar do tempo reorganizavam a vida para atividades que se sentissem melhor. Destas, apenas Maria, enfermeira e Fátima, operária, orgulhosamente contaram seu cotidiano de trabalho e apresentaram sua atividade como uma profissão, no sentido de realização e de ampliação de sua qualificação no mercado de trabalho.

<sup>86</sup> Saffioti, em um estudo sobre o trabalho feminino cita os dados do IBGE de 1970, onde o trabalho feminino dividia-se da seguinte maneira: 30,9% de empregadas domésticas e lavadeiras; 18,4% de camponesas; 8,7% de professoras primárias; 7,9% em funções burocráticas de escritório; 6,5% de costureiras e bordadeiras; 3,1% de balconistas e entregadoras; 2,3% de serventes; 1,8% de enfermeiras não diplomadas; 1,0% de tecelãs e 19,5% em outras ocupações. Ver SAFFIOTI, Heleieth *O trabalho feminino sob o capitalismo dependente*, Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 1978.

Exemplo de situação-limite, Juraci pedia esmola junto dos irmãos. Ao completar 16 anos, começou a trabalhar de empregada doméstica, como sua mãe:

*"Quando a minha irmã cresceu mais um pouco eu fui trabalhar a troco de comida. A mulher me dava uma cesta prá eu levar prá minha mãe. Todo dia de tarde eu juntava todas as comidas que sobrava que ela tinha feito, aí levava correndo...e voltava prá trabalhar, que morava no emprego."*

A opressão da relação de trabalho, quase de escravidão, era suportada por Juraci que dividia o mundo naquele momento entre os que tinham e os que não tinham fome. Para ela, em tal situação, não era possível qualquer escolha.

Fátima, que aos quinze anos seguiu o exemplo do pai operário, de migrante rural a operário, não se lembra exatamente o por quê de sua "opção". Ao recordar das situações vividas pelas operárias no final de 70, o passado passa claramente pelo crivo de suas experiências posteriores no movimento de mulheres:

*"Eu trabalhei na KS Pistões e tinha um chefe lá que usava a funcionária, fazia chantagem 'se voce não sair comigo hoje seu nome vai para a lista negra' e muitas ia porque gostava de ir, outras porque sentia medo de perder o emprego e de outras pessoas saber que ela foi assediada por ele. Muitas não ia, mas também não abria a boca e todos caía em cima delas, que não presta, que era vagabunda, como cai até hoje: é a mulher, ela não presta, mesmo que o homem seduz, faz chantagem. Eles não acredita."*

A fala de Fátima, que já incorpora a expressão *assédio sexual*, comum nos anos 90 em contraposição à antiga *cantada*, mostra a difícil situação da mulher operária. Aceitando ou não, corria os riscos de ser considerada culpada, por aceitar ou passar por "provocante". A crítica era coletiva, de colegas homens e mulheres, o que não impedia que algumas trabalhadoras cedessem em troca de status ou segurança. O mundo das fábricas metalúrgicas era hostil ao trabalho feminino. Isabel, mãe solteira por algum tempo, cansou de ser recusada ao procurar emprego nas fábricas da cidade, na década de 70. A inexistência quase total de creches públicas e a dificuldade de deixar as crianças com parentes próximos ou mesmo

babás, operavam como mecanismos excludentes do trabalho feminino em núcleos familiares quase sempre com dois a três filhos.

No ano de 1978, na mesma época em que Fátima e Isabel vivenciaram as experiências narradas, sem que elas sequer imaginassem, um grupo maior de metalúrgicas se reuniu a chamado da diretoria do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema para discutir a aceitação ou não do trabalho noturno para as mulheres, e aproveitaram para denunciar as difíceis condições nas fábricas. Criticaram as chefias masculinas, que tinham por hábito frequente exigir favores sexuais das trabalhadoras além de seguir as normas do capital, como forçar uma intensidade maior do trabalho feminino, controlar os banheiros e demitir por casamento e gravidez.<sup>87</sup>

É possível que este universo masculino não atraísse um grande número de operárias, pois um aspecto nos chamou a atenção ao captar a simbologia do mundo do trabalho feminino no imaginário das militantes: as expressões como "sonho", "desde pequena" ou "nasci para isso" só se aplicava a profissões ou atividades consideradas tipicamente femininas.<sup>88</sup> Se o sonho dos homens migrantes era o trabalho operário, não houve nenhuma entre elas que manifestasse este desejo como determinante na opção de trabalho, e se algumas chegaram a ser operárias foi por mera contingência, sendo que o orgulho foi construído posteriormente à entrada no mundo fabril. A ausência do desejo de ser operária dificultava a procura deste trabalho, além das resistências frente às discriminações observadas no cotidiano fabril.

---

<sup>87</sup> O trabalho noturno para as mulheres foi negado por estas com o argumento de que ele sobrecarregaria ainda mais as mulheres, já penalizadas pela dupla jornada e que não descansariam durante o dia. Apesar do tema ser polêmico, a proibição ainda subsiste na Constituição de 88. Sobre condições de vida das mulheres operárias e o I Congresso da Trabalhadora Metalúrgica de São Bernardo do Campo e Diadema, em 1978. Ver SOUZA-LOBO, Elizabeth, op. cit; LEITE, Rosalina *A operária metalúrgica*, São Paulo, Cortez Editora, 1984; NEVES, Magda *Trabalho e cidadania- as trabalhadoras de Contagem*, Petrópolis, RJ, Vozes, 1994.

<sup>88</sup> Em uma pesquisa sobre operárias, Jessita Martins observou que o sonho das operárias era de estudante para as solteiras e de dona de casa para as casadas, dividindo-se as demais entre as profissões de professora, costureira, enfermeira e escriturária. Apenas 5,3% das entrevistadas manifestaram o sonho de serem operárias. MARTINS, Jessita *A Mulher operária-um estudo sobre tecelãs*, São Paulo, Hucitec, 1979 p.120

No conjunto, o fato de não sentirem o trabalho como profissão, não impedia de gostarem dele e de enfrentarem terríveis batalhas para nele prosseguir, apesar das barreiras sociais contra a maternidade e do poder masculino nas relações conjugais. Estes aspectos exerceram um peso considerável na continuidade da experiência de trabalho das mulheres e produziram mudanças de vida e uma reflexão mais aprofundada de cada mulher na sua relação com o mundo do trabalho.

As estratégias dos maridos de fazer com que suas esposas centrassem suas vidas no universo doméstico tinham, às vezes, como contrapartida, a tentativa destas, enquanto "dominadas", de se verem livres desta dominação. Ao serem indagadas sobre o por quê de insistirem em trabalhar fora, mesmo não considerando o trabalho como profissão, suportando a dupla jornada e as pressões do marido, as mulheres reafirmaram do prazer de se sentir no mundo, do acesso às notícias, da segurança da auto-sustentação econômica e do se sentirem capazes. São argumentos que os maridos não aceitavam e se estes suportavam as resistências de "suas" mulheres ou estas cedessem àqueles, é porque o casamento, apesar de ser, quase sempre, uma relação dominador-dominado na sociedade com hierarquia de gênero, envolve uma complexa relação amorosa com exigências e concessões. O impasse no jogo de poder levou Mara, Cida, Fátima e Juraci a se separarem e a Isabel, Naná, Elza e Maria a viverem momentos de forte conflito ainda no período em que estavam se dando as entrevistas.

Os estudos sobre as relações entre mulher e trabalho via de regra apresentam resultados polêmicos. Em primeiro lugar, porque histórias de vida contêm tantas diversidades quantas forem as entrevistadas, e em segundo lugar, porque o recorte "mulher trabalhadora" pode esconder outros aspectos da vida das mulheres e que interferem na sua concepção de mundo. Ao inserir um recorte sobre um universo de mulheres ativistas, visualiza-se uma diferenciação que ocorre dentro do universo mais vasto de "mulheres trabalhadoras".

Bosi<sup>89</sup>, em sua pesquisa sobre leituras de operárias, observou que as mulheres só trabalhavam por necessidade econômica e acreditavam que o lugar de mulher era em casa. Em um estudo sobre mulheres chefes de família, moradoras de favelas no Rio de Janeiro, Salem<sup>90</sup> encontrou um sonho diferente do apresentado aqui pelas militantes e semelhante ao de Bosi: as mulheres ansiavam pela presença de um marido para aliviar-lhes o fardo econômico e a dupla jornada, preferindo o trabalho doméstico e a chefia masculina. Apesar de não apresentar esta preocupação, Arackcy Rodrigues<sup>91</sup> oferece uma pequena pista de uma motivação diferente: em seu estudo sobre o modo de vida de operários e operárias fez uma citação sobre o sentimento de valorização que a mulher manifestava pelo trabalho operário em comparação com a desvalorização percebida quando realizava o trabalho doméstico. Esta pista coincide com o resultado mais geral das ativistas entrevistadas, pois se a necessidade econômica as levava a trabalhar fora de casa, não era exatamente este o motivo que as levava a desejarem a continuidade do trabalho remunerado.

Na constituição de uma re-significação do sentido de privado e público, as mulheres militantes resgatam o sentido original do termo privação, explicitado pela filósofa alemã, Hannah Arendt:

*"Para o indivíduo, viver uma vida inteiramente privada significa, acima de tudo, ser destituído de coisas essenciais à vida verdadeiramente humana: ser privado da realidade que advém do fato de ser visto e ouvido por outros, privado de uma relação 'objetiva' com eles decorrente do fato de ligar-se e separar-se deles mediante um mundo de coisas e privado da possibilidade de realizar algo mais permanente que a própria vida. A privação da privatividade reside na ausência dos outros; para estes, o homem privado não se dá a conhecer, e portanto é como se não existisse".<sup>92</sup>*

<sup>89</sup> BOSI, Ecléa op. cit. p.88

<sup>90</sup> SALEM, Tânia "Mulheres Chefes de Família: experiência em uma favela" in *Perspectivas Antropológicas da Mulher* no.3, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.

<sup>91</sup> RODRIGUES, Arakcy op. cit. p.129

<sup>92</sup> ARENDT, Hannah *A Condição Humana*, São Paulo, Editora Forense Universitária, 1981 p.68

Para as mulheres, o trabalhar fora de casa proporciona a possibilidade desta verificação, que atua de forma objetiva sobre sua subjetividade normalmente auto-depreciativa, em função da construção da hierarquia de gênero. Segundo Arendt, o conceito de excelência através da verificação da crítica pública ainda não foi quebrado. Ser valorizada socialmente passa a ser um elemento vital para a elaboração de uma auto-estima que fuja do estigma da inferioridade e da invisibilidade ao qual ela é submetida a todo instante.

Para elas, a primeira rebeldia nas décadas de 60 e 70 não se deu propriamente no espaço público, através de lutas contra a falta de creches ou outras discriminações sociais. Lutavam pela possibilidade de adentrar no espaço público não como mães ou esposas, e sim como seres humanos, apesar de sentirem as dificuldades como decorrentes da pertinência comum ao gênero feminino, principalmente com a agudização de sua visão crítica e da percepção de o casamento e a maternidade alteraram suas possibilidades sociais. Foi na interseção entre o espaço público e domínio do privado que se manifestaram as rebeldias, que se davam através da astúcia e do convencimento e possibilitavam de alguma maneira a expressão da individualidade feminina, mínima que fosse. Para muitas, estas pequenas transgressões mostravam que qualquer alteração só viria após uma dura luta pela conquista. Se por um lado, era um terreno pantanoso, pois envolvia a afetividade, em parte as pequenas vitórias dependiam de sua persistência.

Se o mundo do trabalho imprimia uma tônica que naturalizava as diferenças sociais, determinava sonhos e tentativas de fugas, outras marcas foram impressas em níveis mais profundos, através do corpo. A sexualidade, a menstruação, o namoro sofriam os códigos normatizantes da religião, da ciência e da família. Sobre este tema as falas tornaram-se escassas, poucas histórias, poucos exemplos, o que talvez demonstre que estas práticas discursivas foram mais eficazes em sua interiorização. Com este tema encerraremos a apresentação do universo das personagens, antes de sua entrada em cena nas atividades da militância política.

### O corpo dominado: "Voce sentia as sombras te perseguindo..."

Por um lado, a forte influência moral da Igreja Católica, com a sua culpabilização do sexo não-reprodutivo, e por outro, o disciplinamento do corpo e da mente, através das normas de conduta rigidamente estabelecidas para as brincadeiras, o namoro, o vestuário, e nos casos-limite, o uso da violência física. Para Foucault<sup>93</sup>, o poder, é, antes de mais nada, um poder produtivo e positivo. Ele não só nega como define o que e como deve ser feito, aquilo que é objeto de sua intervenção. Na sociedade organizada através de uma hierarquia de gênero, são diferenciadas as atitudes exigidas de cada sexo e é principalmente sobre a mulher que recai o peso do discurso normativo. As mulheres aqui entrevistadas contaram histórias antigas desse jogo de obedecer e transgredir, imprimindo um espaço de liberdade pessoal.

No final dos anos 50 foi lançado no Brasil o absorvente, o *modess*. A reação das mulheres foi de entusiasmo, afinal, o adeus às toalhinhas representava um grande alívio. Enfermeira, a mãe de Maria ficou animada e esta diz o porque: "*ela queria, era uma coisa normal, mais higiênica, era novidade...não tinha mais aquela preocupação de ficar lavando paninho, sujando paninho, se torturando*". A difusão do *modess* foi feita não só através de propagandas, mas também nas escolas, onde as adolescentes eram convidadas a assistirem a slides explicativos da menstruação e a adquiri-lo "nas melhores farmácias do ramo". Usar *modess* era não ser antiquada e sim moderna, como afirmavam suas propagandas. E as adolescentes levavam para as mães as explicações científicas aprendidas na escola, sobre as vantagens higiênicas da nova invenção.

Se houve resistência masculina às inovações, citadas anteriormente, é porque são difíceis as relações do mundo masculino com a menstruação das mulheres. É mais um exemplo extremo de controle sobre o corpo feminino, realizado por parte

---

<sup>93</sup> FOUCAULT, Michel *História da Sexualidade- I A vontade de saber* Rio de Janeiro, Graal, 4a. ed., 1980.

daquele que detém poderes mas não menstrua. Através de um acontecimento tão íntimo como a menstruação, manifesta-se mais uma das formas pelas quais se dão as relações de poder entre homens e mulheres.<sup>94</sup> O poder manifesta-se exatamente na negação de uma característica concernente a uma parcela significativa da população, fazendo com que antes de sua vivência concreta a menstruação seja como que inexistente e depois, quando de seu aparecimento, resulte em uma experiência individualizada e sofrida para as mulheres. Foi comum entre as entrevistadas o desconhecimento relativo à primeira menstruação, expresso fundamentalmente pela ausência de diálogo entre mães e filhas e que pode ser sintetizado pela lembrança de Elza: *“minha mãe não me ensinou nada, eu só tinha uma irmã e três irmãos e quando veio a minha primeira menstruação eu nem sabia, eu fui perguntar para uma colega...se eu tivesse uma filha, eu já ia explicar prá ela o que era...”*.

As relações de poder construídas a partir da diferença entre os sexos ainda tem continuidade pelo desconhecimento do corpo feminino mesmo nos anos 80. Ao descrever o trabalho como meninos e meninas de rua naquele período, Juraci narrou a forma como a menstruação era vivida por estes jovens,

*“A menina tem que ser muito considerada para ser aceita, para dormir naquele mocó, mas os moleques não tinha experiência nenhuma e às vezes, quando a menina estava menstruada, os moleques achava que elas tavam com doença de rua e juntava todos os moleques e batiam nela”*.

Embora as ordens prático-simbólicas da menstruação sejam variadas de uma sociedade para outra, como o conceito de sujeira ou perigo para umas ou maiores poderes espirituais para outras, Sardenberg afirma que alguns aspectos se mantêm constantes: em primeiro lugar que a menstruação, por ser exclusiva das fêmeas, é uma marca de *diferença* e, em segundo, lugar sobre esta biologia feminina se

---

<sup>94</sup> DELANEY, Janice e outros *The curse. A cultural history of menstruation*, Chicago, University Illinois press, 1988.

constroem as noções culturais sobre as *diferenças de gênero*.<sup>95</sup> Além destes aspectos, a autora conclui sobre a permanência do sentido de exclusão:

*"Em várias sociedades, essas crenças e costumes se traduzem em formas de legitimar a exclusão da mulher da participação em determinadas atividades, principalmente daquelas de caráter dito público. Assim, os supostos poderes do sangue menstrual acabam por se traduzir em um não poder para a mulher menstruada: não poder comer determinados alimentos, não poder participar de determinados rituais, não poder desfrutar do convívio social, e assim por diante."*<sup>96</sup>

Em nossa sociedade, múltiplos aspectos interferem na simbologia que a menstruação tem para homens e mulheres. Como exemplo poderíamos lembrar de que maneira a indústria de absorventes lida com a questão: ao mesmo tempo que traz a temática a público, retirando-a da conversa de consultórios ou exclusivamente íntimas, nas propagandas reforçam o aspecto higiênico, (em contrapartida ao aspecto de sujeira) e como exemplo mostram o fluxo através da tonalidade azul-transparente ao mesmo tempo que disputam qual delas faz o mais "discreto" e "eficiente", enfim, exalta-se a melhor maneira de escondê-lo. Apesar de colocarem em debate a expressão menstruação, palavra ausente nas décadas de 50 e 60, continuam a estimular os sentimentos de vergonha e de sujeira que dificultam a auto-estima feminina e facilitam a aceitação, por parte das mulheres, do controle externo sobre seus corpos.

A violência corporal nem sempre é camuflada, como no caso da menstruação ou da privação do público, se é que podemos fazer tal afirmação. Pelos relatos, vemos que a experiência da violência cotidiana foi comumente realizada de formas diversas, e incluiu um relato de agressão física contra uma das mães das entrevistadas. Uma delas passou a ver o casamento com maus olhos, devido aos espancamentos que presenciava: *"minha mãe apanhou muito, do meu pai, do meu*

<sup>95</sup> SARDENBERG, Cecilia M. B. "A menstruação numa perspectiva sócio-antropológica" in *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, no.2/94.

<sup>96</sup> idem, op. cit. p.335-6

*padrasto...eu tive pavor de homem, eu achava que nunca ia casar na minha vida". A mãe espancada, bóia-fria, reagiu e tentou a liberdade: separou-se do primeiro marido por causa das surras constantes em uma época em que mulheres desquitadas eram mal vistas pela sociedade. Tal ato de ousadia para uma mulher rural não teve um desfecho bem sucedido: ao encontrar um novo companheiro, e mudar-se para São Bernardo, as surras voltaram. Sua salvação esteve na morte deste, alguns anos depois.*

Minervina, de 64 anos, a mais velha das entrevistadas, ficou chocada com a violência atual dos homens sobre as mulheres na favela onde reside. Ao falar do passado, comentou que, naquela época, os maridos não recorriam de forma costumeira à violência física tão praticada nos anos 90, segundo ela porque “provavelmente as mulheres eram mais obedientes”. Acredito que deva ser considerado o aspecto da invisibilidade da violência doméstica naquele período, pois a privacidade e o completo descaso das leis, quando não a reforçavam, podiam encobri-la. Arakcy Rodrigues, em uma pesquisa sobre migrantes, descreveu alguns casos de forte violência familiar no mundo rural<sup>97</sup> e que estendia-se não só às mulheres como às crianças. Provavelmente, outras pesquisas nesta área poderiam trazer elementos mais elucidativos.<sup>98</sup>

Observar o tratamento dispendido à mãe, o polo dominado, e projetá-lo para si mesma, por pertencer ao mesmo sexo, não era uma situação agradável. Pequenas transgressões foram relatadas. Conta uma delas que, para fugir desta situação, adorava se fazer de homem nas brincadeiras infantis: *"eu gostava de brincar com homem, de desafiar na força...as vezes os meninos diziam 'cuidado, menina'...eu dizia, não, é de homem prá homem, não tem isso não!"*. Através da negação do sexo é que ela sentia o gosto da igualdade. Ao crescer, entretanto, a fantasia cedia lugar à dura realidade: aguardava-a a moral conservadora das famílias operárias e rurais,

---

<sup>97</sup> Como será visto posteriormente, outra experiência de violência será relatada por Cida, migrante rural que ao chegar na cidade, sofrerá a violência do marido, antigo bóia-fria.

<sup>98</sup> RODRIGUES, Arakcy, op. cit. p.88

diferentemente dos novos ventos que chegavam com a década de 60, principalmente para as jovens das classes médias que viviam também outras problemáticas.

Goldberg<sup>99</sup>, em um estudo sobre as jovens de camadas médias do Rio de Janeiro na década de 60, comenta as ambivalências e dificuldades que a modernização colocou para as jovens que viviam nos meios universitários e artísticos. Entre estas jovens, algumas de esquerda, havia quem desejasse obter uma realização profissional, ter relações sexuais com o namorado, ou tomar pílulas mas a prática destas atitudes era vivenciada de forma contraditória, devido ainda às fortes pressões sociais. Segundo ela, a modernização tendia para mudanças que não afetavam a estrutura básica da relação entre os sexos e que mantinham a subordinação da mulher.

Esta modernização, que genericamente propiciava aspectos inovadores, reforçava a coexistência de valores ambíguos: de um lado havia a mesma proposta tradicional de mulher dona de casa, mãe e esposa submissa, e de outro a mulher moderna, na verdade com os atributos da subserviência mais camuflados, a mãe instruída na psicologia, amiga do marido, conhecedora da pílula e do sexo sem reprodução, e no limite, a profissional que conciliava o trabalho doméstico com o trabalho fora de casa. Este último padrão tendeu a crescer no final da década de 60 e 70, com a crescente incorporação da mulher no mercado de trabalho e incorporado pelos meios de comunicação de massa, principalmente enquanto perfil de mulher-consumidora.

Para as jovens de famílias operárias este universo era visível, mas ao mesmo tempo distante: Maria comenta o lançamento das pílulas em 1967 mas afirma não ter pensado nesta possibilidade, sequer sabendo se era para uso masculino ou feminino. A virgindade era um tabu, só se lembrando das intermináveis "brigas pela mini-saia". O método anticoncepcional citado por uma delas, após o casamento, era o famoso curativo, realizado pela enfermeira do posto de saúde, que passava uma tintura

---

<sup>99</sup> GOLDBERG, Anette op. cit. p.23-5

secativa no colo do útero, por sucessivas semanas, Este método esterilizava a mulher por um longo período, às vezes sendo utilizado como abortivo:

*“Não fazia planejamento nenhum, porque ela nasceu [a primeira filha], eu fiz cesárea e comecei a fazer curativo logo no começo. Tem sete curativos e no sétimo eu fiquei grávida mas de pouco tempo. Ela [enfermeira] falou ‘tá com suspeita de uns cinco dias’ mas eu que estava incomodada estes dias e ela ‘vou fazer um curativo forte, mas a senhora está grávida’. Fez um curativo forte e eu perdi, depois não peguei mais [filho]” (Mariana)*

Se às casadas era complicado realizar o planejamento familiar, para as solteiras certamente o era mais. Para se ter uma idéia do pouco conhecimento e adoção das pilulas, no final de 60 havia apenas 5.000 mulheres consumidoras em todo o Brasil.<sup>100</sup>

Entretanto, as exceções aconteciam, e moças engravidavam antes do casamento. Mariana, animada com a possibilidade de falar de sua vida, contou um segredo seu: no final da década de 50 casou-se grávida de tres meses. Não raro, o desconhecimento do próprio corpo ou dos meios de planejamento familiar levavam a que a consequência direta de uma relação sexual fosse a gravidez. Isabel descreve sua surpresa ao saber-se grávida: *“uma vez só, uma brincadeira só e não foi uma transa completa...Eu nem acreditava que eu podia estar grávida, não aceitava... porque não foi uma penetração total...”*

Desconhecimento complementado pelo medo de perder a virgindade. Nas décadas seguintes, Mara, uma das mais novas entrevistadas, conta ter vivenciado a realidade da virgindade em 1977, quando terminava o curso superior. Em uma época em que só se saía acompanhada do irmão mais velho, prática comum nas famílias operárias, ela se casou com seu namorado mesmo sem amá-lo, pois achava que o casamento deveria ser realizado com quem a mulher havia "se perdido", exatamente como as fotonovelas de Capricho e Grande Hotel publicadas na década de 70, neste ponto iguais as da década de 60. Juraci manifestou a mesma necessidade de se casar

<sup>100</sup> *Nosso Século*, 1960-1980, São Paulo, Abril Cultural, 1980.

com o homem com o qual “havia se perdido” e acrescentou que sua mãe vivia insistindo em fazer exame de virgindade e gravidez, ao que ela dizia, “*não precisa fazer exame em mim, porque o dia que eu aprontar eu saio de casa*” e assim foi feito.

O namoro era tão rígido, que Isabel lembra dele carregada de angústia:

*“As pessoas se sentiam com direito ao meu corpo, a tudo que era eu... não podia sair com o namorado, não podia namorar no quintal, sentava no banquinho embaixo da janela do quarto, veneziana de madeira, então você sentia as sombras te perseguindo.”*

O código do namoro trazia implícito outro, o do vestuário, pois a adequação dos namorados e a expressão da seriedade destes dependia do que vestiam. Segundo o seu relato, “*se o moço tinha calça boca de sino, não prestava para namorar comigo, era malandro, mulherengo, ou então se usava paletó lascado, que inferiorizava a qualidade de um homem*”. Possivelmente, as roupas consideradas “modernas” podiam representar outros riscos da modernidade tal qual era observada nas classes médias e as famílias operárias, recém-migradas do mundo rural, tomavam muito cuidado no sentido de evitá-las.

Originárias em sua maioria, de famílias religiosas, estas mulheres herdaram os valores morais da religião católica predominantes, geradores de rígidas prescrições e silêncios, que gerava dúvidas em Maria, que na primeira vez que teve relação sexual não sabia se esta era realizada com as pernas abertas ou fechadas. Juraci, que na mesma década de 70 deixou de ser virgem com o namorado e depois resolveu morar com ele, tinha medo de se casar um dia, porque na roça, “*antigamente o ditado era esse, que a moça tinha que casar virgem, porque senão a coroa, a grinalda, que é o símbolo da virgem ... diz que caía na hora... e a relação sexual era prá ter filho, senão era safadeza, pecado*”. Na mesma linha, Cida, descreve as primeiras relações sexuais com seu marido, (dezessete anos antes de Juraci) nas quais permanecia imóvel. Guardou deste período uma memória difusa, não conseguindo definir se o que sentia era prazer ou não nos moldes atuais, mas ao mesmo tempo lembrando que

gostava de ser acariciada: apenas vigiava seu corpo para a imobilidade total, pois temia ser chamada de prostituta ou interrogada sobre com quem poderia ter aprendido qualquer forma de manifestação sexual.

Estas narrativas falam das mulheres que, entre 1950 e 70, vivenciavam um momento de intensas transformações culturais nas relações homem-mulher, principalmente para as mulheres dos setores médios e que eram acompanhadas pelas mulheres do universo proletário com muito mais dificuldade, não só pelo maior conservadorismo do mundo operário ou rural como pelos poucos recursos econômicos e culturais à disposição destas mulheres. Apesar de portadoras de valores tradicionais, eram já dotadas de um mínimo referencial crítico, o que as atolava em contradições insolúveis dentro de seu universo conceitual. É como se as mulheres desenvolvessem uma esquizofrenia pública, uma dupla personalidade: o que aparentavam ser e o que sentiam eram duas realidades comunicáveis só dentro delas mesmas.

As histórias de vida parecem mostrar que as transformações ocorriam de forma fragmentada e davam-se mais no plano subjetivo, não encontrando uma forma global e coerente de se manifestar através de uma nova construção de si. Ao conhecer as histórias de vida, em si tão contraditórias e ricas na diversidade de formas de transgressão adotadas (como fugas à opressão imposta às mulheres em nossa sociedade), podemos observar as mudanças decorrentes das recentes críticas às contradições abertas pelo capitalismo. Ao abrir espaços para o trabalho feminino e uma maior escolaridade para os setores médios, aliadas à difusão das informações (também contraditórias) sobre o papel das mulheres, tornou possível a realização de críticas que atingiram a geração de trabalhadoras que estavam na faixa dos quinze aos 25 anos entre 1965 e 1975 e que migrara para as cidades. Criadas em universos conservadores, quer fosse visto do ângulo do mundo do trabalho quer fosse da moral religiosa e sexual, estas mesmas mulheres tentavam construir, ainda que isoladamente, alternativas de uma subjetividade com um mínimo de liberdade. Muitas eram as transgressões desde a meninice: às vezes se recusando à esperada

fragilidade do mundo feminino, “brincando de ser homem”; à defesa da virgindade contraposta à prática sexual concreta; à realização do aborto apesar da culpa cristã; a gravidez antes do casamento apesar da defesa deste; e a resistência à exclusividade do papel mãe-esposa, ao insistir no trabalho escondido... Enfim, estratégias de resistências com as quais, silenciosamente, as mulheres dos setores proletários procuravam colocar-se ao lado de outras resistências, realizadas arduamente pelas mulheres dos setores médios, que as revistas da época apregoavam.

Ao traçar o perfil das ativistas, outras considerações puderam ser extraídas, sobre a relação do passado destas com a gênese do movimento social de mulheres, a saber: a característica marcadamente proletária da quase totalidade destas participantes e suas tentativas de rebeldias isoladas com relação ao gênero, que contribuiriam para dar a tônica sobre a qual se tornaria possível a constituição de um forte movimento social de mulheres da década no final da década de 70 e início de 80 e do campo propício deste às práticas feministas. O discurso feminista encontrava, assim, ressonância nas contradições vividas por estas mesmas mulheres, oferecendo-lhes a possibilidade de um reforço grupalizado para as críticas presentes em seu cotidiano individualizado.

Apesar do ativismo político *anterior* ao Comitê não ser uma condição necessária para a constituição do coletivo Comitê, pude observar que a atuação no mundo público através da política nos movimentos de bairros e religiosos (e não apenas do trabalho), foi uma porta de entrada importante, na medida **em que dois terços das ativistas vivenciaram experiências anteriores nos movimentos sociais**. Entretanto, tal afirmação não significa necessariamente, que todas as mulheres saíram de casa por considerarem a necessidade política de sua participação, sendo muito comum esta justificativa ser construída a posteriori. É possível inferirmos até, pela observação de que as mudanças substanciais estiveram ligadas à questão do feminismo e não às outras questões do movimento social (como veremos mais adiante), que as necessidades estavam mais prementes nos aspectos referentes à opressão enquanto mulheres.

Ainda que motivações e necessidades fossem heterogêneas, a cultura política aprendida nos movimentos sociais antes da construção do Comitê teve influência na estruturação do trabalho de bairro e para a experiência e constituição de um perfil de liderança popular presente no Comitê. Some-se a esta cultura política a experiência de esquerda de algumas militantes, com conhecimento de organização popular. Este perfil tornou possível também um fácil acesso aos movimentos sociais da cidade (em que pese o machismo destes movimentos), fossem eles de matriz religiosa ou partidária. Por considerá-lo um aspecto relevante para a estruturação do perfil político da entidade, optei por analisá-lo de forma mais detalhada. Ao seguir a trilha da experiência política, descobri desde atuações antigas no Partido Comunista a militâncias diversas no movimento político nas décadas seguintes e procurei analisar a influência desta participação na composição de uma rede de mulheres atuantes no movimento social de mulheres em São Bernardo do Campo.

### **CAPÍTULO III**

#### **As experiências políticas das militantes e a construção do Comitê de Mulheres**

##### **O fazer político dos movimentos sociais**

As histórias de vida relatadas até aqui demonstram um cotidiano opressivo, permeado de resistências e sofrimentos. Das dozes entrevistadas, oito delas atuaram em movimentos sociais antes de se encontrarem na construção de uma entidade de mulheres, sendo que destas, apenas uma tinha uma experiência sindical e as demais, eram ativistas de movimentos populares, religiosos e partidários.

Este capítulo tratará destas personagens, do momento político situado entre os anos 70 e 80 e do como este proporcionou os espaços políticos facilitadores para que as mulheres rompessem parcialmente seu isolamento. Por outro lado, a entrada em cena das mulheres também teve, como contrapartida, o reforço das demais lutas do movimento social por liberdades partidárias e sindicais.

As descobertas permitiram o entendimento de algumas características que tornaram-se marcantes no perfil da entidade: a constante preocupação com a política social; a aliança com setores católicos progressistas, resultado das experiências ligadas à Igreja através de Cebs, Clubes de Mães e Círculos Bíblicos; a influência simbólica do mundo sindical, ainda que contrabalançada pela ausência concreta de uma experiência sindical<sup>101</sup>; a identificação com o Partido dos Trabalhadores, que possibilitava um referencial político e um canal de comunicação entre os movimentos. Influências que geraram alianças e conflitos nas relações políticas do Comitê de Mulheres com os demais movimentos na cidade, na medida em que estas mulheres foram se agrupando e adquirindo feições próprias na construção de um objetivo comum: acrescentar às críticas à qualidade de vida em uma sociedade

---

<sup>101</sup> Não havia entre as ativistas entrevistadas, operárias que haviam participado do período grevista de final de 70 e início de 80.

capitalista a preocupação com o tratamento diferenciado e discriminatório destinado às mulheres.

A relação política das mulheres com o mundo sindical, dava-se apenas pelo fato de que quase todas eram casadas com operários, eventualmente contribuindo nos momentos grevistas, através de passeatas e coleta de alimentos para o fundo de greve. A ausência de uma atuação sindical direta só foi quebrada por uma delas, ligada ao movimento de professores, como foi o caso de Mara, que militou na Apeoesp, (Associação dos professores do estado de São Paulo) a partir de 1979. Embora todas residissem em São Bernardo no final da década de 70 e início de 80, momento em que o movimento grevista, principalmente em São Bernardo do Campo, ganhava um fôlego de repercussão nacional, na memória destas mulheres este aparece como uma referência política mais simbólica do que concreta no seu dia a dia. Além da dificuldade das próprias mulheres operárias em conseguirem espaço e visibilidade política nos sindicatos, esta lacuna demonstra a concepção de trabalho feminino político tradicional: angariar fundos e apoiar as lutas dos homens. Poucas vezes os sindicatos apoiaram as lutas dos demais movimentos sociais, principalmente quando eram compostos por mulheres, o que contribuiu para alimentar, um hiato entre movimento de mulheres no sindicato e movimento popular de mulheres em São Bernardo.

A cidade operária de São Bernardo e o forte movimento sindical ali emergente, exercerá uma influência política marcante na vida das ativistas e de todo o conjunto dos movimentos sociais, daí a necessidade de contextualizá-lo. Foi no clima político das mobilizações de 70 e 80 que as mulheres entrevistadas exerceram o aprendizado da política nos movimentos populares, como Cebis, Círculos Bíblicos, Clubes de Mães e Partido dos Trabalhadores.

## Os anos 70 e a retomada do movimento sindical em São Bernardo

No início da década de 70, o controle político nas mãos do governo militar gerava pânico e perseguições. O clima político deste período foi expresso por algumas militantes. Cida falou em tom de confiança e sussurrando recordou o desaparecimento de um amigo que trabalhava com ela nas lojas Ducal. Segundo ela, a profissão de comerciário escondia a realidade de um estudante de classe média, filho de uma médica e que, a seu ver, "fazia política escondido". Conta que ele falava do significado oculto das músicas de Vandrê e Chico Buarque e um dia desapareceu, deixando no trabalho vários objetos de uso pessoal.

Para as mulheres, este retrocesso político, de ruptura com a relativa democracia do período populista e a instauração de um governo militar apresentou algumas brechas. Os "donos do poder" eram permissivos com relação à modernidade do consumo, que ia desde a aquisição de eletrodomésticos aos valores culturais originados dos novos movimentos de liberação da mulher norte-americanos e europeus. Ao estudar as revistas femininas da década de 70, Goldberg fez a seguinte observação:

*"Dentro da euforia do 'milagre econômico' e da rápida conversão à modernidade' de setores das camadas médias urbanas brasileiras, começou a ser positivamente veiculado, no início dos anos 70, um novo símbolo feminino - a mulher 'liberada', casada ou não, com poucas preocupações domésticas e muita preocupação com o corpo, a aparência física, a vida sexual."*<sup>102</sup>

Estas informações chegarão de formas diferenciadas para as mulheres do mundo operário. As militantes, esposas de operários qualificados, têm deste período uma forte imagem do milagre através do consumo econômico e da transferência do trabalho doméstico para terceiros. Uma delas sintetiza assim o período: *"Sabe como era naquele tempo? Você estava na Mercedes e pensava 'vou mudar de emprego,*

---

<sup>102</sup> GOLDBERG, Anette op. cit.

*trabalhar na Volks'. Você ia no jornal, via a vaga e pronto, ganhava quase o dobro."*

A televisão veiculava a imagem de um Brasil forte e moderno, com o Estado investindo em indústrias de base, estradas de rodagem, hidrelétricas, usinas nucleares. O outro lado, menos propagandeado pelo governo, é que este desenvolvimento dava-se às custas de uma forte contenção salarial sobre as classes trabalhadoras e uma explosão inflacionária.<sup>103</sup>

A descrição sobre a vida que os operários qualificados encontraram em meados da década de 60 e passaram a ter no final de 70, corresponde à descrição que Lula faz sobre sua história pessoal. Conta ter adquirido em poucos anos como ferramenteiro casa, TV e carro do ano. Este dirigente destaca que um dos fatores que permitiram posteriormente a eclosão de um forte movimento grevista esteve relacionado ao sentimento visível da perda do poder aquisitivo comparado ao auge do milagre brasileiro e das condições de vida para este setor do operariado.<sup>104</sup>

Outro dos indicadores da qualidade de vida na cidade de São Bernardo pode ser observado através do inchaço das favelas, que cresciam não só pela migração constante, mas também pelo crescente número de operários não-qualificados que para ali se dirigiram.<sup>105</sup>

No setor metalúrgico, o curto período de altos salários não foi suficiente para gerar uma "aristocracia operária", não só pela sua brevidade, pois os operários qualificados tiveram seus salários rapidamente arrojados, como pelos mecanismos de implantação das multinacionais, que empregaram um grande número de operários não qualificados com salários bem inferiores.

<sup>103</sup> Segundo Kuscinski, pelos dados do Dieesc, a perda acumulada dos trabalhadores desde 1974 ia de um mínimo de 18% a um máximo de 34,1% dos salários vigentes em junho de 1977. Em relação a 1973, o preço dos produtos agrícolas havia aumentado 480% em 1978, em comparação com o aumento de 398% dos preços em geral. KUSCINKI, Bernardo *Abertura, história de uma crise*, São Paulo, Ed. Brasil Debates, no.5, 1982.

<sup>104</sup> SILVA, Luis Inácio Lula mesa redonda "As lutas sindicais e as greves: os trabalhadores do ABC como protagonistas da história política do país" in *I Congresso de História da Região do ABC*, op. cit.

<sup>105</sup> Se na década de 50 havia tres favelas em São Bernardo, este número salta para 17 em 1960 e em 78 as cifras acusam cerca de 26 favelas. Ao todo havia cerca de 6.813 barracos, com uma média de 5 moradores cada um. Departamento de Promoção Social, órgão da Secretaria de Saúde e Promoção Social da Prefeitura de São Bernardo, cadastro de 1978.

As greves de 78 no ABC foram importantes para o movimento operário de todo o país, a começar pelo questionamento prático da Lei no. 4.330, a Lei Anti-Greve e o confronto com o Estado, aproximaram operários qualificados e não-qualificados a questionarem juntos as condições de trabalho, sempre pioradas pela super-exploração.<sup>106</sup> A amplitude com que as greves aconteceram exerceu uma influência sobre outras categorias das classes trabalhadoras, pois a força simbólica da atuação operária atingia um universo mais amplo do que os trabalhadores das indústrias. Cida, na época costureira de ajustes das Lojas Ducal, conta emocionada:

*"Conheci o Lula nessa loja...o sindicato dos metalúrgicos era na Marechal e olha, eu já tinha sangue político! Eu via o Lula, eu ficava asssim...[arrepia] Ah! Minha esperança! Eu ia prá passeatas, eu ia prá Vila Euclides, eu participei de todos aqueles atos! (...) Sou filiada ao PT faz pouco tempo, só participava como gente, como povo...eu queria uma transformação prá melhor pros meus filhos!"*

Curioso observar o sonho e sua forma de expressão quase anônima, "como gente, como povo" para explicar que não era metalúrgica, mas se identificava com as aspirações daqueles operários. Era um momento em que as assembléias dos metalúrgicos se entrelaçavam com as comemorações dos trabalhadores no 1o. de Maio, em função das greves se darem com mais intensidade nos meses de março e abril, como aconteceu em 1979 e 1980.<sup>107</sup>

O movimento extrapolava a geografia das fábricas e cresceram as reivindicações por melhorias urbanas. A cidade fervilhava. Ao analisar a importância dos movimentos sociais que se iniciaram em meados da década de 70 e se seguiram depois, Telles considera-os importantes por tornarem-se uma *"possibilidade de abertura de espaços públicos através dos quais o conflito aparece enquanto acontecimento, seus protagonistas ganham configurações reconhecíveis e os moradores constituem sujeitos nas lutas por seus direitos"*.

<sup>106</sup> ANTUNES, Ricardo *A Rebelião do Trabalho- O confronto operário no ABC Paulista as greves de 1978/80* Campinas, Editora da UNICAMP, 1992 2a. ed. e *As lutas sindicais e as greves: as greves do ABC*, palestra proferida e publicada nos Anais do I Congresso de História da Região do ABC, op. cit.

<sup>107</sup> PINHEIRO, Suely e MEDICI, Ademir *1o. de Maio e os principais momentos da luta sindical em São Bernardo: 1902-1990*, Oficinas Históricas, vol. 1, Prefeitura do Município de São Bernardo do Campo, 1990.

Segundo ela, os movimentos questionaram as práticas de poder ocultas, pensando a política como além do Estado visível e centralizado, não sendo exteriores e livres mas atuando em relação a ele, trazendo a reflexão para o cotidiano das relações de poder concretizadas e expressas no bairro e na cidade. Ao mesmo tempo, esta autora afirma que os conceitos de participação e decisão coletivas, bem como a auto-organização davam-se a partir de uma experiência de privação de equipamentos urbanos e de uma experiência de exclusão, sentida a partir do momento em que se relacionavam com os órgãos públicos.

Mais do que simples condições estruturais do capitalismo, relacionavam-se com o surgimento de diversos sujeitos sociais:

*"(...) gente que viveu os acontecimentos de 1964 e 1968- gente, por exemplo, ligada à esquerda católica que criticava as práticas políticas e sindicais do período pré-64, e buscava alternativas na chamada proposta de 'nucleação' dos trabalhadores a partir de seus locais de moradia; gente que era ex-militante de esquerda vivendo o impacto da derrota de seus projetos e que discutia a possibilidade de outras perspectivas e outras práticas que não reproduzissem o que era considerado como erros de sua atuação passada; gente articulada com organizações de esquerda e que discutia os desafios postos por uma nova conjuntura; gente que simplesmente participara de experiências passadas e pensava sobre elas em função de novas condições, por conta, ainda, da presença nesses movimentos de militantes operários, que buscavam nos bairros alternativas para uma ação cada vez mais difícil de ser realizada nos sindicatos e nas fábricas, dada a repressão daqueles tempos; e é claro, por conta da influência de militantes e agentes pastorais das comunidades eclesiais de base, introduzindo uma pedagogia de trabalho inspirada nas novas orientações de uma Igreja que se renovava".<sup>108</sup>*

A confluência de diferentes propostas políticas irá desembocar na constituição de um forte movimento popular em São Bernardo, no princípio com

<sup>108</sup> TELLES, Vera "Movimentos Sociais- reflexões sobre a experiência dos anos 70 in *Uma Revolução no Cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina* in SCHERER, Warren e KRISCHKE, Paulo J. (orgs) . São Paulo, Brasiliense, 1987, p.80

hegemonia religiosa e na constituição de um partido ligado às classes trabalhadoras, de base inicialmente sindical, o que proporcionou um elo entre o movimento popular e o movimento sindical. A experiência no movimento popular dirigido pelas pastorais e militantes do Partido dos Trabalhadores foram aspectos fortes no aprendizado das militantes, que posteriormente atuarão no Comitê e iluminam aspectos de suas experiências futuras.

### **A luta por melhores condições de vida**

A cidade de São Bernardo trazia em si ambas as condições para o surgimento de um intenso movimento social. Apresentava uma diversidade de expressões e riqueza política, ao mesmo tempo que o crescimento populacional, gerado pelo novo desenvolvimento fabril e de serviços agudizava as condições de vida.<sup>109</sup> O espaço urbano alterava-se continuamente e o retrato da cidade no início de 80 passou a estampar a marca de uma população jovem, com 73% de migrantes. A necessidade de evitar o aluguel levou as moradias a espalharem-se por áreas sem infra-estrutura. Por ser uma cidade relativamente nova, os terrenos mais afastados eram acessíveis às famílias trabalhadoras, nos quais elas próprias construía suas casas.<sup>110</sup>

A totalidade das militantes entrevistadas possuía casa própria e destas, apenas duas não foram auto-construídas. A construção familiar demandava um processo longo, cômodo por cômodo, demorando às vezes até dez anos. A planta das casas raramente levava em consideração aspectos como as condições do terreno, a iluminação natural ou ventilação, gerando casas úmidas e escuras, com suas condições agravadas pela garagem coberta contígua à sala, tão comum a partir dos anos setenta. As dificuldades de construção ou de infra-estrutura, como saneamento

---

<sup>109</sup> Comparando-se o crescimento do número de empregos dos anos 50 com os anos 70 vimos um crescimento anual de 20% e para cada emprego na área industrial correspondeu outros dois na área de serviços. CARDOSO, F. H. e outros *Álbum Memória de São Bernardo*, p.50, Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo, Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, 1981.

<sup>110</sup> Na cidade, 71% das casas eram próprias. Destas, 40% de moradias utilizaram o sistema de auto-construção em São Bernardo e pouco mais da metade delas (23%) foram construídas em conjunto por familiares e amigos. CARDOSO, F.H. *Album memória de São Bernardo* op. cit. p.70

básico, luz, transportes, foram alguns dos aspectos que influíram para que metade delas tivessem uma primeira experiência política nos movimentos populares.<sup>111</sup>

O movimento reivindicativo tomou vulto, e no início dos 80 muitos trabalhadores estavam engajados na luta de bairros, em embates diretos com a prefeitura local. Estruturavam-se em grupos de construção de casas por mutirão, ou organizavam-se em movimentos municipais por urbanização, como o Movimento em Defesa dos Direitos dos Favelados, ligados à Igreja.<sup>112</sup>

Em 1984, foram criados em São Bernardo dois projetos de construção de casas por mutirão, ligados a formas de ação propositivas, nas quais o movimento reivindica do Estado verba para aquisição do terreno ou compra do material e em troca oferece a força de trabalho de um coletivo organizado e às vezes, o pagamento de forma parcelada.<sup>113</sup>

Ao deslocar-se da ação reivindicativa para a propositiva, o movimento passou a estabelecer uma relação ambígua com o Estado, de parceria e confronto ao mesmo tempo. Naquele período era comum ouvir-se de militantes de movimentos sociais os mais diversos que não bastava reivindicar do Estado, pois o movimento deveria ter propostas concretas passíveis de serem encampadas pelo Estado, de preferência em co-gestão e mantendo-se a autonomia. Sob a ótica de suas lideranças, esta era uma maneira de conseguir o atendimento de algumas reivindicações, e ao mesmo tempo contribuir para que o movimento perdurasse além do curto momento reivindicatório, tarefas difíceis de serem realizadas integralmente, pois os recursos econômicos estavam sempre nas mãos do Estado.<sup>114</sup>

<sup>111</sup> Sobre movimentos por melhorias urbanas ver BOSCHI, R. (org.) *Movimentos coletivos no Brasil urbano*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.

<sup>112</sup> O MMDF surge inicialmente para garantir a permanência de moradores nas favelas, em terras particulares ou do poder público, quando sofrem ações de expulsão e a partir daí iniciam um processo de reivindicações por melhorias urbanas, na medida em que passam a querer legalizar a sua situação. Matéria sobre a história e atuação do MDDF "Urbanização gera polêmica" in *Jornal Rudge Ramos*, ano V, no.44, maio de 1985.

<sup>113</sup> Os dois projetos eram ligados inicialmente à Associação de Compras Comunitárias: a Associação de Construção Comunitária por Mutirão de Vila Comunitária (ligada aos militantes da favela do Parque São Bernardo) e à Associação de Construção Comunitária por Mutirão da Favela Uenoyama. Documento Avaliação da Associação de Compras Comunitárias do Estado de São Paulo/ São Bernardo, maio de 1985.

<sup>114</sup> A Anampos, Associação Nacional dos Movimentos Populares, que aglutinava lideranças das pastorais e em menor medida, de outros agrupamentos de esquerda, afirma em seu encontro estadual de 1985:

O clima de parceria transcorria nos momentos de calma, da chegada das verbas, dos acertos técnicos, mas quando o processo se arrastava, os problemas não se resolviam, as tensas reuniões e assembleias construía o clima de conflito. No aprendizado do jogo burocrático que os técnicos lançavam mão, ou nas artimanhas dos políticos envolvidos, conhecia-se o papel do Estado, e trabalhadores percebiam-se como reféns da política estabelecida, situação que acontecia no projeto Mutirão e acontecerá com o Comitê de Mulheres pouco tempo depois, ao desenvolver projetos em comum com o governo estadual.<sup>115</sup>

A preocupação com o gênero e outras determinações sociais como classe, etnia, religiosidade, pode estar presente para iluminar as motivações e consequências de cada experiência, preocupação a que Paoli define como a transversalidade do gênero<sup>116</sup>. Na história das militantes do Comitê, duas participaram do Projeto da Vila Comunitária, de 1984, experiência que produziu consequências distintas em suas vidas. Para Juraci, que já participava há algum tempo do Movimento de Defesa dos Direitos do Favelado (MDDF) e estava fundando o Comitê, o mutirão foi um momento de consolidação da capacidade feminina, e proporcionou-lhe a chance da separação do marido, reforçando seu ideário feminista.

Para Fátima, foi a primeira experiência política que participou, e só a partir dela é que conheceu Comitê, através das vizinhas militantes. Apesar de efetuar alterações em sua vida pessoal através do Comitê, foi o recorte de classe e da solidariedade deste grupo primeiro, que nunca havia vivido antes, a sua experiência mais significativa. Assim, podemos ver que as experiências e valorações são diferentes em função do momento em que as práticas são realizadas e de como cada mulher as relaciona com a sua vida. Foi a partir do marido que Fátima entrou em

---

*"apresentar propostas concretas aos governos, lembrar constantemente as promessas governamentais, não abrir mão da luta direta e divulgar as lutas dos movimentos populares"* citado em GOHN, Maria da Glória, "Conam, Anamos e Pró-Central dos Movimentos Populares: tres formas de organização de cidadania e de cultura política", in *Movimentos Populares Urbanos- Crise e Perspectivas*, Porto Alegre, FASE/Cidade, 1992 p.19

<sup>115</sup> Ver Vera Telles, sobre o papel do Estado e sua abertura para a negociação de reivindicações ao mesmo tempo que normatiza e despolitiza os conflitos sociais, fragmenta todas as esferas da vida social e pode até desmobilizá-los. TELLES, Vera op. cit. p.71

<sup>116</sup> PAOLI, Maria Célia op. cit.

contato com o mutirão. Este, metalúrgico desempregado, foi convidado por um ex-colega de fábrica a ajudá-lo na construção, (solidariedade operária comum no processo de auto-construção), quando ela se interessou e o convenceu a inscrever-se no Projeto.<sup>117</sup>

Percebemos no sistema mutirão<sup>118</sup> alguns aspectos intrigantes sob o prisma do gênero. O mutirão favorece uma atuação feminina forte, na medida em que estas estão incorporadas no discurso igualitário de coletividade, ao mesmo tempo em que participam da feitura das casas junto com os homens e podem inscrever-se no Projeto sem a obrigatoriedade de estarem ligadas a um companheiro. Entretanto vivenciam, a partir daí, contradições nas relações familiares e políticas decorrentes do poder masculino. No caso da Vila Comunitária, poderíamos ainda acrescentar um choque entre o discurso e a realidade, pois a maioria era composta por homens militantes que diziam para as mulheres da Vila (a maioria militantes também), não serem "machistas". Apesar do campo propício a uma crítica da dominação masculina, esta só foi possível a partir de uma atuação de grupos com práticas que iam além das realizadas no movimento popular, ou seja, práticas feministas, como as do Comitê de Mulheres. Os atritos domésticos na Vila, através de proibições e violências, foram objeto de intervenções constantes do Comitê, e culminou com algumas separações conjugais, por um lado, e acomodações femininas, por outro.

Além dos movimentos populares de auto-construção, o MDDF unificava as reivindicações das favelas e outras dezenas de agrupamentos espalhados pelos

<sup>117</sup> A auto-construção envolvia parentes e amigos e no mutirão organizado coletivamente, o costume se manteve através da ajuda de amigos para o cumprimento das horas necessárias.

<sup>118</sup> Segundo Fátima, os critérios para a entrada no grupo eram acessíveis: a família requerente deveria ter uma renda familiar de até três salários mínimos e em troca, deveria dispender 80 horas de trabalho por semana, sendo que depois as casas seriam sorteadas. Não poderia haver a venda, pois as casas seriam propriedade coletiva da Associação e cedidas por tempo indeterminado ao morador que tivesse participado de sua construção. De acordo com Viviane Pinhata, uma estudiosa deste mutirão, "O primeiro problema que enfrentaram foi, é claro, a posse da terra. Ficaram pressionando a administração durante nove meses. Nesse meio tempo, 22 famílias desistiram. Depois que superaram este problema, conseguiram um terreno de 10.000 m<sup>2</sup>, através da Cúria Diocesana de Santo André. Selecionaram um grupo de 50 famílias, obedecendo ao seguinte critério: tinham que residir em São Bernardo há mais de dois anos, não podiam possuir nenhum imóvel, tinham que ter uma renda familiar até tres salários mínimos e tinham que ter alguma participação no movimento popular. Conseguiram financiamento do CBH para comprar o material" PINHATA, Viviane B. in op. cit..

bairros e eram ligados às pastorais e ao Partido dos Trabalhadores, que lutavam por melhores condições de vida. Havia ainda movimentos por melhorias ligados a antigos militantes de esquerda e sem influência religiosa, como é o caso de Deta, que antes de entrar para o Comitê de Mulheres, iniciou sua participação política na organização dos moradores da rua Santa Tereza, no final da década de 70 e início de 80, movimentação que tempos depois foi articulada junto a vereadores petistas.

A maior parte das organizações populares de São Bernardo manifestava uma forte hegemonia dos setores progressistas da Igreja Católica e a referência a ela esteve presente em quatro das oito ativistas com experiência política anterior. Elas narraram uma participação em Círculos Bíblicos, Comunidades de Base e Clubes de Mães. Para a outra parte das mulheres pesquisadas com experiência política anterior, o PT apareceu ora como referência prioritária, ora como combinada à experiência da Pastoral, pois uma característica do movimento popular no período é que os mesmos militantes atuavam em diferentes instâncias organizativas.

### **A opção pelos pobres e as práticas religiosas no ABC**

A atuação pastoral no movimento popular em São Bernardo vem desde meados da década de 60 e está ligada às mudanças realizadas por parte da Igreja Católica neste período, quando foi feita a "opção pelos pobres". Sader<sup>119</sup>, explica que a crise enfrentada pela Igreja Católica a partir dos anos 50 relaciona-se à influência do pentecostalismo e da umbanda sobre a população pobre, assim como da constatação do distanciamento popular. Somado a isto, temos a atuação de leigos católicos que vão se juntando às lutas populares e à crítica política ao regime. No desenrolar deste processo dá-se a II Conferência Geral do Episcopado latino-americano, em 1968, em Medellín (Colômbia), com um conceito de salvação ligado

---

<sup>119</sup> SADER, Eder *Quando Novos Personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

à conversão religiosa mas ao mesmo tempo garantida através da luta por condições de vida mais humanas.

Em um balanço sobre os últimos 50 anos do catolicismo na América Latina<sup>120</sup>, setores da Igreja Católica avaliaram que as principais marcas da Igreja neste período foram: diminuição da influência católica em função do pluralismo religioso e abertura a religiões orientais e evangélicas; o compromisso social e político das igrejas devido ao agravamento das condições de vida e a onda de ditaduras militares; abertura para maior participação popular, principalmente da mulher; e por fim, consequência da participação popular, uma abertura para as culturas de cada país, "aculturando" a Igreja e reformulando-a em novas bases.

A distância entre Igreja e Estado, apesar de haver setores clericais claramente conservadores, somada ao cotidiano da política no auge da repressão acabou por aproximar padres e militantes, às vezes dando guarida a estes últimos.<sup>121</sup>

Nem sempre a Igreja conseguia imunidade, como o próprio Sader demonstrou ao descrever a tortura e o assassinato do secretário de D. Helder, no ano de 1969, em São Paulo, e nem sempre também, a acolhida à esquerda era óbvia. Alguns momentos difíceis são registrados por militantes ao descrever a tensa espera de reuniões entre os religiosos sobre possíveis acolhidas, pois ainda havia o embate interno de posições políticas, como contou o ex-padre e marido de Maria, ativista do Comitê. A história de Maria, por sua vez, revelou uma trajetória que acompanhou as guinadas da Igreja: filha de operário, começa a participar da Juventude Operária Católica em seu momento ainda conservador, com 16 anos e após o golpe militar de 64 coordenou atuações políticas mais amplas, até que no final de 60 iniciou sua

<sup>120</sup> Entrevista de Pe. Beozzo, presidente da Cehila (Comissão de Estudos de História da Igreja na América Latina) na II Conferência Geral da Cehila, em São Paulo. *Folha de São Paulo*, 26/07/95

<sup>121</sup> Padre Maon fala de sua atuação neste período: *"Em 1971, eu estava em Santa Teresinha (Santo André) (...) Muitas vezes tivemos que esconder pessoas perseguidas pela polícia política, o Dops. Naquela época, a igreja tinha um papel muito importante no combate à repressão. Foi, talvez, o único organismo que a ditadura militar não teve coragem de atacar de frente e, assim, a Igreja sempre gozou de relativa liberdade. Enquanto isso, tudo era proibido para o trabalhador. A Igreja, por sua vez, podia receber nos seus salões paroquiais grupos clandestinos que não tinham lugar nenhum para discutirem."* Depoimento de Pe. Maon in *Anais do I Congresso de História e Memória no ABC*, p. 110.

participação na Ação Popular, sendo presa por três meses na Polícia Militar do Rio de Janeiro, no ano de 1970.

A Juventude Operária Católica era um setor da Igreja que se propunha a organizar os setores jovens (e solteiros), prioritariamente filhos e filhas de operários e Maria, filha de operário marceneiro, é convidada ainda jovem a ingressar nas fileiras da JOC feminina, na cidade de São Luís, no Maranhão.<sup>122</sup> Maria acompanhará as mudanças políticas da JOC do período de 61 a 75, mudanças que foram consequências do contato direto dos setores religiosos com os trabalhadores quando estes cobravam um posicionamento claro nas diferentes situações-limite impostas pelo cotidiano das tensões sociais.

Em meados da década de 40 e 50 os católicos organizados procuravam "livrar" os operários do comunismo e depois, operários católicos passaram a atuar em conjunto a operários comunistas, como nas greves dos setores têxtil e químico de 1959 no ABC. Na crítica às formas de fazer política dos comunistas e na disputa pela direção do movimento, surgiu a esquerda católica, e setores da Igreja assumiram a realidade da luta de classes. Estas mudanças desembocaram em uma forte atuação no movimento popular no ABC a partir da década de 70, com a Igreja reorganizando os trabalhos pastorais e estimulando organizações de bairro, através de várias maneiras, como nos diz Paiva:

*"O trabalho recomeçou com grupos de reflexão, círculos bíblicos, grupos de rua, todos preocupados em fazer nascer uma nova forma de ser Igreja. Foi uma época de proliferação, ao abrigo das Cebis, de Associações de moradores de toda sorte".<sup>123</sup>*

<sup>122</sup> Segundo a socióloga Heloísa Martins, a JOC existia desde o final da década de 40, mas até 1961 exercia uma ação ritualista, sacramentalista, e possuía um caráter fortemente anti-comunista. De 61 a 75, a JOC passou por três fases: até 64, abertura para a política e movimento sindical e paralelamente surge a Ação Popular (AP), esquerda católica marcada por sua aproximação com o marxismo; até 68, é atraída pelos movimentos e pela Associação Universitária, e neste período realiza alguns trabalhos com a AP; até 75, período da clandestinidade e resistência, a JOC fará um trabalho corpo a corpo nas fábricas e bairros, procurando organizar os operários católicos. MARTINS, Heloísa *Igreja e Movimento Operário no ABC - 1954-1975*, FFCLH/USP, 1986.

<sup>123</sup> PAIVA, José Maria "Comunidades Eclesiais de Base" in *Movimentos Sociais em Minas Gerais*, Pompermayer, M. (org) Belo Horizonte, UFMG, 1987 p.150.

No final de 70 e início dos anos 80, duas militantes pesquisadas tiveram uma experiência significativa que unificava religião e política através dos Círculos Bíblicos. O círculo bíblico era uma das atividades utilizadas pelos setores progressistas da Igreja Católica e que agregavam os moradores de uma rua ou bairro. Composto majoritariamente por mulheres, estes círculos têm seu modo de funcionamento explicados por Isabel, que continuou a participar deles mesmo depois de integrar-se ao Comitê de Mulheres em 1983. Segundo ela, no Baeta, bairro de tradição operária onde morava, os grupos de base se formavam e se reuniam para conversar sobre a Bíblia ou realizar celebrações nas pequenas igrejas da paróquia, todas atividades ligadas às Comunidades Eclesiais de Base.

A utilização de formas populares de religiosidade já existentes em tempos passados, como as novenas e orações atraíam um grande número de católicos ligados por laços de vizinhança. O aspecto novo destes grupos é que surgiram na década de 70 e 80, e eram largamente utilizados por setores da Igreja preocupados em fazer uma releitura do Evangelho, relacionando-o à uma reflexão política inicial do cotidiano do bairro e seus problemas. Em uma cidade como São Bernardo, a maioria de migrantes, com 40% vindo de outros estados, tal prática possibilitava um espaço de sociabilidade e integração primária através da religião que lentamente se expandia para os problemas do bairro.

Outra militante do Comitê, Cida, que iniciou sua participação política nos Círculos Bíblicos, conta como os agentes pastorais leigos realizavam este trabalho, ao falar de Ana: *"ela era agente pastoral, trazia coisa política prá gente e trazia coisa da Igreja também, baseada no Evangelho, na Bíblia"*.

Para Isabel, as celebrações eram uma alternativa de multiplicação das missas sem a presença dos padres, que benziavam a hóstia antecipadamente, sendo que a diferença entre missa e celebração era dada através da presença ou ausência do padre. Com o exercício de funções religiosas pelos leigos, a Igreja conseguia valorizar o trabalho desses e ao mesmo tempo atender ao aumento de solicitações religiosas que a nova política pastoral proporcionava.

Para as mulheres, esta forma de trabalho religioso abria um mundo de novas possibilidades, com pouca concorrência masculina, em função da flexibilidade de horários e das relações de vizinhança das donas de casa, tornando-as o alvo preferencial da Igreja. Era aberta uma fresta na misoginia religiosa, apesar de continuar a existir o impedimento de freiras rezarem missas ou ocuparem cargos na hierarquia do clero. As celebrações funcionavam como uma alternativa para as freiras e leigas, que tinham ali um espaço público garantido e reconhecido socialmente. Ali, mulheres como Cida e Isabel praticavam o aprendizado da fala pública, dirigindo as celebrações, discursando sobre a palavra de Deus, aprendizado fundamental para a entrada no mundo político.<sup>124</sup> Assim, o conteúdo político do novo trabalho religioso tornava-se um laboratório de política e oratória, facilitando que estas mulheres atuassem na política do bairro e despontassem como lideranças.

Por estas características os Círculos Bíblicos serão uma das portas de entrada para a atuação feminina nos movimentos de bairro, acompanhados de perto pelos Clubes de Mães, outra forma de manifestação do trabalho pastoral, e que aproximarão estas mulheres dos ativistas do movimento sindical e partidário do município.

### **Os Clubes de Mães e o discurso feminista**

Os Clubes de Mães eram pequenos agrupamentos de mulheres, geralmente coordenados por freiras, embora pudessem estar sob a responsabilidade de mulheres leigas que realizavam o trabalho pastoral. Há registros de Clubes de Mães fundados sem relação com a Igreja, embora fossem poucos. O trabalho destes clubes eram voltados para atividades artesanais consideradas "tradicionalmente femininas", como

---

<sup>124</sup> Para se ter uma dimensão da atuação feminina basta o seguinte dado: um estudo feito pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB, mostra que 80% das celebrações dominicais católicas não são feitas por padres mas por agentes pastorais livres, em que a maioria são mulheres. **Entrevista de Pe. Beozzo**, op. cit.

corte e costura, crochê, além de realizarem atividades informativas sobre saúde e outros temas<sup>125</sup>.

Alguns trabalhos sobre os movimentos populares trataram da temática dos Clubes de Mães sob enfoques diferentes. Reboreto<sup>126</sup>, em sua tese sobre o cotidiano de trabalhadores e suas lutas no bairro e nas fábricas na região de Santo André, preocupou-se em demonstrar o papel significativo que os Clubes de Mães ocuparam para estimular a participação política das mulheres não só no bairro, como também em uma articulação com os movimentos sindicais aos quais os maridos destas mulheres pertenciam. Neves<sup>127</sup>, em um estudo mais recente, afirmou que os Clubes de Mães possibilitaram que as mulheres saíssem do isolamento doméstico, alterassem de algum modo as relações com o marido na medida em que estes impunham limites, enfrentados gradativamente por elas. Esta autora citou o exemplo do marido sindicalista de uma delas, que ao colocar fogo em questionários a serem passados no bairro, tentava impedir a participação da esposa. Com o tempo, a mulher conseguiu romper estas barreiras em um processo de descontinuidade, percebendo a opressão feminina na família, na maternidade e no espaço doméstico.

Outros estudos, como os de Citelli<sup>128</sup> e Nunes<sup>129</sup> partiram do pressuposto de que houve rompimentos dos limites impostos ao gênero feminino, entretanto muito parciais, quer fosse pela atuação da Igreja ou pela falta de contato com grupos e idéias feministas. Nos grupos estudados demonstram que só há uma alteração que vá além dos questionamentos à uma liberdade enquanto indivíduo, quando há possibilidade de contato com outras matrizes discursivas que não o movimento popular ou religioso simplesmente. As hipóteses destas autoras puderam ser comprovadas com algumas nuances, nos relatos e documentos escritos por alguns

---

<sup>125</sup> Ver *Que história é essa? Clubes de Mães e grupos de mulheres de São Paulo* GEP/URPLAN e Rede Mulher, out/1985 e *Clube de Mães de Paratibe: uma história para ser contada*, SOS\_CORPO de Recife, Pernambuco, abril de 1993.

<sup>126</sup> REBORETO, Lucilia op.cit.

<sup>127</sup> NEVES, Magda de Almeida *Trabalho e cidadania- as trabalhadoras de Contagem*, Petrópolis, RJ, Vozes, 1994.

<sup>128</sup> CITELLI, Teresa op. cit.

<sup>129</sup> NUNES, Maria José F. Rosaldo op. cit.

Clubes de Mães de São Bernardo, particularmente naqueles em que duas futuras militantes do Comitê, Juraci e Minervina, tiveram sua primeira participação política no movimento de mulheres.

Em São Bernardo, os Clubes de Mães foram iniciativas de padres, freiras e agentes pastorais que organizavam as Cebes para a reflexão religiosa e formavam grupos de mulheres com atividades de corte e costura e bordados, aproveitando o espaço para a discussão sobre os "problemas de mulher", incluídos aí desde aspectos como a alimentação familiar até problemas no casamento, saúde dos filhos, etc. O que se entendia por "questão da mulher" dependia não só dos objetivos de quem organizava o trabalho, como das expectativas das mulheres que nele participavam e que mudavam a cada momento. Para Juraci, o início foi uma motivação para uma luta contra a pobreza e com o tempo, outras indagações foram ficando sem resposta como aspectos da sexualidade ou aborto. Para Minervina, a participação significava uma concordância com o princípio geral de lutar pela igualdade da mulher com o homem, combinada à luta contra as precárias condições de vida da favela.

O Clube de Mães ao qual estas militantes participavam era um dos dezesseis clubes ligados à Paróquia de São Geraldo, que abrangia a região da Favela do Parque São Bernardo, Farina, Baeta e Nova Petrópolis.<sup>130</sup> Qual a concepção de trabalho desta paróquia sobre a temática da mulher? Duas versões complementares permitiram estabelecer uma comparação: as narrativas das militantes e o texto de uma cartilha, datada de 1982, que apresentou o conteúdo de um trabalho "com mulher" e de como este deveria ser feito.

Juraci foi convidada a participar do Clube de Mães depois de se destacar por sua atuação "sempre falante" nas novenas. No Clube, segundo ela:

*"Fazia chá de bebe...aprendia bordadinho, sobre saúde. O poço, a gente descobriu que dava verminose...até que a gente acabou com o poço antes de ter água encanada e foi aquela luta. Nós fomos até Brasília prá conseguir saneamento*

<sup>130</sup> Dados extraídos do documento *Projeto Memória Viva/ Favela do Parque São Bernardo do Campo*, entrevistas realizadas por MEDICI, Ademir, publicação do Serviço de Documentação da História Local, SDHL, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de São Bernardo, ago/set de 1989.

*básico. Achava que ajudava a gente ser mais é mulher, por exemplo, voce faz biquinho de pano de prato, aprende a fazer florzinha, fala da saúde mas não assim, o aborto, a sexualidade. A gente conversava igualzinho as freiras".*

Outro movimento de que se recorda, feito pelo Clube de Mães, foi a luta pela distribuição de leite em pó nos postos de saúde. A entrada na "luta", como resume Juraci, deu-se a partir da sua religiosidade e de sua identificação com o problema da fome, tantas vezes passada na adolescência. Ao mesmo tempo, guardava para si uma contradição com o mundo religioso: sentia vontade de não ter filho, apesar de considerar o sexo sem procriação como "pecado". Ao engravidar de forma contínua, manifestava uma ansiedade que a fazia abortar quase sempre no início da gravidez. Estas contradições, vividas solitariamente, só serão ativadas quando o Comitê de Mulheres entrar em contato com o Clube de Mães, ao qual pertence, e estabelecer alguns trabalhos conjuntos. Ao contrapor o discurso feminista ao discurso religioso, Juraci conseguirá algumas respostas para suas antigas questões, como as informações sobre o direito ao corpo, que envolve principalmente a sexualidade e a anticoncepção.

Minervina, iniciou sua atividade política de luta por melhores condições de vida quando mudou do interior para São Bernardo no começo de 80 e começou a participar do Clube de Mães. Pela atuação religiosa foi convidada muito rapidamente para administrar o Clube de Mães da Favela do Parque São Bernardo e foi co-fundadora do Comitê de Mulheres na mesma época. Lembra-se do comentário de Irmã Inês, quando esta afirmava que o trabalho no Comitê não era diferente do Clube de Mães, pois a freira "*dizia que os dois discutiam que a mulher não deve ser submissa ao homem*". Minervina concordava com a crítica à desigualdade entre os sexos, pois "*se um homem pode fazer, a mulher não pode?*". A diferença para ela estava apenas em que um movimento era laico e outro, religioso.

Ao ser indagada sobre a possível diferença entre Comitê e Clube de Mães na ótica das demais participantes, Minervina frisou sobre a recusa de muitas mulheres a atuarem "também" no Comitê, mas expressou uma dificuldade pessoal de explicar o

por quê isto se dava. Ao compararmos a fala de Juraci e Minervina podemos encontrar algumas pistas: é possível que Minervina, pelo fato de ser mais velha, viúva, e não se preocupar com a questão do corpo e sim com a "luta pela igualdade", como fez questão de explicitar, não percebesse que outras mulheres do Clube de Mães vissem exatamente na questão do corpo a diferença entre os discursos e exatamente por isso, o negassem.

A defesa do aborto, que o movimento feminista assumiu abertamente na década de 80, pode ter sido um fator importante nesta diferenciação. Naquele momento, o movimento feminista defendia a autonomia das mulheres com o slogan *Nosso corpo nos pertence* e o direito à saúde, em função do alto número de abortos realizados no Brasil e da mortalidade decorrente das péssimas condições em que era feito pelas mulheres pobres.<sup>131</sup> O movimento vivia em permanente conflito com a cúpula da Igreja e de outras instituições.<sup>132</sup>

Se a cúpula da Igreja estabelecia um embate direto com o feminismo, o trabalho de base reforçava esta posição, embora fosse relativizado pela flexibilidade das freiras e padres que dirigiam esses trabalhos. Um aspecto interessante da Paróquia de São Geraldo, é que essa instituição implementava uma clara concepção de trabalho feminino desenvolvida por várias Cebs, e não apenas em São Bernardo, o que mostra que a direção sabia exatamente as diferenças entre as matrizes

<sup>131</sup> De acordo com Verardo, "dados resultantes do censo de 1980 mostraram que o Inamps registrou, entre partos e abortos, o atendimento a 1,7 milhão de mulheres. Nesse mesmo ano, foram registrados nos hospitais credenciados cerca de 201 mil casos de complicações causadas pelo aborto. Ao fazer uma projeção estatística baseada nos registros do Inamps, a pesquisadora Hildete Pereira de Melo, do Departamento de Economia da Universidade Federal Fluminense, apontou que entre 1,5 e 2 milhões de abortos foram realizados no Brasil em 1979 e 1980 (...) A OMS, órgão da ONU, apresenta estimativas ainda mais elevadas: em 1984 foram feitos no Brasil cerca de 10 milhões de abortos clandestinos." VERARDO, Maria Tereza *Aborto: um direito ou um crime?* São Paulo, Ed. Moderna, 1987 p.35

<sup>132</sup> Podemos ver em um artigo de Linhares sobre o aborto, no qual descrevia o clima da conferência da OAB: "Em relação a essa conferência, o jornal *Mulherio*, de 1982, descreve '...a polêmica quase terminou em luta corporal...alguns juristas acusaram da tese de dividir as atenções, e tentar rachar a OAB'. Em entrevista ao mesmo jornal, Romy declarava que 'o aborto bate nas batinas dos padres e para a OAB o problema do povo é só Constituinte. E as mulheres que morrem, não são povo?'. Só em 1988, houve um saldo positivo para o movimento feminista onde ao texto religioso do artigo 5o. da Constituição Federal que previa "a inviolabilidade do direito à vida desde à concepção" para a forma final onde refere-se tão somente "a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade...". A citação e informações foram extraídas do balanço sobre a questão do aborto de BARSTED, Leila de Andrade Linhares, *Legalização e descriminalização do aborto no Brasil: 10 anos de luta feminista* in Revista Estudos Feministas, Rio de Janeiro, CIEC/ECO vol.0 no.0 1992 p.104-130

discursivas da Igreja Católica e do feminismo, mas optava por uma aliança estratégica com o Comitê e suas práticas feministas.

Um documento de 1982, o caderno *A vida da mulher trabalhadora*<sup>133</sup>, ilustra de forma clara esta concepção, escrito de forma a combinar a fala de um narrador aos pensamentos de uma personagem feminina. O caderno descreve a trajetória de uma personagem, Vanda, e conta como ela se transformou em mulher e dona de casa, a partir do modelo da mãe e da educação diferenciada, do "trabalho fora de casa para ajudar economicamente a família", da dificuldade da dupla jornada, todos esses elementos apresentados a partir de uma visão crítica da sociedade que "oprima a mulher". O conteúdo da cartilha, que em seu desenvolvimento vai mostrando a transformação do marido e filhos em companheiros que dividem o trabalho doméstico, da importância da participação política da mulher, das necessidades de creche e salário igual, culminam com a proposta de que as mulheres devem lutar por "sua libertação". Afirma que a mulher *"só vai conseguir sua total libertação quando todos nós, homens e mulheres, juntos, conseguirmos que o próprio povo governe este país, resolvendo os problemas do povo"*.

A matriz explicativa ora é expressa por uma ênfase e um discurso muito claro, como no exemplo da anticoncepção, ora só percebida pela ausência, como nas lacunas sobre a sexualidade ou mesmo pelo fato da não utilização de palavras como feminismo, machismo, discriminação, vocabulário militante da época. No caderno, observamos uma visão diametralmente oposta sobre o corpo e a maternidade. Não há referência à existência do prazer sexual e a anticoncepção é condenada. A maternidade é considerada uma decorrência "natural" do corpo feminino e do desejo divino, só atrapalhado pelas difíceis condições econômicas da sociedade capitalista, considerada pelo viés do "dinheiro". Vanda, a personagem-símbolo, pensou em evitar filhos, e posteriormente, quando um deles vem a morrer, o narrador da história conclui:

---

<sup>133</sup> *A vida de uma mulher trabalhadora*, Cadernos de Educação Popular, CEPIS, junho de 1982.

*"Dona Vanda sofreu muito, achando até que Deus tinha castigado, porque ela pensou em parar de ter filhos. Hoje ela entende que Deus é a favor da vida, e se a criança morreu foi porque o mundo da gente não se preocupa com as pessoas. Só com o dinheiro."*<sup>134</sup>

A dificuldade da Igreja em lidar com a sexualidade, exposta no texto apenas como meio de procriação, já foi tratada em outros estudos, como de Singer, Nunes e outras.<sup>135</sup>

A posição expressa pelo caderno mostrou que a preocupação com a temática feminina esteve presente de forma significativa na proposta das Cebcs, constituindo um avanço em relação a setores da própria esquerda partidária e sindical, que ainda viam com olhos reticentes a atuação das mulheres. Por outro lado, mostrou ainda as dificuldades e limites de uma síntese entre feministas e religiosos(as), que só realizará alguns avanços já na década de 90, devido à proliferação de estudos sobre a teologia e as mulheres. Como exemplo dos novos tempos, temos a defesa do aborto em 1993, pela feminista, freira e teóloga Ivone Gebara, que levou-a à condenação ao silêncio por dois anos<sup>136</sup> e a reflexão sobre o celibato religioso, motivo de discursos papais e concomitante ao movimento dos padres casados, tema que gerou até contra-discursos leigos e publicitários.<sup>137</sup>

Além das referências a setores religiosos, sobre os quais fizemos um breve retrospecto, as militantes descreveram a importância do Partido dos Trabalhadores

<sup>134</sup> idem op. cit.

<sup>135</sup> Singer analisa sobre um possível avanço da Igreja em 1980, quando esta passa a aceitar a relação sexual entre esposos como manifestação do amor conjugal. Apesar da mudança em termos de objetivos, quando o ato sexual tinha como resultado uma gravidez, esta voltava-se à predestinação divina do papel feminino. Nunes discute a dificuldade das lideranças mulheres das Cebcs conversarem abertamente sobre os métodos anticoncepcionais, caso não construam um espaço alternativo ao Clube de Mães ao mesmo tempo que, na prática, as mulheres católicas não seguem as diretrizes religiosas sobre esta questão. SINGER, P. e BRANT, op. cit. p.134-5; NUNES, Maria José F.R. op. cit. p.34. Outra pesquisa realizada entre 93 e 95, publicada por ocasião da conferência de Cehila, revelou que, das 265 mulheres, militantes de 18 Cebcs, 80.4% destas com vida sexual ativa tomavam pílulas anti-concepcionais e as demais utilizavam camisinha e a esterilização. As mulheres seguidoras das normas religiosas ocupam apenas a exígua faixa dos 19.6%. **Folha de São Paulo**, 27/07/95

<sup>136</sup> **Folha de São Paulo**, 29/07/95

<sup>137</sup> Em resposta à polémica sobre o celibato na Igreja Católica na década de 90, o publicitário italiano Olivieri Toscani, da Benetton, criou um outdoor onde é estampado um beijo entre um padre e uma freira. Artigo de Alexandre Garcia, **Folha de São Paulo**, 6/8/95

para sua futura atuação no Comitê de Mulheres. Em função deste destaque, será realizado um histórico do surgimento do PT, suas concepções sobre a luta feminista, e o significado atribuído a ele na vida das militantes.

### **As origens do Partido dos Trabalhadores: o mundo justo e a (des)igualdade entre os sexos**

A preocupação com a luta "das mulheres" foi expressa no movimento partidário a partir de enfoques e resistências diferentes: a questão central não estava neste ou naquele aspecto do feminismo mas sim na questão mais estratégica, para usar uma expressão comum aos partidos, sobre o significado da luta feminista e o "seu lugar" na luta pela transformação social. A construção da proposta feminista do PT deu-se em um período longo, e até 1987 manifestou-se de maneira genérica nos documentos partidários.

No plano de ação, contido no primeiro programa partidário de 1980, havia um item destinado ao apoio *"aos movimentos de defesa dos direitos das mulheres, negros e índios"* no qual a proposta dizia ser o PT um partido *"contra a discriminação da mulher"* e que estas discriminações *"não são questões secundárias, como não é secundário o problema da mulher trabalhadora segregada na fábrica, no campo e, não raro, no lar"*.<sup>138</sup> Em outro momento, ainda ao lado de índios e negros, o discurso de Lula na I Convenção Nacional, em 81, afirmava reconhecer *"o direito e o dever de as mulheres lutarem por seus direitos"* e que *"a questão feminista não interessa só às mulheres e nem se reduz à conquista de liberdades pessoais que, por vezes, são meros paliativos burgueses"*, concluindo sobre a necessidade da luta conjunta de homens e mulheres.<sup>139</sup>

<sup>138</sup> Doc. Programa, Manifesto, Estatuto e Discurso da Convenção de 81 in Documento Partidário da Campanha Nacional de Filiação, produzido pela Secretaria Nacional de Organização, 1986 p.7-9

<sup>139</sup> E mais: *"reconhecemos o direito e o dever das mulheres lutarem por seus direitos, libertando-se da condição de objeto de cama e mesa, de serem destinadas unicamente a procriar, de escravas do lar, de trabalhadoras super-exploradas. A luta das mulheres deve ajudar, a nós, homens, a nos reeducarmos na direção da sociedade igualitária que queremos construir juntos. Entretanto, estamos convencidos de que*

A maneira difusa de tratar o tema, considerando-o como mais um dos problemas sociais, ao lado do racismo e outros mas sem uma correspondência de organizações e formas de luta, foi o que ficou na memória das militantes, que tinham pelo PT muito mais um sentimento de pertencer a um grupo social específico, "trabalhadores", do que por sua proposta feminista. A referência era determinante do ponto de vista de uma luta das classes trabalhadoras "pela conquista de uma igualdade", lógica que os militantes podiam atribuir a qualquer desigualdade social, inclusive na relação entre os sexos. O apoio genérico à "luta das mulheres" e percebido desta maneira pelas mulheres simpatizantes do PT, correspondia à realidade do feminismo petista ser mais uma construção de militantes petistas e do movimento feminista autônomo, do que uma linha partidária elaborada e assumida pelo conjunto do partido. Construção possível devido ao próprio caráter do surgimento do PT e da confluência de setores que originaram sua existência, a partir de diferentes movimentos sociais e correntes políticas, que foram retratadas não só pela memória das militantes, mas presente nos estudos recentes sobre este partido.

De acordo com Meneghello<sup>140</sup>, o surgimento do PT relacionou-se principalmente à dinâmica das greves de 1978 e às limitações políticas percebidas pelo novo sindicalismo para a obtenção de vitórias. Tal limitação era percebida em um quadro mais amplo de reorganização partidária junto com outras forças que seriam somadas àquela parte do operariado do parque industrial mais moderno do país, a saber: um conjunto de trabalhadores predominantemente urbanos, ligados a diversos sindicatos e outros movimentos sociais; vários grupos políticos de esquerda; setores da intelectualidade progressistas e/ou de esquerda; e, por fim, setores progressistas da Igreja Católica.

O PT, fundado em 10 de fevereiro de 1980, elegeu em junho a Comissão Diretora Nacional Provisória. Esta apresentou a proposta central do partido para o conjunto da sociedade, como *"um partido classista, feito e dirigido pelos próprios*

---

*essa luta não pode desligar-se da luta global de todos os brasileiros por sua libertação". Programa, Manifesto...op. cit. p.35-7*

<sup>140</sup> MENEGHELLO, Raquel *PT: A Formação de um Partido*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

*trabalhadores, um partido democrático onde as bases mandam" e de querer "a busca de um governo que avance para uma sociedade sem explorados e sem exploradores"*<sup>141</sup>.

A retomada da atuação partidária de trabalhadores atraiu ativistas de outras épocas, como Mariana, uma antiga militante do Partido Comunista Brasileiro. Para ela, o PT foi o substituto daquele, devido às semelhanças de discurso que ouvia dos petistas nos primeiros anos de 80:

*"Quando meu marido aposentou, nós voltamos para São Bernardo. Depois comecei a encontrar gente do PT, eu trouxe recomendação de gente do PC, mas não consegui encontrar aqui. Houve uma eleição na sede do Bairro e eu estava lá e encontrei a Cida, do PT. (...) Nós começamos a conversar de política, achei que o papo dela era bom, aí foi quando comecei no PT".*

A participação de militantes petistas em todos os movimentos sociais, desde a associação de bairro até as lutas por mudanças globais da sociedade, vinculando as demandas sociais à representação partidária, somadas à ênfase dada à visão classista, representavam uma novidade partidária naquele momento e possibilitaram um redimensionamento do conflito entre as forças políticas existentes.

O sentimento classista esteve presente em várias falas das militantes. Minervina, conta que começou a apoiar o PT porque *"era o Partido que a Igreja acompanhava, então a gente partiu pra acompanhar junto"* e mais adiante, apesar de nunca ter sido filiada, identificava-se com ele porque *"o partido é um que a gente sempre confiou, que ele podia ser um dos melhor porque é partido dos trabalhador"*. Para algumas, como Mara, a identidade social dava-se pela sua ligação com o movimento sindical dos professores:

*"Eu mudei para São Bernardo em 78, comecei a dar aula e participar da Apeoesp. O movimento sindical na verdade foi o que começou a abrir minha cabeça, que até então eu votava no PT mas não tinha militância nenhuma...do movimento sindical eu conheci o PT, o César, o Osvaldão, o Nelsinho...isso já era*

---

<sup>141</sup> PONT, Raul *Breve História do PT*, Câmara dos Deputados, Brasília, 1992.

*em 1984 e aí comecei a ver o Comitê (...) A Angélica era minha aluna e já era militante do PT, do Comitê e a professorinha dela alienada de tudo! Comecei a participar lá e aí que eu entrei mesmo pro movimento de mulher. Serviu, na verdade, para reafirmar a separação e as possibilidades de cuidar da Juju [sozinha]"*.

O clima de efervescência política da época levava a que muitos tivessem dupla, tripla militância, o que compunha uma rede de contatos. Era quase impossível participar de um movimento e não saber de outro. O movimento sindical e partidário possibilitava a lógica da semelhança entre trabalhadores de setores diversos ao mesmo tempo que imprimia um ritmo mais acelerado em outros movimentos sociais, como o de mulheres e as modificações da vida pessoal acabavam por misturar-se a toda rearticulação social, diminuindo as fronteiras entre o mundo público e o mundo privado.

O significado do PT, para algumas militantes, baseava-se na idéia de igualdade e justiça social, proposta mais difundida na época de sua fundação, e que dava a tônica do socialismo petista, apesar da constante afirmação *"sobre a necessidade da socialização da propriedade privada só possível após a tomada de poder pelos trabalhadores"*. O socialismo petista *"irá se definindo nas lutas do dia a dia, do mesmo modo como estamos construindo o PT"*<sup>142</sup>, muitas vezes expresso como a busca pela democracia, como vemos no discurso de Lula, de 82 *"para a classe trabalhadora, democracia significa barriga cheia, significa casa para morar, significa escola para estudar, significa liberdade e autonomia sindical, significa direito de greve"*.<sup>143</sup> A democracia de base e a prática plebiscitária presentes nos discursos de sindicalistas era extrapolada para outras instituições políticas e contraposta ao autoritarismo da política brasileira e à exclusão das classes trabalhadoras.

---

<sup>142</sup> Carta de Princípios, PT, maio de 79 in **CICONE**, Reinaldo *Da intenção ao Gesto: um olhar gramsciano sobre a possibilidade de integração do PT à ordem*, IFCH/UNICAMP, Campinas, SP [s.n.] 1995 p.160

<sup>143</sup> **SILVA**, Luis Inácio da **Folha de São Paulo**, 15/11/82

Socialismo e democracia, conceitos amplos o bastante para abrigar militantes e simpatizantes das mais diferentes posições políticas, e que nos anos 80 foram propícios para a construção de uma visão de classe associada à luta pela igualdade social. Juraci, outra futura militante do Comitê, apresentou sua visão sobre estes elementos do PT na sua história de militante do movimento popular:

*"Todos os meus amigos era petista, só que nunca quis filiar. Eu sempre fui contra partido, contra sigla, contra ser político-partidário, não contra o PT, porque mesmo sem ser todo mundo acha que eu pareço petista, então sempre fui petista, querendo ou sem querer (...) Meu partido é onde tem a miséria, eu tenho tempo para ouvir a miséria (...) eu me identifico com o povo miserável e o PT defende os miseráveis, então eu sempre estava com o PT, porque sempre na luta popular todo mundo era petista e a matéria do trabalhador, era o único partido do trabalhador."*

Cida fala do seu entendimento sobre o partido e de como identificava nele a sua situação de mulher:

*"Qual a proposta do PT? Isso que eu às vezes me pergunto: o ideal da gente é a transformação prá melhor, eu queria o melhor pros meus filhos (...) O PT tem uma base pobre, de um povo pobre que sabe o que é na carne a falta de moradia, as injustiças sociais (...) [a transformação prá melhor] é uma sociedade muito boa, muito igual, muito solidária, porque o petista no geral ele é solidário ...e dentro do capitalismo dá prá melhorar sim."*

A ênfase na igualdade e a dificuldade de compreensão da proposta socialista do PT, que pôde ser percebida na fala de Cida, não se devia apenas ao caráter de militante de base desta. Esta ambiguidade também ocorria dentro do PT, pois como afirma Cicone, ela relacionava-se à diversidade de posições políticas que aglutinavam-se interiormente neste partido, bem como às mudanças na conjuntura internacional, com as alterações do Leste Europeu e a retomada da onda liberal, altamente influenciadoras das posturas petistas. Assim, tivemos um discurso anti-capitalista na primeira Convenção Nacional, quando Lula afirmava: *"não queremos apenas melhorar as condições do trabalhador explorado pelo capitalista. Queremos*

*mudar a relação entre capital e trabalho. Queremos que os trabalhadores sejam donos dos meios de produção e dos frutos de seu trabalho*".<sup>144</sup> Ao mesmo tempo, deixava em aberto a formulação do 'como fazê-lo'. A caracterização do socialismo petista dava-se mais pela negativa: ele não era "*nem livresco, nem de gabinetes, nem de cúpula, nem importado, nem retórico, nem imposto, etc, mas sim um socialismo nascido da realidade brasileira*".<sup>145</sup> Este discurso possibilitava a leitura do senso comum de que isto poderia se dar dentro de uma sociedade capitalista, como foi observado nas ativistas.

Para militantes como Mariana, de antiga atuação no PCB, a entrada no PT deu-se concomitantemente à sua entrada no Comitê e foi consequência dos anos de atuação nas Associações Femininas ligadas ao PC, sobre a qual fez o seguinte comentário:<sup>146</sup>

*"O objetivo era a luta mesmo, se a gente conseguisse alguma coisa pro partido, médico, enfermeira, então a gente tinha de estar disposto a tudo (...) Discutia o direito da mulher mesmo, só que não era avançado que nem o nosso. A gente discutia mais era outra coisa, não era muita mulher que trabalhava naquela época então a gente discutia sobre o trabalho da mulher. Para falar também, a mulher não falava nos comícios, a Associação feminina no fundo era para angariar dinheiro para o PC e de outro lado a gente discutia a parte da mulher, a gente ia na Câmara, na prefeitura, trazia jornalista, fazia discussão."*

<sup>144</sup> Doc. Programa, Manifesto, Estatuto e Discurso da Convenção de 81 in Documento Partidário da Campanha Nacional de Filiação, produzido pela Secretaria Nacional de Organização, 1986 p.35

<sup>145</sup> Doc. aprovado no IV Encontro Nacional do PT, maio/junho de 1986 in CICONTE, Reinaldo, op. cit. p.47 Para este autor, algumas definições são clareadas a partir de então e que resumirei. Após o V Encontro ocorrem mudanças como: as críticas mais claras ao socialismo real e à social-democracia; socialização das grandes cooperativas agro-industriais capitalistas e grandes empresas comerciais, de serviços e de bancos, dando-se importância às pequenas e médias empresas e a necessidade de uma pequena economia mercantil até a transformação socialista; a democracia garantirá a existência de múltiplos partidos até de outras classes que não a de trabalhadores. A partir do VI Encontro, 88, a estas propostas será acrescentada com vigor a opção eleitoral, que cada vez mais tomará conta do partido e o distanciará novamente das definições do processo acumulado no período de sua fundação até o V Encontro, devido ao distanciamento das mobilizações populares e acomodação interna a uma estrutura de participação eleitoral.

<sup>146</sup> No início da década de 50, com dezoito anos, Mariana casou-se com um militantes do PC, funcionário da CMTC e começou a militar no PC, participando da construção da Associação Feminina do bairro Ponte Rasa e Adjacências, na Zona Leste de São Paulo. Entrevista à pesquisadora.

Segundo Pena, o PC subestimava o papel das questões relativas às mulheres, pois procurava mobilizá-las *"não em torno de sua posição na família ou na sociedade, mas sim quanto aos objetivos políticos que ele considerava prioritários"*<sup>147</sup>, sequer citando a discriminação contra as mulheres, como citava as outras de cor ou religião. O PC, ao mesmo tempo que considerava a luta contra a alta de gêneros de consumo como feminina, não lhe dava a devida importância, às vezes até concorrendo *"erroneamente para o desaparecimento de muitas destas organizações, com sérios prejuízos para o desenvolvimento das lutas"*.<sup>148</sup>

A relação entre feminismo e esquerda sempre foi problemática e no caso dos partidos da década de 70 e 80 não foi diferente. Apesar da maioria das feministas autônomas da década de 70 terem pertencido anteriormente à organizações de esquerda ou ingressado em massa nos partidos após a reorganização partidária de 80, como PMDB, PC do B e o PT<sup>149</sup>, permaneceu a tensão entre o feminismo e partido. É difícil falarmos em grupos de esquerda e feministas, porque o mais comum na história da esquerda brasileira é a existência de feministas dentro de partidos ou correntes políticas, como foi o caso do PCB ou dos anarquistas.<sup>150</sup> No início da construção do PT esta situação reapareceu e os grupos de esquerda que influenciaram nas elaborações de um feminismo petista conseguiram, com exceção da Democracia Socialista, apresentar seu feminismo de maneira fragmentada e cíclica.<sup>151</sup>

<sup>147</sup> PENA, Maria Valéria Juno op. cit. p.209

<sup>148</sup> Entrevista citada em PENA, Maria Valéria op. cit. p.210

<sup>149</sup> Sobre a atuação do PMDB e PC do B no final da década de 70 e início de 80, ver BASTOS, Maria Bueno op. cit.

<sup>150</sup> RAGO, Margareth *Do Cabaré ao Lar- A Utopia da Cidade Disciplinar- 1890-1930*, op. cit. e PENA, Maria Valéria J. op. cit.; ALAMBERT, Zuleika *Feminismo- o ponto de vista marxista*, op. cit.

<sup>151</sup> Um caso exemplar foi a polêmica, sobre a aprovação ou não, de uma política afirmativa apresentada na proposta de cotas mínimas de 30% na participação feminina em instâncias decisórias do PT.: um dos grupos que originalmente continha militantes feministas no início de 80, ligado ao jornal "O Trabalho, e que até havia participado da campanha de legalização do aborto em 1980, não votou em conjunto às demais feministas de outras correntes, na defesa desta proposta, que terminou aprovada no Congresso do PT em 1991. *Convocatória do fórum pela Legalização do Aborto em 1980*, assinado por Convergência Socialista, O Trabalho, Brasil Mulher, Sind. dos Bancários, Movimento Negro Unificado e oposição dos jornalistas e Centros Acadêmicos da USP e da PUC/SP set/80

Apesar das dificuldades, podemos dizer que no início da construção do PT, militantes de duas correntes contribuíram para a marca feminista, além dos setores da Igreja que tinham uma preocupação com a mulher já explicitado anteriormente e das feministas independentes. Eram elas: a Convergência Socialista (CS) e a Democracia Socialista (DS) que se integraram ao PT em 80 e 81.

Militantes da Convergência Socialista já expressavam em documentos internos a preocupação feminista, trabalhando para que o PT se posicionasse a favor das reivindicações feministas e vinculando o feminismo ao socialismo, porque consideravam o capitalismo incapaz de levar até o fim a independência das mulheres. Entretanto, faziam uma distinção que historicamente se mostraria inadequada e que as impediria de participar da gestação do movimento social de mulheres: defendiam para as operárias um trabalho ligado às reivindicações salariais ou contra os abusos dos patrões e para as mulheres dos setores médios, temas ligados à sexualidade, violência, direito ao aborto, etc.<sup>152</sup>

Uma outra tendência, de atuação mais permanente no PT, desde os seus momentos iniciais até os anos 90, foi a Democracia Socialista, a DS. Esta corrente, desde o início defensora da construção do PT, apresentava uma proposta feminista e socialista, e tinha uma preocupação de estar presente no movimento de mulheres enquanto organizadoras deste, principalmente atuando junto às Associações de Bairro e Clubes de Mães, participando nas lutas por melhores condições de vida e na medida do possível, procurando intervir com propostas feministas nestes espaços.<sup>153</sup> A DS, no decorrer da década de 80, foi a corrente interna que mais contribuiu para uma elaboração feminista no PT e por isso exerceu influência nas formulações deste e na criação das comissões de mulheres petistas.

---

<sup>152</sup> Internamente, na Convergência, criticavam a falta de confiança política através "*do assessoramento político bem como uma cobrança constante pelo cumprimento das tarefas...e de bater a máquina as elaborações teóricas dos companheiros...uma constante nas sedes do partido*" Documento "Ousar é Preciso", Conferência Feminista da Convergência Socialista, 1980 e Doc. de balanço da Plenária de Mulheres abril de 81, Convergência Socialista.

<sup>153</sup> Série de artigos sobre o feminismo, publicado em vários números do *Jornal Em tempo*, 1981.

Os discursos e deliberações, expressas em documentos partidários, refletiam posições políticas sobre a questão da mulher aparentemente de forma consensual, mas não desembocavam necessariamente em políticas do conjunto do partido e serviam mais como um norte do que pensavam as feministas petistas e de como estas atuavam no movimento de mulheres. Diferentemente da temática do socialismo, a elaboração do feminismo partidário foi um longo processo construído de fora para dentro do PT, através das militantes feministas no movimento social e que transformavam suas posições em partidárias, ao levá-las para as discussões no interior do partido.<sup>154</sup>

Em um balanço sobre o feminismo no PT, escrito em 1987, as militantes petistas da Secretaria Nacional de Movimentos Populares, organismo partidário ao qual estava vinculada a luta feminista, diziam ser necessário avançar na *"construção do PT como um partido onde a luta pela libertação das mulheres não seja apenas uma questão das mulheres mas de todo o partido"* e mais adiante, afirmavam que havia *"uma grande debilidade de compreensão do partido em relação à opressão das mulheres: reprodução de preconceitos, dificuldades específicas na militância das mulheres e o convencimento das militantes mulheres sobre a importância do trabalho"*. O trefismo partidário, a ausência de mulheres nas instâncias diretivas e a guetização da questão da mulher, além do desinteresse de uma parte considerável das próprias mulheres, tornavam letra morta as palavras programáticas.

Entre as militantes entrevistadas, todas simpatizantes ou filiadas ao PT, apenas uma delas participava efetivamente das instâncias internas do partido.<sup>155</sup> De maneira geral, a dificuldade do PT em incorporar as mulheres nas suas fileiras de

<sup>154</sup> Alguns avanços foram dados após a conquista de prefeituras espalhadas por todo o país no ano de 89, pois foram criadas coordenadorias de políticas públicas voltada à questão da discriminação das mulheres e em 91 com a aprovação no I Congresso, das cotas de 30% de mulheres na direção. A proposta de cotas teve origem nos partidos da Itália, como um dos aspectos de uma política de ação afirmativa para reverter a tendência da subordinação que se perpetua nos jogos de poder entre os sexos. Ver Texto preparatório ao 2o. Encontro Nacional, 1988 e Doc. Resoluções do I Congresso do PT, realizado em nov/dez de 91, publicação do Diretório Nacional, 1992.

<sup>155</sup> Pela minha observação pessoal, mesmo analisando o grupo de atuação mais amplo das lideranças intermediárias ou de ponta do Comitê, com aproximadamente 30 mulheres, vemos que não ultrapassava 20% as militantes que efetivamente tinham uma dupla militância.

forma orgânica e também desenvolver uma política feminista consistente, contribuíram para um desinteresse até mesmo de lideranças do movimento social de mulheres. Poucas militantes do Comitê identificaram a proposta feminista do Partido e não transformaram-se de simpatizantes em suas militantes no decorrer de sua participação política. Um outro aspecto poderá explicar a ausência em relação a uma militância no PT ou na preocupação com a temática sobre o socialismo e feminismo: o grau de sofrimento das mulheres em seu cotidiano através da dominação masculina, fazia com que elas sentissem uma maior necessidade de tentar mudanças imediatas na sua relação com o marido e filhos e direcionassem suas ações nesse sentido.

Casualmente, havia em São Bernardo uma coincidência entre as lideranças petistas do comitê: a maioria expressava uma visão mais ligada à esquerda partidária, o que ampliava ainda mais a distância entre as militantes do Comitê e o partido. Por isso, foram isoladas em muitas práticas políticas pelo partido local, relação tensa que culminou com o veto político à criação da coordenadoria de mulheres na cidade de São Bernardo. Não bastou a aliança entre todas as mulheres da comissão de mulheres do PT em São Bernardo e que aglutinavam diversas correntes partidárias defendendo uma atuação conjunta das militantes dos diversos movimentos sociais de mulheres. O argumento central alegado pela direção do diretório político, ampliava a consulta até para aqueles que jamais haviam considerado politicamente a importância da luta contra a subordinação da mulher como paralela à luta de classes. Dizia-se que havia a necessidade de procurar-se "*o conjunto das mulheres de nossa cidade, suas entidades, os sindicatos, o legislativo, as comunidades*" para que o resultado final fosse "*produto da discussão plural e intensa e não o pensamento apurado e vanguardista de poucas pessoas*".<sup>156</sup>

---

<sup>156</sup> Após uma série de reuniões da Secretaria de Mulheres do PT local, do Secretariado da administração e do Diretório Municipal, e até gestões de outras instâncias internas de outras secretarias municipais ou mesmo nacional das mulheres petistas, não chegou-se à superação das dificuldades. O tema subjacente a todos aqueles que estavam contrários à proposta, de que as mulheres de esquerda exercessem algum controle sobre o trabalho, fez com que até a proposta aparentemente tão democrática de discutir com todos os setores da sociedade fosse rapidamente arquivada, no estilo clássico das decisões burocráticas do período stalinista e tornasse letra morta as decisões partidárias, apesar de vê-las implementadas nas cidades vizinhas como

Ao adotar uma fórmula política de aparência democrática mas não encaminhá-la posteriormente, o Diretório de São Bernardo na verdade, negava as resoluções partidárias, inclusive da plataforma eleitoral nas candidaturas locais. Unia-se assim, duas formas de exclusões: a misogenia ao sectarismo político, pois não se queria em uma mesma coordenadoria, mulheres da Articulação, corrente majoritária e as feministas de esquerda do Comitê. São Bernardo, uma das poucas cidades da Grande São Paulo com um forte movimento de mulheres anterior as eleições de 88, foi a única cidade da Grande São Paulo que não viu criada uma coordenadoria responsável pela política pública relativa às mulheres, após a vitória petista.

Apesar de todas estas dificuldades, o PT exerceu uma influência significativa na experiência política das militantes do Comitê, e foi uma das matrizes discursivas que, junto aos setores progressistas da Igreja Católica e militantes da esquerda marxista, influenciaram os rumos para o surgimento do Comitê, a partir da mobilização contra o custo de vida e mais tarde nos rumos desta entidade, como veremos a seguir:

### **A Passeata da Panela Vazia e as condições para a construção do Comitê**

A cidade de São Bernardo já havia vivenciado a participação política feminina organizada quando da realização do I Congresso da Mulher Metalúrgica, em janeiro de 1978 e da forte participação nas greves de 78 e 79. Reivindicavam aos patrões salário igual para trabalho igual, estabilidade provisória da gestante após o término da licença-maternidade, creches e ao sindicato reivindicaram o "subversivo" departamento feminino, negado naquele momento sob a crítica do divisionismo. As esposas dos metalúrgicos tiveram uma atuação decisiva no apoio às greves e à

criação do Fundo de Greve, "embora este não fosse o comportamento esperado", segundo os metalúrgicos.<sup>157</sup>

Por outro lado, os movimentos sociais de mulheres fora do âmbito sindical não apresentavam reivindicações particulares enquanto um movimento feminino, estando as mulheres dispersas nos diferentes movimentos de bairros. Foi a partir da **Passeata da Panela Vazia**, um ato político contra a carestia, que aconteceram no município as condições para uma atuação popular com face feminina. No mês de outubro de 1983, militantes das Comunidades Eclesiais de Base organizaram as mulheres ligadas ao Circulos Bíblicos e Clubes de Mães para um painelço de protesto contra a alta do custo de vida e propiciaram, com isso, a possibilidade de ligação política entre as mulheres de diferentes bairros.<sup>158</sup>

No Brasil, durante toda a década de 10 e 20, o movimento operário como um todo realizava pesquisas sobre o custo dos alimentos e fazia comícios e greves protestando contra a alta de preços. Mais tarde, o PC brasileiro expressaria uma visão em consonância com a posição dos PCs no período após a vitória do stalinismo, com a defesa da ideologia familiar e de uma divisão de trabalho entre homens e mulheres, inclusive na política, na qual as mulheres brasileiras passaram a carregar a bandeira da carestia.<sup>159</sup>

Apesar da visão discriminatória das lideranças masculinas, as mulheres forçavam uma paridade em termos de participação política, através das associações femininas, mesmo que o conteúdo de suas lutas fosse em consonância com os objetivos políticos do movimento comunista. Além da arrecadação financeira,

<sup>157</sup> SAFFIOTI, Heleieth "Movimentos Sociais: Face Feminina" in *A Condição Feminina* op. cit. p.167

<sup>158</sup> A participação das mulheres na luta contra a carestia vem de longa data. Sobre a França do século XIX, Michelle Perrot descreveu as agitações das mulheres pela taxaço do pão e para fugir dos altos alugueis, para isso realizando fugas rápidas na madrigada. Se neste século havia uma utilização diferenciada do espaço público, no qual trabalhadores fabris (homens e mulheres) realizavam lutas centradas nas condições de trabalho e as donas de casa, que realizavam lutas contra as condições de vida, no século XX passou a ocorrer uma alternância de mãos a carregarem a bandeira da carestia. Sobre a França do século XIX ver PERROT, Michelle op. cit. p.195

<sup>159</sup> Sobre a política do PC ver LIMA, Elza e PENA, M. Valéria "Lutas ilusórias: a mulher na política operária na Primeira República" in *Mulher, Mulheres*, BARROSO, Carmen e COSTA, Albertina (orgs.) São Paulo, Cortez/FCC, 1983 ALAMBERT, Zuleika, op. cit. p.78-79 e PENA, Maria Valéria Juno, *Mulheres e Trabalhadoras*, op. cit p.210 .

presente na lembrança de Mariana, em algumas regiões elas lutavam por melhorias no bairro, creches, postos de saúde, alfabetização de adultos, custo de vida e denunciavam a política nacional, sendo suas entidades até fechadas por causa disso, segundo uma das militantes da época, Clara Charf.<sup>160</sup>

Esta e outras associações femininas foram todas fechadas com o golpe de 64 e o retorno das manifestações de massa organizadas por mulheres, só acontecerá a partir da década de 70, com o Movimento contra o Custo de Vida, novamente apresentada como política das mulheres e sem contato direto com as manifestações grevistas da mesma época.<sup>161</sup>

Ao analisar os diferentes movimentos sociais, Sader<sup>162</sup> descreve os problemas de alguns movimentos, entre eles os de donas de casa, como frágeis e auto-referenciados na solidariedade e resistência grupal, pois não contêm os atributos do poder econômico resultante da ligação com setores produtivos da economia. A meu ver, a fragilidade não estaria apenas aí, mas sim na falta de articulação entre os níveis do fazer político e na dicotomia homem-mulher. Neste sentido, é interessante observar que ambos movimentos, grevista e custo de vida, mantiveram vida própria e atingiram, simultaneamente, um momento de auge em 78, mas isolaram-se em uma rigidez de fronteiras entre "política de donas de casa" e "política de operários". Sem o saber, as direções destes movimentos reforçavam implicitamente as responsabilidades sociais diferenciadas baseadas na divisão sexual do trabalho na qual o homem é quem luta por melhores salários e a mulher é quem

<sup>160</sup> Sobre a Liga Feminina do Estado da Guanabara, Sharf afirma: "*De sua diretoria participavam intelectuais e trabalhadoras, operárias metalúrgicas e têxteis e se fez um grande trabalho, principalmente de agitação. Foi a primeira organização que fez, ao lutar contra a carestia, a luta profunda, mostrou as causas da carestia, denunciou a ação das multinacionais*". in **Mulherio** "Memória" ano I no.2 jul/ago 1981 p.10

<sup>161</sup> Este movimento, ligado aos clubes de Mães, começou em 67/68 através da organização de famílias para as compras comunitárias. no início de 70, o movimento foi crescendo em termos numéricos e de agitação e teve o seu momento de força em 27 de agosto de 1978, quando entregaram às autoridades estaduais e federais um abaixo-assinado contendo 1.300.000 assinaturas. Como vimos, 1978 foi um ano chave para a política de trabalhadores e trabalhadoras e podemos ver que as greves e o movimento do custo de vida aconteceram paralelamente, particularmente na região do ABC. Ambos questionavam o Estado em seu aparato excludente, quer fosse em termos políticos, pois a participação ocorria fora do âmbito dos partidos legais ou em termos econômicos, com reivindicações salariais ou congelamento dos gêneros de primeira necessidade.

<sup>162</sup> SADER, Eder op. cit. p.195

denuncia a dificuldade de se administrar o orçamento doméstico familiar baseado nesse mesmo salário. Formas de fazer política que perdurarão nos anos 80 e 90 e constituirá ainda em forte fatores limitantes para o trabalho político não só na relação entre movimentos sociais de mulheres e os demais mas do conjunto dos movimentos sociais entre si.

A passeata da Panela Vazia, realizada pelo Comitê em 1983 foi uma herdeira direta das práticas dos anos 70, organizadas pelos Clubes de Mães e que haviam culminado no Movimento Contra o Custo de Vida. A Passeata continha as mesmas reivindicações deste e foram dirigidas pelas militantes das Cebs, em um momento de retomada do movimento grevista.

Segundo Noronha, o período anterior compreendido entre 80 e meados de 83, marcou um período de retrocesso no movimento grevista, pois o movimento estava sob "*o fogo cruzado do desemprego, da contenção salarial com sua política divisionista, do endurecimento das negociações, da repressão governamental e da retração política distensionista*".<sup>163</sup> A partir de julho de 1983, inicia-se a retomada das greves e "*mais de 2,5 milhões de trabalhadores pararam. Em todas as capitais e grandes cidades ocorreram manifestações, atos e passeatas, revelando forte amadurecimento da luta sindical, coordenada nacionalmente*".<sup>164</sup> No segundo semestre de 83, os trabalhadores fundaram a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Central Geral dos Trabalhadores.<sup>165</sup> Entre as reivindicações da CUT, que contava com o apoio decisivo do PT, estavam: a reforma agrária sob controle dos trabalhadores; o não pagamento da dívida externa; eleições diretas para presidente; direito irrestrito de greve; liberdade e autonomia sindicais; etc.

Além do setor sindical, o descontentamento com a política salarial levou a que setores progressistas da Igreja Católica se manifestassem contra os decretos-leis,

<sup>163</sup> NORONHA, Eduardo "A explosão das greves na década de 80" in *O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80*. Boito, Armando, (org.) Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

<sup>164</sup> PONT, Raul op. cit. p.31-2

<sup>165</sup> São Bernardo foi palco da fundação da CUT, da qual participaram 912 entidades e 5.059 delegados. Sobre a origem das centrais ver RODRIGUES, Leôncio Martins "As tendências políticas na formação das centrais" in *O sindicalismo Brasileiro nos anos 80* op. cit.

a partir da celebração de missas em protesto.<sup>166</sup> O arrocho salarial<sup>167</sup> e o clima de denúncia e organização dos diversos setores incentivaram as mulheres a se manifestar, reivindicando: congelamento dos gêneros de primeira necessidade, aumento do salário acima do custo de vida e pelo fim do desemprego. Não seria a primeira vez que mulheres da região lutariam contra a carestia. Na década de 50 já haviam sido realizadas manifestações em muitas cidades, de acordo com Vanda Frati, responsável pelo Comitê Democrático de Santos:

*"Com o final da guerra mundial, os alimentos foram racionados e tiveram seus preços muito elevados. As mulheres desenvolveram, então, um movimento contra a carestia em várias cidades, como Santos, Santo André, Sorocaba, São Bernardo, São Caetano e São Paulo."*<sup>168</sup>

Em São Bernardo, na única convocatória escrita para a Passeata,<sup>169</sup> assinada pelo Comitê de Donas de Casa contra a Carestia e o Desemprego, as mulheres são chamadas como *"donas de casa e mães"* a protestar contra a precária situação econômica da família, porque as mulheres não podem *"comprar um litro de leite a Cr\$ 350,00 e um pãozinho a Cr\$32,00"* e estão ameaçadas *"de ficar sem ter onde morar porque os aluguéis dobram a cada ano e o aumento do BNH é de 130%, ao lado disso, salários baixos e cresce o desemprego"*. A convocatória solicitava ainda às participantes que levassem uma panela vazia e uma colher, com a finalidade de fazerem um protesto barulhento.

Segundo Luciane<sup>170</sup>, moradora do Irajá e uma das direções das CebS que organizaram o ato, o objetivo era ir até o centro da cidade e ali ler o manifesto de

<sup>166</sup> Em setembro, a Arquidiocese de São Paulo, através de D. Paulo Evaristo Arns, celebra uma missa ao ar livre no dia 26 de setembro, junto com 11 bispos e 410 padres e que foi assistida por 50.000 pessoas. AGUIAR, Marcos A. de S, op. cit. p. 57-8

<sup>167</sup> A política salarial do governo, de estabelecer decretos-leis de arrocho salarial, embora parcialmente derrotada em outubro de 83, foi vitoriosa posteriormente neste mesmo ano, com a aprovação do decreto-lei no. 2065 *"que previa reajuste de 100% do INPC para a faixa de até 3 SM, 80% para até 7 SM, 60% até 15 SM e 50% para os assalariados de maiores rendas"*. NORONHA, Eduardo op. cit. p. 109

<sup>168</sup> *Mulherio* "Memória" ano I no.2 jul/ago 1981 p.10

<sup>169</sup> Doc. convocatória para a Passeata da Panela vazia out/83 Arquivo do CMSBC

<sup>170</sup> Luciane Udovic, militante das CebS e fundadora do Comitê de Mulheres, em depoimento transcrito do "Seminário de História da Mulher no ABC: trabalho, luta e cotidiano", realizado na Escola Municipal Santa Teresinha em 11/07/92, como preparatório do II Congresso de História do ABC, ocorrido de 27 a 31 de julho de 92, em São Bernardo.

protesto às autoridades. A iniciativa não estava ligada à Arquidiocese nem às instâncias partidárias e sindicais, tendo sido uma das formas que algumas militantes das Ceb's e do Partido dos Trabalhadores encontraram para manifestar o descontentamento percebido entre as mulheres. O discurso religioso baseava o chamamento na maternidade responsável, mas fazia ao mesmo tempo, uma politização do privado: a manutenção da vida é um problema político e exige uma atenção dos órgãos públicos.

Duas das mulheres pesquisadas lembraram-se da organização do evento. Mariana, recém-chegada na cidade, não sabia onde era: *"a Cida Vidal, do PT, me convidou para participar da passeata e naquele dia eu não fui, fiquei esperando aqui embaixo e ela não veio me buscar, eu não sabia onde era a Praça dos bombeiros, eu não conhecia São Bernardo"*. Outra ativista, Cida, do Jardim Thelma, foi convidada por Ana, uma jornalista e agente pastoral,

*"O convite que ela trouxe, pregou na Igreja. [A passeata] vai sair ali perto da Brastemp...eu lembro que a gente ficou encurralada na Praça Brasil, tinha muita polícia, helicóptero, uma coisa muito louca e a gente não tinha medo, a gente se divertia, a gente achava um barato nós tá ali, chamar a atenção, era contra a fome!"*

O aparato policial foi digno do clima de emergência decretado em Brasília: segundo a imprensa local havia cerca de quatrocentos policiais, parte deles da polícia feminina, além de um aparato de cães, cavalaria, gás lacrimogênio. Tudo isso para uma presença de duzentas manifestantes, muitas com filhos no colo. A tranquilidade expressa na fala de Cida contrastou com a correria no dia, mulheres e crianças correndo sobre cercas. A memória da "diversão" talvez seja reveladora do clima de rebeldia e autoconfiança que marcou aquele outubro.

Apesar de tudo, a passeata não saiu, encurralada que foi pelo aparato policial e provavelmente as consequências teriam parado ali, não fosse a participação de várias direções partidárias e sindicais que chegaram surpresas ao local, ao saber da agitação policial que para lá acorrera. Por sugestão das lideranças presentes, houve

no próprio local um ato político de denúncia e foram eleitas mulheres representantes dos 15 bairros ali presentes, formando um Comitê Provisório das Donas de Casa contra a Carestia e o desemprego, com o objetivo de dar seguimento às lutas. O termo provisório implicava que dali surgiria uma organização definitiva, ainda que não se soubesse o que fazer dela naquele momento. A prática política seria delineada a partir de um novo sujeito coletivo ali construído, sem que o grupo originário tivesse consciência dos caminhos futuros que iriam trilhar.

A fluidez dos movimentos populares foi analisada por Saffiotti<sup>171</sup>, que considerava esta característica como uma fragilidade e ao mesmo tempo como um fator que poderia converter-se em versatilidade, agilidade e capacidade de reorientação. No caso do surgimento do Comitê de Mulheres, esta fluidez pode ser bem visualizada: uma passeata com um nível precário de organização e objetivos limitados e simples, como ler uma carta às autoridades, converteu-se em manifestação de poder (veja a reação desproporcional do aparato policial), e desencadeou um Comitê Provisório. A partir de reuniões noturnas, sob o manto protetor da Igreja Matriz, a entidade ampliou seus objetivos e decidiu organizar o I Encontro de Mulheres de São Bernardo, do qual esperava-se, poderia sair um plano de lutas para as mulheres de todo o município.

O sentimento de auto-confiança das classes trabalhadoras influenciava o ânimo destas mulheres, que por sua vez contribuía para o clima das diferentes manifestações populares do período, como das manifestações massivas da campanha das Diretas, luta também encampada por elas. E neste clima, de outubro de 83 a março de 84, será organizado e realizado o I Encontro de Mulheres de São Bernardo. A partir dele constrói-se a entidade, que terá sua história contada através dos documentos escritos, da memória das militantes pesquisadas e da narradora, que acompanhou esta história e a viu retratada na memória de outras mulheres.

---

<sup>171</sup> SAFFIOTTI, Heleieth. *Movimentos Sociais: face feminina* op. cit. p. 158

## **CAPÍTULO IV**

### **De “donas de casa” a “mulheres”**

A mudança de nome, de Comitê das Donas de Casa contra a Carestia para Comitê de Mulheres, aprovada no I Encontro em março de 84, expressou uma ampliação de objetivos que tinha por base a incorporação de práticas feministas, ou, como eram chamadas na época, “de lutas específicas”. A mudança não significava que havia um consenso sobre esta necessidade ou mesmo que o grupo de ativistas que o dirigiam, heterogêneo em termos de origem social, tivesse um entendimento comum em relação ao significado de “luta da mulher”. O mecanismo de sobreposição de interesses feministas sem descaracterização do movimento popular contra a carestia,(defendia-se que a mudança de nome não visava excluir mas acrescentar objetivos), permitiu manter o leque de alianças com todos os movimentos sociais do período ao mesmo tempo que construiu nos anos 80, uma aproximação com o feminismo considerado na década de 70 como de classe média. Apesar disso, o Comitê permaneceu com um perfil predominantemente de movimento social de mulheres.

Neste capítulo serão discutidos os aspectos que levaram, em primeiro lugar, a uma incorporação de objetivos feministas na plataforma inicial da entidade e em segundo, os fatores que mantiveram o Comitê como uma das entidades do movimento social de mulheres, definido a partir da opção de nuclear suas participantes em torno do Projeto do Leite mais barato e da ênfase nas lutas conjuntas desenvolvidas dentro do campo das classes trabalhadoras.

## A reconstrução dos objetivos

As 15 mulheres eleitas na Passeata, como representantes dos diferentes bairros da cidade, passaram a se reunir nas salas e escadarias da Igreja Matriz. As reuniões começaram em novembro, abertas a todos os interessados, e tinham como o objetivo inicial a continuidade da luta contra a carestia e o desemprego.

Nas primeiras listas de presença<sup>172</sup> deste período constavam alguns homens, que se identificavam como integrantes da Comissão de Fábrica da Volks, de Comissão de Jovens dos bairros ou simplesmente designavam o bairro a que pertenciam. Com o tempo, a presença masculina vai se tornando ausente das reuniões. Podemos supor que a participação feminina massiva e o teor das discussões temáticas, que rapidamente extrapolavam “a carestia” e incorporavam outros assuntos da discriminação sobre a mulher, atuaram como mecanismos excludentes da participação masculina. A decisão de organizar-se um encontro de mulheres, assim como realizá-lo no dia do 8 de março, data-símbolo do calendário feminista, reforçava um caminho próprio.

O critério de representatividade por bairro, iniciado no dia da passeata, teve continuidade nas reuniões seguintes. Apesar de constar em algumas listas de presença um espaço para a designação da “entidade”, o bairro passa a ser o mais importante. Este referencial constitui-se uma rede geográfica entre as mulheres participantes e torna-se paulatinamente uma identificação política com o bairro, reforçada por uma parcela das mulheres deste, que as procurava e legitimava esta identificação. Como exemplificou Teresinha: após o término do Comitê, ainda apareciam pessoas na sua casa *“querendo saber das novidades e discutir política”* com ela. Passa a ser comum unir-se o nome pessoal ao nome do bairro, que adquire um valor simbólico e se torna quase um sobrenome da militante, como Teresinha do “Silvina”, Cida “do Thelma”, Isabel “do Baeta” ou Juraci “do Mutirão”.

---

<sup>172</sup> Listas de Presença das reuniões preparatórias do I Encontro Arquivo do C.M.S.BC

Um olhar mais preciso sobre as participantes destas primeiras reuniões esclarece sobre o processo pelo qual se deu a construção deste sujeito coletivo. Apesar da presença de algumas jovens e solteiras, a maioria das mulheres possuía mais de 25 anos, eram casadas e mães. Pertenciam a famílias operárias e a maioria eram ex-trabalhadoras, como operárias, costureiras, lavadeiras, empregadas domésticas, comerciárias, apesar de algumas ainda permanecerem no trabalho fora de casa. Um grupo minoritário era composto por assistentes sociais, professoras, jornalistas e enfermeiras. Poucas iniciaram sua militância a partir daquele momento, sendo o mais comum pertencerem ao movimento popular ligado à Igreja, ao movimento partidário e em menor escala, sindical. As listas indicavam o pertencimento às sociedades amigos de bairro, aos clubes de mães, aos núcleos do partido dos trabalhadores, comissão de moradores, pastoral operária e até núcleos de educação popular, ligados à sociedade amigos.

No decorrer das reuniões, a maior parte das jovens vai se ausentando. No início, além da Comissão de Jovens, havia a organização estudantil secundarista-UMES. Os motivos pelos quais a juventude se afastou não parece ser uma característica isolada em São Bernardo, basta ver a composição dos movimentos sociais em que predominam as mulheres. Poderíamos levantar a hipótese de que a ausência da juventude feminina tivesse relação com o conteúdo inicial de boa parte dos movimentos sociais, que se baseava em reivindicações econômicas e não eram sentidas como responsabilidade da jovem solteira. Entretanto, caso semelhante foi descrito nos estudos sobre os movimentos feministas da década de 70 e dos primeiros grupos de reflexão, nos quais a faixa etária era prioritariamente de mulheres acima dos 25 anos.<sup>173</sup>

Algumas hipóteses podem ser levantadas, ainda que pesquisas neste sentido possam trazer contribuições mais esclarecedoras. Por um lado, é possível que as contradições de idade ou família fossem as maiores fontes de sofrimento para estas jovens. Situação que ficava mais difícil ainda, na medida em que as participantes

---

<sup>173</sup> GOLDBERG, Anette *op. cit.*

mais velhas às vezes podiam ser suas mães ou amigas de suas mães. Por outro lado, é possível que as contradições decorrentes da relação conjugal e da maternidade tornassem mais concretos os sentimentos de subordinação e discriminação, pois ao diminuir a mobilidade social e econômica da fase anterior, enraizava a mulher em relações de vizinhança e problemáticas familiares comuns. Luisa, uma das militantes do Comitê, com idade acima de 25, mas solteira e sem filhos, naquela época costumava expressar para as demais que sentia um clima diferente em relação ao conjunto das mulheres, não se percebendo ou sendo vista claramente como alguém do grupo.

Além deste conjunto de fatores, uma terceira possibilidade, talvez complementar, é que a juventude feminina vivenciou na década de 80 uma série de vantagens não existentes anteriormente, e sequer sabe que estas mudanças podem ser relacionadas e atribuídas ao feminismo, daí portanto o fato de não se identificarem com ele. Ao resgatar a história de alguns momentos do feminismo brasileiro, Rosiska fez um relato pessoal de como sentiu este aspecto:

*"Eu dizia, a uma aluna de vinte e poucos anos, que todas as vezes que ela se sentasse para tomar chope com uma amiga num bar, que ela agradecesse a mim, que ela brindasse a mim. Porque quando eu me sentava, em 67, num bar, com uma amiga, éramos convidadas a nos retirar, porque duas amigas sózinhas eram consideradas prostitutas (...) Nós nos segurávamos nas cadeiras e tinham que nos arrastar. Naquela época, eu protestava porque queria tomar chope, não tinha consciência feminista, tinha consciência da liberdade que ia certamente se transformar, logo depois, em consciência feminista".<sup>174</sup>*

As relações entre juventude e feminismo oferecem questões ainda em aberto, que os estudos até o momento pouco têm contemplado. De certa maneira, o fato do trabalho aglutinar um grande número de donas de casa, ignorando as solteiras ou mulheres que trabalhavam fora, não deixava de ser uma preocupação do grupo de

---

<sup>174</sup> TOSCANO, Moema e GOLDEMBERG, Miriam *A Revolução das Mulheres-um balanço do feminismo no Brasil* Rio de Janeiro, Revan 1992, p.94

mulheres presentes nas reuniões preparatórias. Por isso, apesar da predominância desse perfil, foi encampada consensualmente a proposta de submeter em votação um novo nome para o grupo, durante a realização do I Encontro de Mulheres, em março de 84: assim surgiu o "Comitê de Mulheres de São Bernardo do Campo". Mais do que uma simples mudança de nome, esta sugestão trazia implícita também a diversidade de objetivos das mulheres lá reunidas, militantes de pastorais, freiras, ativistas políticas de esquerda, entre as quais duas com experiência feminista anterior.

A idéia maior do I encontro era a de construir uma proposta de luta que fosse viável e que atraísse o interesse das mulheres do município. A elaboração do roteiro não negava que a preocupação central e de maior consenso entre o grupo organizador era com a situação política e econômica vivida pelo Brasil naquele momento, estabelecendo a temática do encontro a partir desta visão: "a mulher frente à crise econômica"; "a mulher na sociedade"; "a participação política da mulher". Apesar disso, havia um espaço para outras temáticas, que acabaram por se expressar nos pequenos grupos, como a reflexão da dupla jornada, da desigualdade salarial entre homens e mulheres, da saúde da mulher, etc.

A composição da mesa mostrava a sintonia com o momento político, com representantes do movimento Mães da Praça de Maio, de denúncia contra os desaparecidos da ditadura argentina; Margarida Genevoir, integrante do movimento das trabalhadoras rurais, que expôs sobre o assassinato da sindicalista rural Margarida Alves acontecido em agosto de 83; entre outras.<sup>175</sup>

É clara a ênfase nas lutas democratizantes comuns ao campo popular, as quais se acrescentava outras referentes à situação feminina, o que caracterizava a atuação do Comitê como semelhante a outras entidades de mulheres do período,

---

<sup>175</sup> Havia ainda: um grupo de mulheres argentinas em passagem pelo Brasil e que solicitavam a não extradição de um argentino preso no Brasil, membro do grupo Montonero; Maria Vanete, da comissão de vítimas da poluição de Cubatão e do incêndio de Vila Socó, que descreveu a luta das mulheres no apoio à greve da Cosipa, na qual as mulheres lançavam-se com suas crianças à frente dos ônibus e dos carros que furavam a greve; Clara Sharf, antiga militante de esquerda e membra da comissão de mulheres do PT-São Paulo, que contou sobre as lutas das mulheres no Brasil. Dados extraídos do documento Relatório Final- I Encontro das Mulheres de São Bernardo do Campo, s/d

conforme mostra o estudo de Sônia Alvarez.<sup>176</sup> As mulheres aproveitavam o espaço de liberalização política construídos pelo conjunto dos movimentos sociais, e pela estratégia da abertura gradual definida pelo governo militar ao mesmo tempo que, ao fazerem política, pressionavam para a democratização da sociedade brasileira. Imprimiam nela o que Alvarez chamou de “politização do gênero”, trazendo questões que antes eram consideradas como privadas ou pessoais e exigindo do Estado e dos partidos políticos um posicionamento a respeito.

A participação no I Encontro foi massiva: 350 mulheres e 200 crianças.<sup>177</sup> A creche, organizada pelos homens, atuou em seu limite máximo. O fato do encontro ser no domingo, dia em os maridos tinham seu lazer e exigiam a presença feminina em casa não desanimou as mulheres. A divulgação havia sido feita através de carros de som e panfletos e apenas alguns bairros realizaram mini-encontros preparatórios. O clima era de festividade e lazer, e ao participar diretamente da mesa de inscrições, pude observar inclusive, casos de mulheres que levaram os seus filhos e os da vizinha, situações pitorescas desvendadas na chegada ao encontro, que deixaram atônitas as integrantes da comissão organizadora.

Para a maioria das mulheres, foi a primeira vez que o 8 de março foi comemorado, e esta participação criava um sentimento profundo de afinidade e identidade, que se manifestava em uma euforia na qual tudo era permitido. O encontro expressava uma familiaridade e uma festividade politizada que assemelhava-se às atividades anarquistas do começo do século, nas comemorações do 1o. de maio ou nos pic-nics libertários, nos quais eram organizadas idas familiares (daí a participação feminina) a regiões arborizadas nas cidades, com a inclusão da “hora literária” ou a “conferência educativa”.<sup>178</sup> As mulheres faziam política e lazer, duas atividades das quais foram excluídas alternadamente em

---

<sup>176</sup> ALVAREZ, Sônia op. cit. p.316

<sup>177</sup> A alimentação foi garantida pela prefeitura de São Bernardo, administrada por um prefeito do PMDB, que após as solicitações das mulheres, encaminhou pedido de verbas à Câmara Municipal, que o aprovou.

<sup>178</sup> PRADO, A. Arnoni, (org). *Libertários no Brasil- Memórias, lutas, cultura*. São Paulo, Brasiliense, 1986 p.155

distintas épocas, mas baseada sempre na mesma estratégia de garantia da subordinação feminina.

A deliberação em plenário das propostas surgidas nos grupos, era semelhante ao ânimo geral: as propostas eram apresentadas e aprovadas por aclamação por uma plenária solidária. A dificuldade de estabelecimento de prioridades é um dado comum na cultura política dos movimentos sociais na década de 80, e que mereceria ser estudado, pois está presente em resoluções partidárias, sindicais, religiosas. O movimento só "resolve" essa problemática na medida em que as experiências e necessidades imediatas assim determinam.

Esta forma de ação só aparentemente é democrática: na verdade, assim como em outros movimentos sociais, os conflitos serão resolvidos e as decisões serão tomadas por aqueles que dirigem o movimento no seu dia a dia, e necessitam de respostas imediatas para fazer com que o movimento aconteça.

As propostas aprovadas no I Encontro revelam a multiplicidade de interesses das mulheres ali presentes: algumas apresentam necessidades cotidianas das mulheres e outras refletem a sintonia com as bandeiras do movimento sindical, partidário e feminista através das participantes-militantes.

Selecionamos algumas propostas para uma compreensão desta diversidade:

*"Que as paróquias, escolas sociedade amigos e outras entidades promovam cursos sobre planejamento familiar, sob controle das mulheres; incentivo à formação de comitês de donas de casa nos bairros para lutar contra a carestia, onde não exista forma da mulher participar e fortalecer com a participação de mulheres as entidades combativas dos bairros; promover uma passeata contra a carestia e o desemprego; cursos de primeiros socorros e educação sexual nas escolas oficiais do 1º grau; combate às diretorias das sociedades amigos dos bairros que não se comprometem com a participação dos moradores nas decisões que são do interesse da comunidade; um ginecologista em cada posto de saúde para orientação adequada às mulheres que se utilizam deste serviço".*

E mais adiante:

*"Que o Estado assuma o encargo de promover cirurgias gratuitas de esterilização nos homens e mulheres, quando os casais assim o quiserem e que seja autorizada pelo casal; (...); que haja maior socialização do trabalho doméstico e não uma troca de lugar do homem pela mulher; (...); que os meninos não tenham uma educação diferenciada das meninas; (...); por uma sociedade justa e igualitária onde não haja exploração do homem pelo homem; reforma agrária radical; ensino público e gratuito para todos; que o ensino represente a realidade da criança e conte a verdadeira história do povo brasileiro; melhores condições de moradia."*

O teor da linguagem utilizada pelo documento se mantém fiel à linguagem simples das mulheres e o que às vezes parece redundância é apenas uma expressão do como essas mulheres entendiam determinadas propostas, como a esterilização ou o conteúdo do ensino. Em alguns momentos, a redundância mostra um certo temor do desconhecido, que vemos na proposição da socialização do trabalho doméstico, cujo item frisava não ser *"uma troca com os homens"*.

O documento torna visível, ainda, a dura luta travada nos bairros naquele momento, entre os movimentos populares e as sociedades amigos de bairro, e que mostram bem a transição política pela qual passavam essas formas de organização local. As sociedades amigos ou comissões de moradores, criadas por estes ou pelo poder público, existem no Brasil desde a década de 50. Com o crescimento da oposição no final dos anos 70 e início de 80, os ativistas dos movimentos populares agem desafiadoramente para conseguir seus objetivos frente ao poder público e a cobrar esta forma de atuação de seus antigos dirigentes. Chegam às vezes a destituí-los ou a criarem outra organização de bairro paralela.

Para Baierle<sup>179</sup>, apesar desta contestação, seguia-se ainda os padrões delegativos de representação inerente à forma de organização e relação com o poder instituído, o que dificultava uma prática efetivamente democrática, delegação que

---

<sup>179</sup> **BAIERLE**, Sérgio Gregório *A emergência de um novo princípio ético-político nos MPUS em Porto Alegre*, mimeo, LASA XVIII International Congress Atlanta, 1994.

continuou a ser exercida nos anos 90.<sup>180</sup> De qualquer modo, em muitos momentos, a contestação proporcionava a experiência do confronto e a constituição de um sujeito coletivo questionador das manobras clientelistas incrementadas pelo jogo eleitoral e praticadas inclusive por partidos da oposição.

Além da preocupação com a carestia, um aspecto presente nas Resoluções, foi a preocupação com a saúde feminina, centrada no planejamento familiar, na laqueadura gratuita e na necessidade de um ginecologista em cada posto de saúde. Curiosamente, a proposta da laqueadura parece não ter sido contestada pelas militantes religiosas presentes no encontro, talvez porque tenha saído de forma candente nos diversos grupos de mulheres, nos quais pude testemunhar vários casos contados sobre acordos "por fora" com o médico e da dificuldade de pagarem por ela.<sup>181</sup> O procedimento era semelhante a tantos ocorridos no Brasil e registrados pelos pesquisadores, nos quais o médico indicava a cesariana para camuflar a operação ilegal, a cesariana custeada pelo Inamps e a cirurgia da laqueadura sendo cobrada a parte pelo médico.<sup>182</sup>

A definição das lutas prioritárias ficaram para uma comissão de duas mulheres por bairro, eleitas ali no encontro e que encaminhariam a constituição de uma entidade municipal de mulheres. Duas lutas imediatas definidas no encontro relacionavam-se com a situação econômica e política do país,

*"-Que as mulheres participem efetivamente na divulgação e nas manifestações do dia 23 de março no ato público pelas eleições livres e diretas no Paço Municipal de São Bernardo.*

<sup>180</sup> Sobre o tema das relações entre delegação e poder nos movimentos populares, ver vários artigos in *Movimentos Populares urbanos- Crise e Perspectivas*, Porto Alegre, Fase/Cidade, 1992.

<sup>181</sup> A fala de Elza sobre a laqueadura: "Eu agora sou operada...O meu marido falava 'no terceiro [filho] você tem, eu pago a operação' e eu não acreditava...Quando entrei no nono mês [do terceiro filho] ele [marido] também conversou com o médico, eu já tinha conversado...Eu fiz cesárea, fiz laqueadura..."

<sup>182</sup> Uma pesquisa de Berquó, sobre as taxas de esterilização no ano de 86, mostrou que 44,4% das mulheres em idade fértil (entre 15 e 49 anos), vivendo com um parceiro e que utilizavam de algum método anticoncepcional, tinham-se esterilizado, índice que aumentava proporcionalmente à pobreza da mulher. Segundo estimativas do PNAD, do IBGE, havia entre sete e dez milhões de brasileiras esterilizadas em 1986. Dados retirados da *Série Saúde e direitos reprodutivos- Esterilização feminina vol.1* publicação Sempreviva Organização Feminista- SOF, São Paulo, 1994.

*-Preparação em massa das mulheres na comemoração do 1º de Maio de 1984"*<sup>183</sup>

As bandeiras de luta adotadas, eram semelhantes às da CUT e do Partido dos Trabalhadores.

Na noite de 23 de março de 1984, a primeira reunião da comissão eleita foi para organizar a lutas por eleições diretas. Na reunião, denunciaram a constituição vigente "imposta pelos militares" e passaram a apoiar a emenda do deputado federal Dante de Oliveira, como vemos em um trecho da ata: *"vamos fazer a vigília na Câmara no dia 25. Lanches, mural...na Praça da Sé, às 20:00 hs, noite do barulho... trazer lanches e comida..."*.

O movimento pelas Diretas, que já vinha em um crescendo desde o final de 83, em janeiro de 84 reuniu cerca de 300 mil pessoas no Comício da Praça da Sé, chegando a um milhão nos últimos comícios de abril, no Rio de Janeiro e em São Paulo. No mesmo mês, foi realizada a Caravana das Mulheres pelas Diretas, que reuniu em Brasília cerca de 6.000 mulheres de todo o país e contou com a participação de mulheres do Comitê.<sup>184</sup>

Na derrota da emenda<sup>185</sup> e nos acordos políticos sucessivos que marcaram o período da Nova República, o Estado procurou implementar um novo projeto de hegemonia político-econômica.<sup>186</sup> Apesar das diferenças entre si, o governo Sarney, a nível federal, o governo peemedebista de Franco Montoro, a nível estadual, e o governo do PDT, de Aron Galante, em São Bernardo do Campo, compuseram o pano de fundo das relações do Comitê com o Estado no período 84-89. Era um Estado que não negava a existência das classes sociais e que se considerava um intermediador dos confrontos sociais, tratando os movimentos

<sup>183</sup> Resoluções do I Encontro de Mulheres 1985 Arquivo do C.M.S.B.C

<sup>184</sup> *Mulherio*, "Direitos já. Com as diretas", ano IV, no.16 p.4-5 maio/jun1984

<sup>185</sup> A emenda Dante de Oliveira foi derrotada no dia 25 de abril de 1984, marcando o começo das negociações que desembocaram no primeiro grande pastoc da Nova República, através da eleição indireta de Tancredo Neves à Presidência da República.

<sup>186</sup> MANTEGA, Guido "Pactos Sociais e Hegemonia na Nova República" in *Constituinte, Economia e Política da Nova República*, São Paulo, Cortez Edit., 1985.

populares e sindicais (inclusive quando relacionados a partidos) como interlocutores do conflito social.

Entretanto, o Estado, mesmo ao representar as classes dominantes como um todo, reflete as contradições internas desta em seus diferentes segmentos do poder. Estas contradições possibilitam aos grupos que entram em relação com ele diferentes alternativas estratégicas, para a obtenção de suas reivindicações e constituição de seus movimentos sociais.<sup>187</sup> É a partir da relação dos diferentes segmentos do Estado entre si e suas áreas de atuação, por um lado e das experiências do movimento de mulheres, por outro, que o Comitê optou pela atuação na área de alimentação, a partir do que foram amadurecidas e incorporadas as demais práticas feministas da entidade.

#### **A “cultura feminina” e o Projeto do Leite**

A atuação do movimento popular de mulheres na luta contra a carestia, experiência também comum às mulheres que iniciaram as atividades do Comitê, fez com que uma das características deste universo, a ênfase na mulher como mantenedora da vida e fundamentalmente, do lar, expressa através de uma preocupação com a alimentação familiar, atuasse de modo predominante na definição dos seus objetivos e formas de luta. De maneira complementar, a política de alguns setores do governo estadual de São Paulo naquele momento foi de encontro a esses objetivos, e tornou possível a realização de um projeto alternativo que serviu de suporte político durante toda a existência do Comitê.

A escolha da luta pela alimentação não se deu sem tentativas de atuação na área de saúde da mulher, reivindicação expressa de forma contundente no I Encontro. No ano de 84 discutia-se a implantação do Programa de Assistência Integral de Saúde da Mulher - PAISM. O programa, elaborado inicialmente pelo

---

<sup>187</sup> CARDOSO, Ruth "Movimentos Sociais Urbanos: um balanço crítico" in *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*, São Paulo, Brasiliense, 1983.

governo federal em 1983 e fruto de interesses múltiplos, principalmente ligados à política do planejamento familiar, terminou por englobar várias propostas do movimento feminista e foi desenvolvido paralelamente pelo governo estadual de São Paulo.<sup>188</sup> De acordo com Citelli, o programa propunha:

*"Ações de saúde dirigidas para o atendimento global das necessidades prioritárias das mulheres e de assistência à saúde em todas as fases da vida, incluindo atividades clínico-ginecológicas e educativas, aprimoramento do controle pré-natal, parto e de puerpério, abordagem de problemas da adolescência e terceira idade; controle das doenças sexualmente transmissíveis, do câncer de colo uterino e de mama; e assistência à concepção e anti-concepção".*<sup>189</sup>

Sintonizado com o momento, o Comitê participou da I Conferência Nacional de Saúde da Mulher, realizada em Itapeverica da Serra no mesmo ano. No município se deparou com um difícil jogo político entre a Secretaria Municipal da Saúde e a Secretaria Estadual, quando da municipalização da saúde, período em que não estava definido claramente atribuições e responsabilidades de cada esfera. Ao mesmo tempo, o Comitê estabelecia contato com outros grupos de mulheres da Grande São Paulo, que naquele momento exigiam que houvesse uma intervenção do Estado na venda de alimentos mais baratos à população, basicamente dirigidos por militantes petistas do movimento social de mulheres.

Havia uma confluência de interesses por parte de algumas entidades, na área da alimentação. Em São Bernardo, em um período anterior, os Clubes de Mães propuseram que os postos de saúde, depois Unidades Básicas de Saúde, distribuissem mais leite em pó para crianças de até 7 anos. Juraci, que participava desta luta, descreveu o caminho percorrido pelo movimento: *"a gente tinha ido na Promoção Social atrás do leite...foi aonde eu conheci o Wagner Lino [vereador*

<sup>188</sup> ALVAREZ, Sônia op. cit. e *Contribuição para o planejamento de um programa de saúde da mulher no estado de São Paulo*, Conselho da Condição Feminina, Fac. de Saúde Pública da USP, Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e outros, junho de 1983.

<sup>189</sup> CITELLI, Maria Teresa op. cit. 36-7

*petista]...a gente lutava por um lugar, por outro e chegamos até ir lá no Montoro, atrás desse leite".*

Na década de 80, uma prática comum dos vereadores do PT era acompanhar as manifestações populares e ajudarem na interlocução com os organismos estatais. A movimentação se iniciava nas instâncias municipais (secretarias de governo e executivo) e desembocava nas instâncias estaduais e podiam, em seus desdobramentos, atrair o apoio de outros grupos populares, como foi o caso do Comitê. Simultaneamente, a Casa da Mulher do Grajaú, na zona sul da cidade de São Paulo, organizava um movimento de mulheres pelo congelamento de gêneros de primeira necessidade, motivada pelo aumento do preço do leite. Os contatos iniciais entre o movimento do Grajaú e de São Bernardo deram-se através da militância das ativistas destas entidades, nas reuniões com o objetivo de construir-se uma coordenação estadual de mulheres de São Paulo.

O Movimento pela Alimentação escolheria o dia 16 de outubro, dia mundial da alimentação, para que fosse organizado um ato no centro da cidade, onde se iniciaria uma coleta de assinaturas exigindo o congelamento de gêneros de primeira necessidade. Neste ato foi oficializado o Movimento de Mulheres pela Alimentação-MMA<sup>190</sup>. No dia 30 de outubro, o MMA entregou à Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, na presença de 150 mulheres, um abaixo-assinado, contendo 5.500 assinaturas.<sup>191</sup> Dali foi eleita uma comissão de estudo, composta por lideranças populares e técnicos da Secretaria, com a finalidade de discutirem propostas que barateassem o leite, alimento escolhido pelo movimento como prioritário.

<sup>190</sup> *Jornal Sempre Viva*, "A história do leite", no.5, 1986.

<sup>191</sup> Além do Comitê e Casa da Mulher do Grajaú, participaram inicialmente do MMA mais 15 grupos, sendo possível denominar apenas os 10 citados nos documentos do Comitê: Associação e Casa da Mulher de Carapicuíba Margarida Alves; Associação de Donas de Casa de Mauá; Associação Feminina da Zona Norte; Movimento dos desempregados de Santo André; Departamento Feminino da Sociedade Amigos Jardim Climax (São Paulo); Associação Regional Margarida Alves (Santos); Grupo de mulheres de Pinheiros (São Paulo); Movimento de Mulheres de Diadema; Movimentos Populares do Ipiranga; Associação das Donas de Casa da Zona Leste. Arquivo do C.M.S.B.C.

A polêmica do I Encontro, sobre a realização de uma luta por alimentação ou por saúde da mulher, foi resolvida na prática pelas circunstâncias políticas do movimento, mas continham, a meu ver, fortes elementos de uma “cultura feminina” calcada ainda em uma divisão social onde o feminino é mais afeito ao trabalho com casa e a família e o masculino, ao mundo do trabalho remunerado. A construção social desta cultura feminina, apesar de ser determinada pela valorização do masculino, contém em si elementos contraditórios que permitem às mulheres revertê-la em seu favor.<sup>192</sup> A entrada no mundo público da política continha uma justificativa “nobre” em torno do que se considerava função da mulher na sociedade: a manutenção do equilíbrio familiar, difícil de ser conseguido devido à intensidade da crise econômica.

A fala de Cida sobre a luta do leite travada pelo Comitê é reveladora deste aspecto: “o Comitê era mais mulher, lutava por coisa diferente, porque é a mulher que conhece de perto a economia, ela sabe aonde dói, quando o filho pede pão e não tem, o homem não sabe”.<sup>193</sup>

O aspecto simbólico do leite, alimento escolhido, é reforçado a partir da lembrança dos filhos, e porque não dizer, do “instinto materno”, tão consagrado no senso comum, já questionado historicamente por Badinter, em *O mito do amor materno*.<sup>194</sup> A participação política justificava-se, pois, como um melhor cumprimento do papel da mulher.

<sup>192</sup> Outra reflexão sobre a cultura feminina relaciona-se a novas formas de organização temporal ou preocupação em articular o mundo familiar e doméstico com o mundo do trabalho remunerado, que passam a questionar os parâmetros sobre o qual a sociedade com hierarquia masculina se organiza, na medida em que as mulheres atuam em todas as instâncias do social.

<sup>193</sup> Um outro exemplo desta questão pode ser visto no registro da participação das freiras, em uma assembleia do MMA: “cuidavam de um grupo de crianças, a ‘tropinha de choque’, que iniciava as vaias em qualquer pronunciamento do secretário Nelson Nicolau, da Secretaria de Agricultura, que não agradasse aos manifestantes. Foram elas quem puxavam as paródias ‘mamãe eu quero/ mamãe eu quero mamar/ me dá o leite, me dá o leite/ me dá o leite para o filhinho não chorar’ ou vocês pensam que as mulheres são bobas?/ as mulheres não são bobas não/ as mulheres sabem das coisas/ o que querem é participação/ está faltando tudo/ leite, arroz, feijão/, cantada com a música de cachaça não é água não (...)” Assembleia 4/12/84 *Jornal O Estado de São Paulo*, 5/12/84

<sup>194</sup> **BADINTER**, Elizabeth *Um amor conquistado- o mito do amor materno*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.

Naquele ano de 84, o Comitê de Mulheres tinha diante de si um momento chave para sua estratégia futura e optou pela alimentação em detrimento da saúde da mulher. Uma hipótese explicativa remete à dificuldade do movimento popular em adotar lutas públicas e de massa, que representem interesses do gênero feminino, optando quase sempre por lutas de interesse coletivo. Esta abordagem coincide com o resultado das pesquisas de Citelli<sup>195</sup>, que estudou um movimento popular por saúde realizado no mesmo período histórico, composto majoritariamente por mulheres.

A luta por alimentação mais barata é de interesse para todos, a saúde da mulher, ainda que inclua a gestação e o parto, considerados tarefas sociais, envolve aspectos exclusivamente femininos e que vão além da reprodução, como o direito ao corpo, à sexualidade, à anti-concepção, à menopausa, entre outros. Não pretendo aqui afirmar que as mulheres, participantes ou lideranças destes movimentos, refletiram aprofundadamente sobre isso e, assim, decidiram colocar a saúde da mulher em segundo plano. Pelo contrário, há aspectos pitorescos descritos por Citelli sobre as plenárias de saúde do movimento da zona leste, em que as mulheres decidiam encaminhar a luta pela saúde da mulher como central, mas no cotidiano do movimento terminavam por se manter nos objetivos da "saúde para toda a família". Ao penetrar no mundo político, universo ainda com forte peso masculino, o movimento encontrava maior aceitação social, inclusive partidária e religiosa, caso "ampliasse" seus objetivos e assim estava dada uma tendência para a camuflagem das diferenças.

As consequências da simples participação política já proporcionam um resultado de compreensão mínima da problemática comum ao gênero feminino, expresso em reivindicações em casa ou fora dela, do direito de ter uma participação social e política menos vinculada ao marido. Como Cida, que após ter realizado uma reflexão sobre a sua experiência e a relação desta com a condição feminina, percebeu-se enquanto sujeito coletivo. Sua fala deixa bem clara esta problemática da

---

<sup>195</sup> CITELLI, Maria Teresa op. cit.

feminilidade e maternidade e da relação entre o individual e o coletivo, quando perguntada do por quê de sua participação política:

*"(...) Por querer o melhor pros meus filhos...Eu fui prá passeata da moradia, eu tenho aonde morar mas eu pensava, 'tem mães... eu passei pelos mesmos problemas que elas estão passando', então, como acho que a minha libertação [do marido] foi em cima da moradia, acho que a segurança da mulher tá na moradia, ou que ela compre ou que ela pague o aluguel desde que seja ela."*

A ameaça que sofria constantemente do marido, que insistia em vender a casa e levá-la para outro lugar, sempre que discordasse do trabalho dela ou de suas atividades, fez com que ela vinculasse a segurança e autonomia feminina à moradia, imediatamente transferindo essa problemática para outras mulheres e com ela justificasse sua motivação política.

As mulheres se interessaram pelo movimento da alimentação, que cresceu e culminou com a proposta, apresentada pelas representantes do MMA e da Secretaria de Agricultura, de construção de countainers, com a capacidade de 2.000 litros cada, a serem instalados em locais fixos, a serem inaugurados em 31 de março de 1985.

O MMA decidiu que os primeiros postos seriam instalados nas regiões onde as mulheres tiveram maior participação e que os demais seriam contemplados assim que o Projeto fosse sendo ampliado. Inicialmente, foram instalados cinco postos, dois no Grajaú, dois em São Bernardo e um em Carapicuíba. Um posto extra foi instalado junto à prefeitura de Itapevi, devido aos interesses políticos do governo Montoro, mas não estava sob a responsabilidade do MMA. As demais regiões deveriam aguardar a implantação dos primeiros postos.<sup>196</sup>

Os movimentos populares apresentam uma face perversa ao unificarem suas reivindicações de melhorias, pois o Estado raramente atenderá à reivindicação de todos. Assim, mesmo que avaliemos positivamente o critério de "prêmio" para as

---

<sup>196</sup> Documento *Experiência de venda de leite mais barato a granel- uma conquista do Movimento de Mulheres pela Alimentação*-in Avaliação da Associação de Compras Comunitárias do estado de SP apresentado no II Encontro Intermunicipal sobre Alimentação e Abastecimento, realizado em maio de 1985, Arquivo do CMSBC

regiões mais participativas, ele oculta que o Estado deveria atender a todos. O saldo político é contraditório: pode validar a ação política conjunta para uns, enquanto que acirra a discórdia para os que não conseguiram a organização necessária para utilizá-la como um cacife nas negociações internas do movimento. De certa forma, o discurso legitimador realizado pelas regiões "vencedoras", tende a dar uma ênfase nas grandes mobilizações particulares de cada região, em detrimento de uma estratégia ofensiva global de todo o movimento em exigir do Estado o que é sua obrigação.

No município de São Bernardo esse problema se apresentou internamente, na disputa entre os bairros para conseguir os countainers. O Comitê, que a princípio seguiu o critério de mobilização somada ao de necessidade e contingente populacional, teve que alterar sua estratégia. Como entidade municipal, construiu uma alternativa assimilando uma solução criada pelas mulheres espontaneamente: ampliou o Projeto para diversos bairros da cidade, redistribuiu o leite dos dois countainers principais, e forçou a Secretaria a aceitar a reformulação.<sup>197</sup>

O sistema de voluntariado começou, quando as quatro funcionárias de cada posto passaram a ser ajudadas por mais moradoras do bairro. Outros dez bairros organizaram-se voluntariamente e revezavam-se na distribuição do leite. Fátima, uma voluntária, moradora da Vila Comunitária, assim descrevia a organização: *"era escalado dois dias da semana, vamos supor, na terça-feira era eu e outra colega que distribuía o leite, na quinta-feira era mais duas e tinha também a reunião do leite lá no Comitê"*. No início utilizavam o carro de uma voluntária e depois conseguiram que a prefeitura cedesse uma camionete para realizar o transporte e adquirir as sobras eventuais.<sup>198</sup>

---

<sup>197</sup> A Secretaria inicialmente foi contra a redistribuição, argumentando sobre a dificuldade de uma boa higiene e enviando técnicos para vistoriarem os locais, mas foi obrigada a aceitar devido às pressões populares. Entretanto, enquanto um movimento mais amplo, que envolvia a ampliação para outras regiões da cidade de São Paulo e do interior, poucas ações foram feitas pelo MMA. Com exceção de Diadema, cuja localização já fazia parte do trajeto percorrido pelo caminhão que levava o leite a São Bernardo, para a qual o MMA solicitava insistentemente, mas o governo estadual não demonstrava interesse em atender por ser uma administração petista.

<sup>198</sup> **Diário do Grande ABC** "Prefeitura pode adquirir sobras de leite a granel" s/d (maio de 1985 ?)

A realização de um trabalho conjunto movimento-Estado estava forte na década de 80, e apresentava um forte conteúdo mobilizativo, que atraía as lideranças do movimento popular. Semelhante ao Projeto do Leite, a proposta de atuar em conjunto com o Estado e, ao mesmo tempo, politizar o consumidor, era comum a outros grupos na época como construção de casas por mutirão ou o Sacolão Comunitário, ambos em São Bernardo.<sup>199</sup> O objetivo do MMA, além de oferecer alimentos mais baratos, visava construir um espaço de organização das mulheres para outras lutas sociais. Como forma de estabelecer um compromisso entre consumidor e as atividades políticas para a manutenção do Projeto, atraindo-os para outras atividades, havia um cadastro de todas as famílias consumidoras.

Em que consistia o Projeto do Leite? Um caminhão saía todos os dias da cooperativa de leite e preenchia os containers de cada região. Os salários e os alugueis eram pagos com a operação financeira do dinheiro, cuja arrecadação era antecipada com a venda de vales, de forma semanal, quinzenal ou mensal. Além da implantação do container, a Secretaria da Agricultura não entrava com nenhum outro recurso e tudo era custeado com a aplicação financeira da venda antecipada de leite. Os fatores que barateavam o leite baseavam-se no fato dele não ser ensacado; não sofrer qualquer forma de intermediação como a padaria ou fins lucrativos; e por fim, ser comprado em grande quantidade de uma mesma cooperativa. O produto final era um leite que custava em média 20% mais barato que o leite C e com uma qualidade equivalente ao leite B. A reivindicação do MMA era de que houvesse um subsídio real aos pequenos produtores de leite e aos consumidores de baixa renda, barateando o leite e outros produtos básicos, mas isso nunca foi conseguido.<sup>200</sup>

A realização de um projeto comum entre movimento popular e governo estadual, passa pelo entendimento da estratégia adotada por este último, na gestão

---

<sup>199</sup> Documento *Experiência de venda de leite mais barato a granel- uma conquista do movimento de Mulheres pela Alimentação-* II Encontro Intermunicipal sobre Alimentação e Abastecimento, realizado em maio de 1985, Arquivo do CMSBC

<sup>200</sup> Documento *Avaliação do Período Experimental do Projeto do Leite a Granel*, julho de 1985 Arquivo do CMSBC e *Jornal Sempre Viva-* "A história do leite", no.5, 1986; *Jornal Rudge Ramos*, Seção Economia "Leite mais barato", maio de 1985.

Montoro e não pode ser vista mecanicamente como fruto exclusivo da mobilização do movimento. Em 1983, o governo estadual, ocupado pelo PMDB, tinha como diretriz geral a social-democracia e o diálogo com os movimentos sociais. O governo não era, contudo, homogêneo, pois a Secretaria de Saúde não se mostrava sensível às propostas do movimento com relação ao leite in natura nos Postos de Saúde, mesmo quando intermediadas pela Secretaria de Agricultura.

Ao descrever a forma deste funcionamento de política estatal, Cardoso<sup>201</sup> afirma que as mudanças acontecem em função do Estado vir sofrendo alterações em sua estrutura e que estas mudanças estimulavam a inter-relação direta com a população usuária de seus serviços. Segundo ela, os grupos alocados internamente no Estado se utilizavam dos movimentos sociais para resolver suas fissuras internas, como conseguir verbas para os seus setores, ou então, mais prestígio político a ser utilizado futuramente como poder de barganha nas negociações eleitorais.

As mudanças na relação entre movimento e Estado não significavam alterações estruturais por parte deste, pois não há uma ação uniforme por parte de *todo* o Estado, mas apenas de setores dele. No exemplo estudado, vemos uma diferenciação entre duas secretarias de um mesmo governo, com linhas políticas distintas e que ao final da gestão Montoro e a tomada de posse do governo seguinte, sob a gestão Quércia, este só não extinguiu imediatamente o Projeto devido à resistência do movimento. O projeto foi minado lentamente, quando o governo deixou de se preocupar com a qualidade ou a manutenção do preço inicial, esvaziando seu sentido para a população consumidora e desgastando o movimento, que o encerrou em 1990.

O atendimento de reivindicações e co-gestões com o movimento popular, não significa que o Estado sofra um processo de democratização, pois ele mantém seus interesses demarcados e só age quando consegue obter o controle e tirar proveito político. Alguns exemplos podem ser observados sobre a história do Projeto do leite: o Projeto foi levado à prefeitura de Itapevi sem apoio do MMA; não foi expandido

---

<sup>201</sup> CARDOSO, Ruth "Movimentos Sociais Urbanos: um balanço crítico" in op. cit. p.230

para outras localidades solicitadas pelo MMA; e por fim, a propaganda de televisão mostrava o Projeto como resultado exclusivo da política do governador Montoro. Sob a aparente “democratização do Estado”, revela-se o poder unívoco do Estado, porque *“ele não altera as finalidades sociais e o controle de sua aplicação escapam totalmente ao âmbito de ação dos movimentos sociais”*<sup>202</sup>, mesmo que circunstancialmente assim pareça, em função de atuações específicas de grupos políticos diferenciados dentro dele.

A confluência de uma crise econômica, dos interesses políticos de setores do governo estadual e do interesse das mulheres, tornaram possível a realização do projeto do leite, que foi a base organizacional sobre a qual as diferentes práticas do Comitê aconteceram. Apesar do conflito permanente entre o Projeto do Leite, com um cotidiano repleto de problemas administrativos e políticos e as demais práticas do Comitê, o Projeto do Leite criou uma rede em torno da qual se realizaram oficinas e grupos, geradoras de mudanças pessoais relacionadas ao gênero. No mundo público, foram feitas reivindicações feministas ao conjunto da sociedade, através de reflexões nos bairros e abaixo-assinados sobre os direitos das mulheres para a Constituinte de 88. A participação em grandes encontros feministas nacionais e latino-americanos, ainda que não firmasse o feminismo como a tônica central da entidade, contribuiu para que o feminismo fosse divulgado para as ativistas do movimento social de mulheres.

Outros elementos estarão em jogo para que o Comitê incorpore em suas práticas a proposta feminista e possa desenvolver esta tônica, presente desde o seu início, mas frágil, do ponto de vista da base social que o apoiava. Um elemento determinante para esta construção foi a influência de feministas de esquerda, principalmente do Partido dos Trabalhadores, com as quais havia um intercâmbio constante.

---

<sup>202</sup> CARDOSO, Ruth, op. cit. p.236

## O feminismo socialista e o Comitê

A matriz discursiva do feminismo petista, explicitada em suas origens no capítulo anterior, alimentou o feminismo socialista defendido por algumas lideranças do Comitê de Mulheres, fartamente documentado no jornal da entidade, Sempre Viva. As militantes do Comitê mantinham contato permanente com as comissões de mulheres do partido, principalmente em São Paulo e contribuíram, por sua vez, para que o feminismo fosse reforçado dentro do Partido. Para compreender estas relações é necessário que procuremos as propostas defendidas pela entidade e as ações políticas em torno da temática do feminismo socialista.

Ao entrevistar as militantes foi possível observar que, mesmo atuando como lideranças intermediárias e sendo representativas em seus bairros, não havia uma compreensão clara da proposta que unia o feminismo ao socialismo e às vezes, sequer do que seria o socialismo, como veremos nos capítulos seguintes, ao analisarmos os depoimentos sobre o que ficou desse período. Neste momento, serão analisados o conteúdo da proposta e suas formas de divulgação ao conjunto das associadas.

Nos documentos de 84, como a Resolução do I Encontro e no estatuto da entidade há algumas referências ao feminismo socialista, embora ainda não se utilizasse claramente esta expressão.

Na Resolução, as mulheres são chamadas à participação "nas lutas gerais dos trabalhadores" e enfrentam dificuldades pelos "*chamados problemas específicos da mulher, como por exemplo: a discriminação social, a dupla jornada de trabalho...entre outros*" que são vistos também como decorrentes da forma capitalista, "*pois ao buscar as causas dessas limitações*" as mulheres são chamadas a lutar através de formas particulares e ao mesmo tempo enfrentar "o inimigo comum da classe explorada". Concluindo, a Resolução afirmava lutar "*por uma sociedade justa e igualitária onde não haja a exploração do homem pelo homem*".

No estatuto do Comitê, os objetivos falam da finalidade de união das mulheres através de *"comitês de bairros, favelas, fábricas, sindicatos e associações de bairro...por seus interesses específicos como em conjunto da população por creches, saúde, educação, enfim, por melhores condições de vida"* e terminava afirmando que *"a libertação da mulheres está ligada à libertação dos povos e o Comitê de Mulheres de São Bernardo se solidariza às lutas das mulheres de todo o mundo"*.

O conteúdo aproxima-se do discurso petista da época, que realçava a proposta de uma sociedade sem explorados e exploradores e denotava uma visão classista bem demarcada. Um primeiro aspecto chama a atenção, ao compararmos ambos os documentos: nas Resoluções, documento norteador da prática cotidiana do Comitê, aparecem temáticas relacionadas à subordinação de gênero, como dupla jornada, discriminação social e no Estatuto, documento público, legal, registrado em Cartório, o aspecto frisado é a luta por melhoria das condições de vida, estando os demais objetivos relacionados ao gênero feminino ocultos sob a palavra "específicos". São pequenos aspectos, que demonstram a preocupação com a legitimidade da luta perante os demais movimentos sociais, na medida em que o próprio jargão "específico", utilizado fluentemente pelo movimento de mulheres não era de domínio público. A divisão entre o "geral" e o "específico" foi utilizada em alguns momentos para impedir a expressão dos conteúdos de gênero, considerados como ameaça à unidade popular, porque desnudavam a diferenciação de objetivos entre homens e mulheres ou mesmo entre as mulheres que participavam da "luta".

Aliás, as nomenclaturas "geral" e "específico" surgiram em função da problemática nova apresentada pelo movimento de mulheres na América latina, a partir da década de 70, no qual se apresentavam mudanças no campo do movimento popular de mulheres, antes restrito a uma luta por melhoria das condições de vida. Por influência das feministas atuantes em seu interior ou do próprio movimento

feminista, passaram a acrescentar parcial ou globalmente, reivindicações relativas à discriminação da mulher.<sup>203</sup>

Um exemplo claro desta vertente pode ser observado em um texto da vereadora do PT, Irede Cardoso, eleita em 82. Assim explicava sua concepção de planejamento familiar:

*"Ninguém, em sã consciência, pode negar o direito à mulher ou aos casais, de disporem de informações e recursos necessários ao planejamento do nascimento de filhos. Em compensação, ninguém, também em sã consciência, pode negar às crianças e às famílias, condições dignas de vida, distribuição justa de renda, creches públicas e gratuitas a todas as crianças que dela necessitarem, trabalho e salário condizentes a todos os trabalhadores".*<sup>204</sup>

Alternadamente, o argumento baseava-se no direito à mulher ou à família, tendo como pano de fundo uma sociedade injusta para todos os trabalhadores, homens e mulheres. O significado de "sociedade justa" para o Comitê era expresso através de cursos de formação, palestras, jornais, intercâmbios internacionais, com os quais dava-se visibilidade ao que seria esta nova sociedade.

No único curso em que a proposta socialista do Comitê foi apresentada, o capitalismo era negado como possibilidade de melhoria social e o rumo a uma sociedade sem classes seria, de acordo com os moldes clássicos, conseguido pela via revolucionária.<sup>205</sup>

No relatório de avaliação do curso, constava o depoimento das participantes: Cacilda espantou-se ao saber que *"ninguém fica rico sem ser explorador"* e que gostaria de saber mais sobre o Karl Marx; Isabel fez um comentário semelhante

<sup>203</sup> MOLYNEUX, Maxine *Mobilización sin Emancipación? los intereses de la mujer, estado y revolución en Nicaragua*. Desarrollo y Sociedad, n.13, ene.1984.

<sup>204</sup> CARDOSO, Irede *Planejamento Familiar X Controle da Natalidade*, mimeo, s/d (gestão1982-1988)

<sup>205</sup> O curso começou em agosto de 1985 e terminou em novembro do mesmo ano, através de encontros semanais, com a participação de 25 mulheres, composto majoritariamente por ativistas de bairro, com heterogeneidade em termos de escolarização, variando do analfabetismo ao nível colegial. Os temas eram: origem da riqueza, mais-valia, conceito de capitalismo e revolução. Foram utilizados o Prefácio da Economia Política de Marx e o livro de Marta Harnecker e Gabriela Uribe *Explorados e Exploradores* e durante os debates, os exemplos se remetiam à história brasileira. **Documento de Avaliação do curso de formação política do Comitê de Mulheres de São Bernardo do Campo**, redigido pelo prof. Iasi nov/1985 Arquivo do CMSBC

sobre o fato de passar a saber *"como os burgueses ficam ricos e os trabalhadores mais ferrados e de saber da ideologia que mostra a televisão e deu para tirar um pouco as ilusões"*. Para as mais velhas, trouxe lembranças, como D. Isabel: *"me fez lembrar coisas que vivi, como Jânio, Chê e Getúlio. Precisa continuar com coisas dos países mais desenvolvidos como URSS e Cuba"*. Para Geruza, a parte mais difícil foi *"sobre o Comunismo, eu queria captar mais, eu li tudo mas não entendi"*. Estas avaliações, feitas na época em que o curso terminou, foram complementadas por outra participante, Deta, que ao ser entrevistada para esta pesquisa, afirmou: *"no Comitê, eu participava mais da formação, não tava interessada nessa coisa de saúde, gosto de política. O Mauro explica bem, a gente tá por fora, até sabe, mas não consegue explicar"*.

Na verdade, apesar do interesse das participantes e da avaliação positiva deste trabalho que envolvia um projeto de formação política junto ao Instituto de Psiquiatria Social-IPSO<sup>206</sup>, o Comitê não deu continuidade ao trabalho de formação, a não ser realizando um pequeno grupo de estudos sobre família, de curta duração.

Um país sobre o qual o Comitê tinha uma predileção era Cuba, o qual era utilizado como forma de divulgação indireta de sua proposta socialista. Por isso, no mesmo ano de 85, convidou Clara Charf, uma antiga militante de esquerda que lá havia estado exilada, para falar sobre o socialismo naquele país.<sup>207</sup> O socialismo cubano foi um exemplo permanente da propaganda e do conteúdo do socialismo defendido pelo Comitê. Esta proximidade aprofundou-se, quando da realização do III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, em setembro de 85. Naquele encontro, integrantes do Comitê conheceram militantes de outros países, como Chile, Nicarágua e Cuba e realizaram uma reunião conjunta após o término do

<sup>206</sup> O convênio com o IPSO, entidade de Psiquiatria Social de Diadema e São Bernardo, envolvia a formação de estagiários, a serem preparados em termos de formação política e trabalhos com grupos, remunerando a estes estagiários através de uma bolsa-auxílio de meio-salário mínimo para cada estagiária.

<sup>207</sup> Cuba Hoje, palestra proferida por Clara Charf, documento 19/95/85 Arquivo do C.M.S.B.C.

Encontro.<sup>208</sup> A partir deste contato com as cubanas, a cada ano militantes do Comitê iam a Cuba, fazer cursos na Federação de Mulheres Cubanas. Em uma carta conjunta, publicada no *Jornal Sempre Viva*, em maio de 86, diziam *"já percebemos o que significa um país socialista: um povo livre, feliz, que luta com garra para se manter assim. Nossa tarefa é fazer de nosso país também um país livre. E o faremos, sem dúvida"*.<sup>209</sup>

Ao todo, foram sete militantes, que na volta, realizavam debates, como os realizados por Creusa e outras ativistas, que iam aos bairros refletir sobre a sociedade cubana e suas conquistas: creches; legislação do aborto; e principalmente, as leis e as dificuldades práticas da divisão do trabalho doméstico. O Código Cubano da Família, de 1977<sup>210</sup>, transformara em lei a divisão igualitária do trabalho doméstico, mas a resistência dos homens cubanos a fazê-los era notória.

A clara identificação com o socialismo cubano não se dava sem críticas sobre a questão da subordinação feminina em Cuba. Apesar de toda a infra-estrutura como lavanderias e restaurantes coletivos, escolas de período integral desde a infância e pleno emprego, aspectos culturais herdados insistiam em permanecer, como relatou Angélica<sup>211</sup>, integrante do Comitê, sobre a época em que fez o curso, no ano de 1986:

*"A sociedade era machista ao extremo, o assédio era confundido como galanteio, mesmo que lhe custasse uma passada de mão na bunda ou nos seios, era incrível. Era muito comum as relações extra-conjugais masculinas, mas as mulheres talvez não o fizessem com tamanha intensidade devido à reprovação da sociedade. Outro fato interessante, é o quanto começa cedo a vida sexual da juventude, uma contradição frente aos valores carregados por uma parte do povo, mas não é algo*

<sup>208</sup> As cubanas foram impedidas de participar do encontro, em função do atraso do governo brasileiro em conceder-lhes o visto de entrada. *Jornal Sempre Viva*, no.1 set/out de 1985 Arquivo do C.M.S.B.C.

<sup>209</sup> *Jornal Sempre Viva*, no.4 mai/jun de 1986 Arquivo do C.M.S.B.C.

<sup>210</sup> Vários documentos in *La Mujer en Cuba Socialista*, Publicación Oficial del Ministerio de Justicia, Ciudad de La Habana, 1977.

<sup>211</sup> Entrevista realizada pela pesquisadora com Angélica, integrante do Comitê, sobre a realidade cubana e os cursos lá desenvolvidos.

*discutido, as pessoas fazem até pela facilidade aos métodos contraceptivos e os motéis públicos. O cuidado com os filhos ainda era uma obrigação feminina."*

As militantes do Comitê, ao mesmo tempo que aprendiam na prática a necessidade do questionamento permanente sobre a questão de gênero, no capitalismo ou no socialismo, influenciavam o curso ministrado em Cuba. O Comitê era uma das poucas entidades que enviavam suas militantes para Cuba sem a necessidade de aval partidário e sim como movimento de mulheres. O procedimento normalmente adotado era a indicação dos Partidos Comunistas de cada país e no Brasil, incluía-se o Partido dos Trabalhadores, que também enviava suas representantes. Angélica descreveu a relação tensa entre as integrantes do Comitê e as responsáveis pelo curso:

*"A nossa ida a Cuba se deu em um momento em que nos descobrimos como feministas, isso por nossa participação no IV Encontro Feminista, realizado em Bertioga, que nos aflorou a preocupação com os temas específicos, como a sexualidade e outros. Esta preocupação levamos à Cuba, associadas com o grau de rebeldia contra a forma como era tratado o feminismo no curso, uma vez que as representantes da FMC associavam o feminismo ao sexismo e nós formávamos uma corrente feminista socialista que tinha uma preocupação além das questões gerais, como a opressão dos povos. Para se ter uma idéia, o curso da FMC, de quatro meses, realizou apenas por tres dias uma matéria sob a denominação 'Movimento Feminino', na qual houve um painel de cada país da América Latina, feito pelas alunas do curso."*

Como vemos na afirmação de outra militante, Márcia Dangremon, que participou do Congresso Mundial de Mulheres, em Moscou:

*"A luta das mulheres não se resume à luta por melhores condições de vida. Elas são fundamentais mas depois do triunfo do socialismo ainda há que lutar por coisas como por exemplo, o reconhecimento do trabalho doméstico como uma atividade social e um melhor relacionamento entre homens e mulheres".<sup>212</sup>*

---

<sup>212</sup> *Jornal Sempre Viva*, no.7 set/87 Arquivo do C.M.S.B.C.

A União Soviética apresentava mais limitações com relação a discriminação da mulher do que Cuba, fruto do longo período stalinista de retrocesso da legislação e do culto à maternidade.

A referência ao socialismo e a países socialistas apareceu nos jornais do Comitê desde o primeiro número, em set/out de 1985 mas a utilização da expressão feminismo foi mais tardia e o que se via era a utilização permanente do termo "luta das mulheres". A expressão "feminismo" só apareceria de forma auto-referente no jornal número sete, de 1987 e ainda assim, através de uma pergunta "será que eu sou feminista?" feita às militantes do Comitê que participaram no 9o. Encontro Nacional Feminista em Garanhuns, Pernambuco.

Uma hipótese que a leitura cronológica dos documentos explicita é que, desde o início, o socialismo estava bem definido para algumas lideranças do Comitê, que se preocupavam apenas em difundi-lo para as demais lideranças ou sócias sem avaliar o grau de retorno sobre o entendimento desta propaganda. Com o tempo, o socialismo transformou-se em "feminismo socialista", mas a ênfase sobre a temática feminista, entretanto, seguiu um ritmo diferenciado. O jornal redigia sobre ela de forma cuidadosa e interrogativa, as oficinas e atividades não delimitavam claramente o conteúdo feminista, acompanhando gradualmente as práticas de interações com o movimento feminista nacional e internacional, e a assimilação particular de cada uma das lideranças.

### **A sobreposição de interesses**

Como vimos, o Comitê de Mulheres foi construído na confluência de um conjunto de motivações. Nasceu da experiência das lutas contra a carestia, dirigida pelos Clubes de Mães e Comunidades de Base; das motivações pessoais e políticas que levaram as mulheres a saírem de casa e a se reunirem em organizações de mulheres e do encontro destas com as militantes socialistas e/ou feministas de antigos grupos de esquerda. Nasceu, por fim, da soma de todos estes fatores a uma

conjuntura propícia no início dos anos 80, interligada à construção do Partido dos Trabalhadores, elemento forte de aglutinação e contato entre os setores populares e sindicais.

Nas diferentes práticas do Comitê, como era tratado carinhosamente por suas participantes, a *mulher-mãe*, saindo em passeata contra a situação de vida de sua família, entra em relação com outras *mulheres-mães* e identificam-se como um sujeito coletivo e marcam no seu tempo, dentro e fora de casa, um resgate daquela força simbólica e tradicional que, em épocas de normalidade, a sociedade lhe dá e lhe tira a seu bel-prazer. Nada mais simbólico do que o alimento escolhido, o leite, para sintetizar a *mulher-mãe*. Ainda que conservador, os interesses domésticos imediatos no cuidado com a casa e família, no papel de "dona de casa a proteger sua prole" entravam em choque com o marido, ainda senhor nas regras do poder, (dono inclusive do simples direito de ir e vir de um outro corpo), interesses que possibilitaram a emergência de um conflito. Talvez a contradição durasse pouco, não fosse o contato destas mulheres com outras, com discursos de igualdades, feminismos e socialismos, que juntaram-se a elas e ampliaram suas contradições.

À *mulher-mãe*, o feminismo sobrepôs a multiplicidade do sujeito *mulher*, tornando-se a maternidade apenas um de seus componentes. Maternidade diferente em qualidade, porque passa a ser cobrado o compartilhamento, tão importante quanto, da paternidade. Reivindica-se o direito a compartilhar outras esferas da vida, no público ou no privado, o direito ao trabalho, ao prazer, à fala. Surge a preocupação de agregar a mulher enquanto componente das classes trabalhadoras e de fazer crescer dentro dela o lilás, cor símbolo do feminismo.

É necessário, contudo, ressaltar que não havia a preocupação das ativistas, de homogeneizar o discurso entre si e menos ainda em incuti-lo ao conjunto das sócias. Pude presenciar grandes polêmicas sobre a existência de uma *essência feminina*, sobre os atributos diferenciadores baseados no gênero, e após as idas a Cuba, sobre quais seriam as reivindicações feministas em uma sociedade socialista.

Duas práticas vão influir na construção deste feminismo socialista e na assimilação diferenciada desta proposta pelo conjunto das ativistas mais próximas: a rede interativa nos bairros, proporcionada pelo Projeto do leite e o trabalho desenvolvido através das práticas feministas como encontros, oficinas, cursos, entre outras.

## CAPÍTULO V

### O Feminismo em construção

#### **O espaço público: a construção de uma rede alternativa**

O Projeto do Leite possuía uma coordenação conjunta, que interligava os dois postos centrais e os bairros redistribuidores. Os cadastrados participavam de reuniões periódicas, além de receberem informações através de dois boletins do Comitê: o jornal Sempre Viva e o boletim Mulher.

A rede de trabalho envolvia diretamente as funcionárias dos postos e voluntárias dos bairros, além de solicitar a atenção indireta de todas as militantes da direção da entidade. No dia a dia os problemas eram muitos: a precibilidade do produto, as dificuldades financeiras, além das disputas entre as ativistas que queriam conseguir uma quantidade maior de leite para "o seu bairro". Se estes fatores dificultavam os outros trabalhos da entidade, ao mesmo tempo foram também responsáveis pela criação de um sólido vínculo entre as mulheres, talvez difícil de ser conseguido sem esse trabalho cotidiano.

A construção de um coletivo não se deu sem problemas. A centralização do movimento pelo Comitê forçava a que outras entidades de São Bernardo só conseguissem participar do Projeto caso entrassem no Movimento de Mulheres pela Alimentação e discutissem com o Comitê a política municipal para este. Este controle gerou episódios como o de Vila São José, descritos por Elza:

*"Voce se lembra daquela vez, aquela confusão que deu na Vila São José, aí quando passou pro Comitê, já vinha há tempos...mas quando chegou no Comitê já tava tudo estourado. Sei que foi uma briga lá, a comunidade queria participar, queria entrar para a organização do leite e o Comitê não aceitava porque quem comandava era o Comitê. Então esta comunidade queria entrar, queria dirigir, então a gente (eu e a Angélica) foi lá prá mostrar, explicar prá eles que não era*

*assim. No Silvina, que a Márcia organizava, não dava problema, mas na Vila São José, era manipulado pela Ana do Carmo e deu problema".*

As disputas pelo controle político no movimento popular eram acirradas e o conflito envolvia, às vezes, ativistas de um mesmo partido, como a maioria das lideranças do Comitê e a vereadora Ana do Carmo, todas militantes do Partido dos Trabalhadores. O vereador petista, José Ferreira, por exemplo, descobriu o dia de uma manifestação na Secretaria da Agricultura e para lá organizou uma pequena caravana a fim de reivindicar um posto de leite para um dos bairros onde ele realizava trabalho político. Apesar da surpresa, o Comitê, com o aval do Movimento e da própria Secretaria da Agricultura, informou ao vereador que ele precisava participar do MMA e submeter-se às suas decisões, o que não foi aceito por ele. O episódio serviu para ampliar ainda mais as disputas de poder no movimento popular e partidário na cidade de São Bernardo.

Duas outras experiências interferiram na construção de um sujeito coletivo, reforçando a coesão do grupo: a primeira com o governo do estado e segunda, com políticos e comerciantes locais.

Um ano depois da instalação do leite, no dia 30 de abril de 85, o M.M.A. realizou uma mobilização no Palácio do Governo, que revelou um outro lado das estratégias governamentais. O movimento foi reivindicar um subsídio ao consumidor do leite e obteve um atendimento inusitado até então, como vemos no relato abaixo:

*"Estivemos em 2.000 mulheres no Palácio do Governo reivindicando subsídio de 200 cruzeiros, do leite que passou no dia 1o. de maio a Cr\$ 800,00. O governador Montoro não nos recebeu, deixando a todos, inclusive crianças na rua, debaixo de uma chuva torrencial".<sup>213</sup>*

O mesmo governo flexível e que administrava um projeto em co-gestão com o movimento popular, mostrava a esse movimento sua face autoritária. Um outro exemplo de luta política foi desencadeado pela solicitação do vereador de São Bernardo, Uematsu, para que a Secretaria esclarecesse a *"manipulação do dinheiro*

---

<sup>213</sup> Documento *Em defesa da organização popular*, 17/05/85 Arquivo do C.M.S.B.C.

*dos postos de leite*", fazendo a sua denúncia de irregularidades no jornal Diário do Grande ABC. Segundo o Comitê, este vereador, dono de uma empresa de transportes sediada no bairro Farina, (onde o Comitê havia instalado um dos postos centrais), representava os donos de padarias e monopólios de leite que estavam interessados no término do projeto. O clima político estava tumultuado e o Comitê vinha recebendo uma série de pressões:

*"Telefonemas anônimos a integrantes dos postos e membros do Comitê de Mulheres; denúncias anônimas de irregularidades nos postos feitas a jornais, prefeitura, etc; na noite do dia 14, houve tentativa de explosão, talvez com bomba caseira e que danificou parcialmente as instalações da sede da Sociedade Amigos do Jordanópolis, onde são distribuídos 100 litros a pessoas cadastradas."*

Apesar das dificuldades permanentes, Elza recorda-se do clima mobilizatório da época:

*"Uns momentos bons que eu tive foi quando a gente foi prá São Paulo, prá gente lutar, foi prá Secretaria da Agricultura...a conquista do leite e que eles queriam tirar. A gente ia enfrentar aquele secretário que só enrolava a gente...aquilo lá foi importante na minha vida. Foi uma vitória, pelo menos a gente mostrou que tinha força, a gente reunia aí mil mulheres, era só a gente fazer um movimento, soltar um pouquinho de panfleto, que a gente reunia as mulher, as companheira e ia embora. Acho que valeu mesmo, pena que hoje não tem mais."*

As motivações expressas pelas lideranças do Comitê relacionavam-se à valorização social e política, de juntas desafiarem e conquistarem o direito à participação política e experimentarem um sentimento de força coletiva, resultado das constantes disputas políticas que davam a tônica do movimento. Para Minervina *"nem só a gente se encontrava por encontrar, porque pode dizer, toda a luta, toda a conquista que tinha, a gente sempre tava junta...não era só prá dizer que era um Comitê, às vezes uma passeata, tava todo mundo junto, era tirado ali, tá lembrado?"*. Cida avaliava que a principal força do Comitê foi provar *"prá muitas*

*mulheres que economicamente era possível e que era a esperança de uma vida alternativa pro pobre".*

Ao analisarmos a dinâmica da ação política do Comitê e o resultado dos conflitos decorrentes destas ações, podemos observar dois aspectos relacionados ao sentimento de coesão social do grupo. Para Freud, a coesão interna de um grupo aumenta na medida em que, externamente, tem um inimigo ao qual pode direcionar o seu ódio. Neste sentido, tanto os conflitos com o Estado (através do executivos ou da Secretaria de Agricultura) e políticos comerciantes locais como os internos ao próprio movimento reforçavam o coesão do grupo enquanto grupo, expresso na fala de suas militantes. No entanto, contribuíam de forma contraditória para a coesão política dentro de um universo mais amplo das classes trabalhadoras: enquanto que as primeiras reforçavam a coesão política de setores do movimento popular e consumidores-trabalhadores, unidos pela necessidade comum de fazer frente ao Estado, as segundas fragmentavam a coesão e estimulavam a competição dentro de um mesmo campo de alianças políticas. Cardoso já ressaltava este aspecto sobre os movimentos populares ao enfatizar a ação do estado sobre o movimento, levando-o à fragmentação e separação.<sup>214</sup>

Se as lutas políticas e vitórias contribuíam para a construção de uma identidade comum, o cotidiano exercia um forte poder sobre estas mulheres. Em depoimentos das funcionárias dos postos ao jornal Sempre Viva, em 86, podemos observar outros significados do Projeto. Para Inês, o trabalho produziu um crescimento individual, pois *"foi muito bom, mesmo ganhando pouco... Cresci tanto que hoje até enfrento mais as pessoas"*. O contato cotidiano com a população foi

---

<sup>214</sup> Cardoso já ressaltava este aspecto sobre os movimentos populares, ao enfatizar a ação do Estado sobre o movimento *"No caso das reivindicações populares, estas limitações são visíveis. Todos os grupos se identificam ao nível ideológico (todos vivem a mesma pobreza) mas competem entre si enquanto demandantes frente ao Estado. Este fato põe a nu uma ambiguidade constitutiva destas ações políticas nem sempre reconhecida. Quando os sociólogos afirmam que o Estado, por ser o inimigo comum, é o unificador dos movimentos sociais, estão expressando uma parte da realidade. Tomando por este ângulo, a vivência da condição de injustiçado permite a criação de uma identidade abstrata que só se concretiza diante o promotor da injustiça- o governo. Mas, todos os mecanismo que os órgãos públicos utilizam para responder às reivindicações populares levam à sua fragmentação e separação."* CARDOSO, Ruth "Movimentos Sociais urbanos" in op. cit. p.232-233

ênfatisado até pelo prazer proporcionado, como Inha, que gostava do posto *"por causa das amigadas"* ou Dos Anjos, que colocava o trabalho doméstico em segundo plano, ao falar do posto: *"aqui é um lugar que eu adoro. A gente sente falta da turma. Prefiro estar aqui do que estar em casa do fogão para a pia, da pia para o tanque e de volta pro fogão. Não dá!"*. Apesar do clima idílico, presenciei inúmeras disputas de poder e prestígio nos postos de leite, às vezes causadas por ciúmes ou protecionismo de consumidores, cobranças da sobrecarga de trabalho para algumas, desconfianças financeiras com relação a arrecadação, entre outras. Problemas que às vezes se resolviam sózinhos ou que em momentos graves, necessitavam de uma intervenção do conjunto da diretoria ou de militantes de outros postos.

Como a maior parte das mulheres que trabalhavam no Projeto eram casadas, com filhos e estavam afastadas há algum tempo do trabalho externo à casa, o trabalho nos postos possibilitava um contato com o mundo exterior. A diferença com um trabalho comum era que ele proporcionava uma rede política e pessoal de grande valorização social, pois o posto de leite era um ponto de encontro feminino do bairro, onde as mulheres discutiam seus problemas pessoais e as notícias do momento, em que as ativistas transformavam-se em referências políticas.<sup>215</sup>

O envolvimento não era diferenciado para quem realizava o trabalho de forma voluntária. Lina, que participava voluntariamente de um revezamento em um dos postos centrais, o Ferrazópolis, fazia a seguinte avaliação: *"no começo a gente não entendia muita coisa, mas aos poucos foi tomando consciência. Eu teria que vir trabalhar só 15 dias, mas eu venho todos os dias"*.

O envolvimento cotidiano com o projeto repercutia no mundo doméstico. Naquela época, o marido de Isabel, apesar de ser metalúrgico atuante, pediu a separação e o marido de Mariana, antigo militante do PC, sindicalista e recém-

---

<sup>215</sup> Ao falar das lavadeiras no século XIX na França, Michelle Perrot descreve de maneira semelhante o significado do lavadouro para as mulheres: *"É que o lavadouro é para elas muito mais do que um lugar funcional onde se lava roupa: um centro de encontro onde se trocam as novidades do bairro, os bons endereços, receitas e remédios, informações de todos os tipos (...) No lavadouro, por vezes esboçam-se formas de organização originais. As lavadeiras profissionais estão entre as assalariadas mais turbulentas, prontas para a aliança e a greve, tanto em Paris como no interior, profundamente mescladas à febre da cidade"* PERROT, Michele op. cit. p. 203

aposentado, reclamava de sua participação intensa. Mariana respondia *"você me ensinou a lutar, você me jogou na política, agora você tem que me aguentar. Você quer ficar em casa, você fica"*. A discriminação contra as mulheres, presente no movimento sindical na década de 80, raramente era percebida até pelos dirigentes sindicais, como vemos em uma pesquisa de Grondim<sup>216</sup>. Nesta pesquisa, o autor perguntava os motivos que levavam à ausência das mulheres nas diretorias sindicais e apenas 8, em um total de 60, atribuíam a causa ao machismo. Em um encontro de sindicalistas homens e mulheres no ano de 90, apesar de fazerem um balanço positivo da atuação das mulheres no mundo sindical dos países do cone sul, havia um ponto em comum no diagnóstico, sobre o comportamento masculino nos sindicatos: *"os sindicatos estão abertos, mas temos que conquistá-los. Isto quer dizer: 'sua entrada não será impedida explicitamente, mas que comece a luta. Este é um espaço naturalmente nosso e não o entregaremos facilmente'"*.<sup>217</sup>

No mundo doméstico, as formas de resistir as pressões dos maridos eram das mais variadas e dependiam da interpretação que cada mulher dava ao sentido da proibição masculina. Mariana descreveu sua forma de ação:

*"Eu trabalhava até tarde, tinha que deixar tudo em ordem para poder sair (...) ele gostava que eu ia mas ele sempre queria que eu voltasse logo, só que nem sempre dava...eu não ficava brava, eu preferia deixar ele falando e ir mais vezes e ficar quieta, porque se ficasse brava eu não tinha mais possibilidade de ir, ele podia proibir, né? "*

Primeiro, vemos que havia uma vinculação entre sair e fazer todo o serviço doméstico, tarefa considerada feminina, mesmo estando o marido aposentado em casa e depois, a tática de ficar calada aparece junto ao medo da proibição, palavra que ao ser dita, teria o poder de impedi-la de sair. Vemos quão frágil e instável é a liberdade desta mulher, que mesmo participando de um movimento com práticas

<sup>216</sup> GRONDIM, Marcelo *Perfil dos dirigentes sindicais na Grande São Paulo* São Paulo, CETEC, 1985

<sup>217</sup> RIGAT-PFLAUM, María (resp. pela síntesis) *Sindicatos: un espacio para hombres y Mujeres?* Reflexiones y conclusiones del Seminario Foro Cono Sur Sindical, organizado por la Fundación Friedrich Ebert en Mar Del Plata, Argentina, del 21 a 23 de junio de 1990 p.70

feministas, não questiona o trabalho doméstico e se vê sob o poder da palavra masculina. A tensão constante do jogo de forças esteve presente na fala de Teresinha, sobre seu marido:

*"Ele achava ruim, eu nunca liguei ...mandava brasa no serviço todo e ia ...See ele falasse, a gente também ia falar, né! Porque eles podem ir no lugar que quer, eles podem...Agora, a gente faz o serviço da gente, a gente vai, é o tempo da gente. A gente tem esse direito."*

Apesar de aceitar como sua a tarefa doméstica, sua reivindicação dava-se em outro nível: o de um indivíduo com deveres iguais, cada um fazendo a sua parte do todo, (o seu trabalho) e ao direito de ir e vir, decorrente da igualdade entre homens e mulheres. Interessante como alguns princípios do feminismo liberal parecem vir sempre como decorrentes de uma participação política feminina, mínima que seja.

A concepção de trabalho doméstico feminino assemelhou-se a boa parte do senso comum feminino estudado em pesquisas sobre mulheres não-militantes, inclusive considerando-o como uma obrigação não-prazerosa, como demonstrou a rapidez e o horário em que eram feitos.<sup>218</sup> O tempo da dona de casa normalmente se organiza em função das atividades da casa, do trabalho do marido e do horário escolar das crianças. Com o envolvimento político, pudemos ver as tentativas de inversão, quando o tempo e o ritmo do trabalho passam a ser calculados em função das atividades de fora, articulando as necessidades familiares (inclusive por melhores condições de vida) aos interesses pessoais.

Ainda que não alterassem por completo a relação de si mesmas com o trabalho doméstico, o simples fato de não mais priorizá-lo já era suficiente para fortes tensões conjugais. Exemplo disso é Mariana, que só conseguiu praticar uma divisão de trabalho com o restante da família após ficar viúva ou impor essas condições para um novo casamento.

---

<sup>218</sup> PRADO, Danda *Ser esposa, a mais antiga profissão*, São Paulo, Brasiliense, 1979 e BRUSCHINI, Cristina *Mulher, casa e família*, São Paulo, FCC e Vértice, 1990.

Apesar das tensões, a sociabilidade entre as mulheres dessa época ainda resiste ao tempo. Teresinha chorou muito devido ao fato do trabalho não mais existir. Deta, com seus dotes de comerciante, recriou sozinha outra rede de comércio do Leite, e até o momento da pesquisa ainda se encontrava com muitas das antigas ativistas. Entusiasmada e saudosa, Deta falou daquele tempo:

*"O que eu gostava mesmo era de participar daquelas reuniões, de sair para o movimento e passeata...aquelas reuniões que a gente fazia ali na Câmara...no dia a dia tava discutindo todos os problemas, geral, e tava discutindo o problema de alguém e conversando com o pessoal. Ah, era legal demais! Foi um espaço que acabou e faltou."*

Para estas mulheres, a participação política, marcada pelas relações de vizinhança e vida pessoal, permitiu tornar estes vínculos mais profundos ao proporcionar objetivos comuns, prazerosos e valorizados socialmente.

O apego das mulheres a este trabalho era tão forte que a resistência ao seu fim foi imensa, mesmo quando o leite sofreu queda de qualidade e aumento de preço. Pessoalmente, fiquei encarregada de redigir um texto de avaliação, que defendia o encerramento do Projeto devido à sua descaracterização. No mesmo texto foi exposta também uma análise sobre o caráter não pedagógico das reuniões obrigatórias para os consumidores do Leite.<sup>219</sup> A obrigatoriedade, apesar de rejeitada pela maioria das integrantes da diretoria e conselho fiscal, continuou a ser exercida em alguns bairros.

Na assembléia de outubro de 88, foi aprovada a continuidade do projeto, apesar das sobras de leite cada vez maiores. O Projeto só foi encerrado oficialmente

---

<sup>219</sup> Um motivo de conflito permanente era o não cumprimento da decisão anterior da entidade, que dizia serem livres e não obrigatórias, as reuniões realizadas nos bairros com os consumidores do leite. Alguns dos mini-postos, por iniciativa própria das militantes, até mesmo da diretoria, exigiam a participação obrigatória dos consumidores, o que levava a uma discussão permanente sobre os objetivos de conscientização do Comitê e os métodos para se chegar a estes objetivos, aspectos que até influenciaram a saída de militantes da entidade.

em 1991, por absoluta falta de interesse dos consumidores, que já o percebiam como um produto similar ao vendido nas padarias do bairro.<sup>220</sup>

O projeto do Leite acompanhou, assim, toda a existência do Comitê, que articulava em torno dele outras práticas, que chamaremos de práticas feministas, por envolverem um conteúdo de questionamento da condição da subordinação das mulheres em todas as esferas da sociedade.

Além dos postos de leite as atividades do Comitê no bairro ocorriam nos mais diferentes espaços: nas casas das associadas, nas sociedades amigos de bairros e nos núcleos do PT. Quando centralizadas, ocorriam em sede própria do Comitê, que em sua longa trajetória, instalou-se desde em galpões do Mercado Velho da cidade, Câmara Municipal, salas alugadas e por fim, na Casa da Mulher Nora Astorga, conquistada pelo Comitê em 1989.<sup>221</sup>

Dentre as inúmeras atividades do Comitê, dois grupos se destacaram nas falas das mulheres. Relatos colhidos nas entrevistas e complementados pelos depoimentos publicados no jornal *Sempre Viva*, mostraram a importância das atividades e cursos relacionados com o conhecimento do corpo e da sexualidade e as experiências dos encontros feministas.

### **Os encontros feministas**

Um dos órgãos de imprensa mais representativos do feminismo brasileiro, o jornal *Mulherio*, existente desde 1981, só começou a noticiar com destaque os encontros a partir do III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe em 85, realizado em Bertioga. Talvez por sua alteração qualitativa, pois ele marcou o primeiro grande evento feminista em que se deu a confluência entre movimentos de

<sup>220</sup> Documento de Avaliação do Projeto do Leite *Movimentos Sociais e o Estado- Projeto do leite- autonomia e organização set/88* Arquivo do C.M.S.B.C.

<sup>221</sup> O curso Saúde da Mulher foi financiado pela entidade canadense Desenvolvimento e Paz doc. Relatório de prestação de contas s/d realizado na sala alugada na Av. Faria Lima; na Casa da Mulher Nora Astorga foram desenvolvidos dois projetos financiados por entidades estrangeiras: o Projeto para a Cooperativa de Lanofix, pela Embaixada dos Países Baixos e Projeto Creche, pelo Fundo Samuel. Arquivo do C.M.S.B.C.

mulheres e movimentos feministas, e de todas as nuances existentes no intervalo entre estas duas definições categóricas.<sup>222</sup>

No Mulherio, Ethel expressou um dos conflitos, que segundo ela não foram debatidos, mas justapostos durante o encontro: "*conflitos entre militantes partidárias e as que consideram que a luta das mulheres não passa por instituições mistas, muito menos os partidos patriarcais e misóginos por natureza*".<sup>223</sup>

Outras polêmicas eram debatidas ali, como a que tratava da necessidade ou não de lutas conjuntas para o ano seguinte e do argumento contrário sobre a não representatividade das mulheres, pois estas não haviam ido como delegadas e sim como participantes do movimento. O que estava em jogo era, por um lado, as formas de organização do movimento feminista, avesso às formas tradicionais de partidos e sindicatos habituados a uma prática de congressos e delegações. E por outro lado, o movimento popular, que apesar de raramente utilizar dos critérios de delegação, não manifestava naquele período uma preocupação com a representação formal em seus encontros, como vimos acontecer no I Encontro do Comitê de Mulheres em São Bernardo. Toda esta polêmica no III Encontro terminou com a aprovação de indicações e sugestões que, na prática abrangiam todos os campos do feminismo.<sup>224</sup>

A participação do Comitê nos encontros feministas deixou uma marca profunda na memória de algumas mulheres e mostrou de que maneira se deu o jogo de influências mútuas no amplo movimento de mulheres e movimento feminista. No espaço de tres anos sucessivos, participou do III Encontro Latino-Americano e do Caribe em Bertioga, do VIII Encontro Nacional Feminista também em Bertioga, 86 e do IX Encontro Nacional Feminista em Garanhuns, em 87. Eles proporcionaram momentos de entusiasmo e experiências ricas de uma nova forma de sociabilidade:

<sup>222</sup> Mulherio, "Terceiro Encontro Feminista Latino Americano e do Caribe", ano V no.22 p.9 jul/ago/set/1985.

<sup>223</sup> Mulherio, op. cit.

<sup>224</sup> O esquema de representação ganha sentido para o movimento popular no final de 80, com a burocratização de suas instâncias ou nas prefeituras que se utilizavam de orçamento participativo para realizarem uma gestão popular. Ver BAIERLE, Sérgio op. cit. e GOHN, Maria da Glória op. cit.

para ir nestes encontros, as mulheres necessitavam arrecadar dinheiro, organizar um esquema para os filhos, negociar com os maridos e para muitas, era a primeira chance de sair de casa sôzinhas. Toda esta atividade fazia com que os encontros fossem propagandeados, os discursos sobre o feminismo se aprofundassem e contribuíssem para a construção de um coletivo sem exclusões, pois para ir bastava o desejo pessoal. Até Fátima, que nunca chegou a conhecê-los, durante sua entrevista falou sobre eles: *"tinha os encontros, mas eu não cheguei a participar...mas as colega que ia passava pra gente, como a gente tinha que ser, acho que clareou muito"*. A expressão utilizada, *como a gente tinha que ser*, mostra de que maneira a diversidade dos modelos, conhecidos e vivenciados nos encontros, exerciam sua influência sobre muitas mulheres.<sup>225</sup>

Sobre os encontros, Deta relatou que *"um grupo muito bom foi o do Movimento Negro, ele ia em todos os encontros...prá mim foi a melhor coisa eu ter participado do movimento!"*. Teresinha, entre uma fala e outra chorava por lembrar deles:

*"Ah! Eu gostava de tudo...quando fazia aqueles encontros, que a gente conhecia pessoas diferentes, de outros estados, davam outros depoimentos...com aquilo a gente aprendia bastante. Eu gostei demais daquele encontro de Bertioga, o segundo, foi ótimo! Ah! Quando eu encontrar as meninas, que saudade, tempo bom aquele!"*.

O seu relato revela a afetividade proporcionada pelos dias de preparação e do convívio no encontro e foi demonstrada na fala feliz de Mariana, ao mostrar-me sua foto saltando do trampolim, para espanto de todas as que estavam lá, afinal ela tinha sessenta anos!

A participação política da mulher punha em jogo aspectos da vida doméstica e familiar e acentuava aspectos às vezes negligenciados no cotidiano e que passavam a ser vistos sob um novo olhar. Para Deta, *"foi interessantíssimo e para as crianças foi ótimo, elas adoraram ficar com o pai"*.

---

<sup>225</sup> Depoimentos extraídos das entrevistas da pesquisadora e do *Jornal Sempre Viva*, no.7 de 1987.

O trabalho doméstico mostrou uma outra face, como disse Ana, integrante do Comitê, que avaliou o encontro para o Jornal Sempre Viva: *"foi ótimo, foi o primeiro que participei e quando cheguei em casa, não gostei daquela vida de fazer comida, lavar roupa e pensei 'queria voltar prá Garanhuns"*.<sup>226</sup>

A chegada em casa, entretanto, nem sempre era tranquila, como relatou Geralda, da Vila Comunitária, em depoimento ao mesmo jornal: *"eu gostei, participei da oficina Muda e Linguaruda, aí aprendi a conversar...eu tinha medo...sinto que me libertei...só que meu marido falou que o próximo não é prá eu ir"*. A libertação de Geralda estava nas mãos de seu marido e parece que foi resgatada por ele. Geralda, ao ter sido convidada a ser entrevistada por mim, (afinal de contas, ela havia tido uma participação ativa em muitas atividades no Comitê), respondeu simplesmente: *"eu não tenho nada de importante prá falar, eu não sei falar..."*. Geralda perdera o pouco que havia conquistado.<sup>227</sup>

Os aspectos que tolhem a liberdade feminina não estão presentes no encontro: não há a dupla jornada e sua preocupação com a alimentação e roupas; e principalmente, não há o olhar vigilante do outro na teia invisível do poder, dos micro-poderes, como afirma Foucault, a construir e a dizer o como ela deve ser... De volta aos padrões opressivos do seu cotidiano, Geralda não se permitiu falar e apesar de toda a insistência, sua entrevista não aconteceu. A auto-estima, construída temporariamente em conjunto a outras mulheres, perdeu espaço ao desaparecer o referencial do grupo que a sustentava.

O último encontro com participação das ativistas do Comitê foi o IX Encontro Nacional Feminista de Garanhuns. De acordo com os relatos, foi o mais marcante para as militantes, talvez por contar com a participação massiva de mulheres do movimento popular e proporcionar assim uma maior identificação coletiva.

<sup>226</sup> Jornal Sempre Viva no.7 de 1987.

<sup>227</sup> A liberdade do encontro havia ficado para trás com seu clima de festa e possibilidades, como afirma Bakhtin: *"A festa marcava, de alguma forma, uma interrupção provisória de todo o sistema oficial, com sua interdição e barreiras hierárquicas. Por um breve espaço de tempo a vida saía de seus trilhos habituais legalizados e consagrados e penetrava no domínio da liberdade utópica."* BAKHTIN, Michael *A cultura popular na idade média e no renascimento: o contexto de François Rabelais* São Paulo, Hucitec 1987 p.77

Minervina, presente em outros encontros, guardou as fotos de sua participação e comentou ter gostado mais deste porque *"lá foi possível conhecer muito a nossa realidade de mulher com mulher"*. A identificação tornou-se clara na fala de Lina, de origem rural, que ficou impressionada com a luta das mulheres do campo:

*"Eu adorei, estão com tanta vontade de ir prá frente que dá vontade de ir junto com elas (...) me impressionou a história de uma mulher que tinha oito filhos e que disse que estava tão mal de vida que gostaria que eles morressem. Por não ter comida, plantou um pé de mandioca no meio do canavial e o capataz veio ameaçá-la por isso, mas ela disse que está incentivando outras mulheres para fazerem o mesmo...a gente sente na pele o que elas sentiam".*<sup>228</sup>

No encontro, havia grupos de mulheres rurais com distintas formas de atuação e objetivos, ou seja, existia mulheres com a preocupação do direito ao trabalho, a carteira assinada ou ao título de propriedade. Outras, combinavam estas reivindicações à uma denúncia da discriminação no mundo rural, a dupla jornada, a opressão na família. Os posicionamentos políticos variavam em função das ligações políticas: se partidos, Igreja ou organizações autônomas.<sup>229</sup>

Um depoimento sobre a sexualidade chamou-me a atenção sobre a diversidade cultural presente no encontro: o universo da teorização dos setores médios e a curiosidade prática dos setores populares. Para satisfazer a sua dúvida sobre o que era o lesbianismo, Maria S. foi a uma oficina das lésbicas e ao voltar fez o seguinte comentário:

*"Tem uma oficina que eu não gostei, a das lésbicas, estava doida prá ir, eu estava curiosa para saber como elas fazem, porque elas gostam de mulher, mas elas vieram com um questionário com umas perguntas difíceis de responder, mas eu nunca tinha visto uma lésbica na minha frente e aprendi muita coisa".*<sup>230</sup>

<sup>228</sup> *Jornal Sempre Viva* no.7 de 1987.

<sup>229</sup> PINTO, Celi Regina Jardim "A mulher como sujeito político: o caso latino americano" in *Mulheres: da domesticidade à cidadania*, Mimeo Anpocs, 1987.

<sup>230</sup> *Jornal Sempre Viva* no.7 1987.

A homossexualidade feminina e sua relação com o feminismo nem sempre eram claras para as ativistas. Como vemos na entrevista de Cida, que ao criticar aspectos do feminismo, lembrou os encontros:

*"O feminismo, ele se encaminhou prá um outro lado, como foi aquele nosso encontro feminista lá em Santos [Bertioga, 1985] que ficou assim meio deteriorado...Aquelas mulheres, as lésbicas...eu acho que elas confunde um pouco a coisa feminina, feminista prá mim é ser mulher...um mundo igualitário, prá todo mundo ser feliz, homens e mulheres iguais..."*

Interessante a persistência do senso comum em algumas das ativistas em continuar associando feminismo com lesbianismo, como sinônimos, apesar da participação nos encontros e da multiplicidade de feminismos presentes neles. Apesar dos estereótipos e dos sentimentos contraditórios despertados nas ativistas, a experiência dos encontros produzia seus frutos e contribuía para a auto-identificação de muitas mulheres do movimento social de mulheres com o feminismo.<sup>231</sup>

A longa viagem de ônibus para Garanhuns, de ida e volta, foi compartilhada com outros movimentos de mulheres, como a CUT-ABC, Casa da Mulher do Grajaú, Associação de Mulheres de Carapicuíba, Associação de Mulheres Margarida Alves de Santos e operárias químicas e metalúrgicas da região. O ônibus, síntese da unidade de movimentos semelhantes da Grande São Paulo, serviu de palco para avaliações improvisadas, relatadas depois no jornal: *"de repente, nos descobrimos feministas, só que não nos chamávamos por este nome"*.<sup>232</sup> Apesar de não ser possível generalizar afirmações tão categóricas, o relato de Jupira, outra ativista, dá a idéia de que era esta a tônica que permeava as conversas sobre o encontro:

*"Eu gostei, queria saber o que era o feminismo, se a gente quer conquistar gente no nosso meio tem que ser maleável, eu me senti Igreja...Ser feminista é lutar para que a mulher veja respeitado o seu direito, não escravizar outra*

<sup>231</sup> Sobre a relação entre movimento feminista e o movimento social de mulheres nos grandes encontros, foi publicado um artigo recuperando a trajetória dos encontros latino-americanos. Ver SternBach, Nancy Saporta e outras *Feministas na América Latina: de Bogota a San Bernardo* Estudos Feministas Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ vol.2 n.2 /94

<sup>232</sup> *Jornal Sempre Viva* no.7 1987.

*mulher...voltar prá casa e enfrentar os problemas de casa é um problema sério, mas também a gente teve o espaço só prá gente...vamos ver se a gente faz uma coordenação melhor que a de lá".*<sup>233</sup>

Nesta pequena fala, vemos a justaposição de duas realidades: o discurso religioso e o feminista, o movimento popular e o movimento feminista; o cotidiano massacrante e a expectativa de uma nova forma de viver. Enfim, houve também a crítica à coordenação em função de problemas lá ocorridos, entre eles a decisão de fechar o encontro à imprensa, tema altamente polêmico, trauma do encontro anterior no Peru, quando os jornalistas acusaram as feministas de sapatões e ociosas, mas que ao final terminou em liberação.<sup>234</sup>

Os encontros eram massivos, com a participação de 500 a 700 mulheres, de grupos e lugares os mais diferentes. Na maior parte do tempo as mulheres dividiam-se em pequenos grupos para reflexão ou realização de oficinas e plenárias eventuais. Com a entrada em cena do movimento de mulheres ligado às classes trabalhadoras e com militâncias destacadas no quadro partidário, sindical e movimento popular, houve uma série de pressões para se organizar mais plenárias, deliberar sobre os temas e centralizar ações a nível nacional. A síntese entre formas diferenciadas de organização não aconteceu no encontro, mantendo-se a autonomia total de cada grupo, o conteúdo, no entanto, saiu renovado: não era mais possível para os setores tradicionais do feminismo brasileiro ignorar o feminismo presente em muitas organizações de mulheres, assim como a estratégia de oficinas e grupos de reflexão com conteúdo feminista passam a ser definitivamente incorporadas por muitos setores populares.<sup>235</sup>

---

<sup>233</sup> *Jornal Sempre Viva* no.7 1987.

<sup>234</sup> *Mulherio*, op. cit.

<sup>235</sup> Documento de Avaliação do IX Encontro Nacional Feminista, redigido pelo Comitê de Mulheres de SBC set/87 Arquivo do C.M.S.B.C.

## O conhecimento do corpo

O direito ao corpo foi uma bandeira que imprimiu uma marca diferenciadora entre o movimento feminista e os demais movimentos sociais. Se o corpo é, em nossa sociedade, um dos espaços mais importantes por onde passa o exercício do poder e da liberdade, para as mulheres ele é o locus principal sobre o qual se estrutura a sua dominação. O corpo cansado da dupla jornada, afogado em inseguranças ou normas científicas para a obtenção do prazer, o corpo-doador da maternidade e todas as suas implicações, o corpo ginecológico, menstruado, abortado em condições precárias, esterilizado, violentado até nas formas mais sutis, como o corpo-estético, construído pela indústria da beleza.

E sobre o corpo, o discurso religioso do pecado, corpo-penitente ou o discurso científico, corpo disciplinado. Em nossa sociedade, o corpo é uma coisa, um instrumento e mais:

*"É também uma realidade contraditória em nossas sociedades, pois é simultaneamente utilidade (no trabalho e nos mercados), perversidade (na moral religiosa ascética), carência (na lógica das paixões e do desejo), espetáculo (no consumo e na pornografia), máquina (produtiva e desejante), transparente para os que o manipulam e, todavia, opaco e incompreensível quando comparado à clareza e à transparência da consciência, única a dispor do privilégio de ser sujeito e pessoa".<sup>236</sup>*

Romper com a fragmentação de uma cultura "que fez do espírito o único sujeito" é tarefa que vai além do feminismo, mas tem nele o seu maior aliado. O Comitê de Mulheres tentou de formas diferenciadas no decorrer de sua história, contribuir para que as mulheres passassem a se ver como donas de seu corpo, conhecendo-o e vivenciando-o de forma mais livre. As atividades eram realizadas através de oficinas e cursos nos bairros, na sede e nos encontros anuais. O jornal

<sup>236</sup> **Mulherio**, "Em torno da política do corpo", CHAUI, Marilena ano 2 no.6 març-abril 1982 p.8-9

Sempre Viva incluía matérias sobre o tema, que em grupos de reflexão eram discutidos nos bairros.

O II Encontro de Mulheres do Comitê, realizado em 1986 com a participação de 650 mulheres, refletiu a preocupação permanente da entidade com a política nacional, ao mesmo tempo que o caráter feminista estava qualitativamente mais visível do que no I Encontro anterior. Na medida em que as mulheres ativistas assumiam progressivamente para si mesmas os aspectos do feminismo, ainda que de maneiras contraditórias, a entidade procurava apresentar o mesmo discurso para o conjunto das mulheres da cidade.<sup>237</sup> Neste encontro, na parte da manhã houve grupos sobre dívida externa, reforma agrária e constituinte e à tarde, vivências que trataram de temas como auto-exame, dança e sexualidade, adolescência, educação de filhos, emprego doméstico e farmácia natural.<sup>238</sup>

O interesse das mulheres por saúde e sexualidade levou o Comitê a realizar atividades ligadas a eles. Mariana lembrou-se de um curso sobre sexualidade, realizado por mim naquele mesmo ano, no qual foi incluído uma oficina de argila, técnica muito difundida no movimento feminista daquele período.<sup>239</sup>

O trabalho consistia em solicitar às mulheres que construíssem a representação de seus corpos na argila e a partir daí cada uma se apresentava através da boneca. O grupo discutia como o corpo era visto e sentido, o corpo sem sexo ou sem rosto, o corpo vestido, as pernas fechadas ou abertas... Durante a construção das bonecas, pude observar a introspecção de algumas e a fala nervosa de outras, para depois ver surgir os comentários sobre a perna fina, o seio grande, quando tudo se transformava em motivo de reflexão e de troca de sentimentos sobre o corpo de cada dia.

<sup>237</sup> Recordo-me que não conseguimos precisar o número exato de crianças, pois em função do grande número sequer conseguiu-se registrar a todas. A super-lotação, ocorrida na escola de educação infantil reservada para esta finalidade e que foi ao seu limite máximo traumatizou a todas da direção, que a partir daí decidiu realizar atividades municipais reduzidas ou encontros por bairros.

<sup>238</sup> *Jornal Sempre Viva* no.4 maio/junho 1986 Arquivo do C.M.S.B.C.

<sup>239</sup> XAVIER, Dulcinéia e CAMURÇA, Sílvia "Oficina de modelagem com massa" in *Como trabalhar com mulheres* Petrópolis, Vozes, 1988.

No intercâmbio de lembranças, outras imagens daquele curso me vieram fortes. Em um dos encontros discutíamos os cadernos de anatomia e sexualidade da Fundação Carlos Chagas, quando uma mulher literalmente "descobriu" o clitóris e avisou a todas: *"vou experimentar com meu marido e depois eu conto!"*. No encontro seguinte veio toda feliz dizendo que foi ótimo e que até o marido *"havia adorado"*. As mais velhas, quase todas de origem rural, contaram suas primeiras experiências sexuais e o desconhecimento do sexo, como uma delas que, ao casar com 14 anos, trancou-se sózinha no quarto porque não sabia que o casamento significava relação sexual com o marido. Outras, na adolescência, pensavam que a mulher engravidava pelo umbigo ou beijo, pois desconheciam a existência de órgãos sexuais. Descobertas semelhantes, de pensamento mágico, foram registradas por Fátima Quintas, em uma pesquisa sobre a sexualidade:

*"Quando menstruei tinha 12 anos. Ninguém havia me falado nada. Morava num sítio. Escondi da minha mãe e das minhas irmãs. Aí resolvi chupar cana. Pronto! Foi o suficiente. A menstruação foi embora e só voltou quando eu tinha 15 anos. Minha mãe ficou muito aperrada. Levei uma surra. Até hoje ainda sofro consequências dessa cana. Sou muito irregular e os meus partos foram muito difíceis".<sup>240</sup>*

O mesmo desconhecimento da sexualidade esteve presente nas lembrança de Juraci, também de origem rural, ao resgatar um curso do Comitê, para o Clube de Mães da Favela do Parque São Bernardo. Conta como se sentia:

*"A Márcia dando o curso [de sexualidade] e às vezes me dava crise de riso, eu ria, ria, sem parar mas não era vergonha...era porque nunca sentou pra falar sobre isso com a gente...e ainda tem muita coisa que eu tenho curiosidade que eu nunca tive coragem de perguntar".*

A falta de informações permeia sempre a fala das mulheres e parece infinito, pelo silêncio simbólico que existe sobre ele, o sexo falado nos Clubes de Mães e a virgem Maria, as interdições, o medo de perguntar e correr o risco de ser

---

<sup>240</sup> QUINTAS, Fátima *Sexo e Marginalidade* Petrópolis, Vozes, 1986 p.130

considerada "impura". O riso nervoso de Juraci certamente era provocado pela discussão, que ela nunca imaginara pública e da quebra de barreiras que seu corpo processava enquanto ouvia o que sempre quis saber. Se Juraci ria muito, a reação de outras mulheres era ouvir atentamente a conversa do coletivo e ir se apropriando lentamente daquele saber tão necessário. É visível a contradição no depoimento de Fátima, ao falar de sua participação nos grupos de reflexão em seu bairro, o Mutirão:

*"Na parte sexual, eu vi que tinha mulher ali, não é tanto o meu caso, [grifos meus] mas tinha colega que tinha que ser submissa ao homem nesta parte, mesmo ela estando magoada, fechada, tinha que satisfazer ao homem em qualquer circunstância."*

Com o desenrolar da entrevista, o "elas" vira "eu" e novamente "elas", como uma rede de mulheres com problemas comuns. O processo de construção de uma nova identidade fica bem claro:

*"Prá mim, o meu marido tinha o problema da bebida, mas chegava na hora do sexo ele queria e não entendia e eu até tinha sexo com ele, fingia que tava tudo bem, que eu achava que tinha que agir daquele jeito porque ele era meu marido, então ali clareou muito, prá que eu vou fingir, prá que eu vou enganar a mim mesma, só prá deixar ele contente e ele nem ter a compreensão nesta parte? Amanhã ele já tá me pisando...Muitos papos ali no Comitê, às vezes eu não tinha coragem de colocar isso lá, diante das colegas que era mais experiente prá falar nisso, mas pelo menos dentro de mim eu consegui me libertar disso e até mesmo eu poder orientar uma colega que tava passando por isso."*

Em um primeiro momento temos uma subjetividade alienada, travestida de uma objetividade sobre as relações sociais vivenciadas (a inter-subjetividade) expressa na frase "não é tanto o meu caso" para em seguida apresentar uma expansão de sua subjetividade, um voltar-se para si durante o transcurso das relações

com o outro. Ao se relacionar com outras mulheres, estas sentirão as mudanças, a partir das novas relações inter-subjetivas que aquela se propõe a construir.<sup>241</sup>

Apesar da mulher estar ligada ao universo da reprodução da espécie, até mesmo o conhecimento básico da anatomia de seu corpo lhe foi negado por muito tempo. Em pleno final do século XX, o espanto de Minervina ao se lembrar do aprendizado na oficina de saúde:

*"Uma vez veio uma menina de São Paulo, [Coletivo Feminista de Sexualidade e Saúde]. Já pensou como a gente podia ter evitado os filhos? Mas não tinha isso prá gente naquela época. A gente aprendeu a conhecer o útero da mulher [maquete], às vezes a mulher nunca foi ao médico para conhecer, vai ficando podre sem saber, até morrer e naquela época a gente aprendeu isso".*

Se para as mais novas a grande questão é a sexualidade, para as mais velhas as descobertas remetem ao básico da saúde feminina, o controle da concepção e da saúde completa, o que incluía as áreas-tabus. Ao falar sobre "elas", Minervina mostrou que incorporou o discurso feminista da necessidade de conhecer o corpo e indagada se esta era a "sua" realidade de antes, alegou que nunca havia ido ao ginecologista até fazer o curso *"porque tinha vergonha"*.

Ao acompanhar o curso de saúde, percebi que o momento auge para quase todo o grupo, foi a oficina de auto-conhecimento, que envolvia um trabalho de observação individual e coletiva. Nos trabalhos do Coletivo Feminista de Sexualidade e Saúde eram utilizadas duas formas de conhecimento da mulher: através do auto-exame, a partir de um espelho e um espéculo para cada uma e uma maquete dos órgãos sexuais e reprodutores femininos. Para outra participante, Cida, este trabalho foi uma das lembranças felizes do Comitê:

*"Eu nunca vou esquecer a experiência de uma médica, a Mazé, ela fazia uma roda de mulheres e a gente se examinava. Nesse movimento a gente passou a*

---

<sup>241</sup> MARTINS, Maurício Vieira "Marxismo e subjetividade: uma leitura dos "Manuscritos de 44" in Silveira, Paulo e Doray, Bernard (org.) *Elementos para uma teoria marxista da subjetividade*, São Paulo, Vértice, ed. Rev. dos Tribunais, 1989.

*conhecer mais da mulher, ver como é que funcionava, ver como formava a feridinha, lembra? Era uma coisa de sonho, viu?"*.

Para que a mulher se aproprie de seu corpo é necessário conhecê-lo, experimentá-lo, refletir sobre ele. Ao fazer isso, a mulher consegue ver o seu próprio corpo a partir de sua análise pessoal comparando os diferentes discursos construídos sobre ele. O discurso da estética corporal ou religioso são postos em avaliação, como Jupira, que extraiu outro aprendizado do mesmo curso de saúde, ao afirmar *"que a saúde depende muito do estado psíquico da pessoa (...) e também que não existe beleza padrão"*.<sup>242</sup>

Outra atividade de saúde da mulher fez com que Juraci refletisse sobre o aborto, questão com que já vinha se preocupando no Clube de Mães em que atuava. Ali, Juraci sempre ouvira falar que o aborto só era permitido quando a mulher era violentada e retrucava: *"mas, quando é de bandido, pode? Mas de bandido não é vida?"* ao que as freiras respondiam *"mas aí não é desejado...foi agressivo"*. Podemos até dizer que as freiras estavam mais avançadas que a tradicional doutrina católica naquele momento, que seria contra também nestas circunstâncias. Apesar de religiosa, ela analisava as contradições somadas à sua experiência pessoal, de engravidar sucessivamente sem o desejar e de observar de perto as inúmeras mortes das mulheres na favela. A mortalidade materna era provocada pelos abortos realizados de formas primitivas, como a "bassora gatumba", semelhante à piaçava, cortante, que as mulheres agrupavam em espetos e enfiavam no útero. Suas dúvidas encontraram um ancoradouro, quando começou a participar do Comitê:

*"(...) No Comitê, eu discutia 'mas como, vai sair todo mundo matando?' e a Márcia dizia 'o aborto legalizado é só pra que as mãe não morra tanto como vejo morrendo aí (...) vai parar de ter aborto clandestino pelas mulheres provocarem o aborto pelas curiosas...Então vai ter médico e tendo condições a pessoa faz."*

Se com o tempo, este passou a ser o "seu" discurso, o que mais lhe parecia adequado à sua experiência concreta e das outras mulheres à sua volta, rompendo

---

<sup>242</sup> Relatório de Avaliação do Curso de Saúde, jul/1987 Arquivo do C.M.S.B.C.

com a visão oficial da Igreja, outros rompimentos foram mais difíceis, como perder a vergonha de falar de sexo, demonstrado durante este momento da entrevista, quando ela ria muito. Barreiras tão bem erigidas, que algumas ainda insistem em permanecer e dificultar novas buscas.

Por envolver aspectos tão profundos da identidade feminina, o contato com o conhecimento sobre o corpo gerou um processo longo de reflexão e descoberta, expresso nas novas formas de sexualidade e prazer aprendidas por Cida, Juraci e Maria. É desta última o seguinte relato:

*“De repente tua vontade era morta, era apagada porque você só esperava o momento do teu companheiro te procurar, essa é uma coisa bonita que eu aprendi no Comitê, porque a partir daquele momento chegou a minha vez, aí pronto... Tem uma expressão que usa aqui que é cavalinho, é a mulher por cima, isso eu aprendi depois [do Comitê] porque eu fiquei menos reprimida”*

Se os códigos de sexualidade passam por reformulações, como a questão da iniciativa sexual e o conhecimento do que proporciona maior prazer, para outras, apesar da consciência do problema, é difícil a mudança:

*“Às vezes eu procuro, de vez em quand..., mas eu prefiro que seja ele, não cheguei no estágio de cabeça bem aberta, mas eu acho que parte mais do homem...eu não procuro ele porque sinto vergonha. Eu não sei se é o jeito que eu fui criada...é uma coisa que você não consegue se libertar, talvez no futuro eu possa me libertar disso também” (Elza)*

A não realização da sexualidade dentro do casamento gera tristeza para algumas que não conseguem novas formas de viver, apesar de toda a crítica à situação da mulher. Isabel, apesar de se realizar sexualmente, lamentou a indiferença masculina, na pouca frequência das relações ou no cuidado com o próprio corpo, como não fazer a barba e ferir a companheira. Teresinha sente necessidade de sexo mas considera impossível a relação sexual com um homem que dorme alcoolizado todas as noites: ela o evita ao mesmo tempo que permanece casada com ele. Diferentemente de Fátima, que encontrou coragem no Comitê para romper o

casamento, no qual mantinha relações sexuais forçadas com o marido também alcóolatra. Para as viúvas, mais idosas, como Minervina e Mariana, o sexo não existe fora do casamento e por isso, a ênfase de sua aprendizagem relacionou-se mais à saúde do corpo, não incluindo aí o prazer sexual, aceitando-a apenas para os jovens.

Por ter filhos que já atingiram a maturidade sexual, a participação de Maria em um curso sobre família a manteve angustiada anos depois, na medida que os filhos foram crescendo e lembravam a ela dos seus insights anteriores:

*"Teve uma época, que virou a minha cabeça, foi o curso de formação, onde foi mostrado que não existe na sociedade um órgão mais repressivo [em termos sexuais] do que a família... Você tomou conhecimento disso e aí prá frente, como é que vai ser? Eu ficava me perguntando tres, quatro anos depois... E agora, meu Deus, não existirá um meio-termo?"*

Bosi descreve que esta relação com o conhecimento e uma possível insubmissão tem um preço psicológico a pagar, porque:

*"A mudança de atitude exige uma reorientação intelectual, um rompimento com vínculos sociais e uma reestrutura da experiência passada. A mudança de atitude causa uma desordem nas relações sociais. Toda criatura reage defendendo-se da desorientação. Defende, pelos meios mais econômicos a seu alcance, a orientação global necessária à sua atividade, ainda que isso pareça irracional."<sup>243</sup>*

O meio-termo de Maria parecia a ela própria, irracional, pois não correspondia ao entendimento global que ela havia tido da concepção da família, mas por sua vez ela "vivia" uma família que além de tudo, tendia a agudizar a tensão, na medida em que os filhos adolescentes iriam trazer a temática da sexualidade para outros espaços da casa, além de seu quarto. Tensão não resolvida, pois no momento da entrevista seu grande problema era antecipar qual seria sua reação, caso encontrasse os filhos maiores transando nos espaços comuns da casa,

---

<sup>243</sup> BOSI, Ecléa "Entre a opinião e o estereótipo" in *Novos Estudos Cebrap* no.32 março de 1992, p.114

pois não havia proibição formal sobre a questão. A preocupação com a sexualidade e mais precisamente com a virgindade das filhas apareceu em tres depoimentos, ainda que relativizados pelas práticas e informações das mães. Com o crescimento dos filhos não só a sexualidade deles era motivo de preocupação, como poderia interferir na relação em que a mãe estabelecia com o seu corpo, como foi expresso por duas das entrevistadas, com relação a inibição de continuarem a andar desnudas pela casa.

Ao ver o conjunto de depoimentos das ativistas e as mudanças na relação destas com a sexualidade e o corpo, podemos constatar que as práticas feministas através das oficinas corporais e grupos de reflexão, agiram de modo diferenciado sobre elas, provocando rupturas em esferas diferenciadas de seus estilos de vida. As mudanças para algumas eram radicais e envolviam o conhecimento de práticas sexuais, acesso ao prazer e à expressão de seus desejos e para as outras foi o conhecimento biológico, o acesso ao seu corpo, antes desconhecido e normatizado à sua revelia e que a partir do novo conhecimento adquirido foi resgatado como elemento de sua identidade feminina. Estas descobertas nem sempre se combinavam, nas mulheres, com a coragem necessária para proporcionarem mudanças concretas, tornando apenas mais clara a consciência sobre os problemas, principalmente quando estes se relacionavam a mudanças masculinas ou a novas formas de relacionamento com os filhos. De maneira geral, entretanto, o aprendizado daquele período permitiu a muitas reformularem as relações com o marido, namorado e filhos.

A sociabilidade construída no cotidiano foi a base fundamental que contribuiu para o fortalecimento das perspectivas de mudança que o discurso feminista propunha às mulheres, por possibilitar a desprivatização da problemática do corpo. Sociabilidade que fez com que Mara se transformasse em feminista:

*"O que mais me marcou no Comitê foi a convivência com outras mulheres, porque acho que o mais forte para uma mulher é a experiência da outra. Contatar desde as mulheres que vinham de São Paulo prá dar palestra aqui (...) aquela troca de experiência era o melhor intercâmbio...o destacar assim a identidade, o fio que*

*percorre todo o gênero, independente do grau intelectual, do estado social...todas trazem um fio condutor que era ser do sexo feminino”.*

Na elaboração de Mara sobre o passado, apesar de incorporar a noção de gênero, inexistente no vocabulário das ativistas do comitê na época, ela ressaltou um elemento comum manifestado nas diferentes narrativas: o sentimento do vínculo entre mulheres, construído nas práticas conjuntas do cotidiano.

O conhecimento do corpo e da sexualidade, dado a partir da construção de uma identidade coletiva, proporcionou às mulheres não só uma vivência nova em relação ao seu corpo mas permitiu perceber contradições anteriores entre o que eram e o que queriam ser, contradições estas antes vividas de forma alienada. Ao analisar as falas das mulheres, é visível a incorporação do feminismo como parâmetro explicativo para dificuldades antes percebidas como apenas “suas”, quando se sentia “desviante” por sofrer dentro do que imaginava ser um comportamento padrão para todas as outras mulheres. De acordo com as necessidades e histórias de vida, cada mulher absorvia das práticas feministas alternativas para a sua vida. Como vimos, as mudanças foram muitas: se deram na crítica ao corpo-estético, dos padrões de beleza ou do corpo-prazer, com a descoberta do clitóris ou novas formas de sexualidade; através da não aceitação do sexo sem vontade, imposto pelos maridos e para algumas até de um estímulo à iniciativa sexual; e por fim, o acesso ao corpo-saúde, pelo conhecimento do funcionamento do corpo feminino, dos órgãos reprodutores, do acesso ao aborto e à anticoncepção.

A observação do mundo sob um novo olhar deu-se a partir do encontro entre uma proposta igualitária para a relação entre os sexos e as condições objetivas para a sua incorporação no cotidiano das mulheres, que abrangeu também a divisão sexual do trabalho.

Ao lado da temática do corpo e sexualidade, a divisão sexual do trabalho sempre foi um aspecto importante para o feminismo e estava presente nos encontros, grupos de reflexão e boletins da entidade, além da constância com que era problematizado nas conversas informais das ativistas. A relação tensa das mulheres

com o mundo do trabalho doméstico ou remunerado, encontrou espaço para se manifestar através da rede de sociabilidade construída, permeada por sua vez por reflexões feministas e foi a base sobre a qual se deram os questionamentos à divisão de trabalho entre os sexos. Apesar das negações das concepções anteriores de trabalho, foi comum a repetição de traços antigos mesmo em alterações da visão de mundo, afinal, as mudanças de padrões culturais não decorrem necessariamente de participações políticas, pois envolvem concepções arraigadas emocional e ideologicamente. Além disso, as barreiras da organização social contribuem, ainda, para o reforço dos padrões antigos e faz emergir novas contradições, como veremos.

### **O restrito mundo do trabalho**

Para mulheres que desde meninas trabalharam para sobreviver e que vivenciaram o trabalho doméstico como um destino inelutável, primeiro na família de origem e a seguir no casamento, as possibilidades oferecidas quase sempre foram escassas: a roça, o lavar e cozinhar, costurar... Poucas atingiram o que seriam os trabalhos mais qualificados, como professora ou enfermeira. Mais distante ainda, o mundo fabril, frequentado apenas por uma delas.

Na relação com o mundo do trabalho algumas mudanças foram observadas e tiveram clara relação com o feminismo. Estas transformações puderam ser agrupadas em tres aspectos: passar a perceber as diferenças entre homens e mulheres na divisão sexual do trabalho e construir sobre esta percepção uma preocupação da mulher em agir sobre elas; rever o conceito de trabalho doméstico a partir de uma crítica feminista; e por fim, a construção de novas expectativas, para si ou para conjunto das mulheres.

Na Casa da Mulher Nora Astorga<sup>244</sup>, do Comitê de Mulheres, Naná fez parte da cooperativa de Lanofix. Apesar de já ter trabalhado durante o casamento,

---

<sup>244</sup> A Casa da Mulher Nora Astorga (1988-1990), criada pelo Comitê de Mulheres em São Bernardo, desenvolvia entre as suas atividades uma forma de cooperativa/escola de lanofix, na qual as mulheres aprendiam em uma estrutura de curso, a manusear as máquinas e a produzir peças simples. Caso houvesse interesse, na medida em que o curso terminava, ela podia se incorporar ao grupo cooperativado, dedicando

quando sua família passou por dificuldades econômicas, foi em um grupo de reflexão que ela percebeu em si mesma novos interesses:

*“A Márcia, a psicóloga, disse que a gente tinha que se sustentar e fazer o que gosta. Aí percebi que tinha que trabalhar para mim, para meu sustento. E com a lanofix foi a primeira vez que um trabalho era meu e tinha a ver com o que eu quis...Antes eu lutava, mas era em segundo plano”.*

Seria simplista acreditar que apenas uma fala, realizada pela psicóloga, transformasse uma realidade de anos, mas o que é importante ressaltar é que, do conjunto de atividades realizadas por Naná, o insight ocorreu no grupo de reflexão. A mudança a entusiasmou tanto, que convenceu o marido a aprender lanofix em outro curso fora dali e abriram juntos uma confecção. Entretanto, a realidade é perversa: ao saírem juntos para a compra de matéria-prima, Naná sentiu na pele o tratamento diferenciado:

*“As vendedoras o chamam pelo nome, explicam tudo para ele e me ignoram. Penso que talvez elas nem saibam meu nome, não se dirigem a mim. Faço de conta que não percebo, entro na conversa, dou opinião, discordo dela em alguma coisa e vou andando atrás...Eu nem ligo, vou entrando na conversa.”*

Apesar de resistir à invisibilidade com que é tratada e de afirmar sua indiferença pelo tratamento recebido, a lembrança de Naná mostra o sofrimento causado pela discriminação.

Mudanças substanciais aconteceram em Juraci, que antes do Comitê justificava o trabalho em função do estreito limite da sobrevivência e que durante o casamento atribuiu a continuidade de trabalhar fora ao “costume”, mesmo com as intensas pressões conjugais para deixá-lo. Ao tecer um balanço negativo sobre as relações amorosas das mulheres à sua volta, Juraci demonstra sua nova relação com o trabalho remunerado:

---

uma quantidade de horas e recebendo sua parcela no resultado das vendas. Dentro do curso foram realizadas reflexões sobre a história da divisão sexual de trabalho entre homens e mulheres.

*“Eu, como feminista, eu vou conseguir fazer isso [construir sózinha a casa no Mutirão] prá poder ter certeza se nós guenta ou não...Eu vejo muita gente ‘você gosta de fulano?’, ‘não, vou casar porque preciso de ajuda’...Eu não, preciso de amor...Eu sempre trabalhei, tudo, mas não me via valor nenhum. Achava que meu marido era meu marido e que eu tinha que obedecer ele. Eu tinha esse modo de pensar e depois do Comitê eu já via ele de outra forma...”*

O objetivo do trabalho continua a ser a sobrevivência, só que agora acoplada à idéia de auto-valorização e liberdade amorosa. O trabalho como prazer e proibição, foi o que outra ativista, Elza, vivenciou até a participação no Comitê: apesar de adorar costurar, interrompeu sua atividade devido às pressões do marido. Durante a época do Comitê trabalhava como funcionária do posto de leite e quando este se encerrou, já fortalecida pelo grupo, continuou a trabalhar em uma confecção. Ainda assim, enfrentou episódios pitorescos:

*“Ele [marido] diz que eu não preciso disso, que ele é aposentado, ele trabalha...Eu sei que não preciso trabalhar, que o que ele ganha dá muito bem para a gente sobreviver (...) Eu adoro! Aquela confecção, aquelas roupas que eu costuro, aquilo é a minha vida, é o meu lazer!(...) Meu marido já falou: ‘para de trabalhar fora e eu te pago um salário mínimo para cuidar da casa! Eu, hein!’”*

Apesar de ganhar apenas dois salários mínimos, Elza não se imagina mais como dona de casa, pois *“se sente inútil”* e não aceita que o marido a impeça de realizar o seu desejo profissional. A industrialização, ao desvalorizar o trabalho na esfera doméstica e ao mesmo tempo, direcioná-lo à força de trabalho feminina, faz com que as mulheres incorporem esta desvalorização a si mesmas, reforçando a necessidade das mulheres realizarem algo fora dos muros domésticos.

Novamente, sob a ótica de uma diferenciação entre homens e mulheres, o mundo do trabalho é revisto e politizado a partir da construção de um sujeito feminino, tema recorrente em metade das mulheres pesquisadas. Algumas falas demonstram que a politização aprendida no Comitê foi levada ao mundo do trabalho remunerado. Como na ênfase de Juraci, ao levar palestrantes para o trabalho que

fazia com meninos e meninas de rua, mesmo depois da militância no Comitê ter acabado, ao falar que *“naquela época, eu estava muito assim com raiva, achava que o direito era todo da mulher”*. A referência a um coletivo feminino torna-se parte do discurso de Fátima, ao descrever o seu trabalho na Multibrás,[antiga Brastemp]:

*“Agora vai reempregar de novo e eu vou dar nomes de colegas, porque eu acho muito importante ter mais mulher. Agora a gente tem mais liberdade de direito, os colegas discriminam, acham que a gente não pode igual a eles, a gente não deixa barato mais. Foi o tempo que a gente ficava calada.”*

O mundo machista dos operários metalúrgicos é contrabalançado pela autoafirmação feminina, visível nas expressões *“ter mais mulher”* ou *“a gente”*. Ainda no mundo fabril, Maria revela uma nova preocupação, relacionando a dupla jornada com as doenças que ela tinha que cuidar como enfermeira, em uma empresa química onde 40% era composta por mulheres:

*“Uma trabalhadora fala ‘esse braço meu está inchado, porque quando eu saí do meu serviço fiquei duas horas lavando a fralda dos filho que era prá secar, prá levar no outro dia na creche’. A sobrecarga de serviço dela, a própria firma poderia estar oferecendo.”*

Minervina, militante-fundadora do Comitê e das mais idosas, após a militância passou a ensinar a importância da prevenção anti-concepcional para as adolescentes que orienta:

*“É que aqui passa menina de 14 ano que almoça aqui e voce vê sentadinha triste ali, com o bucho na roupa.... Hoje eu já tenho prá passar pra elas, que não é assim, eu criei os meu assim, mas eu não quero que elas sejam assim. A Igreja nunca fez esse papel de dizer que temos que evitar, nos antepassado era o padre que mandava...mas agora, na nossa realidade, não é o padre que manda, todo mundo manda.”*

As experiências relatadas ocorreram após o término da atuação destas mulheres no Comitê, mas permitem entrever o novo sentido com que fazem a leitura

do mundo. Um fato em comum entre todas as mulheres citadas foi a inexistência de qualquer forma anterior de contato com a proposta feminista.

A influência religiosa e dos Clubes de Mães, entretanto, contribuiu para que Minervina ainda se exclua do universo sexual ao mesmo tempo que orienta as meninas para uma sexualidade desvinculada da concepção. Ao, ser perguntada sobre seus possíveis namorados, comentou sobre outra mulher idosa: *“Tem uma tal de Onorina, aqui, ela é triste, mas eu tenho pena dela, parece que ela não conforma com o que aconteceu não. [É viúva], ela quer mais, ela vai até em baile...”*. A idade, neste aspecto, influiu na construção de uma barreira sobre si mesma e suas iguais, que não repassa para a juventude. Ela dirige agora seus preconceitos contra a sexualidade das mulheres idosas: é o antigo voltando sob novas formas.

Os novos aprendizados remetem a um sentimento de grupo forte e eficaz para muitas mudanças, mas que podem ser barrados por dificuldades pessoais, tornando-se mais fácil romperem-se as barreiras ao nível do público e do profissional.<sup>245</sup> Entretanto, é no embate sobre o trabalho doméstico que a oposição entre o universo masculino e os interesses femininos se torna mais claro.

### **O trabalho doméstico: entre o sonho e a realidade**

Se houve um campo onde barricadas se ergueram entre homens e mulheres, de maneira quase intransponível, este se deu no espaço doméstico, no cuidado com a casa. Ao analisar as memórias femininas sobre os maridos, demonstrou-se uma forte similitude de atitudes na esfera da casa. Em apenas quatro e breves situações de coabitação, os homens expressaram uma concepção de trabalho próxima ao que seria uma divisão igualitária do trabalho doméstico.

---

<sup>245</sup> Este sentimento de coletividade também foi encontrado nas falas de Deta e Isabel, mas foi difícil detectar em suas falas as alterações em função de terem uma visão de si mesmas como “sempre fui assim”. Por outro lado, Mara, por estar vivenciando um trabalho em negócios de família e não lhe agradar, não aprofundou tema.

Em contrapartida, quase todas as mulheres passaram a considerar a divisão do trabalho doméstico uma condição *sine qua non* para uma verdadeira relação de igualdade entre os sexos, exceção feita a três das entrevistadas. A primeira, Mariana, disse não se preocupar com a divisão por estar viúva e Teresinha, por continuar a considerá-lo atribuição feminina. Desta, a terceira, embora em suas palavras diga odiar o trabalho doméstico, não exige a paridade masculina no lar e o repassa sem nenhum pesar a uma empregada doméstica, chegando a considerá-lo um “*dom*” independente do sexo de quem o faça. Vale a pena transcrever o seu depoimento, ao ser indagada sobre a possibilidade de alguém gostar do trabalho doméstico: *“acho que não. Agora ela [a empregada] só cantando... É que tem gente que tem o dom, não é? Eu acho que não existe dom pior!”*

E sobre o marido e o trabalho doméstico faz a seguinte afirmação:

*“Ele lava a louça, ele faz tudo e se eu estiver doente, ele faz comida... Vai numa hora que não estou. Durante a semana, ele só chega às seis da tarde, não faz nada, não é? Sábado, saímos para o sacolão [com o marido]. Eu não vou fazer almoço, faço qualquer coisinha, dou uma arrumadinha na cozinha e vou dormir.”*

Como observamos, não houve nenhuma mudança em sua concepção de trabalho doméstico. No final de semana não tem a empregada doméstica, é ela quem faz tudo. Esta militante, apesar de ter se tornado uma referência política para as demais, tornando-se uma liderança de bairro, não foi sensibilizada para observar as diferenças de gênero no trabalho doméstico.

É próprio do senso comum transformar diferenças culturais entre os seres humanos em diferenças naturais, ocorrendo o mesmo mecanismo para a diferença de gênero. Embora Isabel tenha sido a que mais explicitou o conteúdo feminista em todas as facetas da sua vida, incorre em idéia semelhante, ao refletir sobre o trabalho doméstico:

*“Eu acho que o trabalho doméstico é uma realização, é uma essência. Eu acho que a mulher lhe agrada fazer isso, ela se sente gratificada. Se você vê a sua*

*casa debandada, de pernas pro alto, você fica maluca no meio daquilo, você não fica?"*

Paradoxalmente, é a mesma que acredita que o modelo é importante para gerar atuações diferenciadas, tentando transformar o marido operário muito antes de conhecer o Comitê:

*"Ensinei ele [marido] a lavar louça, a fazer mamadeira, a passar fralda...mas as crianças cresceu, largou. [sobre o filho] Eu ensino ele desde o princípio. Só que o filho homem, o pai faz, ele faz, se o pai não faz, ele encosta e tal, por mais que a mãe ensine."*

Anos a fio, o marido de Isabel sofreu uma cobrança para uma divisão de trabalho doméstico, só a realizando no início do casamento. Contraditoriamente, Isabel considera natural a preocupação feminina com o trabalho da casa, mas pensa ser possível que os homens, mesmo não nascendo com a preocupação doméstica, possam aprender a adquiri-la, ou seja, apresenta uma visão de que a diferença é um aspecto cultural.

O senso comum, ao conter em si aspectos contraditórios, permite combinar explicações naturais e culturais para a divisão sexual do trabalho, o que mostra a fragilidade do entendimento conceitual de feminismo, apesar das mudanças concretas. De maneira geral, no entanto, o essencialismo do trabalho doméstico foi criticado por quase todas e os aspectos negativos deste sobre a identidade feminina foram ressaltados, por obrigar a mulher à dupla jornada, por dificultar-lhe a realização de outras necessidades, de lazer ou profissionais, sintetizadas por Mara:

*"Com o Fábio [primeiro marido] foi aquele negócio de casadinho de novo, tenho que fazer a comida...eu dava aula de natação no Jabaquara, vinha assim voando.... Aquilo era minha obrigação. O Comitê e todo o resto me ensinou que não precisava ser assim, nunca mais".*

O isolamento do trabalho doméstico, semelhante a uma reclusão, fez Maria afirmar que quando fazia exclusivamente o trabalho doméstico, sentia-se massacrada e sem amor próprio. Se para ela o sofrimento era grande naquela mesma época,

Fátima descreve que viveu de forma alienada a exclusividade do trabalho doméstico, só tendo a dimensão da perda anos depois:

*“Eu casei e fiquei dez anos dentro de casa, pia, fogão, tanque, cuidando dos filho, do marido, pra mim era bom, vivi aquele momento...Se fosse dias de hoje...Tenho mais claro na minha mente prá cobrar as coisas que eu acho que eles não dá, o direito da gente, que nem trabalhar fora”.*

A concepção de trabalho doméstico cotidiano é negativa, como vemos na expressão ‘obrigação’, ‘massacrante’, só perdendo este caráter quando se torna eventual. O sentimento de solidão e inutilidade leva a que as mulheres pobres procurem uma saída na militância política. Arnaldo, marido de Maria, observa a transformação positiva desta após entrar para o Comitê: *“Mudou muito para melhor, mais satisfeita, mais feliz. Largava de fazer algumas coisas em casa, para o bem de nós outros, porque nós tivemos que assumir mais as coisas”.* Apesar disso, o apoio masculino é relutante:

*“Essa semana o Arnaldo falou, ‘não tenho mais uma camisa prá trabalhar!’. Já passamos uma fase [sem empregada] dividindo tarefa, mas começou um mal-estar tão grande... Ninguém suportava mais ninguém, estava todo mundo à flor da pele, porque não estava acostumado a fazer aquele serviço, porque sempre teve mulher no comando das coisa” (Maria)*

Dificuldade semelhante vive Mara, após as cinco horas, quando a empregada encerra o seu trabalho e o companheiro reclama:

*“O Nedir fala ‘não adianta, essa coisa do feminismo, eu é que sou explorado!’ Outro dia cheguei no banco [que ele trabalha] e uma menina falou ‘Mara, tô morrendo de pena do Nedir, todo dia ter que fazer a janta!’. Eu faço também de vez em quando prá ele!”*

Estas mulheres, apesar de contarem com trabalhadoras domésticas, estão dispostas a transformar os homens com os quais convivem, ou ao menos, a não se deixar sufocar pela dupla jornada. Demonstam, de forma contundente, a batalha

campal que é realizada no espaço doméstico e que interfere até nas expectativas amorosas de cada sexo:

*“Se o homem e a mulher trabalha não custa nada, quem chega primeiro adiantar as tarefa, mas se a mulher fica dentro de casa, aí é lógico...Porque a idéia do feminismo não era assim, de esperar o homem chegar em casa prá começar a fazer o serviço. Não, que todo mundo participe, ou é mulher ou é empregada.”*  
(Juraci)

De maneira geral, o comentário sobre os homens operários demonstra a dificuldade maior que as mulheres destes segmentos enfrentam quando produzem mudanças que não são referendadas pelos maridos. Os homens das camadas médias, como Nedir e Arnaldo, podem ter discursos mais igualitários e as vezes realizar parcialmente as tarefas, mas não possibilitam descartar por completo a figura da trabalhadora doméstica.

A dificuldade masculina de alteração neste campo, torna quase impossível para as mulheres um patamar de experiências concretas de um fazer doméstico diferente. Uma delas sintetizou as resistências masculinas e a sua dificuldade em exigir mudanças, apesar do desejo ou consciência de que poderia ser diferente:

*“Não peço [para o marido fazer o trabalho doméstico], porque ele fala que é obrigação de mulher e eu fico quieta para não arranjar encrenca. Eu falo ‘serviço doméstico é amaldiçoado! Agora vou pintar a casa, aí depois vou arranjar uma faxineira uma vez por semana.”* (Elza)

É recorrente esta prática de se evitar “encrenca” ou enfrentar limites muito consolidados do mundo masculino. É como um jogo de rompimentos e concessões permanentes: a mesma mulher que em outras áreas da vida não se submete à decisão alheia submete-se à dupla jornada, por achar inevitável. Outros aspectos da resistência dos homens às mudanças femininas surgiram e foram motivos de tensões e até separações, o que demonstra ser difícil para as mulheres concretizarem uma proposta mais prazerosa de vida. Os homens, ao se sentirem inseguros e cobrados, respondem com intransigência às propostas de transformação.

### As difíceis mudanças nas relações de gênero

As situações de tensão no casamento ocorreram com a maioria das entrevistadas, e geraram um processo de separação em cinco deles. Estes casos sugerem que a hierarquia de poder conjugal leva a que os homens, ao julgarem-se proprietários das mulheres com as quais convivem, façam um jogo incessante de manutenção de poder, não importando se a esposa já conseguiu conquistar pequenos espaços de autonomia. É como se a igualdade de poder conquistada em algumas esferas não validasse a mesma autonomia em outras.

Elza, ao ser indagada sobre limitações que ainda a impediam de concretizar suas necessidades, reafirma seu entendimento de “liberação” ao mesmo tempo que mostra as pressões do marido:

*“Não tem, o que eu pensei foi me liberar e eu me liberei. Hoje eu vou onde quero, não faço nada contra a minha vontade. Doa a quem doer! [antes] tinha que pedir, só podia ir acompanhada ou senão levar filho ‘não é em tal lugar que você pode ir, não é com tal pessoa que você pode andar’, agora não! Consegui até mudar de religião! Ele [marido] falou: ‘a religião ou eu’... Aí, quando ele viu que eu estava dura na minha opinião, falou ‘então vamo conversar’.*

O enfrentamento com o poder masculino é uma constante, o que mostra a dificuldade de se romper com as relações de poder desiguais nas relações afetivas. Entretanto, um outro aspecto chamou a atenção no relato de Elza, que se incorporou à Congregação Cristã do Brasil assim descreve as novas regras: *“não pode cortar cabelo, não pode usar calça comprida, ter a roupa decotada e não pode usar pintura...”*. Um novo grupo, o religioso, dava-lhe agora suporte para a reafirmação de outra autoridade exterior, que atenderia, segundo ela, suas “novas necessidades espirituais”. Ao perder contato com as práticas feministas e o grupo de referência, submete-se a regras que rompem com aspectos importantes do feminismo, nas críticas a moralidade dominante e a defesa do direito ao corpo. Como vemos, o

processo de mudanças é permanente e imbrica-se com as práticas do grupo mais amplo que o indivíduo se envolve, em um rearranjo constante que engloba avanços e recuos na incorporação de discursos diferentes e até contraditórios entre si.

Operários, os maridos de Elza, Isabel ou Fátima, militantes ou não, viam com hostilidade ou uma certa reserva a participação política das mulheres. Isabel quase se separou devido às críticas à sua participação política, na época em que era ativista. Alguns depoimentos sobre o controle masculino são ilustrativos:

*“O Comitê na minha vida e do Ded [marido] foi um inferno. Ele achava que eu indo para o Comitê era perdido, era libertinagem, era se perder, era ser cantada por outros homens, certo? No Comitê eu encontrei isso, aprender o nosso lugar, o nosso desejo. E tanto que eu não fui para os movimentos de participar das greves porque ele me levasse, fui por conta minha, ele botava grade, botava cadeado!”.*

**(Isabel)**

*“Ah! Ele [marido] falava que isso [Comitê] não ia levar a nada. Falava assim ‘Vocês luta, querem independência, mas eu acho que mulher nunca vai chegar no poder, porque mulher é muito fraca!’.”* **(Elza)**

Para Fátima, que começou a polemizar com o marido, este dizia: “esse Comitê de Mulher, aí, está te deixando muito informada”, mas ele nunca foi contra, só observava e comentava”. As resistências masculinas ressurgem nos novos namoros, como foi o caso de Cida, que separou-se do primeiro marido e criou um jeito próprio de fugir destas situações:

*“Outro dia mesmo fui no baile e ele [namorado] me encontrou, estava sózinha mas ele já achou ruim, e eu, ‘vim no baile prá dançar!’. Aí ele já questionou, prá mim é uma pessoa que não dá...”.*

Entre a negativa explícita e a observação silenciosa carregada de uma ambiguidade valorativa, (que de certa forma deixa que a mulher interprete e procure um meio-termo), poucas foram as reações afirmativas, como a de Arnaldo, já citada e a de Pedro, marido de Naná. Apesar disso, a fala de Pedro deixa clara a hierarquia: “é, na época do Comitê, eu deixava ela ir, pensava que era mais um curso [de

*lanofix] que ela fazia e veja no que deu...acabei indo fazer um curso com ela...*” Foi o único aspecto em que Naná conseguiu uma influência sobre o marido, ainda que frágil, porque ao descrever o seu trabalho em conjunto a ele, afirmou que *“cede sempre, pois quando discorda dele ela fala, mas não adianta insistir”*.

Situações cotidianas como esta, do marido “dar a última palavra”, as restrições a sair de casa, a dupla moral da sexualidade masculina ou mesmo as resistências ao trabalho doméstico, são fatores que levaram uma parcela significativa destas mulheres a se separarem e a algumas, inclusive, a temerem um novo casamento. Fátima explicitou esta questão de forma bem clara. Vejamos:

*“Se o homem está fazendo serviço dentro de casa de pedreiro, a mulher também tem que ajudar...porque não um homem lavar louça? Se eu casasse agora eu ia deixar bem claro, não ia casar no escuro que nem eu casei e se no claro não dá mais [se o homem não aceitar...]...então eu vou ficar na minha, eu não casava não, estou tão bem...”*

Ao ser indagada sobre o que a faz sofrer, Juraci comenta a dificuldade dos homens em aceitarem as mulheres que contestam, o que a faz por em dúvida o desejo de casamento:

*“Não caso hoje de branco, já penso em casar de lilás, porque lilás é feminista, feminino, a cor do feminismo. Posso até casar simbolicamente, mas já apareceu pedido de casamento e na hora de casar mesmo eu digo: ‘a vida de casada é boa, mas a de solteira é melhor’”*.

Conhecedoras das reações masculinas, as mulheres, mais críticas com relação ao casamento, temem a arriscar-se. Sobre a discriminação negra, Juraci apenas fez uma pequena referência, mas que demonstra uma dor mais profunda do que a discriminação de gênero: *“Eu tinha problema sério com a cor, hoje eu já aceito isso. No movimento negro eu não fui prá frente, porque fiquei pensando, é uma ferida muito aberta ainda, dói muito.”*

A memória da vivência infantil em uma fazenda, onde seus parentes eram agregados sem salários e na qual os mais antigos haviam sido escravos, era nítida

para ela. Os seus relatos sobre a bisavó que se matou por causa das torturas sobre os filhos e os sofrimentos físicos do bisavô davam a impressão de que ela ainda vivia na época da escravidão. Com a tristeza que estas lembranças lhe causam e mesmo não sendo militante, exibe seus cabelos encaracolados e luta para ser chamada de negra e não mulata ou morena, como às vezes insistem em lhe dizer. A dificuldade em participar do movimento negro, segundo ela, é que a ênfase que este dá as memórias da escravidão e que são utilizadas como instrumento para a crítica resulta para ela em muita tristeza.

Se para Juraci, o corte de etnia ainda é difícil de ser enfrentado, pois está ligado a aspectos emocionais muito fortes, para outras mulheres as resistências estavam arraigadas em si mesmas e permaneceram mesmo após a militância.

No universo da pesquisa houve uma parcela de ativistas que, após o término da entidade, retornaram à sua vida de origem e saudosas e tristes, vivem ainda estritamente de acordo com as necessidades de outro. Foram encontradas mulheres com dificuldade de construir uma nova relação afetiva e sexual com o marido, apesar do desejo de mudança. Às vezes, houve a mudança apenas durante a existência do grupo de mulheres, que estimulava um questionamento constante e funcionava como um leitmotiv permanente, o que mostra a dificuldade da mudança solitária. Das doze entrevistadas, este foi o caso de três delas, que tinham em comum o fato de permanecerem casadas, sem um trabalho externo definido e estarem na menopausa.

*“Eu falo que eu tenho um corpo feio, que eu não gosto do meu cabelo, das minhas unhas, das minhas pernas, eu não gosto de nada em mim...Ainda falo pro meu marido ‘burra deste jeito’ e ele dá risada...E consigo estar feliz...Meu neto gosta de mim, caramba! Acho que não tenho serventia pra eles. Vou ficar lá [no quartinho dos fundos] esperando a morte chegar...” (Naná)*

*“Fico mais em casa, não tenho tempo para sair[choro]...Ele [marido] desde que se aposentou não gosta de sair prá passear, só dorme...” (Teresinha)*

A tristeza reflete o isolamento e a falta de projeto de vida destas mulheres e a dificuldade de construir sózinhas uma vida de acordo com os seus interesses. A desesperança de Naná após o término do Comitê e o medo de enfrentar sozinha as mudanças, fez até com que revisse a “Naná daquele tempo”, quando participava em um grupo de reflexão, pensamentos que hoje atribui ao grupo e não a si mesma, ao dizer: *‘quando eu fiz o grupo com a psicóloga eu achei um monte de coisa, que meu marido era chato, que eu queria mudar...mas não queria mudar nada não, tava até gostando da situação...’*.

A existência de um sólido grupo de apoio entre as mulheres oferecia um contraponto à solidão da dona de casa. Isabel chorou muito a solidão em que vive, tanto quanto Teresinha, que não se conforma com o término daquele grupo. Situação semelhante aconteceu com Lina, antiga ativista do Comitê, que relatou sua situação de vida em um breve encontro em dezembro de 95: *“estou vivendo a base da calmantes, meu marido está aposentando e passa o dia a dormir. Meu corpo fica até tremendo”*.<sup>246</sup> Pude observar que o sentimento de solidão é maior para as entrevistadas casadas, com idade acima dos 45 anos.<sup>247</sup> O contato com as práticas feministas, por ser extremamente tensionador, nem sempre desembocava na possibilidade de criar as próprias regras e de assumir o controle de suas vidas. De maneira similar, foram contadas histórias que revelam as persistências de uma ótica machista:

*“Estes dias eu encontrei a Sandra do Silvina, e ela disse: ‘ah! Eu tô parada dentro de casa sem fazer nada, tô lavando, passando, cozinhando! Eu falei prá ela: você tá achando boa esta vida? Ela disse: ‘mais tranquila...Eu falei, ‘vai prá rua,*

<sup>246</sup> Em dezembro de 95, a pedido das entrevistadas, a pesquisadora promoveu uma reunião na qual compareceram Lina, Deta, Isabel, Naná, Mariana e Juraci.

<sup>247</sup> Os movimentos de terceira idade tem lidado com a problemática do isolamento da mulher idosa e possibilitam uma situação grupal que facilita a reconstrução de um projeto feminino voltado para o lazer e mudanças culturais e atestam, ao mesmo tempo, que os homens que conseguem superar a angústia de ausência do trabalho remunerado vivenciam esta ruptura como uma vitória da lucidez e raciocínio. Mesmo assim, nos movimentos de terceira idade, com exceção dos movimentos políticos por reposição de perdas da aposentadoria, a participação masculina raramente ultrapassa 10% do conjunto. Ver DEBERT, Guíta Grin *Gênero e Envelhecimento in Estudos Feministas*, vol 2, no.3, Rio de Janeiro, 1994.

*fazer alguma coisa' e ela 'ah...depois que a Márcia foi embora acabou o Comitê!...' ”*

**(Deta)**

Interessante como as duas mulheres consideram o trabalho doméstico como 'nada', o que de certa forma acaba por reforçar a ideologia defensora da dupla jornada, pois se só “lá fora” ela fará algo, dentro de casa não há do que reclamar... A luta por uma mudança, que envolve necessariamente um risco, na medida em que não há fórmulas prontas nem um amparo social positivo, nem sempre é travada até o fim, o que faz com que as mulheres prefiram o sofrimento conhecido, como é o caso de Sandra ou de Leonilda, retratado por Naná:

*“Veja a Leonilda. Era lutadora, tinha iniciativa e olhe que apanhou muito daquele marido. Viviam brigando porque ela não aceitava o jeito dele...mulherengo, jogo de futebol no domingo, ele não queria que ela trabalhasse. Hoje ela tá lá no sul, grávida do quarto filho, que o marido disse que lá no sul mulher tem que dar um filho homem. E fez ultrassom e é menina...Não apanha mais porque aceita tudo que ele faz ou manda ela fazer. Vida de mulher é um sofrimento, não é?”.*

A aparente ‘tranquilidade’ na submissão de Sandra deixa transparecer o sentimento de inutilidade sobre si mesma, ao descrever o trabalho doméstico como **nada** e demonstra um certo saudosismo pessimista na referência ao passado do Comitê. Leonilda recuou e cedeu à violência do marido e Naná de certo modo se identifica com o sofrimento daquela.

O grupo, que funcionava como um espelho mostrando às mulheres suas outras necessidades, havia se quebrado. Sua existência era uma condição básica não só de modelos alternativos de ‘ser mulher’ como por proporcionar a experiência da intersubjetividade, na qual as mulheres se reconheciam em outras e intercambiavam problemas e soluções. A tristeza de algumas mulheres retrataram a dificuldade da mudança e das diferenças de incorporação do feminismo para as ativistas do Comitê. Por outro lado, a maioria das histórias ressaltam o aspecto marcante das vivências das práticas feministas durante a existência do Comitê, que atuaram como um fator transformador do cotidiano de muitas mulheres.

Ao compararmos as mudanças das ativistas do Comitê às mulheres pesquisadas por Cássia Carloto, que participavam do movimento de Saúde da Zona Leste, vimos que as mudanças no primeiro foram além de uma auto-afirmação como um indivíduo e sujeito político.

As ativistas do Comitê, por participarem de um movimento social de mulheres com práticas feministas (mesmo não sendo um movimento feminista propriamente dito), obtiveram rompimentos em suas vidas, de acordo com importantes aspectos do discurso feminista, como na relação com o corpo e a sexualidade e na crítica de quase todas à tradicional divisão sexual do trabalho e da relação desta com o casamento e as relações amorosas.

O sentimento de pertencer a um gênero com problemática comum, observadas nas mulheres pesquisadas por Carloto aprofundaram-se e tiveram desdobramentos visíveis a partir do momento em que as mulheres participaram de um conjunto de práticas questionadoras da subordinação da mulher, como observado no Comitê. Mesmo assim, persistiu nas ativistas do Comitê a mescla de uma formação cultural tradicional com aspectos do feminismo, relacionado ao medo da mudança ou ao próprio desconhecimento do que seria uma cultura feminista e da construção social do gênero.

Entretanto, apesar das práticas feministas serem grupalizadas, as mulheres pesquisadas por mim manifestaram uma contradição entre sentirem-se parte de um coletivo-grupo de mulheres e as formas adotadas para a resolução de seus problemas- o indivíduo mulher. O grupo pesquisado dividiu-se em relação a ir além das propostas de mudanças individuais, aspectos percebidos pelas estratégias assumidas para enfrentarem os problemas ou a maneira de se manifestarem sobre o término da entidade. Para a maioria, o sentimento de saudade da entidade era mais pelas questões pessoais que ela motivava do que pela necessidade de um trabalho coletivo como transformador de fato da situação social para o conjunto das mulheres e delas próprias. É como se o trabalho da entidade tivesse mais importância para as suas mudanças pessoais do que para as mudanças sociais relativas ao gênero.

Certamente, esta atitude política deve-se não só a que parte dos problemas das mulheres realmente implicam na mudança a nível individual, mas pode referir-se também a determinadas características ambíguas do próprio Comitê. Ao se apresentar como um movimento político por melhorias sociais, expressava-se como um movimento social de mulheres e manifestava a dificuldade de sair à público como um sujeito coletivo com bandeiras feministas, o que possibilitaria às mulheres transcenderem o nível individual em que estavam submergidas. Estes aspectos já haviam sido ressaltados por Citelli, ao ter estudado o Movimento de Saúde da Zona Leste, o qual não havia incorporado entre suas ações as práticas feministas.

Estes últimos aspectos ficarão mais claros na reflexão sobre o significado de feminismo e socialismo para estas ativistas e da forma de trabalhar a questão de gênero dentro de um movimento social de mulheres.

### **Os sonhos de uma nova sociedade**

Ao compararmos as mudanças até aqui apresentadas pelas mulheres entrevistadas, em diferentes aspectos do modo de vida e concepção de mundo, constatamos que o aprendizado político foi maior no que se refere à condição feminina do que à compreensão da proposta socialista. Chamou-me a atenção que o feminismo, mais precisamente o feminismo liberal, às vezes incompreensível enquanto conceito, era recriado na prática pelas mulheres de acordo com sua interpretação e condições objetivas de realização. Com exceção de uma delas, não houve a associação do feminismo ao socialismo em seus discursos.

Cabe aqui um breve esclarecimento conceitual do que vêm a ser as diferenças entre feminismo liberal e feminismo socialista, não desconsiderando que cada uma destas vertentes contenham uma multiplicidade de matizes.

Em linhas gerais, os historiadores sugerem que o feminismo, historicamente falando, começou no século XVIII, com as lutas por igualdade civil, direito ao voto e a educação nos marcos da construção política da hegemonia burguesa de face

masculina, sem questionar o capitalismo enquanto forma de organização econômica-social.<sup>248</sup> Dentro deste processo, constitui-se o delineamento da proposta socialista, fruto da organização dos trabalhadores, elaborada pelos socialistas utópicos e mais tarde por Marx. A relação entre feminismo e socialismo começa a se dar na medida em que as operárias passaram a combinar as críticas à sociedade capitalista, com as lutas contra os desiguais salários, contra a opressão sexista dos patrões e, em menor escala, contra o mundo masculino dos próprios sindicatos sexistas e a opressão na família trabalhadora.<sup>249</sup>

Tanto uma quanto a outra vertente passaram por desdobramentos históricos diversos mas tendo em comum, desde a década de 60, a compreensão das necessidades das mulheres nos diferentes níveis da vida humana, resgatando antigas reflexões dos feminismos anteriores. Surge o feminismo, preocupado com a sujeição da sexualidade à maternidade, com direito ao aborto, à contracepção e à sexualidade, a crítica ao trabalho doméstico e à educação restrita, aos limites profissionais e à participação política secundária.<sup>250</sup>

Como se vê, o movimento feminista passa a enfatizar uma de suas bandeiras mais antigas: a ruptura das fronteiras entre o público e o privado, exigindo-se inclusive a implementação de políticas públicas.<sup>251</sup> Fundadas neste questionamento, crescem as críticas à subordinação da mulher na esfera pública em partidos, sindicatos e outras instâncias de decisão.

<sup>248</sup> Sobre o feminismo liberal ver vários artigos em **BONACCHI, Gabriella e GROPPI, Angela** orgs. *O dilema da cidadania- Direitos e deveres das mulheres* São Paulo, Unesp, 1995.

<sup>249</sup> **ALAMBERT, Zuleika** op. cit.

<sup>250</sup> **LOBO, Elizabeth Souza e PAOLI, Ma. Célia** “Notas sobre o feminismo” in *Desvios*, ano I, nov./1982.

<sup>251</sup> As críticas feministas à distinção público/privado do liberalismo foi comum a todas as vertentes do feminismo, porque o universalismo liberal oculta a origem da exclusão das mulheres, pela sua indiferença em proporcionar condições de resolução da esfera privada, daí a redefinição pelos movimentos feministas, do privado como objeto próprio da agenda pública. Para Galeotti, “a esfera privada liberal caracteriza-se como lugar das diferenças individuais: diferenças de classe social, de educação, de estilo de vida, de lealdade, de concepções do bem e de opinião; a esfera pública considera todos os cidadãos igualmente sujeitos à lei e igualmente portadores de direitos.” A autora tece um interessante trabalho analisando a diferença de gênero como mais uma, dentro da esfera do privado para o liberalismo e da falsa neutralidade no mundo público que para as mulheres, o preço a pagar para o reconhecimento da cidadania é a eliminação da diferença de gênero “ou seja, dá sua identidade coletiva na esfera pública”. “Galeotti, Anna Elisabetta “Cidadania e diferença de gênero- o problema da dupla lealdade in **BONACCHI, G. e Groppi A.** op. cit. p.238-240

Para Goldberg, o feminismo liberal é assim sintetizado:

*“Na tradição feminista liberal, o sistema social como uma totalidade não é questionado, e as assimetrias e desigualdades sexuais são vistas como fenômenos anti-naturais e culturais, produzidos por leis obsoletas, educação discriminatória, mentalidades atrasadas. Centrada portanto nas lutas pela igualdade entre os sexos, seus objetivos são a conquista de direitos civis e a eliminação de todas as formas de discriminação sexual presentes nos âmbitos social, econômico e político.”* 252

As formas de luta presentes nesta tradição podem se dar através de um processo isolado de rupturas e mudanças nas vidas das mulheres ou apoiado em grupos de pressão para a conquista dos direitos civis, ou seja, através da construção de um sujeito coletivo “mulheres”.

Para os defensores do feminismo socialista há discordâncias profundas sobre como combinar a luta contra a subordinação da mulher com a luta de classes e o mais comum é que as questões de gênero sejam tratadas de forma secundária. O feminismo socialista tem como pressuposto a noção de que o capitalismo, embora possa prescindir teoricamente da dominação e exploração da mulher, tende a não procurar resolver os problemas decorrentes da reprodução humana fora dos limites da reprodução do capital. Em função disso, é considerado como fator limitante para a consecução de todas as demandas femininas e para uma integral construção de condições econômicas, políticas e sociais que garantam a quebra da hierarquia entre homens e mulheres em todos os níveis. Além disso, o aprendizado da hierarquia entre os sexos e da divisão sexual de trabalho constituem um reforço simbólico dos valores capitalistas de desigualdade de poder e contribuem para que ele se perpetue.

O desenvolvimento capitalista oferece, ao mesmo tempo, as condições econômicas que tendem para o fim da família hierárquica. Cerroni, em um estudo sobre família e sociedade, afirma que o desenvolvimento capitalista *“reduz a comunidade doméstica de produção à mera comunidade de educação e*

---

<sup>252</sup> GOLDBERG, Anette “Tudo começou antes de 1975: idéias inspiradas pelo estudo da gestação do feminismo ‘bom para o Brasil’ mimeo p.6-7

sustentação”<sup>253</sup> e proporciona, retomando a afirmação de Marx, uma nova base econômica para uma forma diferenciada de família e de relação entre os sexos. Tal situação gera uma contradição insolúvel nos marcos do capitalismo. Ainda de acordo com Cerroni:

*“Tal tendência se torna mais evidente com a difusão das proteções sociais ao indivíduo (proteção também aos velhos e menores), que era uma das funções residuais da família: assistência, previdência, escola e educação, instituições de tutela e proteção aos menores, incapazes, inábeis, industrialização de uma série de serviços domésticos, etc. Surge aqui um outro problema: o da contradição profunda entre a concepção individualista da sociedade capitalista e a difusão das exigências de socialização de uma série de funções”.*<sup>254</sup>

Apesar de considerar necessárias as rupturas individuais desde a sociedade capitalista, o feminismo socialista, grosso modo, tem como preocupação central a construção do sujeito social através de um coletivo “mulheres”, com reivindicações e lutas particulares e sua incorporação ao sujeito classe, nas lutas comuns das classes trabalhadoras.<sup>255</sup>

As perguntas realizadas às ativistas orientaram-se no sentido de saber como elas compreendiam o conceito de feminismo e socialismo e se conseguiam unificar os dois conceitos na matriz do feminismo socialista. A resposta mais comum revelou uma percepção fragmentada do feminismo liberal, com exceção de Mara, que se definiu como defensora do “feminismo socialista”. A primeira constatação sobre as entrevistadas é que oscilam entre um entendimento vago sobre o socialismo e um não entendimento absoluto, como na fala de Deta, que respondeu perguntando, se “seria uma reforma no país, uma reviravolta” quando se teria “o direito de ir e vir e

<sup>253</sup> CERRONI, Umberto “Considerações sobre a relação família-sociedade” in VVAA *A crise da família*, Rio de Janeiro, 1971 p.30.

<sup>254</sup> op. cit. p.30

<sup>255</sup> Foge aos propósitos deste trabalho uma análise mais detalhada das diferentes vertentes do feminismo socialista com relação aos debates dos anos 90, como questão polêmica das políticas afirmativas, que defendem um favorecimento temporário dos setores discriminados para que haja uma aceleração do processo de equalização de oportunidades, como por exemplo a política de cotas definidas para ocupação de cargos políticos em partidos, sindicatos, órgãos governamentais, etc.

optar por alguma coisa que você reivindica e tem” ou nas negativas de Teresinha e Fátima, ao afirmarem não saber o que ele significa. Nas poucas falas em que o socialismo apareceu, estava desvinculado do feminismo e tinha como referência o discurso religioso dos setores progressistas da Igreja Católica ou o mundo justo e igualitário das origens do Partido dos Trabalhadores:

*“Nós quer uma vida de Deus, uma união, eu não sei que nome eu daria prá essa sociedade, é uma sociedade de paz. Eu sempre tive vergonha de perguntar o que é o socialismo, de medo dos outros me chamar de burra, porque a vida inteira eu vivo falando em socialismo...Nunca passei prá frente o que é, o socialismo é uma igualdade, é casa prá todo mundo”.* **(Juraci)**

*“Eu conheço um pouquinho, porque vocês ia prá Cuba e trazia as idéia do socialismo, é tudo igual, muito comunitário. Sou não [socialista], às vezes eu me colho com dificuldade na partilha, de repente tem uma família dormindo debaixo da ponte e eu não tenho coragem de botar prá dentro de minha casa”***(Cida)**

*“O começo da lanofix era uma cooperativa, uma visão igual pra todo mundo...Socialismo é igualdade, é distribuição de renda, até dentro de casa”.***(Naná)**

Se não conseguem ter uma compreensão clara do significado do socialismo, menos ainda compreendem a relação deste com o feminismo. A ligação, quando é feita, é extremamente confusa, como a explicação de Maria para o feminismo socialista, ao dizer que ele é *“um entendimento da grandeza da mulher e se preocupa com o todo”* e que no capitalismo não se resolve a situação da mulher porque *“quem faz a lei são os homens, defendem os direitos dos homens”*. Há uma divisão sexista, na qual os homens seriam capitalistas e as mulheres, por conseguinte, só poderiam ser... socialistas! A fragilidade das argumentações evidencia a distância entre o discurso socialista da entidade e a sua elaboração pelo grupo de militantes mais ativas.

No entendimento do feminismo, as mulheres estão próximas da luta pelos direitos iguais, de participação política, de atuação no mundo público, do ser dona do próprio corpo:

*“Se sou feminista? E como, muito! Eu acho que na época que nós estamos se a gente não partir para o feminismo, ficar aos pés dos homens...eles querem que a gente seja dependente. Eu sempre fui [feminista]antes do Comitê, eu não sabia o nome mas lá onde eu morava [nordeste] quem tem um lado feminista eles chamam de sapatão, eu não achava que eu era isso. O Comitê só me deu o nome. Ser feminista é o direito de ser mulher, não ficar enfiada dentro de casa, decidir o corpo dela, a roupa”. (Deta)*

*“Sinto [que sou feminista], mas não tenho palavras para expressar. [O Comitê era feminista?] Acho que era, porque deixava a mulher ter sua opinião própria, de fazer o que queria fazer,sem ser dependente do marido, dos outros.” (Teresinha)*

*“Todo mundo tem um lado feminista. Ainda mais agora que estou sozinha, às vezes eu acho que eu tenho que ser feminista lá em casa, dar bronca, é prestar até serviço em casa que se dizia que era de homem...Então vejo esse lado meu, ser pai, ser mãe e meu lado feminino é o amor que eu tenho dentro de mim, o lado delicado que a gente tem com os filhos, a paciência...[ser feminista é ser homem?] A gente tem a lenda da autoridade, ser mais autoritária do que você é. Querer ter direitos iguais, eu acho que tinha muito feminismo no Comitê e eu aprovava, se é prá apoiar a gente, prá gente ter segurança, ter capacidade de dominar as despesa, resumindo tudo, é querer ser independente, mesmo com homem ou sem homem dentro de casa eu poder ser dona de meus atos.” (Fátima)*

A importância dada às decisões individuais, torna mais simples compreender porque algumas ativistas não conseguiram demarcar uma diferenciação entre o que pensavam antes e depois de atuarem na entidade: afinal de contas, a busca de

direitos, ainda que precária, era parcialmente tentada no âmbito de suas vidas individuais.

Podemos observar ainda o quão forte e persistente é, no Brasil, o estereótipo do feminismo identificado com o lesbianismo, por sua vez associado no imaginário destas mulheres à perda de feminilidade, apesar de todas as vivências em práticas feministas. A insistência na diferenciação entre os dois termos demonstra que o peso da sua carga simbólica anterior:

*“Eu falo sempre que sou feminista, sem perder a feminilidade, senão sei lá, vira sapatão, meia-grossa. Acho que tem que passar batom, pintar as unhas e tem que lutar por seus direitos, pelo aborto”.*(Naná)

A concepção de essência feminina, baseada na naturalização da cultura feminina construída socialmente está sempre recolocada no movimento feminista e de mulheres: foi por muito tempo um dos pilares do movimento sufragista brasileiro, no qual afirmava-se que as características femininas deveriam abrir as portas do mundo político, pois ofereciam as bases para uma transformação do mundo a partir de suas virtudes.<sup>256</sup>

Nas reivindicações sobre a liberdade de ir e vir, direito ao corpo, à roupa, à independência emocional e financeira, não há qualquer referência crítica ao capitalismo como mantenedor das diferenças de gênero. Ainda que possamos atribuir estas dificuldades às características da tensão classe-gênero, não resolvida no movimento social de mulheres, provavelmente tal compreensão origina-se também da necessidade das próprias mulheres ao se depararem com as propostas feministas e compararem-nas ao seu cotidiano.

A vinculação política entre feminismo e socialismo torna-se difícil e adquire um tom distante, inclusive pelas estratégias dos partidos, que tem transformado o socialismo (e isto já no início de 80) cada vez mais em uma utopia, e portanto, à beira do irrealizável. No Comitê, as propostas difundidas pelos seus jornais e mesmo

---

<sup>256</sup> Posições que, apesar de predominantes nas discussões do feminismo liberal quando de seu surgimento na França, eram contra-argumentadas na mesma época. Ver **BONACCHI, Gabriella e GROPLI, Angela** op. cit.

a partir dos contatos com Cuba, Nicarágua e URSS, não existiram para o conjunto das mulheres. Os cursos de formação sobre família, feminismo e socialismo foram poucos, fragmentados e insuficientes para que as mulheres adquirissem um instrumental de análise mais profunda da sociedade em que viviam e entendessem o discurso de algumas de suas lideranças. Não é de estranhar, portanto, que entre as entrevistadas, apenas uma apresentasse um entendimento da proposta teórica da entidade. Apenas Mara, que combinava sua atuação feminista no Comitê com uma atuação em grupos de esquerda, inseridos no Partido dos Trabalhadores e muitas leituras de textos feministas, expressou uma visão diferenciada:

*“Socialismo eu entendo como novas relações a serem construídas entre as pessoas e, por consequência, com a natureza, baseadas em novos valores morais, éticos, estéticos, que provocarão necessariamente mudanças nas necessidades de consumo, na forma de produção, no que produzir, na ocupação do tempo livre...A gênese patriarcal de poder masculino, hierarquizado, branco e detentor de status e/ou capital dentro do sistema atual será então substituído pelo poder coletivo...A tomada de poder é só o início”.*<sup>257</sup> (Mara)

A compreensão desta militante é significativa de um setor de classe média do Comitê, que por estar em grupos de esquerda e possuir uma escolaridade de nível universitário obteve condições para um conhecimento do feminismo socialista e de troca com feministas de esquerda de outros movimentos. Foram estas mulheres que construíram o discurso da entidade, ainda que ele não fosse representativo do conjunto de suas ativistas. Analisar as falas das demais mulheres, que mantiveram uma participação política pública via Comitê e não exerceram práticas de esquerda ou mesmo partidária com mais intensidade, (apesar de algumas serem simpatizantes e votarem nas convenções municipais do PT), permite constatar a ineficácia da politização através de propagandas superficiais. Para aquelas que haviam construído uma visão no mínimo crítica ao capitalismo, isto se deu em função das informações

---

<sup>257</sup> Em outra parte da entrevista, Mara afirma: “um dos livros mais interessantes que li ultimamente sobre a mulher é essa história ‘A mulher antes do Patriarcado’, que ela termina o livro dizendo isso, o futuro ou será ecológico e feminista ou não será”.

obtidas através de outros setores.<sup>258</sup> A análise mostrou, ainda, que a realização de práticas feministas é substancial para mudanças pessoais, mesmo que estas não desemboquem em elaborações conscientes sobre o feminismo, diferentemente do que ocorreria se o movimento lutasse apenas por questões alimentícias, ou de interesse geral.

A dificuldade de uma compreensão clara do perfil do Comitê de Mulheres para suas ativistas, se relaciona às características da base social do Comitê, mas tem relação ainda com a dinâmica interna do movimento social de mulheres e deste com os demais movimentos sociais. São questões que merecem uma análise aprofundada, pois ajudam a compreender melhor as necessidades das mulheres ao mesmo tempo que questionam as limitações de conjunto apresentadas pelos diferentes movimentos sociais não só de mulheres, (ao pretenderem construir uma vinculação do socialismo), com a temática particular a qual se identificam.

O Comitê de Mulheres e outras organizações da década de 80, tinham como objetivos gerais integrar a problemática da subordinação da mulher à uma transformação global da sociedade capitalista e desenvolvia práticas combinadas de atividades por melhorias sociais e práticas feministas de forma constante. No Comitê, o fato dos objetivos abrangerem as duas temáticas e de se combinarem as práticas, não o definiam como movimento feminista em função deste caráter não ser claro para suas participantes e pela tônica central do movimento estar na ênfase dada ao projeto do leite, sobre o qual estabeleciam-se as práticas feministas.

A meu ver, duas questões se apresentam: além de conceituá-lo como um movimento social de mulheres com práticas feministas, diferenciando-se de outros que não as faziam, este tipo de movimento transitava entre um movimento e outro, vivenciando uma tensão permanente no sentido de tentar atender a ambos objetivos.

À tensão interna dos dois objetivos correspondia uma duplicidade de sentidos para os diferentes personagens que dele participavam. Assim, aquelas que formavam

---

<sup>258</sup> Exceção feita a Naná, que apesar de não ter uma participação religiosa anterior, falou do socialismo superficialmente mas com certa tranquilidade, ao articular sua proposta à experiência de Ianofix. Isto deve-se a participação do seu filho em um curso de ciências sociais que conversa sobre estes temas em sua casa.

uma rede mais ampla e que estavam envolvidas publicamente no projeto da alimentação, o viam como um movimento social por condições de vida, opinião reforçada pela simples observação das lutas massivamente travadas por aquelas questões. Aquelas que, além disso, tinham acesso às práticas internas de conteúdo feminista e se relacionavam com setores do movimento feminista, poderiam vê-lo como feminista, ou, minimamente, como “interessado nas questões da mulher”, na medida em que participavam de oficinas, encontros e grupos de reflexão.

No entanto, o fato de participarem em encontros e oficinas não garantia a compreensão do feminismo em suas múltiplas facetas, pois esta dependia do como cada militante se identificava e participava das atividades:

*“[O Comitê era socialista?] Era, a idéia era socialista. Prá mim era mais claro que o feminismo, que era coisa de esclarecer os direitos das mulheres. Nós fomos prá conquista do social, então prá mim ele era mais socialista, o que foi muito bom” (Cida)*

Deixando de lado o conteúdo do senso comum com todas as suas contradições, o importante a destacar é que uma ativista que chegara a ser diretora da entidade e era responsável por isto a divulgar as propostas do Comitê, não conseguia ter claro a inter-relação dos objetivos. Podemos ver com este pequeno exemplo de expressão da consciência de uma militante sobre sua prática, de que forma a duplicidade de sentidos era confusa até para quem dele participava mais de perto.

A raiz desta tensão não foi resolvida, devido aos interesses diversos que confluíram na constituição do movimento. Em primeiro lugar, havia os interesses de uma considerável parcela das mulheres participantes, que se demonstravam mais preocupadas em resolver os seus conflitos relacionados ao gênero, principalmente no âmbito do privado. Além disso suas lideranças oscilavam em definir a prioridade a ser estabelecida: desenvolver um projeto ligado à subordinação da mulher ou procurar uma temática que possibilitasse a constituição de um campo político mais vasto e de interesses sociais mais amplos. Um fator decisivo para o histórico

posterior do Comitê, além da tendência apontada pela própria base social feminina, foi que as lideranças mais expressivas do movimento possuíam uma história mais forte de esquerda do que feminista, sendo esta construída coletivamente durante o período posterior.

A trajetória aberta pelo Projeto do Leite funcionava como um catalizador de múltiplas possibilidades, atraindo assim mulheres preocupadas com a política econômica, a fome, o cansaço com a casa e com o isolamento, ou mesmo a preocupação com a sexualidade. No desenrolar das atividades, algumas mulheres desenvolviam interesses mais ligados à especificidade do gênero feminino. A amplitude dos trabalhos aglutinava e tensionava lideranças, ativistas e provavelmente atingia um raio de ação mais vasto, na medida em que o Comitê era uma entidade de massas e estava sempre presente nos jornais e movimentos políticos na cidade. Por esta multiplicidade de aspectos e contradições, presentes nos sujeitos sociais que o constituíram, podemos dizer que este caráter ambíguo era uma característica intrínseca ao movimento social de mulheres, exatamente por jogar com interesses às vezes comuns, das classes trabalhadoras, às vezes mais dirigidos às mulheres, contra a dominação masculina. Tal ambiguidade era ao mesmo tempo, fator de força e aglutinação política, servindo inclusive para atrair a simpatia de movimentos receosos de uma face feminista mais clara e motivo de enfraquecimento e angústia para suas ativistas, que o compreendiam fragmentariamente, a partir de suas necessidades e elaborações pessoais.

Não foi esta ambiguidade, entretanto, o motivo que levou ao término da entidade, no final dos anos oitenta. Houve, como veremos, uma junção de motivos internos e externos, comum à dinâmica de determinados movimentos reivindicatórios.

## CAPÍTULO VI

### Conclusão

#### **O Comitê acabou ?**

Na versão das entrevistadas, o Comitê acabou devido a diferentes motivos: para algumas, foi resultado de disputas internas entre suas lideranças, até mesmo por questões eleitorais e para outras, foi pela falta de apoio da prefeitura ou mesmo da sustentação econômica para uma equipe de apoio da Casa da Mulher Nora Astorga. Em suas falas, manifestaram um sentimento de falta de controle e não responsabilidade pelo término da entidade, o atribuindo às lideranças pertencentes aos setores médios, com atuação de esquerda e participação partidária.

Ainda que os fatores acima expliquem parcialmente aspectos presentes na entidade, a meu ver o término do Comitê relacionou-se fundamentalmente com a própria lógica do movimento popular, na qual o que mobiliza pode passar a ser o fator de entrave: em outras palavras, o desenvolvimento do Projeto do Leite, em parceria com o Estado e com a finalidade de organizar a população para outros fins que não só o leite, teve o seu esgotamento enquanto forma alternativa de fazer política.

O Projeto do Leite, se tornou refém da política do governo estadual e das guinadas quercistas de descaso completo às políticas de participação popular. Apesar de ter proporcionado no início o crescimento da entidade em várias áreas de atuação, inclusive das práticas feministas, o Projeto cresceu e passou a ser tão problemático que acabou por bloqueá-las, passando a ser o centro de todo o trabalho do Comitê. Assim, ao naufragar, o Projeto do Leite levou com ele as demais possibilidades de uma existência diferenciada para a entidade. O Comitê, que já vinha fragilizado pelas disputas internas, não conseguiu construir a tempo uma nova alternativa política.

O Comitê não era a única entidade a estabelecer esta forma de fazer político e a vivenciar os ganhos e perdas decorrentes deste. A constituição de movimentos reivindicatórios estruturados sobre finalidades precisas e imediatas é comum na história das classes trabalhadoras, sendo que alguns conseguem ser ágeis e criativos a tempo de evitar a desarticulação do grupo político. A construção de novas alternativas de trabalho talvez mantivesse coeso aquele sujeito coletivo construído naqueles anos de militância.<sup>259</sup>

As práticas reivindicatórias, que têm sido o mecanismo aglutinador sobre o qual constroem-se os movimentos sociais recentes, via de regra partem da carência de algum bem e da luta por sua posse, quer seja ela territorializada, como a terra, a luz, a água ou por bens culturais, como o caso dos movimentos feministas, negros, etc. Constrói-se no movimento uma cultura de direitos, em detrimento de uma expectativa de doação pelos órgãos públicos e isto pode ser considerado um avanço em relação à pequena parcela de participação política anterior destes mesmos setores no movimento político em outras épocas. Desta maneira, este movimento possibilita um novo fazer político desatrelado estruturalmente de outras instituições das classes trabalhadoras, como partidos e sindicatos, apesar de conter em seu interior ativistas com dupla, tripla militância nestas mesmas instituições, o que no todo constitui uma rede política formando um campo de classe.

O Comitê de Mulheres, em seus sete anos de existência (1983-1989) estruturou-se a partir da constituição de um sujeito coletivo “mulheres”, em torno de uma reivindicação particular, o leite. O fato de serem todas mulheres e de haver contato de algumas de suas lideranças com o feminismo de esquerda (característica forte da década de 80) fez com que este fosse um dos componentes do perfil do Comitê. Entretanto, o Projeto do Leite, ao ser o elemento estruturador dos vínculos grupais e permitir o trabalho ao mesmo tempo era o que o impedia de vir a ser efetivamente (e não fragmentadamente como era) um futuro elemento aglutinador de um outro sujeito coletivo, mulheres feministas. Ainda que se mantendo dentro de

---

<sup>259</sup> RODRIGUES, Arlete Moysés *Movimentos Sociais* Primeira Versão, IFCH/UNICAMP, no.52 1993.

uma cultura de direitos, centrada em transformações internas ao capitalismo, o Comitê poderia se manter atuante, caso não dependesse exclusivamente do Projeto do Leite, apesar do refluxo geral pelo qual iria passar o movimento político na transição da década de oitenta para os anos noventa. Neste sentido, os demais aspectos apenas aprofundaram as dificuldades, como a dinâmica grupal constituída a partir das tramas de micropoderes.

As disputas de poder davam coloridos emocionais às dificuldades do movimento, quer fossem eles as disputas eleitorais sobre os critérios de representatividade de vereança (ser feminina ou não)<sup>260</sup>, quer se tratassem de métodos de trabalhos polêmicos e divergentes, como a exigência da participação obrigatória dos consumidores de leite nas reuniões de bairro.

A análise focaultiana do poder, realizada por Martin-Baro oferece subsídios para esta reflexão.<sup>261</sup> Este autor considera que tres são os elementos definidores de poder: o fato de se dar nas relações sociais, nas quais adquirem com frequência um caráter de oposição e conflito; basear-se na posse de recursos e por fim, produzir um efeito na mesma relação social ao contruir uma relação de obediência de um e submissão de outro, a partir do que um tem, outro não tem ou tem menos.

Quais seriam os elementos a serem possuídos e utilizados no domínio do outro, indivíduo ou grupo, no caso particular do Comitê de Mulheres? Em um primeiro momento, podemos dizer que a posse de um conhecimento político de esquerda anterior, às vezes acompanhado de uma formação universitária, se tornava um elemento diferenciador e excludente, que gerava sub-divisões no grupo das ativistas mais próximas. Outro elemento a ser disputado era a posse de apoio político em termos partidários, medidos através de quem tinha mais poder dentro do Partido dos Trabalhadores, devido à militância ou quem tinha o respaldo de vereadores, o que gerava outras grupalizações. Por fim, o poder decorrente das características

---

<sup>260</sup> Esta polêmica deu-se no Comitê no período das eleições de 88. Sobre o tema há um interessante estudo sobre a relação entre cidadania feminina e a representatividade feminina na Revolução Francesa. *Ser Cidadã Francesa: uma reflexão sobre os princípios de 1789 in op. cit.* GROPPI, A. e BONACHI, G. p.p77-108

<sup>261</sup> MARTIN-BARO, Ignácio *Psicologia Social*, Universidade Centroamericana J.S. Canas, San Salvador, El Salvador, 1984.

combinadas de liderança, carisma, capacidade de aglutinar mais pessoas em uma reunião ou trabalho político. Todos estas “posses” eram utilizadas no cotidiano do trabalho político e eram responsáveis por uma tensão permanente, ocasionando problemas que nem sempre se resolviam.

Ao falarem sobre o término do Comitê, os comentários são ilustrativos das relações de poder. Mariana comentou a linguagem difícil das lideranças, ao lembrar de uma crítica que ela fazia na época de ativista: *“prá falar com vocês a gente tem que estar com dicionário na mão!”*. Outra tensão pode ser observada na separação entre o eu (ativista não-liderança) e o nós (ativista-liderança), como na fala de Naná: *“eu achava que vocês não devia ter rompido aquele movimento”*. Sobre a centralização de poder, as palavras de outra militante: *“desde a saída de S. a coisa perdeu o pique, porque a maioria das pessoas que estavam lá achavam que só S. é que podia tocar, e realmente, nós deixamos que as pessoas entendessem isso”*.

Outra dimensão do poder, trabalhada por Baro é a capacidade que este tem de ocultar-se e *“inclusive a negar-se como tal, quer dizer, como poder, e a apresentar-se como exigência natural ou razão social”*.<sup>262</sup> Poder oculto que Cida explicita de forma simples, pois hoje ele não mais existe:

*“Foi muito direcionada a questão da política pessoal. A gente ia prá reunião e não era muito discutido a questão da mulher, era discutido mais a política fechada...de repente você era manipulada...era assim na época das eleições prá novas dirigentes...e mesmo prá sair candidata a vereadora.”*

Poder que levou Juraci a se desiludir com a política, após um trabalho anos depois em outra entidade do movimento popular “Eu cheguei num ponto de dizer: toda a entidade tem dono e se precisar dar nome de dono por dono eu dou. Se esse dono quiser que vai, vai, se não quiser, vai parar, porque o povo ainda não tá politizado, não sabe tomar decisão própria”. Ao ser perguntada se isso ocorria no Comitê, o rosto abriu-se em um sorriso irônico. A ironia e o sorriso foram suficientes para mostrar que o poder, apesar da tentativa persistente de permanecer

---

<sup>262</sup> op. cit. p.102

oculto, às vezes conta com uma submissão camuflada, que persiste exatamente em função das posses diferenciadas de atributos de poder, cuja aceitação às vezes independem da vontade do indivíduo. Apesar de pouco questionados, não significa que não sejam percebidos por aqueles que se submetem a ele. Já se observa que as contradições entre as formas democráticas que o grupo se propõe internamente e as que realiza de fato, têm um peso fundamental na construção e continuidade política dos movimentos sociais das classes trabalhadoras e por isso deveriam ser analisados ao lado de outras problemáticas do movimento social.<sup>263</sup>

Enfim, o esgotamento de uma forma de atuação política, como elemento básico em torno do qual foram se manifestando outras limitações do trabalho da entidade, como as relações de poder, as disputas eleitorais, a não formação e socialização do conhecimento, a tão antiga dissociação entre feminismo e esquerda, levaram a que o Comitê tenha passado a ser a memória de um “tempo bom que não volta mais”, expressão utilizada por algumas das entrevistadas. Quase raras dentre elas as que ainda participam de movimentos políticos. É um saudosismo que se mescla às lembranças fortes de uma década de muito ativismo político, época na qual todos se sentiam participantes. Para as mulheres, a esta participação significou muito mais mudanças em suas vidas pessoais do que um ganho real em termos de compreensão política do momento pelo qual passava e passa a realidade brasileira e mundial nos anos 90. Entretanto, uma ansiedade ainda está no ar, como uma possibilidade aberta não para um reencontro, mas para a recriação de um fazer político que imprima a ousadia, nas lacunas que a retomada capitalista não consegue evitar.

---

<sup>263</sup> Um estudo com esta preocupação sobre os movimentos populares pode ser encontrado em Gohn. Ao analisar a cultura política da Anampos/Procentral dos Movimentos Populares afirmou “tudo tinha que passar pela base. O democratismo era a face aparente de uma organização rígida e fechada. Se observarmos bem, a democracia interna tinha um caráter bastante relativo. Tudo era, também, muito filtrado e controlado” Gohn, Maria da Glória “CONAM, ANAMPOS E PRO-CENTRAL DOS MOVIMENTOS POPULARES: três formas de organização da cidadania e da cultura política” in *VVAA Movimentos Populares Urbanos- crises e perspectivas* Porto Alegre, FASE/CIDADE, 1992 p.13-37

### Considerações finais

O estudo sobre o cotidiano das ativistas, nas suas relações com o movimento social de mulheres permitiu entrever mudanças nas formas das ativistas se verem e de verem o mundo nos aspectos da sexualidade, do trabalho, da autonomia pessoal e das relações conjugais. Como definiu poeticamente Agnes Heller, o cotidiano é a vida do ser humano inteiro, com todos os aspectos de sua individualidade e não é possível a qualquer ser humano “*identificar-se com sua atividade humano-genérica a ponto de poder desligar-se inteiramente da cotidianidade, embora essa o absorva preponderantemente*”.<sup>264</sup> O cotidiano é, assim, um espaço vital das ações humanas no resolver contínuo da produção da vida e por ele passam as práticas dos discursos, das manifestações políticas, da política do espaço privado, da criação de novas necessidades e das formas peculiares de satisfazê-las.

As ativistas do Comitê faziam reivindicações ao marido, à família, ao Estado e à sociedade como um todo. Fizeram parte e ajudaram a construir uma cultura política que ligava questões de classe às questões de gênero. Ao se constituírem em um grupo de mulheres, com reivindicações baseadas não só em necessidades comuns às classes trabalhadoras mas referentes à pertinência à um gênero subordinado socialmente, fortaleceram-se e propuseram mudanças nas relações entre os sexos. Apesar de não serem mais operárias, eram solidárias às militantes sindicalistas nas fábricas, nas comemorações do 8 de março ou na referência em seus jornais sobre a luta das trabalhadoras. Ao refletirem sobre seu corpo ou ao adquirirem status político na atuação no bairro e na cidade, passaram a valorizar a si mesmas, o que por sua vez as levava a enfrentar novas experiências e desafios. Como afirmava Marx, mais rico será o indivíduo, quanto mais possibilidades ele tiver de exercer a sua subjetividade.

Para o futuro próximo do movimento social de mulheres uma questão vital se apresenta: de que maneira a esquerda feminista e a esquerda de maneira geral, se

---

<sup>264</sup> HELLER, Agnes *O Cotidiano e a História*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985 p.

proporá a trabalhar a temática do feminismo popular? Há que se pensar em novos termos uma alternativa que atraia as mulheres para o feminismo popular, sem que se caia no ativismo político em prol das lutas decididas em outros movimentos políticos. E sem que se repita novamente, dentro do movimento social de mulheres, o que a esquerda sempre fez com o movimento feminista ao tratar as questões de gênero como “secundárias”.

É nesta direção que a própria terminologia “geral” e “específico” para a “questão da mulher” merece um questionamento, porque esconde que as questões levantadas pelo feminismo interessam a todos e implicam em reformulações em todos os níveis da vida humana. Depois, porque nenhuma luta é mais “particular” que outra, que a do racismo, que a do meio-ambiente: todas são particulares e universais, se partirmos de uma concepção de esquerda, na qual o ser humano deve buscar um desenvolvimento pleno e integral, o que passa, a meu ver, pela articulação destas temáticas à crítica do capitalismo.<sup>265</sup> Há que se superar na esquerda o senso comum de que há políticas maiores e menores e de que é possível pensar uma nova proposta de sociedade *sem* que se contemple o rol das “particularidades”

A reviravolta política tem que se dar no movimento social de mulheres, concomitante a uma nova relação com o movimento de esquerda. A prática da esquerda que ainda insiste em fazer com que a política feminista seja uma luta em separado, tem levado as ativistas de esquerda a exercerem uma dupla militância com resultados já conhecidos: ou se deixa a “grande política” para os homens, como se para cada particularidade desta não existisse um olhar feminista possível ou se diminui o potencial das energias dirigidas à politização do gênero, já que apenas as feministas é quem devem fazê-la.

Enquanto estas mudanças não acontecem, a indagação é a seguinte: até que ponto é possível às ativistas feministas e de esquerda construir um forte movimento popular-feminista, sem que seja preciso legitimarem para si mesmas e

---

<sup>265</sup> DELPHY, Christine “Feminismo e recomposição da esquerda” in *Estudos Feministas* Rio de Janeiro, CIEC/UFRJ vol.2 n.3/94 p.187-199

para o conjunto dos movimentos através de duplas militâncias, reforçando lutas por alimentação, habitação, etc? Talvez seja o momento de se construir movimentos fortes envolvendo a proposta feminista nas áreas de saúde, sexualidade, trabalho e retomar em um novo patamar um movimento político feminista, através de organizações sindicais e de bairros, que envolvam mulheres e homens, quando estes queiram se incorporar.<sup>266</sup> Algumas possibilidades já começam a ser abertas: nos movimentos por moradia já se luta, com o apoio masculino, pelo que seria uma concepção feminista de habitação, que envolve financiamentos para mulheres, e que necessita ampliar a problemática para a construção de equipamentos coletivos. A proposta de cotas, fixação de um número de vagas para as mulheres em cargos de poder de partidos e sindicatos tem conquistado cada vez mais espaço entre homens e mulheres.

Algumas dificuldades se apresentam para dar conta dos desdobramentos propostos, na medida em que o final do século XX situa-se nos marcos gerais de uma coesão e ofensiva ideológica dos capitalistas, mais difícil de ser contraposta por se apresentar como uma não ideologia. Se o feminismo latino-americano, particularmente o brasileiro, é considerado um dos marcos nos quais houve uma forte influência das propostas feministas nos diferentes setores da luta social, aspectos inimagináveis nos anos 60 e princípios de 70, os anos 90 refletem um refluxo dos movimentos sociais em geral e particularmente do movimento feminista.

Os segmentos organizados de oposição respondem à ofensiva capitalista com as formas isoladas e corporativistas, tanto dentro dos movimentos de bairro, como pelo corporativismo sindical e partidário, reforçadores de guetos e discriminações. A multiplicidade de sujeitos favorece uma diversidade de polos de oposição à sociedade capitalista, mas requer, por outro lado, que seus sujeitos ultrapasassem a fragmentação, através de novas formas de fazer político.<sup>267</sup>

---

<sup>266</sup> Com o cuidado de não substituir o movimento por organizações não governamentais, que tem, a meu ver, uma função de assessoria ao movimento.

<sup>267</sup> ANDERSON, Perry *O Fim da História*, Rio de Janeiro, Zahar Editor, 1992.

Na década de oitenta, poucas foram as lutas que unificaram os movimentos, como as Diretas e as reivindicações para a Constituinte de 88. Além disso, experiências como a vitória política do Partido dos Trabalhadores que poderiam potencializar e se tornarem elementos propulsores de um acirramento das lutas populares e de um avanço no significado da luta política, atuaram em alguns momentos como elementos complementares na desmobilização do movimento social. A explicação para a não implantação da Coordenadoria da Mulher em São Bernardo, na administração petista, encontra lógica semelhante quando aplicada aos movimentos por moradia e urbanização, na mesma cidade.

Os anos noventa, período de balanço de toda uma década anterior, pode apontar caminhos mais produtivos e práticas mais ousadas, particularmente para o movimento social de mulheres que continue a elencar, entre seus objetivos, a confluência de uma crítica à forma capitalista de viver e sobretudo, o fim da subordinação da mulher.

## ANEXO

### Perfil das ativistas entrevistadas

**JURACI:** filha de trabalhadores rurais, vinda do interior de Minas Gerais para São Bernardo no final da década de 60; 37 anos, alfabetizada recentemente; separou-se de seu companheiro, operário e vive com seus tres filhos; trabalha desde os 13 anos e já foi empregada doméstica, faxineira de hospital, militante remunerada na Associação de Compras de São Bernardo do Campo (Projeto Meninos e Meninas de Rua), no momento da pesquisa trabalhava de empregada doméstica; até 1985 morava na favela do Parque São Bernardo e depois mudou-se para a Vila Comunitária, construída por mutirão. Fez parte do Conselho Fiscal na primeira gestão do Comitê (1984-1986). Entrevistada em agosto de 1994.

**FÁTIMA:** filha de trabalhador rural, vinda do interior de São Paulo para São Bernardo na década de 60; 42 anos; 2o.grau completo; recentemente separou-se do marido, operário e vive com dois filhos adolescentes; trabalha desde os quinze anos, primeiro como operária em tecelagem e depois como metalúrgica e atualmente é operária da Multibrás (antiga Brastemp); moradora da Vila Comunitária. Entrevistada em agosto de 1994.

**ISABEL:** filha de pequeno lavrador, mudou-se do interior de Minas para São Bernardo na década de 60; 47 anos; primário completo; casada com operário metalúrgico, atualmente técnico em eletrônica na Metrobus; dois filhos; trabalhou na roça desde pequena, depois no comércio e em São Bernardo passou a ser costureira autônoma; moradora do bairro Baeta Neves; fez parte do Conselho Fiscal na 1a. gestão do Comitê (1984-1986) e da diretoria na 2a. gestão (1986-1988). Entrevistada em maio de 1994.

**NANÁ:** filha de pequeno lavrador, mudou-se do interior de Minas para São Bernardo em 1969; 44 anos; primário completo; casada com metalúrgico; dois filhos jovens, um dos quais ainda reside com ela; primeira experiência de trabalho remunerado foi a produção de lanofix. Entrevistada em dezembro de 1993 e entrevistada novamente em dezembro de 1995, devido a não gravação da entrevista anterior.

**TERESINHA:** origem urbana, de Aracaju, Sergipe e mudou-se para o Paraná e em 1970 para São Bernardo; 58 anos; primário completo; casada com metalúrgico, aposentado; tres filhos adultos; antes do casamento foi operária em malharia; moradora do bairro Silvina. Entrevistada em abril de 1994.

**DETA:** origem urbana, interior de Pernambuco e mudou-se para São Bernardo em 1975; 47 anos; 2o. grau completo (magistério); casada com metalúrgico; dois filhos; começou a trabalhar com treze anos como comerciária, foi professora primária; é vendedora autônoma; moradora do bairro Farina. Fez parte da diretoria na 2a. gestão do Comitê (1986-1988). Entrevistada em março de 1994.

**MARIANA:** origem urbana, de Canastro, interior de Alagoas e mudou-se para São Paulo, capital em 1954 e para São Bernardo no início de 1980; 58 anos; primário incompleto; viúva, o marido era carpinteiro na CMTC; uma filha adulta; criada pelo avô fazendeiro, teve sua primeira experiência de trabalho aos 18 anos, como operária em uma fábrica de tecelagem na cidade de São Paulo; depois de casada trabalhou como empregada doméstica e no momento da entrevista vivia com a pensão do marido; moradora do bairro Ferrazópolis. Fez parte do Conselho Fiscal na 2a. gestão do Comitê (1986-1988). Entrevistada em março de 1994.

**ELZA:** filha de pequeno lavrador, de origem rural do interior do Paraná e mudou-se para São Bernardo em 1959; 43 anos; primário incompleto; casada com metalúrgico; tres filhos; começou a trabalhar na adolescência, como lavadeira; após o casamento costurava em casa para uma malharia; no momento da pesquisa, exercia as funções de costureira e gerência na confecção do filho; moradora do bairro Ferrazópolis. Fez parte do Conselho Fiscal na 2a. gestão do Comitê (1986-1988). Entrevistada em abril de 1994.

**MINERVINA:** filha de pequeno lavrador; mudou-se do interior de Minas Gerais para São Bernardo em início de 1980; 64 anos; primário completo, viúva, o marido era lavrador e depois dono de açougue na cidade de Governador Valadares; 3 filhos adultos e uma filha adotiva de 7 anos; com a morte do marido e a pensão insuficiente, começou a trabalhar como empregada doméstica, depois cozinheira e arrumadeira em um hotel. Veio para São Bernardo com os filhos moços e passou a trabalhar como agente pastoral, responsável pelo Clube de Mães da Favela do parque São Bernardo. Fez parte do Conselho Fiscal na 2a. gestão do Comitê (1986-1988). Entrevistada em agosto de 1994.

**MARIA:** origem urbana, São Luís do Maranhão, pai e mãe operários, (depois a mãe tornou-se enfermeira e o pai mestre de obras), ela mudou-se para São Bernardo na década de 70; 48 anos; 2o. grau completo (técnico em auxiliar de enfermagem; casada com ex-padre, que no momento da pesquisa era gerente de exportações de uma multinacional alemã; 3 filhos; trabalha desde que se formou auxiliar de enfermagem, em indústrias e hospitais; trabalhava no momento da pesquisa como enfermeira em uma indústria química; moradora do bairro Jordanópolis. Fez parte da diretoria na 1a gestão do Comitê (1984-1986). Entrevistada em agosto de 1994.

**MARA:** origem urbana, cidade de São Paulo, na qual o pai era operário em fábrica de bebidas e mudou-se para São Bernardo após o casamento em 1978; 36 anos;

formação universitária em educação física; no período em que foi entrevistada vivia o seu quarto casamento e o marido era bancário; uma filha do primeiro casamento; trabalhou como professora de educação física e no momento administrava o posto de gasolina do pai, aposentado. Moradora do bairro Dos Casa. Fez parte da diretoria na 2a. gestão do Comitê (1986-1988). Entrevistada em agosto de 1994.

**CIDA:** origem rural, do interior de São Paulo e o pai era meeiro; mudou-se para São Bernardo após um ano de casada, em 1958; 52 anos; 2o. grau completo; separada do marido, antigo bóia-fria e depois pedreiro e motorista de caminhão em São Bernardo; 6 filhos; sua experiência de trabalho começou aos quinze anos como costureira em casa e em lojas de roupas; trabalha como costureira em sua própria casa; moradora do Jardim Thelma. Fez parte do Conselho Fiscal nas duas gestões do Comitê (1984-1986 e 1986-1988). Entrevistada em agosto de 1994.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALAMBERT, Zuleika** Feminismo, o ponto de vista marxista, São Paulo, Nobel, 1986.
- ALVAREZ, Sônia** “Politizando as relações de gênero, engendrando a democracia” in Stephan, A.(org.)Democratizando o Brasil, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- ANDERSON, Perry** O Fim da História, Rio de Janeiro, Zahar Editor, 1992.
- ANTUNES, Ricardo** Participação na mesa redonda “As lutas sindicais e as greves: os trabalhadores do ABC como protagonistas da história política do país” in Anais do I Congresso de História da região do ABC, publicação da Prefeitura Municipal de Santo André, Museu de Santo André, 1990.
- ...A Rebeldia do Trabalho- O confronto operário no ABC Paulista, as greves de 1978/1980, Campinas, UNICAMP, 2a. ed., 1992.
- ARENDT, Hannah** A condição humana, São Paulo, Editora Forense Universitária, 1981.
- BADINTER, Elizabeth** Um amor conquistado- o mito do amor materno, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.
- BAIERLE, Sérgio G.** A emergência de um novo princípio ético-político nos PPUS em Porto Alegre, mimeo, LASA XVIII International Congress Atlanta, 1994.
- BAKHTIN, Michael** A cultura popular na idade média e no renascimento: o contexto de François Rabelais, São Paulo, Hucitec, 1987.
- BARSTED, Leila de A. L.** “Legalização e descriminalização do aborto no

- Brasil: 10 anos de luta feminista” in Revista Estudos Feministas, Rio de Janeiro, CIEC/ECO vol.0, no.0, 1992.
- BASTOS, Mara B.** Outras palavras, outras imagens- movimentos feministas na cidade de São Paulo nos anos 70/80, São Paulo, PUC/SP, mimeo, 1992.
- BENJAMIN, Walter** “O narrador” in Os pensadores, São Paulo, Abril Cultural, 1980.
- BILAC, Elizabeth Dória** Trabalho e família: um estudo das relações, São Paulo, mimeo, USP, 1977 e 1983.
- BONACCHI, G. GROPPI, A.** (orgs) O dilema da cidadania- direitos e deveres das mulheres, São Paulo, UNESP, 1995.
- BOSI, Eclea** Cultura de massa e cultura popular- leituras de operárias, Petrópolis, Vozes, 1977.
- ...”Entre a opinião e o estereótipo” in Novos Estudos Cebrap, São Paulo, no.32, mar. 1992.
- BRUSCHINI, Cristina** Mulher, casa e família, São Paulo, 2a. ed. Vértice/FCC, 1990.
- CARDOSO, F.H.** Álbum Memória de São Bernardo, Prefeitura de São Bernardo do Campo /SECE, 1981.
- CARDOSO, Ruth** “Movimentos Sociais Urbanos: um balanço crítico” in VVAA Sociedade e Política no Brasil Pós-64, São Paulo, Brasiliense, 1983.
- CARLOTO, Cássia** Uma análise psico-social do processo de participação das mulheres, movimento reivindicatório urbano: as suas necessidades, limites, dificuldades do movimento de saúde, São Paulo, mimeo, PUC/SP, 1992.
- CERRONI, Umberto** “Considerações sobre a relação família-sociedade” in VVAA A crise da família, Rio de Janeiro, 1971.

- CHAUÍ, Marilena** “Em torno da política do corpo” in *Mulherio*, São Paulo, ano 2, no.6, mar-abr de 1982.
- CICONE, Reinaldo** Da intenção ao gesto: um olhar gramsciano sobre a possibilidade de integração do PT à ordem, Campinas, mimeo, UNICAMP, 1995.
- CITELLI, Teresa** Mulheres e direitos reprodutivos na periferia: releitura feminista de um movimento de saúde, São Paulo, mimeo, USP, 1994.
- DELPHY, Christine** “Feminismo e recomposição da esquerda” in ESTUDOS FEMINISTAS, Rio de Janeiro, CIEC/UFRJ vol.2, no.3, 1994.
- DEBERT, Guita** “Gênero e envelhecimento” in ESTUDOS FEMINISTAS, vol.2, no.3, Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, 1994.
- DIAS, Maria Odila** Quotidiano e Poder em São Paulo no séc. XIX, São Paulo, Brasiliense, 1984.
- DUMOULIN, J. e LARGUIA, I.** Para uma ciência da libertação da mulher, São Paulo, Global, 1982.
- ENGEL, Magali** Meretrizes e doutores. Saber médico e prostituição no Rio de Janeiro 1840-1890, São Paulo Brasiliense, 1989.
- ESTEVES, Martha de A.** Meninas Perdidas. Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.
- FOUCAULT, Michel** História da Sexualidade I- a vontade de saber, Rio de Janeiro, Graal, 4a. ed., 1980.
- GAY, Peter** O estilo na história- Gibbon, Ranke, Maculey, Burchardt, São Paulo, Cia das Letras, 1992.
- GOHN, Maria da Glória** “Conam, Anamos e Pró-Central dos movimentos populares: tres formas de organização de cidadania e de cultura política” in VVAA Movimentos Populares Urbanos- Crise e Perspectivas, Porto Alegre, FASE/CIDADE, 1992.

- GOLDBERG, Anette** Tudo começou antes de 1975: idéias inspiradas pelo estudo da gestação de um feminismo bom para o Brasil, Rio de Janeiro, mimeo, 1988.
- ...Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante, Rio de Janeiro, 1987.
- GREGORI, Maria Filomena** Cenas e Queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista, Rio de Janeiro, Paz e Terra, São Paulo-Anpocs, 1993.
- GRONDIM, Marcelo** Perfil dos Dirigentes sindicais na Grande São Paulo, São Paulo, CETEC, 1985.
- GUATTARI, Felix** Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo, São Paulo, Brasiliense, 1981.
- HADDAD, Lenira** “Creche: reflexões sobre uma trajetória” in Rebeldia e Submissão, São Paulo, FCC/Vértice, 1989.
- HAHNER, June** A mulher brasileira e as suas lutas sociais e políticas, 1850-1937, São Paulo, Brasiliense, 1981.
- ...”A mulher e a vida no lar na metade do séc. XIX” in A mulher Brasileira, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- HELLER, Agnes** O cotidiano e a história, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- HARTMANN, Heidi** “El infeliz matrimonio entre o marxismo e o feminismo” in VVAA Marxismo y Feminismo, Instituto Internacional de Investigación y Formación, mayo/junio de 1991.
- JOAQUIM, Maria Salete** Militantes de Clubes de Mães: os efeitos da experiência em educação popular, São Paulo, mimeo, PUC/SP, 1984.
- KUSCINSKI, Bernardo** Abertura, história de uma crise, São Paulo, Ed. Brasil Debates, no.5, 1982.

- LEITE, Miriam M.** A outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura, São Paulo, Ática, 1984.
- LEITE, Rosalina** A operária metalúrgica, São Paulo, Cortez Editora, 1984.
- LÊNIN, V.I.** Cadernos Filosóficos, ed. Ayuso, Espanha, 1974.
- LEON, Ethel e outras.** “8 de março: estamos menos longes” in Mulherio, ano II, no.6, mar-abr de 1982.
- LIMA, Elça e Pena, M.V.** Lutas ilusórias: a mulher na política operária na Primeira República” in Barroso, C. e Costa, A.(orgs.) Mulher, Mulheres, São Paulo, Cortez/FCC, 1983.
- LUKÁCS, Georg** Introdução a uma estética marxista, São Paulo, Civilização Brasileira, 1978.
- MANTEGA, Guido** “Pactos Sociais e Hegemonia na Nova república” in VVAA Constituinte, Economia e política da Nova República, São Paulo, Cortez, 1985.
- MAON, Pe.** Depoimento in Anais do I Congresso de História da Região do ABC, Publicação da Prefeitura de Santo André, Museu de Santo André, 1990.
- MARQUES, João B. V.** “O populismo no subúrbio: a história da política no ABC” in Anais do I Congresso de História do ABC, Publicação da Prefeitura de Santo André, Museu de Santo André, 1990.
- MARTIN-BARO, Ignácio** Psicologia Social, Universidade Centroamericana J.S. Canas, San Salvador, El Salvador, 1984.
- MARTINS, Heloísa** Igreja e Movimento Operário no ABC 1954-1975, São Paulo, mimeo, USP, 1986.
- MARTINS, Jessita** A mulher operária- um estudo sobre tecelãs, São Paulo, Hucitec, 1979.

- MARTINS, Maurício** “Marxismo e subjetividade: uma leitura dos Manuscritos de 44” in Silveira, P. e Doray, B. (orgs.) Elementos para uma teoria marxista da subjetividade, São Paulo, Vértice e Revista dos Tribunais, 1989.
- MASSI, Marina** Reflexões sobre algumas vivências e representações no cotidiano de mulheres dos estratos médios da cidade de São Paulo, São Paulo, mimeo, USP, 1990.
- MENEGHELLO, Raquel** PT: A formação de um partido, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.
- MOLYNEUX, Maxine** Mobilización sin Emancipación? Los intereses de la mujer, estado y revolución en Nicaragua, Desenvolvimento y Sociedade, no. 13, ene. 1984.
- MORAES, Maria Lygia Q.** Família e feminismo: reflexões sobre papéis femininos na imprensa para mulheres, São Paulo, mimeo, USP, 1981.
- NEVES, Magda** A condição feminina, a condição operária, mimeo, UFMG, 1983.
- ...Trabalho e cidadania: as trabalhadoras de Contagem, Petrópolis, Vozes, 1994.
- NORONHA, Eduardo** “A explosão das greves na década de 80” in Boito, A. (org.) O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.
- NOSSO SÉCULO** 1960/1980, São Paulo, Abril Cultural, 1980.
- NUNES, Maria José** “De mulheres, sexo e Igreja: uma pesquisa e muitas interrogações” in Alternativas Escassas, Costa, Albertina e Amado, Tina (orgs.) São Paulo, FCC/Editora 34, 1994.
- OLIVEIRA, Zilma** A creche no Brasil, mapeamento de uma trajetória, São Paulo, mimeo, 1987.

- PAIVA, J. M.** “Comunidades Eclesiais de Base” in Pompermayer, M. (org.) in Movimentos Sociais em Minas Gerais, Belo Horizonte, mimeo, UFMG, 1987.
- PAOLI, Maria Célia** “As ciências sociais, os movimentos sociais e a questão de gênero” in Novos Estudos Cebrap, São Paulo, no.31, 1991.
- PENA, Maria Valéria** Mulheres Trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- PERROT, Michelle** “A dona de casa no espaço parisiense no século XIX” in Excluídos da história, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
- PINHATA, Viviane** “Morar e viver: favelas e conjuntos habitacionais” in Anais do I Congresso de História do ABC, Publicação da prefeitura de Santo André, Museu de Santo André, 1990.
- PINHEIRO, S. e MÉDICI, A.** 1o. de Maio e os principais momentos da luta sindical em São Bernardo: 1902-1990, Oficinas Históricas, vol. 1, Prefeitura de São Bernardo do Campo, 1990.
- PINTO, Celi Regina J.** “A mulher como sujeito político: o caso latino-americano” in Mulheres: da domesticidade à cidadania, mimeo, Anpocs, 1987.
- PONTES, Heloísa A.** Do palco aos bastidores-SOS Mulher e Práticas feministas contemporâneas, Campinas, Unicamp, 1986.
- PRADO, Arnoni (org.)** Libertários no Brasil- memórias, lutas, cultura, São Paulo, Brasiliense, 1986.
- PRADO, Danda** Ser esposa, a mais antiga profissão, São Paulo, Brasiliense, 1979.
- PRINZ, Guy** “História oral” in Burke, P. (org.) A escrita da história, São Paulo, UNESP, 1992.
- QUINTAS, Fátima** Sexo e Marginalidade, Petrópolis, Vozes, 1986.

- RAGO, Luzia Margareth** “As mulheres na historiografia brasileira” in Silva, Z. (org.) Cultura Histórica em Debate, São Paulo, UNESP, 1995.
- ...”Relação de gênero e Classe operária no Brasil 1890-1930” in Caderno Espaço Feminino, Uberlândia, Publicação do Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisa sobre a mulher, UFU, no. 1, 1994.
- ...Do Cabaré ao Lar- a utopia da cidade disciplinar- 1890-1930, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- ...Os prazeres da noite. Prostituição e códigos de sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930), Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.
- REBORETO, Lucília** A transformação de um bairro operário em comunidade, São Paulo, mimeo, PUC/SP, 1983.
- RODRIGUES, Arackcy** Operário, operária: um estudo exploratório sobre o operariado industrial da Grande São Paulo, São Paulo, Símbolo, 1978.
- RODRIGUES, Arlete** Movimentos Sociais, 1a. versão, Campinas, IFCH/UNICAMP, no.52 1993.
- RODRIGUES, Jane F.S.** “As ciências sociais e a construção dos estudos sobre mulheres” in VVAA Espaço Feminino, Uberlândia, Publicação do Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisa sobre a mulher, UFU, no.1, 1994.
- RODRIGUES, Leôncio** “As tendências políticas na formação das centrais” in Boito, A. (org.) O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.
- ROSEMBERG, Fúlvia** “O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil: o caso da creche” in Cadernos de Pesquisa, São Paulo, FCC, 1984.

- SADER, Eder** Quando novos personagens entram em cena, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- SAFFIOTI, Heleieth** “Movimentos Sociais: a face feminina” in VVAA, A condição feminina, São Paulo, Vértice, 1988.
- ...A mulher na Sociedade de Classes: Mito Realidade, Petrópolis, 2aed., Vozes, 1979.
- ...O trabalho feminino sob o capitalismo dependente, mimeo, Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 1978.
- SALEM, Tânia** “Mulheres chefes de família: experiência em uma favela” in Perspectivas Antropológicas da Mulher, Rio de Janeiro, no.3, Zahar Editores, 1982.
- SALVADOR, Zulmann** Mulheres, vida e obra: participação feminina em um mutirão em SP, São Paulo, mimeo, USP, 1993.
- SAMARA, Eni M.** As mulheres, o poder e a família, São Paulo no séc. XIX, São Paulo, Marco Zero/Secretaria Estadual de Cultura de São Paulo, 1988.
- SANTANA, Marilda** As mulheres no séc. XVIII, mimeo, ANPUH, 1994.
- SARAMAGO, José** Ensaio sobre a cegueira, São Paulo, Cia das Letras, 1995.
- SARDENBERG, Cecília M.B.** “A menstruação numa perspectiva sócio-antropológica” in Revista Estudos Feministas, Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, no.2, 1994.
- SARTI, C. e Moraes, M.L.Q.** “Aí a porca torce o rabo” in VVAA Vivências, São Paulo, Brasiliense, 1980.
- SCOTT, Joan** “História das mulheres” in Burke, P. (org.) A escrita da História, São Paulo, Novas Perspectivas, UNESP, 1992.

- ...Gênero: uma categoria útil para análise histórica, Porto Alegre, Revista Educação e Realidade, jul-dez de 1990.
- SCHUMAHER, M.A. e VARGAS, E.** “Lugar no governo: álibi ou conquista” in ESTUDOS FEMINISTAS, vol.1, no.2, 1993.
- SILVA, Alice** Rendas, babados, bilros e crochê: a construção social das mulheres de prendas domésticas, Campinas, mimeo, Unicamp, 1985.
- ...”Abelhinhas numa diligente colméia: domesticidade e imaginário feminino na década de 50” in VVAA Rebeldia e Submissão, São Paulo, FCC/Vértice, 1989.
- SILVA, Luis Inácio Lula** Participação na mesa redonda: “As lutas sindicais e as greves: os trabalhadores do ABC como protagonistas da história política” in I Congresso de História da região do ABC, publicação da prefeitura de Santo André, Museu de Santo André, 1990.
- SILVA, Zélia** O fio da rendeira: a ação política das mulheres na redefinição das relações de gênero, São Paulo, mimeo, PUC/SP, 1992.
- SINGER, Paul** “O feminino e o feminismo” in Singer, P. e Brant, V. São Paulo, o povo em movimento, Petrópolis, Vozes/Cebrap, 2a. ed. 1981.
- SOUZA-LOBO, Elizabeth** A classe operária tem dois sexos, São Paulo, Brasiliense, 1991.
- ...”Feminismo é uma cachaça” in Mulherio, ano IV, no.17, jul-ago de 1984.
- ...”Notas sobre o feminismo” in Desvios ano I, nov.1982.
- STERNBACH, Nancy e outras** “Feministas na América Latina: de Bogotá a San Bernardo”, ESTUDOS FEMINISTAS, Rio

- de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, vol.2 no.2, 1994.
- TELLES, Vera** “Movimentos Sociais- reflexões sobre a experiência dos anos 70” in Scherer,W. e Krischke, P. (orgs.) Uma Revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina, São Paulo, Brasiliense, 1987.
- THOMPSON,Paul** A voz do passado-história oral, São Paulo, Paz e Terra, 1982.
- TOSCANO,M.  
GOLDEMBERG,M.** A Revolução das Mulheres-um balanço do feminismo no Brasil, Rio de Janeiro, Revan, 1992.
- VERARDO, Maria Teresa** Aborto: Direito ou Crime?, São Paulo, Moderna, 1987.
- VVAA** Trabalhadoras do Brasil, São Paulo, Brasiliense, 1991.
- VVAA** Rebeldia e Submissão, São Paulo, FCC/Vértice, 1989.
- VVAA** O sexo do trabalho, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- VVAA** Movimentos Populares urbanos- Crise e Perspectivas, Porto Alegre, Fase/Cidade, 1992.
- VVAA** Textos y pre-textos:once estudios sobre la mujer, México, El Colégio de México, 1987.
- XAVIER, D. e Camurça, S.** “Oficina de modelagem com massa” in VVAA Como trabalhar com mulheres Petrópolis, Vozes, 1988.

## **FONTES PESQUISADAS**

### **ARQUIVO DO COMITÊ DE MULHERES DE SÃO BERNARDO**

Avaliação do período experimental do projeto de leite a granel, julho de 1985.

Avaliação do IX Encontro Nacional Feminista, setembro de 1987.

Avaliação do curso de formação política, novembro de 1985.

Listas de presença das reuniões preparatória do I Encontro, 1983/1984.

Estatuto do Comitê de Mulheres, 1984.

Resoluções do I Encontro de Mulheres de SBC s/d

Convocatória para a Passeata da Panela Vazia, outubro de 1983.

Ata da reunião preparatória das diretas s/d

Jornal Sempre Viva no.1 (set/out/85); no.4 (mai/jun/86); no.5 (1986); no.7 (set/out/87);

Documento “Em defesa da organização popular”, 17 de maio de 1985.

“Movimentos Sociais e o Estado: Projeto do Leite, autonomia e organização”, de Tânia Cruz, Documento de Avaliação do projeto do Leite, setembro de 1988.

Relatório de avaliação do curso de saúde, julho de 1987.

Avaliação da Associação de Compras Comunitárias do Est. de S.P., São Bernardo, maio de 1985 (elaborado conjuntamente)

Convocatória “Cuba hoje”, palestra de Clara Sharf, 19/05/85)

## **OUTROS DOCUMENTOS**

“A vida de uma mulher trabalhadora”, Cadernos de Educação Popular, CEPIS, junho de 1982.

Boletim Associação das Mulheres do Grajaú, São Paulo, abril de 1983.

Boletim ARMA-Associação Regional Margarida Alves, Santos, Julho de 1986.

Boletim Centro da Mulher Sergipana, Aracaju, março de 1985.

Boletim CIM-Centro de Informação Mulher, no.3, dez. 1984.

Boletim Mulheres, Secretaria Nacional de Mulheres do PRT, no.4, mar/abr de 1995.

Boletim Mulheres em Luta, Natal, no.3 setembro de 1984.

Boletim Mulher e Saúde “Para entender o País” SOF-Sempre Viva Organização e Formação, São Paulo, junho de 1994.

Boletim Mulher em Vida, OAM-Organização Autônoma de Mulheres, São Paulo, julho de 1985.

“Breve história do PT”, Raul Pont, Câmara dos Deputados, Brasília, 1992.

Cadastro do Departamento da Promoção Social, Secretaria de Saúde de São Bernardo do Campo, Prefeitura Municipal de SBC.

Catálogo do ISER, no.20 (org) Leila Landim, 1988.

“Clube de Mães de Paratibe: uma história para ser contada”, SOS-CORPO, Recife, Pernambuco, abril de 1993.

Contribuição para o planejamento de um programa de saúde da mulher no Estado de São Paulo e outros, junho de 1983.

Convocatória do Fórum pela Legalização do Aborto, (Convergência Socialista, O Trabalho, Brasil Mulher e outros) setembro de 1980.

Documento “Ousar é preciso”, Conferência Feminista da Convergência Socialista, 1980.

Documento de balanço da Plenária de Mulheres, Convergência Socialista, abril de 1981.

Documento Partidário da Campanha Nacional de Filiação, (Programa, Manifesto, Estatuto e Discurso da Convenção de 81) Secretaria de Organização do PT, 1986.

Notas sobre Coordenadoria da Mulher em São Bernardo, Documento do Diretório Municipal, 06.03.89.

“La mujer en Cuba Socialista”, publicación oficial del Ministerio de Justicia, Ciudad de La Habana, 1977.

“Sindicatos: un espacio para hombres y mujeres?- Reflexiones y conclusiones del Seminario Foro Como Sur Sindical”, por Maria Rigat-Pflaum, Fundación Friedrich Ebert em Mar Del Plata, Argentina, junho de 1990.

Transcrição do depoimento de Luciane Udovic no “Seminário de História da Mulher no ABC: trabalho, luta e cotidiano”, São Bernardo, julho de 1992.

“Planejamento familiar X controle da natalidade”, de Irede Cardoso, Partido dos Trabalhadores s/d (gestão 1982-1988).

Projeto Memória Viva/ Favela do Parque São Bernardo do Campo, de Ademir Médici, Serviço de documentação da história local, Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de São Bernardo, ago/set de 1989.

Resoluções do I Congresso do PT (nov-dez de 91) Publicação do Diretório Nacional, 1992.

“Que história é essa? Clubes de Mães e grupos de mulheres de São Paulo” GEP/URPLAN e Rede Mulher, outubro de 1985.

Saúde e direitos reprodutivos- Esterilização feminina vol.1. Sempre Viva Organização Feminista- SOF São Paulo, 1994.

Texto Preparatório ao 2o. Encontro Nacional, Partido dos Trabalhadores, 1988.

**Jornais**

Diário do Grande ABC, s/d, (maio de 1985?)

Em Tempo, números de 1981.

Mulherio: ano I, no.2, julho/agosto de 1981; ano 2, no.6 março/abril de 1982; ano III, no.13 maio/junho de 1983; ano IV, no.16 maio/junho de 1984; ano V, no.22 julho/agosto/setembro de 1985;

Jornal O estado de São Paulo, 5 de dezembro de 1984.

Jornal Rudge Ramos, ano V, no.44, maio de 1985.

Folha de São Paulo, 15 de novembro de 1982.

Folha de São Paulo, 26 a 29 de julho de 1995.

Folha de São Paulo, 6 de agosto de 1995.

## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>2</b>
<b>CAPÍTULO I</b> .....	<b>13</b>
<b>O COMITÊ DE MULHERES E O MOVIMENTO DE MULHERES NA DÉCADA DE 80</b> .....	<b>13</b>
<i>O Comitê não está sózinho</i> .....	13
<i>O movimento de mulheres e o Estado</i> .....	19
<i>Movimentos Sociais e Gênero: anotações bibliográficas</i> .....	25
<b>CAPÍTULO II</b> .....	<b>37</b>
<b>A CONSTRUÇÃO DO GÊNERO: AS REFERÊNCIAS SEXUAIS DAS MILITANTES</b> .....	<b>37</b>
<i>As personagens e o trabalho da memória</i> .....	37
<i>A migração</i> .....	39
<i>Experiências profissionais: "eu nasci costureira"</i> .....	45
<i>O corpo dominado: "Voce sentia as sombras te perseguindo..."</i> .....	55
<b>CAPÍTULO III</b> .....	<b>65</b>
<b>AS EXPERIÊNCIAS POLÍTICAS DAS MILITANTES E A CONSTRUÇÃO DO COMITÊ DE MULHERES</b> .....	<b>65</b>
<i>O fazer político dos movimentos sociais</i> .....	65
<i>Os anos 70 e a retomada do movimento sindical em São Bernardo</i> .....	67
<i>A luta por melhores condições de vida</i> .....	71
<i>A opção pelos pobres e as práticas religiosas no ABC</i> .....	75
<i>Os Clubes de Mães e o discurso feminista</i> .....	79
<i>As origens do Partido dos Trabalhadores: o mundo justo e a (des)igualdade entre os sexos</i> .....	86
<i>A Passeata da Panela Vazia e as condições para a construção do Comitê</i> .....	96
<b>CAPÍTULO IV</b> .....	<b>103</b>
<b>DE "DONAS DE CASA" A "MULHERES"</b> .....	<b>103</b>
<i>A reconstrução dos objetivos</i> .....	104
<i>A "cultura feminina" e o Projeto do Leite</i> .....	113
<i>O feminismo socialista e o Comitê</i> .....	123
<i>A sobreposição de interesses</i> .....	129

<b>CAPÍTULO V</b> .....	<b>132</b>
<b>O FEMINISMO EM CONSTRUÇÃO</b> .....	<b>132</b>
<i>O espaço público: a construção de uma rede alternativa</i> .....	132
<i>O conhecimento do corpo</i> .....	147
<i>O restrito mundo do trabalho</i> .....	157
<i>O trabalho doméstico: entre o sonho e a realidade</i> .....	161
<i>As difíceis mudanças nas relações de gênero</i> .....	166
<b>CAPÍTULO VI</b> .....	<b>184</b>
<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>184</b>
<i>O Comitê acabou ?</i> .....	184
<i>Considerações finais</i> .....	189
<b>ANEXO</b> .....	<b>193</b>
<b>PERFIL DAS ATIVISTAS ENTREVISTADAS</b> .....	<b>193</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>197</b>
<b>FONTES PESQUISADAS</b> .....	<b>208</b>